



A QUESTÃO DA PRODUTIVIDADE MORFOLÓGICA NO GUINEENSE

Maria Aparecida Curupaná da Rocha de Mello

Orientação

Prof. Dr. Hildo Honório do Couto

Brasília – DF
Fevereiro - 2007

**UnB – LIV – Departamento de Lingüística, Línguas Clássicas
e Vernácula da Universidade de Brasília
Estudos Crioulos**

A QUESTÃO DA PRODUTIVIDADE MORFOLÓGICA NO GUINEENSE

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Lingüística da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Lingüística.

Maria Aparecida Curupaná da Rocha de Mello

Orientação

Prof. Dr. Hildo Honório do Couto

**Brasília – DF
Fevereiro - 2007**

MELLO, Maria Aparecida Curupaná da Rocha de Mello. ***A questão da produtividade morfológica no guineense.*** Brasília: UnB, Departamento de Lingüística Línguas Clássicas e Vernácula. Mimeo. Tese de Doutorado em Lingüística. Brasília: Unb, 2007.

Banca Examinadora

Professor Doutor Hildo Honório do Couto - UnB – Orientador

Professor Doutor José Olímpio de Magalhães - UFMG

Professora Doutora Margarida Maria Taddoni Petter - USP

Professora Doutora Norma da Silva Lopes – UNEB

Professora Doutora Daniele Marcelle Grannier - UnB

Professora Doutora Orlene Lúcia de Sabóia Carvalho – UnB - suplente

Professora Doutora Enilde Leite de Jesus Faulstich- UnB - suplente

Professor Doutor Aryon Dall’Igna Rodrigues- UnB - suplente

Ao Jehfersão, por demonstrar continuamente que a paciência, a coragem e o amor são os recursos mais produtivos da pessoa humana.

AGRADECIMENTOS

Especialmente ao Prof. Dr. Hildo Honório do Couto, cristão exemplar e agnóstico convicto, que me guiou pelo caminho da Crioulística com sabedoria, ternura e muita paciência. Em quem encontrei plena segurança na orientação, e o carinho sincero de um grande amigo. Muito obrigada por tornar este trabalho possível.

Aos meus bebês, Júnior, Lígia e Beatriz, que me confirmam a todo o momento que a luta diária vale a pena.

À CAPES, pelo apoio financeiro e acadêmico. Em nome da Lingüística, agradeço cada pesquisa por ela apoiada, com as quais é possível a interação de informações no passado, no presente e no futuro.

À minha professora e amiga Heloísa Salles, com quem aprendi que a solidariedade humana e o amor são requisitos tão básicos quanto o conhecimento da Teoria Gerativa. Muito Obrigada.

Aos meus professores da Pós-Graduação em Lingüística do LIV. Com todos eles, sem exceção, aprendi a enxergar muito além do que me era possível. Muito obrigada a todos.

À Jacinta (Jajá) pela paciência com que nos atende nos dias mais atribulados no departamento da Pós-Graduação em Lingüística na UnB.

Aos meus colegas da Pós, pela troca de conhecimento e pelas horas de alegria e risadas. Em especial ao Fábio José, à Mary Lourdes, ao Paulo Medeiros, à Leia, à Débora e muitos outros.

Agradeço em especial ao colega Marcos Lunguinho – o meu amigo que brilha – por clarear com sua luz a sintaxe de todos os desesperados.

À Adriana Chan, em quem a regra do companheirismo, da amizade e do conhecimento compartilhado não admite restrições. Obrigada.

Aos meus colegas e amigos da ABECS – Associação Brasileira de Estudos Crioulos e Similares - por transformar nossos encontros acadêmicos em encontros de alegria e amizade. Em especial à Norma Lopes, ao Antônio Lopes, à Tânia Resende, à Terezinha Resende (Teca), à Margarida Petter, à Mary Careno e tantos outros.

À minha amiga-irmã e colega Ulidete Rodrigues - a Uli - com quem passo horas discutindo sobre Lingüística e lingüistas. Em discussões regadas a muitas risadas e bom-humor.

Aos meus amigos Carina e Everton, pelo apoio e amizade incondicional.

Aos informantes guineenses, em especial ao amigo Incanha Intumbo, da Universidade de Coimbra, com quem discutia e ria muito sobre os dados guineenses.

Aos meus tradutores Júnior e Marcus, os santos (de casa) que fazem milagres.

RESUMO

Este trabalho é um estudo da produtividade morfológica do crioulo guineense com base em *corpus* lingüístico. Apoiado nos modelos teóricos de Halle (1973), Aronoff (1976) e Kiparsky (1982), e a partir da análise dos dados, foi possível definir o inventário dos processos morfológicos produtivos desse crioulo, assim como os itens gramaticais que compõem o sistema morfológico que geram as palavras guineenses. Nesse percurso, foram analisadas as relações de contrastes e distribuição que se manifestam mediante as noções de bloqueio, de condições de produtividade e produção, de reconhecimento do falante do estatuto lexical ou gramatical das formas lingüísticas e a formalização das RFPs (Regras de Formação de Palavras). Com o reconhecimento das propriedades inscritas nos sistemas morfológicos das línguas, manifestadas no guineense, pode-se afirmar que a recursividade e a criatividade estão presentes neste crioulo.

ABSTRACT

This thesis constitutes a study of the Guinea creole's morphological productivity based on linguistic *corpus*. Basing on the theoretical models of Halle (1973), Aronoff (1976) and Kiparsky (1982), and using data analysis, it has been possible to define the inventory of productive morphological processes of this specific Creole, as well as the grammatical items with compound the morphological system that generates the Guinean words. Throughout this work we are supposed to analyze the contrast and distribution relations manifested throughout notions of blocking, productivity and production conditions, speaker's acknowledgement of the lexical or grammatical statute of the linguistic forms and the formalization of the WFR (Word Formation Rules). From the acknowledgement of the properties inscribed into the morphological systems of languages, manifested in the Guinean Creole, it has been possible to conclude that recursivity and creativity are present in this creole.

“África tudo o que sofreu
Porto de desesperança e lágrima
Dor de solidão
Reza pra teus orixás
Guarda o toque do tambor
Pra saudar tua beleza
Na volta da razão
Pele negra, quente e meiga
Teu corpo e o suor
Para a dança da alegria
E mil asas pra voar
Que haverão de vir um dia
E África, em nome de deus
Cala a boca desse mundo
E caminha, até nunca mais
A canção segue a torcer por nós”

Marco Antonio Guimarães e Milton Nascimento

LÁGRIMA DO SUL

Do álbum “*Encontros e Despedidas*”, Barclay/Polygran, 1985

SUMÁRIO

| | |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 3 |
| 1. A GUINÉ-BISSAU | 7 |
| 1.1 A TERRA E SUA GENTE | 7 |
| 1.1.1 Época das Grandes Descobertas | 11 |
| 1.1.2 A Costa da Guiné | 15 |
| 1.1.3 A Guiné Portuguesa | 21 |
| 1.1.4 A Guiné-Bissau | 22 |
| 1.1.5 Relações com Cabo Verde | 25 |
| 1.1.6 A situação sociolingüística | 28 |
| 1.2 A FORMAÇÃO DA LÍNGUA | 30 |
| 1.2.1 Lançados, Tangomas e Grumetes | 30 |
| 1.2.2 Hipóteses Insular, Monogenética e Ambigenética | 33 |
| 1.2.3 Crioulo Português da Costa Ocidental Africana, Caboverdeano ou Guineense | 36 |
| 1.3. A SITUAÇÃO LINGÜÍSTICA | 40 |
| 1.3.1 Variação Diacrônica, Diatrática e Diatópica | 40 |
| 1.3.2. O crioulo da Casamansa | 43 |
| 1.3.3. Língua de Prestígio e Língua de Identidade | 44 |
| 1.3.4 A língua portuguesa na Guiné e a descrioulização | 49 |
| 1.3.5 Guineense ou Crioulo? | 51 |
| 1.3.6 Ensino formal e ortografia | 52 |
| 2. OS ESTUDOS CRIoulos | 54 |
| 2.1 A CRIOLÍSTICA | 54 |
| 2.1.1 O que são línguas crioulas e pidgins: características sócio-históricas e gramaticais | 57 |
| 2.1.2 Contatos de línguas: diferentes condições favoráveis à emergência de uma língua crioula | 61 |
| 2.2 AS HIPÓTESES SOBRE A GÊNESE DOS CRIoulos | 66 |
| 2.2.1 Hipótese Monogenética | 66 |
| 2.2.2 Hipótese Superestratista | 69 |
| 2.2.3 Hipótese Substratista | 69 |
| 2.2.4 Hipótese Universalista | 69 |
| 2.2.5 Hipótese da Língua Mista | 71 |
| 2.3 AS GRAMÁTICAS CRIoulas | 73 |
| 2.3.1 Idéias, conceitos e pré (conceitos) | 74 |
| 2.3.2 A lingüística darwiniana e os estudos crioulos | 75 |
| 2.3.3 A morfologia nos estudos crioulos | 77 |
| 2.3.4 A tese da pouca morfologia | 78 |
| 2.3.5 Características gerais e generalizações | 78 |
| 3. METODOLOGIA | 87 |
| 3.1 O CORPUS | 87 |
| 3.1.1 As fontes | 87 |
| 3.2 A LINGÜÍSTICA DE CORPUS | 88 |
| 3.2.1 Definição e justificativas | 89 |
| 3.2.2 Representatividade, extensão | 89 |

| | |
|---|------------|
| 3.3 O BANCO DE DADOS | 90 |
| 3.3.1 Formatação e Contexto | 90 |
| 4. FUNDAMENTOS TEÓRICOS | 95 |
| 4.1 A MORFOLOGIA: UM PEQUENO HISTÓRICO | 95 |
| 4.2 OS PRINCIPAIS MODELOS TEÓRICOS PÓS-LEXICALISMO | 102 |
| 4.3 MORFOLOGIA BASEADA EM PALAVRA E MORFOLOGIA BASEADA EM MORFEMAS | 106 |
| 4.4 A MORFOLOGIA NA GRAMÁTICA TRADICIONAL | 108 |
| 4.5 A MORFOLOGIA DE MORFEMAS DE HALLE | 110 |
| 4.6 A MORFOLOGIA DE PALAVRAS DE ARONOFF | 112 |
| 4.7 KIPARSKY E A MORFOLOGIA LEXICAL | 116 |
| 4.8 AS MORFOLOGIAS DE ARONOFF, HALLE E KIPARSKY: UMA COMPARAÇÃO | 120 |
| 4.9 PRODUTIVIDADE MORFOLÓGICA | 121 |
| 5. A MORFOLOGIA DO GUINEENSE | 126 |
| 5.1 COMPOSIÇÃO | 127 |
| 5.1.1 Conceituação | 127 |
| 5.1.2 Grupo sintático e composição | 128 |
| 5.1.3 Os compostos no guineense | 135 |
| 5.1.4 Composição ou Derivação? | 145 |
| 5.2 REDUPLICAÇÃO | 149 |
| 5.3 DERIVAÇÃO | 162 |
| 5.3.1 Derivação no guineense | 163 |
| 5.3.2 Derivação ou Flexão? | 164 |
| 5.3.3 A flexão no guineense | 167 |
| 5.3.4 Sufixação | 173 |
| 5.3.4.1 $(X)_N \rightarrow [(X)_N + ndadĩ]_{N[+abstrato]}$ | 177 |
| 5.3.4.2 $(X)_N \rightarrow [(X)_N + esa]_{N[+abstrato]}$ | 184 |
| 5.3.4.3 $(X)_N \rightarrow [(X)_N + eru]_{N/A}$ | 190 |
| 5.3.4.4 $(X)_V \rightarrow [(X)_V + dur]_{N/A}$ | 195 |
| 5.3.4.5 $(X)_N \rightarrow [(X)_V + ada]_N$ e $(X)_V \rightarrow [(X)_V + ada]_N$ | 200 |
| 5.3.4.6 $(X)_N \rightarrow [(X)_N + ia]_{V[+açãõ]}$ | 204 |
| 5.3.4.7 $(X)_V \rightarrow [(X)_V + nsa]_N$ | 208 |
| 5.3.4.8 $(X)_N \rightarrow [(X)_N + siñu]_N$ | 211 |
| 5.3.4.9 $(X)_V \rightarrow [(X)_V + ntV/ndV]_{V[+causatividade]}$ | 214 |
| 5.3.4.10 $(X)_N \rightarrow [(X)_V + menti]_N$ | 217 |
| 5.3.4.11 $(X)_N \rightarrow [(X)_N + dia]_{N[+abstrato]}$ | 218 |
| 5.3.4.12 $(X)_A \rightarrow [(X)_A + uda]_{N[+abstrato]}$ | 220 |
| 5.3.4.13 $(X)_N \rightarrow [(X)_N + on]_N$ | 222 |
| 5.3.4.14 $(X)_{A,} [(X)_A + asku]_{N[+abstrato]}$ | 224 |
| 5.3.5 Prefixação com $(X)_{V/N} \rightarrow [dis- + V/N]_{V/N}$ | 226 |
| 5.3.6 Produtividade dos afixos guineenses | 232 |
| CONCLUSÃO | 235 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 238 |

INTRODUÇÃO

A criouliização envolve o desenvolvimento ou aquisição de formas lingüísticas para expressar categorias gramaticais como resultado da estruturação da gramática (Plag, 1998). Essa estruturação é marcada caracteristicamente em línguas que emergiram em situações particulares de contato lingüístico. Nesse sentido, a morfologia tem papel preponderante no que se refere à discussão acerca da recursividade nas línguas crioulas, pois, tem-se uma conjunção dos recursos inatos da linguagem humana e do desenvolvimento sociohistórico do povo que fala o crioulo. Deste modo, um estudo dos recursos morfológicos do guineense, por suas origens crioulas, não pode se furtar das informações fornecidas pelos dados a respeito dos aspectos diacrônicos deste crioulo.

Contudo, há uma crença bastante difundida entre muitos crioulistas e lingüistas, segundo a qual as línguas crioulas têm pouca morfologia derivacional e nenhuma flexional. Esta idéia, tomada como uma generalização para os crioulos, levou ao descaso dos crioulistas nos estudos acerca da morfologia destas línguas.

A noção da ausência de processos considerados “complexos” nas línguas crioulas levou também à idéia de simplicidade. Esta, por sua vez, foi entendida em um sentido de pobreza, a ponto de serem consideradas como línguas que “ainda” não atingiram um patamar de complexidade e riqueza gramatical, por serem línguas jovens. Contrariamente às línguas européias mais antigas, que entraram como línguas lexificadoras no processo de criouliização. É sabido que as antigas especulações acerca da evolução lingüística eram tendenciosas e sublimavam as línguas européias e flexionais.

É fato que os crioulos são línguas com um histórico de formação sociolingüístico diferente das línguas européias. A própria idéia de simplicidade em língua é um conceito construído socialmente e não aceito pelos lingüistas. Para a Lingüística, as línguas humanas, entre elas as línguas crioulas, são sistemas altamente eficientes de comunicação. Essa eficiência acompanha o curso da necessidade comunicativa da sociedade

onde se realiza essa língua. Isto quer dizer que, à medida que uma sociedade se modifica, modifica-se também a sua língua. Palavras referentes a modernos conceitos tecnológicos e científicos não fazem parte do guineense. O fato de ser a língua de um país em condições de desenvolvimento diferentes do padrão europeu tem relevância nesta discussão, pois o crioulo não tem uma utilização cotidiana e reiterada nas ciências e na tecnologia. Isto não invalida a afirmação de que a gramática guineense seja rica, complexa e perfeita para a sua comunidade lingüística.

Todos os fatos acima levam a uma inquietação diante da dicotomia simplicidade/complexidade nas línguas, uma vez que essa idéia é, marcadamente, carregada de (pré)conceitos que emergiram de uma visão europeizada.

Outro pensamento que incomoda, inserido nas idéias acima, é o da “ausência” de morfologia. Sabe-se que toda língua tem gramática, seja ela uma língua de sinais, como a LIBRAS, ou mesmo uma língua não-natural, com o esperanto. Se a primeira divisão que se faz da gramática (de todas as línguas) é o estudo da estrutura das palavras (morfologia) e das sentenças (sintaxe), tem-se então um problema na afirmação de que crioulos são línguas. E é consensual entre lingüistas o fato de que as línguas crioulas são línguas.

Nesse contexto, o objetivo principal deste trabalho de pesquisa é trazer mais dados à discussão e argumentar acerca da idéia de que há pouca (ou nenhuma) morfologia nas línguas crioulas, tendo como elemento de análise o crioulo guineense.

A primeira grande questão é a existência ou não de processos morfológicos, ou melhor, a existência de morfologia no guineense. Se esses processos realmente são parte da estrutura gramatical das línguas humanas, quais os itens morfológicos que fazem parte da estrutura morfológica do guineense?

A idéia de crioulição lingüística não se limita à língua. Ela reúne um histórico sociocultural e lingüístico que não pode ser esquecido nos estudos crioulos. Ainda que esse estudo esteja voltado à gramática da língua. Com isso, a outra questão que emerge diz respeito ao percurso desses processos,

na configuração das Regras de Formação de Palavras (RFP) em produtividade no guineense. Considerando que o questionamento anterior seja verdadeiro e que existam itens gramaticais identificáveis no léxico guineense, pergunta-se então: Como eles estão se produzindo? Como eles passaram a ser parte desse repertório e qual o papel dos dados do português na construção dessa morfologia? Para responder considera-se o cruzamento entre sincronia e diacronia.

Por fim, se os questionamentos acima se confirmam na análise dos dados, quais as regras mais produtivas e quais os fatores relevantes que definem o grau de maior ou menor produtividade dessas regras?

No percurso desses questionamentos, podem-se construir argumentos que confirmam a essência da criatividade e da recursividade presentes nas línguas humanas. Como não poderia deixar de ser, presentes também nas línguas crioulas. Espera-se concluir que os processos produtivos presentes na morfologia guineense se originaram na base de uma gramática que se articula nos recursos padrões da linguagem humana. Esses processos seguem um padrão de construção gramatical que obedece a gênese dos próprios processos morfológicos das línguas em geral, que vai da repetição à flexão. Nesse percurso de produtividade, as regras são construídas, assim como os morfemas para o acionamento das mesmas. Como somente os morfemas gramaticais são produtivos, alguns morfemas lexicais se gramaticalizam para se reproduzirem. Assim, vão adquirindo uma carga gramatical e apagando seu conteúdo lexical. Esse desenvolvimento de formas que expressam categorias lingüísticas é um mecanismo *default* que não se perdeu no falante crioulo em consequência do processo de crioulização.

No capítulo 1, tem-se um apanhado histórico e social de formação do povo e da língua guineense. Esse percurso histórico se inicia antes da chegada dos portugueses, com conflitos étnicos e políticos que definiram a distribuição etnográfica nos séc. XV. Nos séculos seguintes, as trajetórias histórica e social são fortemente influenciadas pela presença dos europeus, em um contexto de crioulização marcado pelo estabelecimento do crioulo e do povo guineense em seu território.

O capítulo 2 aborda os estudos crioulos, começando pela história da Crioulística, os conceitos e as características que definem uma língua crioula em oposição a uma não-crioula. As hipóteses mais destacadas nos estudos acerca da gênese dos crioulos é parte desse capítulo. Nessa seção também é apresentado um panorama das gramáticas crioulas, indicando as idéias, conceitos e (pré)conceitos acerca destas gramáticas, com ênfase na morfologia dos crioulos e os reflexos da Lingüística Darwiniana nos estudos da morfologia crioula nos dias de hoje.

O capítulo 3 apresenta a metodologia da Lingüística de *corpus*, com a definição de *corpus*, a apresentação dos dados e do banco de dados, sua montagem e suas fontes. Nesse capítulo é apresentado o *software* Contexto, um concordanciador desenvolvido para a manipulação e gerenciamento dos dados desta pesquisa.

O capítulo 4 trata dos fundamentos teóricos da pesquisa, começando por uma breve história da morfologia desde a tradição grega até os dias atuais. Neste percurso, há uma apresentação sucinta dos principais modelos teóricos da morfologia, com destaque para os modelos de Halle (1973), Aronoff (1976) e Kiparsky (1982), que são as bases teóricas desta pesquisa. O conceito de produtividade morfológica encerra o capítulo 4.

Por fim, o capítulo seguinte, de número 5, trata da morfologia do crioulo guineense. Nessa seção são apresentadas as contextualizações teóricas, os critérios de análise, os *corpora*, e as análises da composição, da reduplicação, da flexão e da derivação do guineense.

1. A GUINÉ-BISSAU

1.1 A TERRA E SUA GENTE

Por volta do séc. VII, o oeste africano é parte do Império de Gana, cujos domínios se estendem das terras entre o alto Níger¹ até o Oceano Atlântico, conforme nos mostra o mapa abaixo:



<http://www.globe-images.com/africa-image.htm>

O Império de Gana também era conhecido como “Ugadu” – o país dos rebanhos – sua população era constituída de agricultores e pastores de gado. Também exerciam a tecelagem e a ferraria. O forte comércio de ouro e a renda desta comercialização permitiam a construção de grandes cidades. Dizem que a capital do Império de Gana, Kumbi Saleh, contava, em seu apogeu, mais de 15.000 habitantes. O Império de Gana viveu seu apogeu nos séculos IX e X. Embora animistas, os nativos permitiam a presença dos árabes em seu território e mantinham uma relação de comércio de ouro, escravos e marfim com os árabes. Alguns desses nativos, eram os chamados almorávidas - africanos convertidos ao islamismo. O conflito entre pensamentos religiosos com crenças tão diversas era uma

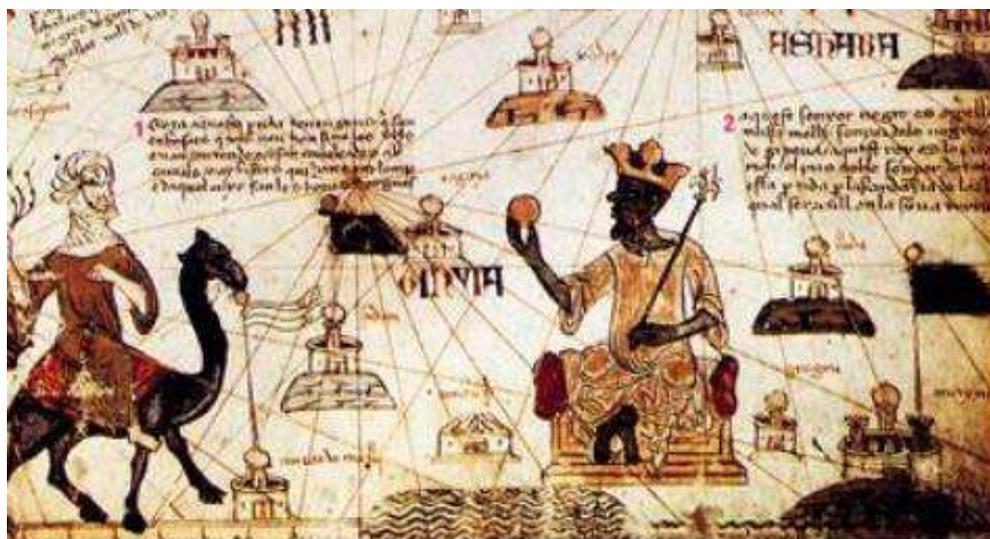
¹ Com 4.200 km de extensão, é o terceiro maior rio da África. Hoje, o Rio Níger faz a divisa entre o Benin e o Níger e a sua bacia é responsável, em grande parte, pela fecundidade do solo nigeriano.

questão de tempo. Havia também muito ouro e, mesmo resistindo a investidas de inimigos como os berberes², por volta de 1076, os Ganas sucumbiram diante dos almorávidas e tiveram sua capital, Kumbi Saleh saqueada e tomada pelos árabes. Os almorávidas lutaram sob o signo de “guerra santa” contra os “infiéis” e a luta durou menos de cinqüenta anos. Muitos povos fugiram da guerra santa rumo ao oeste e se instalaram na região onde hoje se encontra a Guiné-Bissau. É a época do Império Mali, formado pelo povo mandinga, povo este que até então era dominado pelo Império de Gana. Os mandingas já eram muçulmanos e a conversão ao islamismo foi conseqüência das relações com os árabes. A história registra, inclusive, peregrinações à Meca no séc. XIV

“Conta-se que em 1324-1325, empreendeu (o imperador) uma peregrinação a Meca, fazendo acompanhar-se de cerca de sessenta mil pessoas, entre as quais quinhentos escravos carregados de ouro em barra e em pó”.

(Carreira, 1947, p. 15)

Detalhe do mapa do Norte da África (Manuscrito Catalão de 1375)



<http://www.ricardocosta.com/pub/imperiosnegros2.htm>

Os dois números em vermelho marcam dois textos. São eles: 1. “Toda esta parte tem gentes que ocultam a boca; só se vêem seus olhos. Vivem em tendas e têm caravanas de camelos. Também possuem animais de cujas peles fazem excelentes escudos”. 2. “Este senhor negro é aquele muito melhor senhor dos negros de Guiné. Este rei é o mais rico e o mais nobre senhor de toda esta parte, com abundância de ouro na sua terra” (tradução literal). Observe que embaixo do globo de ouro que o imperador Mansa Musa segura na mão direita está a representação da cidade de Tumbuctu. In: DAVIDSON, Basil. “Os Impérios Africanos”, *História em Revista* (1300-1400). A Era da Calamidade. Rio de Janeiro: Abril Livros / Time-Life, 1992, p. 149.

² Etnia nômade que vive no norte da África

A ascensão dos mandingas ao poder, cuja posse era até então do Império de Gana, deveu-se ao fracasso dos almorávidas em manter o intenso tráfico do ouro. Os países atuais localizados onde antes era o território do Império Mali são: Guiné, Burkina Faso, Costa do Marfim, Serra Leoa, Libéria, Gâmbia e Senegal. Era também uma sociedade dividida em clãs, cujas identificações fazia pelas ocupações que exerciam os indivíduos na sociedade. Assim, havia o clã dos ferreiros, dos poetas etc. Os casamentos eram endogâmicos, o que preservava as famílias em suas próprias castas. O guerreiro Sundiata, fundador do império, fez de Niani, às margens do Rio Sankarani, a capital do império Mali. Assim como no Império de Gana, o comércio de ouro era o principal responsável pela riqueza e opulência do Império Mali. O mapa abaixo mostra os domínios dos Malis.



<http://www.ricardocosta.com/pub/imperiosnegros2.htm>

A conquista militar da Guiné-Bissau, pelos Mandingas, aconteceu por volta do século XIII ou XIV. Guerreiros mandingas, procedentes do Mali, vieram se estabelecer na região de Gabu, ao Leste da Guiné-Bissau, e em Casamansa e ali formaram a principal província-estado do Império Mali. Nesta época, o Mali estava no auge de seu poderio. Os invasores, além de guerreiros, com algumas de suas facções convertidas ao islamismo, eram também agricultores. O rei supremo do Império, o “Mansa” tinha a sua autoridade reconhecida, mas, o governador da província, chamado de Farim, tomado pela autoridade suprema, passou a intitular-se também de Mansa, o que o elevava à qualidade de rei. Com o declínio do Império Mali no séc.

XVI, as províncias de outros povos, também parte do Império Mali, passaram do mesmo modo a reconhecer a autoridade do seu próprio Mansa e constituíram estados separados. Daí resultou a derrocada do Império Mali, quando as diferentes províncias passaram a se reconhecer como estados separados e seus governadores (Farins), tomados pela ganância, intitularam-se Mansa. Com a desintegração veio a ruína do Mali.

Os povos do litoral da Guiné, como os banhuns, balantas e beafadas, até a chegada dos mandingas viviam no interior, mas foram “empurrados” para o litoral com a invasão dos mandingas. Muitos desses povos eram integrantes do Império Mali e reconheciam a figura do Mansa. Com a queda do Império Mali, estes povos voltaram às suas origens sociais.

Segundo Lopes (1987, p.26) “o povo que mais influenciou a área que corresponde à Guiné-Bissau atual foi, sem dúvida, o mandinga”, pois a superioridade política do Mali atingiu um vasto território.

“Os mandingas eram assim um dos povos invasores vindos do interior da África que empurraram toda uma série de pequenas etnias para a costa”

(Lopes, 1987 p.17)

No séc. XV, quando da chegada dos portugueses à Costa da Guiné, em 1444, os povos do litoral já haviam passado pela alteração na distribuição territorial deflagrada pelo assentamento dos mandingas. Havia também uma guerra travada com Coli Tenguela, um guerreiro e conquistador fula que, na época da chegada dos portugueses, atravessava o Gabu (Guiné) para depois fundar, no vale do Senegal, reino de Futa-Toro.

Segundo Trajano Filho (comunicação pessoal), a expansão mandinga fez mais do que descolar os povos do Gabu (diolas, balantas, banhuns, manjacos, beafadas etc) para a costa. Teve também como efeito vários arranjos e compromissos, representando claramente um processo de criouliização cultural, que teve início cerca de 100 anos antes da chegada dos portugueses e que inda estava em operação quando estes chegaram à Guiné.

1.1.1 Época das Grandes Descobertas

A arrancada inicial ao “além-mar” deveu-se, em grande parte, à coragem, determinação e ambição de Dom Henrique, filho de Dom João I, o precursor da dinastia de Avis. Em 1413, acontecia um avanço dos turcos na Europa cristã (estes já estavam próximos da fronteira da Hungria). A igreja católica vivia uma época com três papados diferentes: Gregório XII em Roma, Bento XIII em Avinhão e João XXIII em Pisa. Portugal obedecia ao papa de Roma e Castelha, por sua vez, obedecia ao de Avinhão. Portugal queria “mostrar” ao papa que os portugueses iam além das brigas e batalhas entre mouros e cristãos, mas que tolhiam radicalmente o avanço inimigo, ao ponto de arrebatá-lhe uma cidade. Assim, os galegos investiriam contra os árabes também na África.

Combinando objetivos religiosos, políticos e principalmente econômicos, Portugal *“zarpou ferros’ e partiu por aí, pelo mar, buscando o sul e encontrando nele a direcção dos outros pontos cardeais”* (Ferronha, 1992, p.40). Os portugueses tinham a determinação e a ânsia de expandir seu comércio. Soma-se a isto, o caráter arrojado de Dom Henrique. Então, após um período de planejamento, os portugueses partem com uma esquadra com cerca de 50.000 homens e 220 navios rumo a Ceuta, no Marrocos. Após 42 dias da partida de Portugal, a cidade estava conquistada em uma batalha que durou apenas um dia. Dom Henrique, contava 21 anos na data da tomada de Ceuta, mas participou da batalha, tendo, na ocasião, recebido o título de Conde de Viseu e Senhor de Ceuta após a vitória.

“ca por certo nom se pode negar que a cidade de Cepta non seja chave de todo o mar Medyoterreno. Na qual conquista este príncipe foe capitam de muy grande e muy poderosa frota, e como vallente cavalleiro trabalhou por sua pessoa no dya que foe filhada aos Mouros...”

Azurara (p.25 e 26)

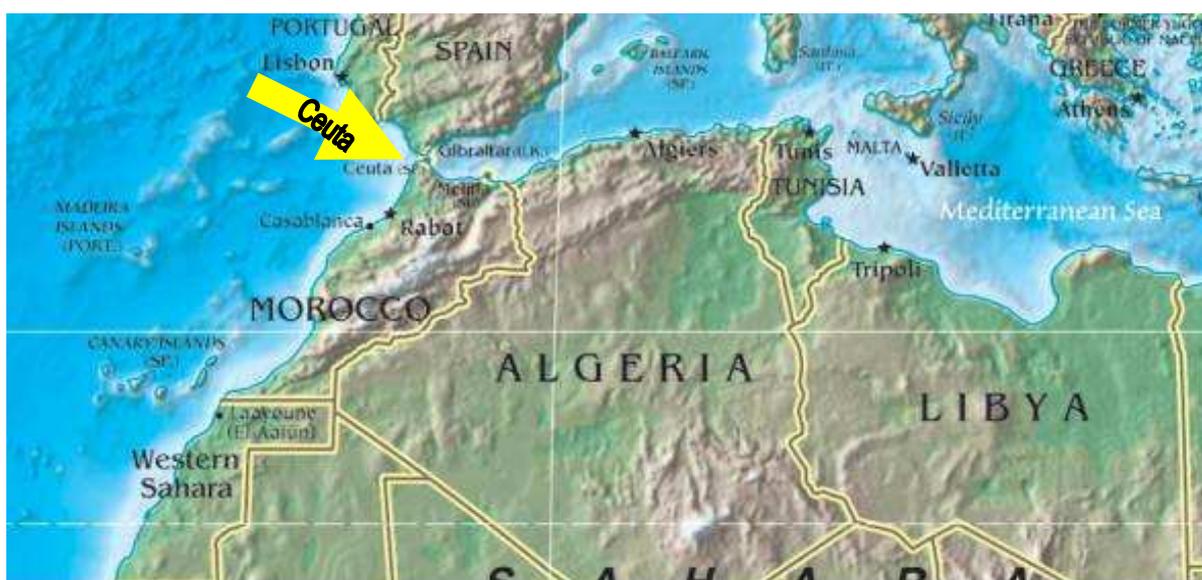
O infante era membro da Ordem dos Cavaleiros de Cristo, uma organização remanescente dos Cavaleiros Templários, cujos membros, sempre homens, eram abnegados e consagrados à tradição e defesa da religião cristã contra os “infiéis” muçulmanos. Dom Henrique foi Governador da Ordem e, em seu apogeu, garantiu à Ordem a hegemonia sobre o

conhecimento das navegações. Os cavaleiros, por sua vez, entravam com o poderio econômico, sendo a Ordem a grande financiadora dos descobrimentos portugueses. Além de dominar a tecnologia das navegações da época, a Ordem era também possuidora dos mapas com as rotas marítimas. Conta-se que Gil Eanes, Vasco da Gama e Pedro Álvares Cabral eram membros da Ordem dos Cavaleiros de Cristo. Estes fatos são interessantes na medida em que apontam para a importância dos Cavaleiros de Cristo para os descobrimentos portugueses e também justifica o interesse na ocupação da África para bloquear o avanço do islamismo que se representava na figura dos almorávidas. A Bandeira da Ordem podia ser notada nas naus que partiam rumo a novos descobrimentos juntamente com a bandeira do reino:



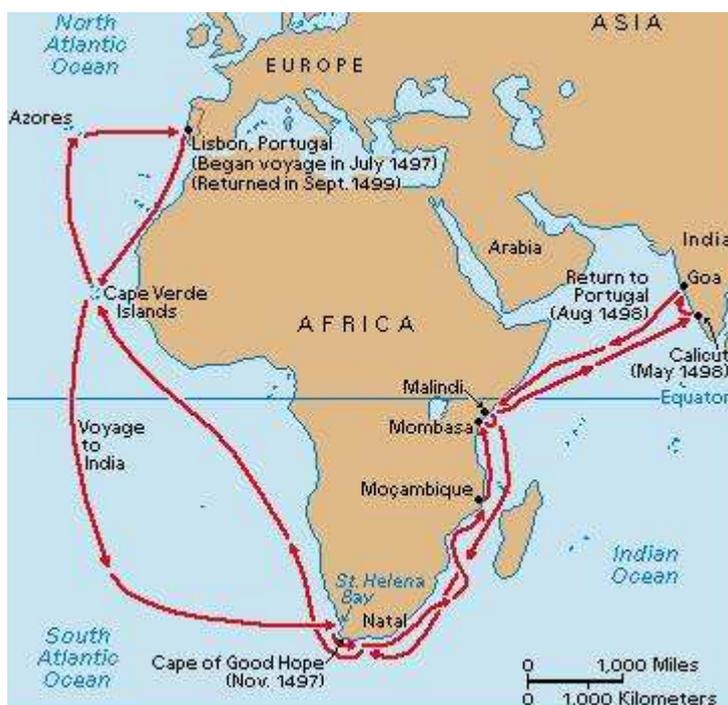
Fonte: <http://escolavesper.com.br/bandeiras-historicas>

A tomada de Ceuta, além de marcar a primeira investida dos portugueses para os mares distantes, também representava uma barreira para os ataques mouros contra a Europa, uma vez que Ceuta era caminho obrigatório para se chegar do Oriente à Europa, conforme podemos observar na figura abaixo.



<http://map.africa-atlas.com/>

Ainda em Ceuta, Dom Henrique ouviu, pela primeira vez, falar sobre a África e o ouro da Guiné. Na época das grandes descobertas, havia o pensamento constante, por parte dos administradores, sobre busca de novas frentes expansionistas e novos produtos comerciais. A ganância de expansão comercial e a pilhagem era uma constante nesse período. A Índia, famosa por suas especiarias e riquezas em metais, era a aspiração de diversos navegadores da época. Mas, chegar até à Índia representava um desafio, os obstáculos eram muitos. Por terra era inviável, além de demorado, representava muitos perigos aos peregrinos. O caminho marítimo conhecido pelos navegadores passava pelo Mar Mediterrâneo e pelo Mar Vermelho. Estes dois mares estavam sob o domínio dos mouros, dos genoveses e dos venezianos. Vale lembrar que, essa aliança com os árabes representava a riqueza de Gênova e Veneza, quando do comércio das especiarias originárias do oriente e estes, por sua vez, monopolizavam o comércio com a Índia. Por estes motivos, os portugueses buscavam um caminho alternativo (representado em vermelho no mapa abaixo). Caminho este que desviasse dos mouros e dos italianos



Fonte: http://www2.worldbook.com/wc/popup?path=features/explorers&page=html/age_sailing.html&direct=yes

A supremacia como navegadores permitia que os portugueses estivessem à frente na corrida expansionista. Além do domínio das técnicas náuticas e o patrocínio da Ordem dos Cavaleiros de Cristo, Portugal se posiciona estrategicamente de frente para o Atlântico, em uma posição

geográfica privilegiada para as grandes navegações. Seus conhecimentos da tecnologia náutica permitiram “subir” rumo ao norte contra os ventos Alísios, famosos por formarem um corredor de ventos na linha do Equador na direção oeste e por transportarem águas quentes ao Pacífico. Com este domínio de navegação e a capacidade de enfrentar os ventos Alísios, foi possível chegar às Ilhas de Cabo Verde, à Gana e realizar a grande façanha de passar pelo Cabo da Boa Esperança.

Também era do conhecimento dos portugueses, mesmo antes das datas oficiais de “descobrimento”, a existência de terras que iam “além do Bojador”. A própria “descoberta” do Brasil, conforme conta a história não-oficial, parece não se tratar de uma descoberta do desconhecido. O caminho de Cabral é, claramente, um desvio da rota rumo ao oriente. Segundo a história não-oficial, a passagem de Cabral nestas terras teve o propósito de confirmar a posse da terra. Aliás, este fato é bastante difundido entre historiadores e de conhecimento geral e interessante para justificar o conhecimento dos mapas náuticos pelos portugueses na época dos descobrimentos.

Azurara, em 1493, já descrevia o Saara e as correntes marítimas “além do Bojador”, o que nega o fato de que os portugueses acreditavam na lenda dos mouros, segunda a qual, *“o fim do mundo, começava imediatamente ao sul deste ponto claramente definido”* (Herrman, sd. p.231).

“depois deste cabo (o Bojador) nom há hi gente nem povoraçom algûa; a terra nom hementos areosa que os desertos de Libya, onde non há augua, nem herua verde; e o mar he tam baixo, que a hûa braça. As correntes som tamanhas, que navyo que la passe, jamaes nunca poderá tornar.

(Azurara, 1841, p.51)

1.1.2 A Costa da Guiné

A chegada dos portugueses à Costa da Guiné aconteceu em meio a um turbilhão político. Em 1437, os castelhanos conseguem uma bula papal concedendo as conquistas portuguesas na África aos castelhanos. Dom Duarte, “El Rei” de Portugal, manda um recado ao papa de Roma anunciando que *“apelaremos ao Senhor e prosseguiremos a apelação com a espada”* (Peres, 1961, p. 25). O próprio Dom Duarte empreendeu uma expedição militar à África sem intenção de conquistas, mas com o propósito de impressionar o papa. Nesta expedição, mesmo com opiniões contrárias, Dom Duarte resolve atacar Tânger. A ofensiva, sob o comando de Dom Henrique, foi um desastre com três batalhas perdidas. Com a derrota dos portugueses, os mouros colocam condições para a partida dos derrotados. São elas: embarque do exército português desarmado; devolução de Ceuta aos mouros; paz por cem anos e ainda a desistência da conquista de Belamarin. Dom Henrique aceita e deixa de garantia seu irmão, Dom Fernando, como um “penhor” do cumprimento do tratado. Portugal e El-Rei sofreram um abalo com a notícia do desfecho em Tânger. Dom Duarte entra em um estado de depressão que o leva à morte. Dom Fernando, em poder dos mouros, morre após 6 anos de cativo, em 1443.

Dom Henrique mantinha seus propósitos expansionistas, apesar do abalo com a morte do irmão. Importante ressaltar que o infante Dom Fernando ficou conhecido, após sua morte, como “o príncipe santo”. Vencido o medo de se chegar “além do Bojador”, por Gil Eanes em 1433, os portugueses avançaram rumo a novas terras e ao longo da costa africana. No ano seguinte, Eanes e Afonso Baldaia, vão além do Cabo, “cinquenta léguas”. Em 1436, Baldaia chega ao Rio do Ouro, que na verdade é apenas um braço de mar que entra pela costa e suas areias eram, segundo acreditavam os portugueses, banhadas por ouro. Embora a expedição não tenha conseguido capturar nativos, o que era da vontade do Infante Dom Henrique, trouxe informações que foram consideradas importantes como “rasto de homens e camelos”. Em 1441, Antão Gonçalves chega ao Cabo Branco e em 1443, é a vez de Nuno Tristão desembarcar em Arguim e o primeiro “lançado”, João Fernandes, fica em terras africanas por sete meses. Em 1444, uma esquadra de seis caravelas chega às ilhas de Naar e Tider. Nos anos que se seguiram, diversos navegadores rumam à costa da

África em busca de riquezas e escravos. A proposta é chegar cada vez mais distante nas terras africanas, pois o lucro de cada expedição compensava os riscos das viagens. Assim, os portugueses rumam cada vez mais ao sul da costa da África e chegam, com o navegador Nuno Tristão, à terra dos negros em 1444, a chamada Guiné.

“E esta gente desta terra verde, he toda negra, e porem he chamada terra dos Negros, ou terra de Guinee, por cujo aazo os homees e molheres della som chamados Guineus, que quer tanto dizer como negros.”

(Azurara, 1841, p. 278)

A chegada à Costa do Ouro aconteceu em 1471 e o Cabo da Boa Esperança só foi ultrapassado em 1488. Com este feito português, abriu-se o caminho para a Índia e para o mundo ainda desconhecido pelos portugueses.

Carreira (1972) afirma que os documentos que se referem aos Rios da Guiné de Cabo Verde não possuem uma unidade geográfica. No começo do Séc. XVI, a área entre o rio Senegal e o rio Orange (hoje a Namíbia) era uma faixa ainda indefinida no continente, embora demarcada na costa. Não havia um conhecimento mais acurado da costa africana que permitisse uma demarcação mais coerente e certa. A delimitação foi consolidada somente a partir de 1600, quando “as gentes” e os rios passaram a ser mais conhecidos.

Após a descoberta, os portugueses comercializavam na costa africana a bordo de navios. A ocupação mais definitiva da terra era dificultada pela resistência à presença dos portugueses. Além do quê, o fato agravava-se com a escassez de recursos e outros fatores. Carreira (1983) enumera 14 deles. Pode-se ressaltar: a irregularidade no comércio, a dificuldade na fundação de feitorias, a escassez de recursos humanos e materiais, o clima considerado ruim, a presença abundante dos chamados “degradados”, ou lançados do reino etc.

A partir do Séc. XVII, os portugueses usaram os lançados (ou tangomaus) vindos de Cabo Verde e, com o consentimento dos régulos

(chefes tribais) nos territórios ocupados, foram se estabelecendo (não sem dificuldades) com a prática do comércio. Por questões de segurança, instalavam-se perto de rios e em regiões costeiras, pois, em caso de conflitos com os nativos, era possível uma rápida retirada pelos rios. Também era comum o ataque de corsários às populações das margens de rios e dos mares. A permanência dos portugueses e a autoridade nas chamadas “praças” eram mantidas pela força.

“Vigorava a lei da selva. Quem dispunha de força dominava os mais fracos. Os moradores viviam angustiados com a possibilidade das suas palhotas poderem ser incendiadas de repente”

(Carreira, 1983. p. 24)

Os régulos resistiam fortemente à fortificação portuguesa, pois isso poderia abalar o poder político local. Com isso, existia a resistência à construção de fortalezas. Havia também grande diversidade étnica e religiosa em conflito naquele território, uma vez que abrigava, ao mesmo tempo, povos islamizados, animistas e cristãos. Soma-se ainda, a pluralidade dos regulados, com muitos chefes buscando ostentar a sua supremacia entre os demais. A política da força e a lei do mais forte causaram a extinção dos régulos mais desguarnecidos. A autoridade passou então aos régulos mais fortes, possuidores de muitos escravos e armas formando seu exército particular. Tais escravos, advindos da captura em expedições para o continente, eram altamente lucrativos para os chefes religiosos e políticos da época. Importante observar que a prática da escravidão entre grupos dos próprios africanos era uma prática tradicional.

Estes fatores causadores de dificuldade de estabelecimento de portugueses e mestiços na Costa da Guiné contribuíram para um comércio itinerante. Este, por sua vez, levava a um contato esporádico, ou seja, um contato de cunho comercial e não duradouro entre os povos em um modelo mais comercial e aleatório do que social, ou seja, “sem grande continuidade” (*ibidem*, p.28). Começam então a aparecer as povoações chamadas de tabancas, presídios e praças. A diferença entre elas estava no grau de segurança defensiva de cada uma, sendo a praça a mais fortificada e a tabanca a menos guarnecida. As praças e presídios apresentavam um comércio ainda tímido e formavam núcleos habitados por europeus,

mestiços e caboverdeanos. O território era uma “concessão” dos régulos à coroa, embora houvesse uma “recompensação” por parte da coroa aos chefes – um tipo de arrendamento. A construção das fortalezas era “negociada” também com os régulos. O pagamento (ou tributo) era estabelecido dentro das regras ditadas pelos régulos. Os brancos, além de ser minoria, não exerciam poder sobre os africanos, e estes, por sua vez, mantinham seus valores culturais intactos.

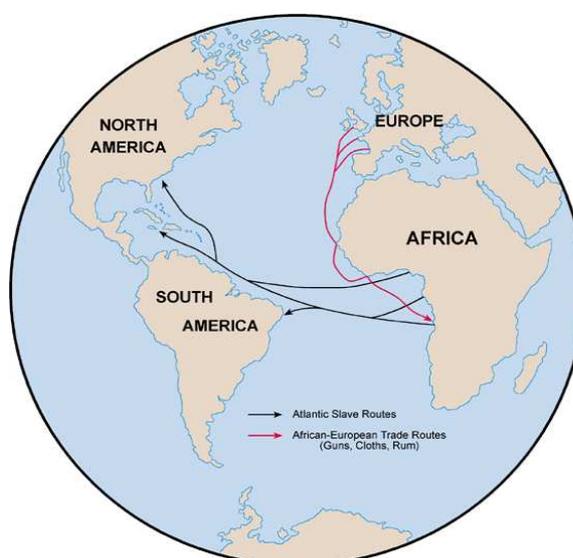
“a inexistência de um poder efetivo e duradouro da minoria dos imigrantes culturalmente mais evoluídos sobre a maioria africana – que viveu sempre independente e livre, mantendo intactos todos os seus valores culturais, em especial as línguas maternas”

Carreira (1972, p. 31 e 32)

Em 1482, com o comércio escravagista, El-Rei Dom João manda construir o Forte São Jorge de Mina, com o propósito de servir de empório para o tráfico de escravos advindos das diversas regiões da costa africana. O lucro obtido com o comércio ativo de escravos fez com que a costa africana ficasse conhecida como a “Costa dos Escravos”.

No começo, a captura dos escravos era feita pelos próprios portugueses que adentravam o continente à “caça” de negros. Essa prática causava um desconforto na (já abalada) relação entre portugueses e os povos africanos. Dom Henrique então decidiu que o comércio seria por intermédio dos chefes locais. Assim, os portugueses trocavam mercadorias por escravos capturados pelos próprios africanos. Essa prática tinha a vantagem de ser menos violenta e primar por uma relação mais amistosa com os régulos. Neste período, a caça aos cativos passou a ser a atividade mais lucrativa na África e acarretou um período de desagregação, disseminação de insegurança e de miséria. Reinos e impérios declinaram, outros até desapareceram. As autoridades foram desagregadas no litoral, criando um vasto número de pequenos chefes aventureiros armados. Para os portugueses, a exploração das rivalidades étnicas representava um grande negócio para a prática do comércio negreiro. Muitos africanos e chefes passaram a fazer da caça de cativos a sua atividade. Com isso, não houve progresso na África, somente desagregação, morte e destruição de reinos.

O comércio de negros, nos séc. XVI e XVII, percorria um caminho que ia da Europa à Costa da Guiné, depois para a América e retornava à Europa. Era o chamado Comércio Triangular. Da Europa vinham artigos baratos, as chamadas pacotilhas - mercadorias que eram permitidas aos marinheiros levar nas viagens e comercializar com os povos. Eram basicamente: pérolas de vidro coloridas, tecidos, aguardentes, armas e pólvora. Como a prática comercial era o escambo, estes recebiam de volta escravos capturados entre os povos africanos. Na América, os negros eram trocados por tabaco, açúcar, algodão, índigo. Estas mercadorias da América eram vendidas na Europa por preços altos, o que gerava um lucro muito grande ao negreiro. O mapa a seguir ilustra o caminho percorrido pelo Comércio Triangular.



Fonte: <http://exploringafrica.matrix.msu.edu/curriculum/lm6/activityfive.htm>

Portugal monopolizava o comércio da Costa da Guiné, mas o reino não dispunha de meios para fiscalizar este comércio praticado pelos “concessionários” da costa. Estes começaram a negociar escravos, de forma ilegal, com os espanhóis, holandeses e franceses. Nos anos de 1580 até 1640, a coroa espanhola passou a dominar a costa e somente os entrepostos da Guiné, Farim, Cacheu e Bissau resistiram à investida espanhola³.

Com vistas nos lucros obtidos com o comércio triangular da Costa da Guiné, os portugueses não tinham interesse pelo interior da África. Por

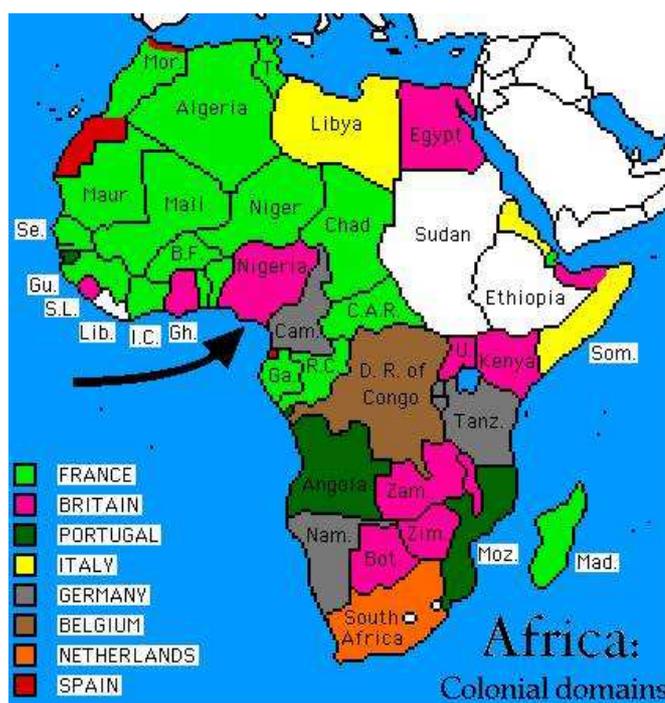
³ Não há um consenso entre os estudiosos em relação ao grau de resistência dos moradores de Farim, Cacheu e Bissau.

outro lado, *“as ilhas de Cabo Verde desabitadas, começaram a ser utilizadas como ponto de apoio do comércio triangular: os seus habitantes actuais são sobretudo escravos vindos da Guiné.”* (Lopes, 87, p. 21). Quando Portugal consolidou o seu privilégio exclusivo com o comércio escravo nos “Rios da Guiné”, a região que ia desde o sul da Serra Leoa até o norte do Senegal era conhecida como a Costa dos Escravos. Importante ressaltar que o interesse comercial e extrativista era tão forte nas relações com a África que, em várias regiões, o nome representava o tipo de mercadoria retirada dos africanos para o comércio na Europa. Alguns nomes se mantiveram através dos tempos, como Costa do Marfim, por exemplo. Outros nomes, após a partição da África e a consolidação das nações no séc. XIX, ficaram somente na história, como Costa do Ouro e a própria Costa dos Escravos.

A Guiné segue seu curso histórico servindo de fornecedora de escravos e pagando o alto preço social por essa prática. Em 1641 Portugal instala seu primeiro administrador em Cachéu, o capitão-mor Gonçalo Aiala. No ano de 1766, Bissau passa a ser a capital. Até então, a Costa da Guiné estava sob a administração do arquipélago do Cabo Verde, a separação administrativa entre os Rios da Guiné e as ilhas de Cabo-Verde ocorreu somente em 1879.

1.1.3 A Guiné Portuguesa

Em 1884 e 1885 aconteceu Conferência de Berlim, cuja finalidade principal era regulamentar a expansão das potências coloniais na África considerando as ocupações de cada país na costa africana. Havia, nesta época, disputas e conflitos das nações europeias sobre a posse das terras ao longo da costa e a regulamentação era necessária. Neste encontro, foram demarcados os limites de cada país e seus respectivos “donos”. O mapa abaixo mostra o resultado da partição.



Fonte: <http://www.elnidodelescorpion.com/N22/mundo-afrika.htm>

A Guiné – agora chamada de Guiné Portuguesa - continua sob o domínio de Portugal, isto é, sob a autoridade de Portugal. É certo que as fronteiras foram demarcadas por europeus ignorando a existência das questões étnicas e culturais de cada povo. Em outras palavras, marcou-se um encontro entre os países europeus para que a África fosse repartida entre eles. A África, seus povos, suas nações enfim, suas vidas foram aquinhoadas e distribuídas entre os próprios europeus. Desta forma, todos (os europeus) estariam satisfeitos com o quinhão que lhes coube.

Em 1963, os portugueses mudam o estatuto de colônia para Província Ultramarina de Portugal. Segundo Couto (1994, p.27), um eufemismo para se evitar a expressão colônia. Como província ultramarina, a Guiné tinha Bissau como capital e como pólo comercial e educativo. As mentes mais

politizadas e instruídas na Guiné estavam em Bissau. Por esta época, começava a nascer entre os empregados da administração pública e nas poucas pessoas mais instruídas da Guiné um sentimento nacionalista. Este sentimento foi ganhando forma na figura do intelectual Amílcar Cabral e levou à fundação do PAICG – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde – em 1956. Segundo Lopes (1987, p. 44), as primeiras reflexões nacionalistas eram de cunho cultural e não territorial e “o *debate girava em torno da identidade cultural*” (*ibidem*). Mas estava nascendo aí um sentimento nacionalista.

O movimento de independência da Guiné e Cabo Verde aconteceu de forma integrada. A Guiné-Bissau foi a primeira colônia africana a obter a independência com a Guerra da Libertação que durou dez anos. Amílcar era um engenheiro agrônomo idealista e sob sua liderança o movimento foi criando corpo armado nos anos subseqüentes à fundação do PAICG. Em agosto de 1959, percebendo a movimentação do partido, o governo colonialista inicia um período de repressão instaurado após um massacre de marinheiros rebeldes no cais de Pindjiguiti. A luta armada iniciou em 1963 e em seis meses os rebeldes dominaram cerca de 15% do território guineense. O combate prosseguiu em várias frentes e no início de 1964 todo o sul e centro sul estavam sob o domínio dos nacionalistas. A luta continuou e no ano de 1966, o domínio dos rebeldes já chegava a 60% da Guiné. Conta-se que, devido à determinação dos rebelados, os colonialistas portugueses aumentaram, de 1961 a 1966, 25 vezes o número de seu efetivo. Somente no ano de 1973, no dia 24 de setembro, foi proclamada a República da Guiné-Bissau. O reconhecimento português só veio no ano seguinte, em 10 de setembro de 1974.

1.1.4 A Guiné-Bissau

O líder idealista Amílcar Cabral foi assassinado no mesmo ano da independência, tendo seu meio-irmão, Luís Cabral assumido a presidência até 1980. Neste ano, o Primeiro Ministro e também chefe das forças armadas, João Bernardo Vieira promove um golpe militar e governa o país até o ano de 1998. Durante este período, houve várias tentativas de golpe, em 1983, 1985, e 1993, ocorrendo inclusive execuções de políticos

acusados de “traição”, como foi o caso do vice-presidente Paulo Correia em 1986, juntamente com outros cinco políticos ligados a ele. Em 1994 Vieira foi eleito com as primeiras eleições livres da história da Guiné. Em 1998 inicia uma nova e sangrenta luta armada, que vem destruir os já escassos recursos do país. Nesta guerra civil, o presidente Vieira foi deposto por uma junta militar no ano de 1999 e Kumba Yala, fundador do PRS (Partido da Renovação Social) e chefe opositor de Vieira, assume a presidência.

Mesmo com a tentativa de democratizar o país com eleições, não foi possível desfrutar de um período de calma política. Tudo indicava que a luta chegara ao fim, mas não foi o que ocorreu. Em 2000 houve a intervenção dos Observadores da Paz da África Ocidental e a realização de novas eleições. Neste pleito, Kumba Yalá é eleito e recebe nas mãos um país com uma grande dívida externa e a dependência da ajuda estrangeira. Mas, em setembro de 2003, um novo golpe militar derruba o governo de Yala. O empresário Henrique Rosa foi então escolhido como presidente interino pelos militares e Chefe de Estado até a realização de novas eleições. Rosa relutou em aceitar o cargo de presidente, mas foi convencido pelo bispo de Bissau, José Camnate, chefe da comissão nomeada pelo militares para o restabelecimento da ordem civil na Guiné. Rosa é considerado de “raça-mista”, o que o coloca apartado das questões de ordem étnicas para a disputa do poder na Guiné.

A República da Guiné-Bissau está localizada no lado oeste do continente africano com uma extensão de 36.125 km². Esta faixa territorial está dividida em uma parte continental de 34.625 km² e outra insular com o Arquipélago de Bijagós, de 1500 km², contendo 88 ilhas, classificadas pela UNESCO como reserva biosférica. A superfície continental consiste de uma área de baixa altitude e marcada por uma rede hidrográfica constituída de savanas. A costa é formada de uma região semipantanososa. Devido à sua posição geográfica, entre os trópicos de Câncer e Equador, o clima na Guiné é seco, por influência do ar seco proveniente do Deserto de Sahel e úmido, por influência, desta vez do Oceano Atlântico. Os meses de chuva vão de maio a outubro⁴ e representam a época de umidade na Guiné. A

⁴ Há estudos que afirmam que, devido às secas dos anos 70, este período abarca agora os meses de junho a outubro. Fonte: SANCHES, CITTADINO e ARTUSI.

população é de cerca de 1,5 milhões de habitantes (2003)⁵ divididos em diversas etnias.

Os limites fronteiriços têm ao norte o Senegal e ao sudoeste a Guiné Conacri. O Oceano Atlântico banha o extremo sul e o oeste da Guiné. Sua densidade populacional é de 33,22 hab./km² (2001), sendo 24% (2000) de população vivendo nas cidades e o crescimento demográfico de 2,41% ao ano. A fecundidade na Guiné é de 5,99 filhos por mulher, com uma expectativa de vida, tanto masculina quanto feminina, de 44/46,9 anos. Os números do analfabetismo chegam à marca de 48,6% adultos, 58,5% jovens (2003).

A Guiné-Bissau também é uma das mais pobres nações do mundo, e a ajuda humanitária é de suma importância àquele país. A principal fonte de emprego está na agricultura, com isso, a mão de obra no campo abarca cerca de 80% dos trabalhadores braçais. O cultivo de arroz, algodão e castanha de caju são as culturas principais na produção agrícola do país. Há também o cultivo de amendoim, milho, camarão, feijão entre outros.

A capital da Guiné-Bissau é Bissau. Trata-se uma cidade portuária com cerca de 125.000 habitantes, banhada pelo Rio Geba e pelo Atlântico. A história da cidade se mistura com a história da Fortaleza de São José de Amura, construída pelos portugueses, com autorização do régulo de Bissau. O porto e a fortaleza foram largamente utilizados pelos portugueses para a exportação de escravos durante o período do chamado “comércio triangular”. O centro da cidade, denominado de “praça” apresenta uma infraestrutura bastante solidificada. A praça abrigava os brancos e os negros ditos “civilizados”, por isso a urbanização aconteceu de forma planejada. Após a independência e como consequência da condição de pólo administrativo e comercial, houve um crescimento desordenado com a chegada de emigrantes advindos do campo, fugitivos de guerras e desempregados em busca de oportunidade de trabalho. Como decorrência do aumento desordenado, a periferia abriga uma população bastante carente, que vive em condições precárias, sem saneamento e com construções sem regulamentação dos setores de urbanização. Aliás, este é

⁵ http://www.ipad.mne.gov.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=53&Itemid=84

um cenário típico nas grandes cidades em países pobres ou mesmo em desenvolvimento.

1.1.5 Relações com Cabo Verde

“A Guiné e Cabo Verde historicamente ligadas por um passado de cinco séculos, constituem um mesmo conjunto sociocultural” (Lopes, 1987, p. 49). O “achamento” do arquipélago de Cabo Verde ocorreu por volta de 1456, cerca de 10 anos após Nuno Tristão Chegar aos rios da Guiné. COUTO (1994, p. 25) aponta quatro setores de intensificação das relações entre Guiné e Cabo Verde. São eles: o tráfico de escravos e as suas conseqüências; os setores comerciais; o setor da administração religiosa e financeira e o setor da administração geral.

“O conjunto das ilhas e as povoações dos chamados ‘Rios da Guiné’ passaram a constituir uma unidade administrativa sob a designação de ‘Capitania das ilhas de Cabo Verde’ com sede na Ribeira Grande...”

Carreira (1983, p. 39 e 40)

O arquipélago de Cabo Verde é formado por 10 ilhas e oito ilhéus de origem vulcânica situadas cerca de 600 km da margem sul do Atlântico Norte. As ilhas foram utilizadas como entreposto de escravos durante o período do Comércio Triangular. Até a chegada dos portugueses, as ilhas não eram habitadas e o povo que passou a ocupá-las e que veio a formar o caboverdeano atual, resulta de fatos históricos que têm no comércio negreiro o seu grande responsável.

Os negros escravizados oriundos dos rios da Guiné tinham como comerciantes (entenda-se traficantes) muitos senhores nas ilhas (principalmente Santiago). A insularidade do local desfavorecia a fuga dos escravos e, ao mesmo tempo, apresentava uma localização privilegiada para as rotas dos navios no Atlântico Norte - entre os três continentes e de frente à “Costa dos Escravos”. Um dado importante para a história local é a chamada “ladinização”, que consistia em um batizado e uma “reciclagem” dos negros, em uma tentativa dos traficantes de ensinar costumes, língua, trabalhos e religião dos brancos aos negros, para que adquirissem maior

“valorização” no mercado. Era, na verdade, uma preparação para a servidão como escravos. As ilhas serviram, portanto, como entrepostos de “mercadoria” para os senhores do tráfico que exportavam suas “peças” às colônias portuguesas e espanholas. Houve também a utilização de mão-de-obra escrava no campo quando do povoamento das ilhas. Cabo Verde era o centro político e administrativo da “Guiné de Cabo Verde”.

Uma citação de António Brasio em Lopes (1987, p.47) sobre a descoberta de um livro de registro de escravos em Cabo Verde, datado de 1856, dá conta de que a maior parte do elemento africano é originária da Guiné, das etnias mandinga, balanta, bijagó etc. Carreira ressalta que não é possível apontar com certeza aproximada o número de negros oriundos da Costa da Guiné.

“(…) nunca será possível, mesmo por aproximação, dar números que expressem o total de escravos entrados e fixados em Cabo Verde, mormente o dos para ali trazidos para exportação.” (Carreira, 1972, p.393)

Mas, é de se considerar a importância da origem da população mestiça das ilhas quando, neste ambiente hostil, os senhores europeus acabavam por constituir famílias com as africanas da Costa da Guiné, outros “produziam” filhos com suas escravas para aumentar seu contingente de mercadoria e, desta forma, as ilhas foram criando sua característica populacional.

Couto (1994, p. 26) chama a atenção para o fato de que *“a expressão ‘Guiné de Cabo Verde’ é corrente na literatura portuguesa durante vários séculos”*, além do fato de os portugueses tentarem manter o monopólio do comércio instituindo *“companhias comerciais para explorar o comércio entre as duas regiões, ou melhor, das duas para o resto do mundo conhecido dos portugueses naquela época”*.

Com uma característica demográfica definida a partir da invasão de portugueses e negros advindos da Costa da Guiné, começa, no séc. XVIII, a migração dos caboverdeanos para a Guiné. O clima passou por transformações que favorecia o surgimento de longos períodos de estiagem decorrente da destruição das florestas para o cultivo da terra.

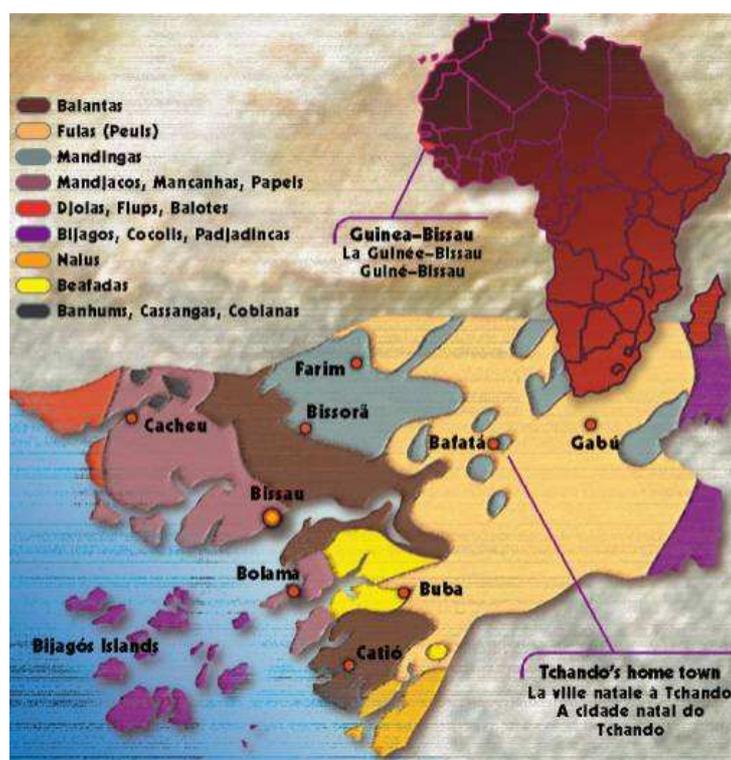
“o século XVIII fecha muito tristemente com 11 períodos de crise e estiagem ou de fomes, alguns deles bastante graves. E hoje não se tem sequer uma idéia exacta da importância destes cataclismos porque não encontramos documentos suficientemente esclarecedores do número de pessoas vitimadas pela fome e pela falta de água.”

Carreira (1972, p. 196)

A migração é o argumento principal para a hipótese insular de formação do crioulo defendida por Carreira. Por outro lado, Couto e Rougé defendem a idéia da ambigeneidade, segundo a qual, a formação ocorreu simultaneamente nos dois países. Este assunto será tratado mais detalhadamente nas páginas seguintes. De qualquer forma, ressalta-se a relação da origem dos crioulos guineense e caboverdeano para atestar a intensa afinidade entre essas duas nações, uma vez que as hipóteses mais fortes têm o território de ambos os países como palco de formação dos crioulos.

1.1.6 A situação sociolingüística

A Guiné-Bissau é um país multiétnico e multilingüe. Segundo CA (1999) há mais de 30 grupos étnicos. Seis desses grupos totalizam mais de 80% do total populacional, são eles: os fulas com 25,4%, os balantas com 23,8%, os mandingas com 13,7%, os manjacos com 9,3%, pepéis com 9,0% e os mancanhas com 3,5%. A distribuição etnográfica pode ser notada no mapa abaixo.



fonte: www.tchando.com/gui1.html

Na Guiné, há a coexistência de cerca de 20 línguas. Cada uma dessas línguas pertence a um grupo étnico. A representatividade da identidade étnica presente na língua é observável no fato de língua e etnia ter o mesmo nome. Assim, a língua dos balantas é o balanta, dos mandingas é o mandinga, dos mancanhas é o mancanha e assim por diante. O português é a língua oficial, enquanto que a língua de união nacional é o crioulo. De acordo com os dados de Couto (1996), na Guiné-Bissau cerca de 4,26% são falantes só de crioulo, ao passo que 44% falam o crioulo e outra(s) língua(s). O português seria utilizado por pouco mais de 0.5% da população. Porém, esse quadro muda a cada dia em favor do crescimento do número de falantes do crioulo.

Como as fronteiras lingüísticas não obedecem a tratados geográficos, tampouco a convenções políticas, as línguas acima mencionadas não se limitam ao território guineense. Vale lembrar que as divisões políticas na África aconteceram de forma arbitrária, na Conferência de Berlim, no final do séc. XIX ignorando por completo a presença dos povos e das nações de cada território. Na região de Casamansa, localizada ao sul do Senegal, com cerca de 28.000 km² (a Guiné tem 36.125 km²) e 650.000 habitantes, a língua de comunicação é o crioulo. Aliás, trata-se de uma região rica em reservas de petróleo e o seu domínio tem sido reclamado pelos guineenses. A região de Casamansa era parte da Guiné Portuguesa até 1896, quando foi “doada” à França. A Guiné-Bissau conta também com a língua francesa em seu território. Porém, o crescimento da utilização do crioulo é constatado por estudiosos. Augel (2000), da Universidade de Bielefeld, na Alemanha, ressalta a necessidade de “literalidade” do guineense em favor do fomento à literatura da Guiné utilizando sua própria língua. Para as publicações de escritores guineenses, tem sido utilizado o português, porém, é fato que os lusófonos são (uma pequena) minoria na Guiné, e o português é a língua do dominador. Segundo Augel, nem mesmo os intelectuais fazem uso do português em situações informais. Pode-se afirmar que a situação do crioulo é de franca expansão entre a população.

“Hoje em dia é cada vez maior a incidência de falantes do crioulo como primeira – e mesmo única – língua, sobretudo entre os mais jovens e principalmente nos centros urbanos. A pertença étnica se dilui ‘na praça’ e grande parte das crianças e dos jovens desconhece as línguas ancestrais, não chegam nem mesmo a aprender o português, tendo o guineense como seu único meio de expressão.”
(Augel, 2000, p. 6)

Mesmo com uma situação lingüística complexa, na Guiné forma uma Comunidade de Fala (cf.2.3.1) uma vez que há uma integridade que permite a comunicação entre os vários povos com suas diferenças lingüísticas.

1.2 A FORMAÇÃO DA LÍNGUA

1.2.1 Lançados, Tangomas e Grumetes

Na ocupação das terras descobertas, os portugueses tinham como prática capturar nativos da terra ao longo da costa, conforme iam se aportando rumo ao sul da costa africana. Estes nativos capturados serviriam, mais tarde, de intérpretes, chamados “turgimãos”. Juntamente com a prática da captura de cativos, houve também a técnica inversa, ou seja, o “lançamento” de portugueses que se aventuravam na nova terra e se assimilavam aos povos locais com o intuito de conhecer e explorar o continente. Couto (1994, p.17) ressalta o mérito histórico dos lançados, grumetes e tangomas para a formação do povo da terra e sua identidade lingüística, pois “isto significou o início de um contato intercultural cujos resultados durariam até nossos dias”.

O primeiro lançado que se tem notícia foi João Fernandes, lançado em 1445. Os lançados têm uma representatividade bastante grande para a formação do crioulo guineense (assim como em outros crioulos africanos). Quando assentados à nova terra, arranjavam mulheres africanas e constituíam famílias, suas esposas eram conhecidas como “tangomas” e, os filhos nascidos da união eram os “filhos da terra”. Essa interação geraria uma troca cultural simultânea no ambiente doméstico.

Como era de se esperar, na prática da exploração e interação com os povos africanos, os lançados arregimentavam auxiliares que serviam de intérpretes e guias. Estes auxiliares eram chamados de “grumetes”. A palavra grumete vem da linguagem náutica, significando homem de posição inferior, marinheiro auxiliar. A datação consta do séc. XIII como *gurmete*, no séc. XIV como *grumete* e no séc. XV *gromete*⁶. Os grumetes serviam aos comerciantes europeus. Alguns eram batizados, mas nem por isso perdiam sua identidade étnica e a liberdade, conforme registra as palavras de Nolasco:

“Os ‘grumetes’, dada a sua convivência com os europeus, foram facilmente cristianizados pelos missionários, mas, como a maior parte da população,

⁶ Fonte: Houaiss

permaneceram apegados às suas crenças animistas, fortemente enraizadas exceptuando-se apenas alguns régulos islamizados.”

(Nolasco da Silva, 1970, p. 514)

Suas “moranças” se localizavam próximas dos núcleos europeus, que, por sua vez, ficavam distantes das aldeias e eram chamados de “praças”.

Segundo Couto (1994), no núcleo familiar dos lançados se encontrava o ambiente propício ao aparecimento de uma língua crioula. Os lançados usavam um português muito simplificado para se comunicar com suas tangomas e seus grumetes. Estes registros simplificados vão na direção da simplificação conhecidas nos registros especiais como o *baby talk*⁷ e o *foreigner talk*⁸. Por outro lado, as tangomas e os grumetes recebiam essas formas simplificadas como dados (*inputs*). A nativização teria ocorrido logo na primeira geração dos “filhos da terra”. Este assunto será desenvolvido mais acuradamente nos capítulos seguintes. Por enquanto,

“Pode-se conjecturar com certa margem de segurança que da média de ‘produktive’ e da ‘rezeptive Pidginisierung’ surgiu um pidgin português que deve ter sido o ‘input’ lingüístico para a primeira geração de filhos da terra. Se isso for verdade, temos aí o crioulo formado. Por outras palavras, os filhos da terra foram os primeiros falantes de crioulo, pois com eles o pidgin português acima referido se nativizou”.

(Couto, 1994, p.19)

Jean-Louis Rougé, em um artigo “Sobre a Formação dos Crioulos do Cabo Verde e de Guiné” (s.d.) afirma que “do mesmo modo que africanos falavam o português, ... ‘lançados’ fixados no continente falavam línguas africanas”.

Os estudos mais recentes têm explicado a origem da “simplificação” da morfologia flexional nos crioulos a partir da origem do aprendizado de L2

⁷ Linguagem utilizada por adultos para se comunicar com crianças

⁸ linguagem utilizada para se comunicar com estrangeiros

(segunda língua) por adultos⁹, ocorrendo, nesse processo a redução da morfologia flexional no ambiente de contato. Rougé levanta a questão a partir da idéia de um “português aproximativo”. Para ele “talvez se deva também imaginar a existência de um mandinga, de um pepel e de um manjaku aproximativo”. Por outro lado, é bem provável que na fala empregada entre os negros, ou mesmo entre eles, os grumetes e os lançados, havia muitas formas reduzidas. Este português aproximativo foi, por sua vez, transmitido a outros africanos.

Além do núcleo dos lançados, existiam outros ambientes férteis ao surgimento de um pidgin. Um desses núcleos estava localizado na zona de comércio no litoral e nas demais zonas de contato entre portugueses e africanos, conforme registra o antropólogo Trajano Filho, em um artigo sobre o processo de crioulização na Guiné:

“As primeiras embarcações portuguesas que chegaram à Costa da África ocidental em meados do século XV encontraram povos com línguas e costumes diferentes entre si. Uma das principais tarefas que os recém-chegados atribuíram a si, além da procura pelo ouro e tráfico dos primeiros escravos, foi de conhecer a região e os povos que a habitavam.”

(Trajano Filho, 2004, p.6)

Portanto, as condições favoráveis à crioulização iam além dos núcleos populacionais que se formavam, mas também em lugares onde existiam situações de contato entre os povos e suas línguas que interagem na Costa da África. Esse intercâmbio lingüístico-cultural ia também adentrando o continente. Neste percurso, os recém-chegados necessitavam de uma língua de emergência para a comunicação com os povos da terra, uma vez que eram aloglotas inseridos em uma terra multilíngue. Essa língua de comunicação seria de grande importância, não somente ao comércio, uma vez que as negociatas e o palavrório são partes integrantes das negociações, mas também para a interação e reconhecimento das pessoas, dos lugares e dos produtos interessantes para a exploração européia.

⁹ Holm (2005) apresenta a hipótese de que a perda flexional deve-se a tipologia das línguas de substrato e superstrato que participaram do processo de crioulização (cf. 6.2.3)

1.2.2 Hipóteses Insular, Monogenética e Ambigenética

Os lingüistas não têm uma opinião unânime a respeito da origem do crioulo guineense. Antony Naro em “*A Study on the origem of pidginization*” (1978) apresenta uma afirmação bastante ousada quanto à pidginização: “*no pidginization developed in Africa as a result of the first trade contacts*” (*ibidem*, p.333). Para Naro, a formação se deu na Europa e, depois de formado, o *pidgin* foi levado à África.

“...é razoável concluir que a base para o pidgin português usado na África ao longo dos séculos XVI e XVII (o primeiro a ser crioualizado) tinha sido substancialmente, se não completamente, formada na Europa antes de se tornar corrente na África.”

(Naro,1978, p.334)

Naro reconhece nos lançados e nos primeiros cativos a responsabilidade pela origem dos crioulos portugueses. Depois de ter suas bases estabelecidas na Europa, o pidgin foi levado à África pelos próprios africanos que retornavam à terra e também com os lançados. A captura e o ensinamento de cativos na costa africana era parte da política expansionista de Dom Henrique, que previa a utilização dos negros como seus futuros intérpretes na África. A visão de Naro, tem no pensamento europeizado sua idéia principal, pois, para o autor, qualquer contato lingüístico direto entre africanos e europeus “ocorreu somente na Europa, quando os africanos falavam alguma versão do português” (*ibidem*, p. 320). Naro baseia-se na teoria monogenética de formação dos crioulos, pois, conforme diz a monogênese, as semelhanças dos crioulos se explicam pela política lingüística do Dom Henrique, uma vez que foram os portugueses que ultrapassaram o Bojador e o Cabo Não e os primeiros a chegar à Costa da África. Naro elimina a expansão através dos mercadores portugueses itinerantes pelo fato de estes comerciantes utilizarem-se de intérpretes para a comunicação com os africanos durante as negociações. Mas aqueles que estabeleceram família e moradia na África têm sua parcela de difusão. A partir de 1508, quando da chegada de muitos lançados na Costa da Guiné, estes utilizavam cotidianamente a “linguagem de reconhecimento” que haviam aprendido na Europa como um “código adquirido de forma similar à telegrafia ou a sotaques estrangeiros” (*ibidem*) com os africanos. Naro

propôs em seu artigo “*chamar esse sistema de Linguagem de Reconhecimento*” (*ibidem*, p. 320).

A hipótese de Naro tem sido objeto de contestação por parte de crioulistas. Morris Goodman (1987 e 1988), em “*Jornal of Pidgin and Creole Language*”, por Rougé (1986) e Couto (1996):

“em prol de Naro deve ser dito que ele fez uma pesquisa intensa em arquivos de Portugal e alhures, o que justifica a larga divulgação que seu trabalho teve em todo o mundo , no entanto, no que concerne ao lócus de formação dessa linguagem, ele está completamente errado.”

Couto (1996, p. 193)

Para Rougé, não se pode imaginar que homens rudes como eram os lançados freqüentassem as escolas da política de Dom Henrique para se prepararem profissionalmente antes de se “lançarem” nas novas terras.

António Carreira, em “*O crioulo de Cabo Verde: surto e expansão*” tem seu ponto de referência no período negro do comércio escravagista e na relação de formação social e lingüística entre Cabo Verde e Guiné-Bissau através de suas história. Para Carreira, a formação do crioulo se deu nas ilhas de Cabo-Verde tendo sido este transportado à Guiné por caboverdeanos. Por esta razão é chamado de “Hipótese Insular”. Seus argumentos são sustentados pela história conjunta de ambos os países. Conforme foi dito acima, as relações entre Guiné e Cabo-Verde começaram no séc. XV – após o “achamento”. O caboverdeano de hoje é o resultado da história da colonização, que tem nos negros guineenses capturados como escravos sua base principal de formação e no europeu a outra parte. A história política e administrativa de ambos ocorreu de forma conjunta, oficialmente, até o ano de 1879. Até mesmo o movimento de independência dos dois países se deu em um mesmo contexto, sob um mesmo idealismo, tendo o PAICG (Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde) como o responsável. As ilhas foram colonizadas pelo sistema de capitania hereditárias e se encontravam inabitadas até a colonização. Esta, por sua vez, ocorreu mediante a posse dos donatários portugueses e a massa de guineenses oriundas de etnias diferentes para a escravidão. Para Carreira, o crioulo

“... corresponde à língua de comunicação verbal, baseada no português de Quinhentos, **nascida no arquipélago**: e posteriormente levada para as Praças e Presídios dos ‘rios da Guiné’ pelos mestiços, filhos de homens brancos e de mulheres pretas (escravas ou livres) (Carreira,1983, p. 65 – negritos nossos)

Com o comércio de escravos consolidado e este tendo as ilhas como “entreposto” do tráfico, um fato chama atenção pela relevância argumentativa da Hipótese Insular, é a chamada “ladinização”, uma vez que *“era toda uma acção educadora e de catequese necessária á ladinização;. E isso só se considerava acabado quando eles se fizessem compreender através de um Pidgin baseado na língua portuguesa da época...”* (ibidem, p.51).

A expansão começou a partir do final do séc. XVIII com o começo de um período de fome e decadência deflagrado por longos períodos de secas e a proibição do comércio (oficial) de escravos. Para fugir da fome, que no ano de 1850 vitimou mais de 30 mil pessoas ou mesmo na busca de emprego, os caboverdeanos iniciam uma época de emigração para a Guiné, levando consigo sua língua. Os emigrantes letrados passaram a ocupar cargos públicos e administrativos, ingressando assim nas funções estatais. Outros se firmaram no comércio. É claro que a idéia da Hipótese Insular, vai ao encontro do pensamento dos portugueses, que davam ao arquipélago maior importância dado o seu fomento econômico e comercial em relação aos rios da Guiné, uma vez que nas ilhas aconteciam as grandes negociações comerciais. Os rios eram, em sua maioria, apenas os fornecedores das “mercadorias”.

Couto contesta a hipótese Insular mediante a falta de “dado concreto” que a corrobore. Em que condições o presumível crioulo caboverdiano se teria transportado para a Guiné?” (Couto, 1994 p. 31). Seu posicionamento em relação à origem do crioulo também está baseado na historicidade. Couto acredita que a gênese se deu simultaneamente nos dois países. Este pensamento ficou conhecido na literatura como a Hipótese da Ambigeneidade. Jean Louis Rougé (1986) já a mencionara, embora, para Rougé, *“saber se o crioulo do Cabo Verde está na origem do crioulo da Guiné-Bissau ou se o crioulo da Guiné-Bissau está na origem do de Cabo Verde”* (Rougé, 1986, p.37) não é uma questão de extrema relevância do

ponto de vista científico. Segundo Couto, a relação mútua de tráfego de pessoas entre a Guiné e o arquipélago percorreu a história dos dois países. Outro fato importante para se refutar a Hipótese Insular é que, embora tenha desfrutado do privilégio de sediar a administração, este fato não torna o arquipélago importante o “*suficiente para comprovar a hipótese de que o crioulo formado nas ilhas teria se transplantado para o continente*” (Couto, 1994, p. 32).

1.2.3 Crioulo Português da Costa Ocidental Africana, Caboverdeano ou Guineense

Mesmo considerando a semelhança estrutural e a inteligibilidade entre caboverdeano e guineense, não é possível afirmar que sejam a mesma língua, embora existam defensores para esta idéia. Lopes, referindo-se ao MLN (Movimento para Libertação Nacional) na época da Guerra da libertação, registra o seguinte:

“vai basear a unidade Guiné/Cabo Verde não nos princípios de coesão pequeno-burgueses, mas na semelhança história e cultural dos dois povos. Chamamos, por exemplo, a atenção para **a existência de uma língua comum**, o Kriol, assinalado desde o séc. XVI” (Lopes, 1987, p.31- negritos nossos)

Para Couto, o “*fluxo e refluxo*” em ambas as direções, a colonização com escravos advindos do continente, enfim, a história conjunta dos povos e a própria história da formação do povo caboverdeano devem ser cuidadosamente consideradas na formação do crioulo. Estes fatos são relevante para a semelhança entre eles. Contudo, conforme caboverdeano e guineense foram se estabilizando em diferentes territórios e com diferentes povos (com a “gente” caboverdeana consolidada) foram criando traços particulares.

Diante das semelhanças histórico-sociais e gramaticais do caboverdeano e do guineense, cujas evidências levam estudiosos, com autoridade de falantes nativos, como é o caso de Lopes, a falar em termos de unidade lingüística, uma questão se faz presente: se forem realmente

uma língua comum, de quem estamos falando, do caboverdeano ou do guineense ou de ambas?

Uma distinção bastante interessante para esta discussão está na divisão entre língua e dialeto. Esta diferenciação, bastante complicada, tem sido objeto de pesquisa e fomentado discussões, uma vez que a descrição é fortemente prejudicada diante da ambigüidade na utilização dos termos, ou, plagiando Haugen (1972), trata-se de uma dicotomia muito simples representando uma situação muito complexa, uma vez que

“Nação e língua se tornaram indissolúvelmente entrelaçados. **Toda nação que se respeite tem que ter uma língua. Não só um meio de comunicação, uma ‘vernáculo’ ou um ‘dialeto’**, mas uma língua completamente desenvolvida. Qualquer coisa menos que isso é uma marca de subdesenvolvimento.”

(Haugen,1972, p. 244 – negritos nossos)

Em Cabo Verde, diferentemente da Guiné, não há a existência de multilingüismo, tampouco de multiétnia. As questões referentes à nacionalização de cada um dos países são marcadas de forma diferente. Em termos bastante simplistas, mas apenas para apontar a disparidade entre as condições sociológicas na Guiné e em Cabo Verde, podemos falar em uma unidade social, do ponto de vista étnico em Cabo verde. Na Guiné, por sua vez, o que há é uma complexa situação de multiplicidade étnico-lingüística. Assim como na Guiné, em relação ao guineense, a língua de união nacional nas ilhas é o próprio caboverdeano. Não é objeto de estudos deste trabalho afirmar sobre a nacionalização, a standardização ou mesmo a oficialização do caboverdeano, porém, cabe à discussão apontar as diferenças (sócio)lingüísticas entre o crioulo em Cabo verde e o crioulo na Guiné.

Em Cabo Verde, o crioulo é a primeira língua da nação. Na Guiné, na maioria dos casos, o crioulo é a L2, ou até mesmo a L3 dos mandingas, dos balantas, dos fulas etc, enfim, do povo guineense. Por outro lado, se a idéia da unidade lingüística entre Guiné e Cabo Verde fosse contemplada neste trabalho, teríamos ainda que decidir qual seria dialeto de qual, ou seja, seria o caboverdeano dialeto do guineense ou seria o guineense o dialeto do

caboverdeano? Qual seria o critério a utilizar para se apontar para a língua e para o dialeto dessa língua? Ainda segundo Haugen (2002, p. 97) “o termo ‘língua’ é superordenado a ‘dialeto’, mas a natureza dessa relação pode ser tanto lingüística quanto social” o que significa que, apesar da complexidade na distinção entre os termos, fica fácil compreender que embora nem toda língua seja um dialeto, todo dialeto tem uma língua, ou melhor, um dialeto sempre pertence a uma dada língua.

Mesmo com a existência de fatos históricos e afinidade gramatical entre caboverdeano e guineense, eles percorrem apenas parte da história de cada povo, ou melhor dizendo, parte da história da nação caboverdeana e da nação guineense. É certo que, “as línguas que participaram na formação dos dois crioulos são as mesmas” e “estas foram as línguas maternas dos primeiros falantes do que seria o crioulo” (Rougé, s.d.). Por outro lado, estão radicados em territórios distintos e o curso histórico de cada um, mesmo com muitos pontos comuns, teve sua própria deriva, o que permite afirmar que não são o mesmo povo, nem são sujeitos da mesma história, tampouco da mesma nação. Rougé (*ibidem*), enumera dados que marcam a diferença na formação histórica dos dois crioulos:

| No Continente – Guiné-Bissau | Nas Ilhas – Cabo-Verde |
|--|--|
| Não houve ruptura com as línguas africanas, tampouco com o português. | Na formação da sociedade, houve uma ruptura com o português e com as línguas africanas. |
| No interior as línguas étnicas se mantiveram fortes e em plena utilização pelos falantes, assim com as comunidades sociais desses falantes. | Aqueles que aportavam nas ilhas estariam imersos em uma sociedade em formação. |
| Isto gerou contatos entre os falantes da sociedade crioula que se formava e os falantes das sociedades étnicas que já eram estabilizada | A estabilização se deu sem o contato entre as línguas africanas e o crioulo que se formava |
| Como resultado, o crioulo até hoje é a L2 da maioria da população, cuja língua materna são línguas africanas. | Nas ilhas, o crioulo é a L1 (língua materna) da grande maioria dos caboverdeanos. |
| No continente, a criouliização representou o aparecimento de mais um grupo étnico que acontecia nas praças, um grupo criouliizado com a sua respectiva língua. | Nas ilhas, a formação da nação caboverdeana se deu mediante a criouliização da sociedade e da língua |

Há ainda um terceiro elemento a fazer parte da discussão. Caso se considerasse a unificação lingüística e a atenção estivesse voltada apenas para a história, uma solução à discussão entre língua e dialeto estaria em descartar o “caboverdeano”, e o “guineense” e levar a discussão para o

Crioulo Português da Costa Ocidental, considerado uma língua franca. De acordo com a história das navegações e do comércio itinerante na costa, o processo de pidginização teria ali encontrado um terreno fértil e tomado fôlego a partir do contato ocorrido entre os povos diferentes na costa. Esta hipótese encontra na teoria da monogênese dos crioulos um argumento bastante forte. Segundo a monogênese, a língua que resultou do contato na costa ocidental da África, ou melhor, o Crioulo da Costa Ocidental da África acabou se espalhando e sendo o precursor de todos ou outros crioulos, pois, “sabemos que uma língua de contato de base portuguesa – sob a forma de pidgin ou crioulo – estava em curso na região desde pelo menos os começos do século XVI” (Couto, 1996, p. 156). Assim, seria este protocrioulo, nascido do contato na costa africana e de base portuguesa, o progenitor de todos os outros, inclusive os de base inglesa e espanhola. Este pensamento tem defensores como Thompson e Whinnom. Este foi primeiro a pensar nesta idéia. Valkhoff é outro defensor da teoria da monogênese para os crioulos de base portuguesa. Para German de Granda (apud Couto, 1996), o crioulo português da Costa Ocidental Africana transformou-se em outros crioulos de base inglesa, francesa etc. mediante um processo de relexificação. As semelhanças entre os crioulos se explicam pela permanência dos traços morfossintáticos deste ancestral comum a todos os crioulos.

1.3. A SITUAÇÃO LINGÜÍSTICA

1.3.1 Variação Diacrônica, Diastrática e Diatópica

Segundo Couto (1994, p. 45), na “Guiné podemos falar em Comunidade de Fala” (CF), em oposição à Comunidade de Língua (CL). O autor ainda expõe, em poucas palavras, uma forma bastante abrangente e clara da noção de CF como o *“desejo, seguido de uma decisão política, de construir uma identidade nacional”*. Pensar em comunidade de fala pode ser equiparado à noção social/individual da dicotomia saussuriana de língua/fala. Nem sempre povos que comungam da mesma língua são povos com a mesma identidade cultural. Brasil e Portugal podem ser (e são) uma CL, mas integram CFs diferentes. Lidar com fatos da linguagem é lidar com várias ciências e a noção de CF abarca questões mais sociais e culturais do que apenas lingüísticas. Estas questões estão baseadas no sentimento de identidade e nacionalidade de cada povo em seu território. Por enquanto, o interesse maior para a discussão está no fato de que tanto o multilingüismo quanto a multietnicidade, somados ao fato de o guineense não ter o português como língua materna, não interferem na implementação de uma Comunidade de Fala.

“... a CF pode ser multilíngüe. A Guiné-Bissau, por exemplo, a despeito do fato de que em seu interior sejam faladas quase 20 línguas é uma CF. E o que é mais, é uma CF independente da CF senegalesa, embora na região sul do Senegal (Casamansa) se fale a mesma língua, ou seja, o crioulo português. O que acontece é que Guiné-Bissau e Casamansa constituem uma única CL, mas não uma CF. Os casamansenses interagem muito mais com os restantes senegaleses do que com os guineenses.”

(Couto, 2005)

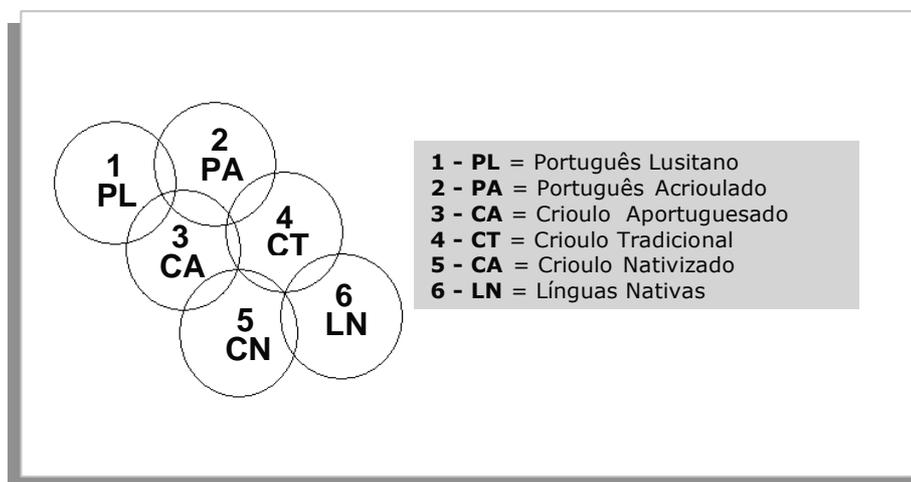
Esta integridade e sentimento de nacionalidade são mediados pela língua, no caso, o crioulo guineense. Importante ressaltar que a comunicação verbal é sempre bem sucedida na Guiné. Não obstante a situação multiétnica e multilíngüe, um guineense não encontra dificuldades em se comunicar com outro guineense. Portanto, não é uma barreira à

função comunicativa o fato de serem os falantes oriundos de etnias diferentes e mesmo línguas diferentes.

“(...) não se conhece nenhum caso de algum guineense que não tenha conseguido se comunicar com qualquer outro guineense por falta de uma língua comum. Além disso, temos o crioulo, cujo domínio aumenta dia a dia”.
(Couto, 1994, p. 46)

É certo que o crioulo tem hoje, depois da independência, uma autoridade lingüística diferente do que apresentava durante o período colonial. O sentimento nacionalista de integridade social como “o povo guineense”, encontra no crioulo (ou no guineense) a sua língua de união nacional.

Além do cenário multilíngue, há ainda quatro variedades intermediárias, apontadas por Couto (1994) entre o superstrato (português) e o substrato (línguas nativas), representado na figura abaixo:



Font : COUTO, 1994, p.56

Sendo o guineense um crioulo em estágio de descrioulização, as variedades estão em uma distribuição de continuidade que vão na direção da língua lexificadora. Nota-se, pelo esquema do autor, que não há uma delimitação fronteiriça precisa entre os letos, o que leva à interpenetração das variedades. Considera-se ainda a coexistência das línguas nativas, muitas vezes como primeira língua dos falantes de crioulo, e do português

ostentando seu prestígio de língua oficial. Tudo isso presente em uma sociedade multiétnica.

O crioulo nativizado, segundo palavras de um guineense falante do crioulo aportuguesado, “*é muito difícil de entender*”. Pode-se então perceber que há uma distância razoável entre o crioulo nativizado e o crioulo aportuguesado a ponto de dificultar a comunicação entre falantes dessas letos.

Neste cenário de variedades, pode-se pensar no cruzamento entre os conceitos teóricos, pois as variedades mais aproximadas do português lusitano, que são o português acrioulado e o crioulo aportuguesado, podem ser estudadas do ponto de vista da sincronia, pois envolve as condições dos ambientes lingüístico, histórico e social no momento atual da Guiné-Bissau. Por outro lado, há também os efeitos da escola formal, cuja língua de ensino é o português e as próprias condições de descrioulização do guineense¹⁰. Por sua vez, o crioulo nativizado constitui uma variedade diastrática e, tomando como base de análise o *continuum* das variedades desde o português até as línguas nativas, é possível empreender também uma análise somente do ponto de vista diastrático, pois sabemos que as questões referentes a variedades lingüísticas não são aleatórias, mas obedecem a uma lógica social. Vê-se, portanto, que além da complexidade normal em relação a variedades lingüísticas, há ainda o agravante do contexto sócio-histórico intrincado na Guiné-Bissau, o que geraria uma profundidade científica que estaria além dos objetivos deste trabalho, cujo foco de investigação é a morfologia do guineense. Por ora, é importante salientar que, neste trabalho, não há um recorte entre esta ou aquela variedade, pois os dados de análise abarcam todas as variedades do guineense, com exceção da português acrioulado, em razão de sua maior proximidade com o português.

Jean-Louis Rougé (comunicação pessoal) não acredita em descrioulização no guineense. Rougé se baseia na diversidade nos níveis do tempo, da sociedade, da distribuição espacial etc., com o agravante de estarmos lidando com uma sociedade multilingüe e multiétnica. Tanto que Couto, antes de começar o esboço gramatical de seu livro “O crioulo português da Guiné-Bissau”, lembra a complexidade que o quadro

10 É importante lembrar que considera-se aqui o conceito clássico de descrioulização, aquele cujo ciclo vital de uma língua crioula é o processo de aproximação com a língua lexificadora deste crioulo

apresenta para uma descrição. Afinal, “*que crioulo descrever?*”, diante da emaranhada situação das variantes no guineense e “*Na Guiné-Bissau as coisas se complicam ainda mais porque ‘abaixo’ do basileto temos as línguas nativas africanas, em vez de um pidgin*” (Couto, 1994, p. 53)

Quanto à variação diatópica, ou seja, a variação espacial, Couto acrescenta que, uma vez que é pouco estudada, “*é difícil entrar em detalhes sobre suas variedades diatópicas*” (p.51). Rougé (1988) aponta essas diferenças dialetais em seus verbetes, mostrando os níveis de uso, isto é, a faixa lingüística de uso da palavra, ou uso regional de Bissau (Bis) e Zinguichor. (Zin):

| | |
|---|----------|
| ningen (Zig.) ningin (Bis.) Pronom personne Du portugais <i>ninguém</i> . | (p. 108) |
| Kumpaia (Zig. Bis.) Verbe accompagner Variante: <i>kompaiã</i> . Du Portugais <i>acompanhar</i> | (p. 90) |
| Indimigu (Zig.) inimigu (Bis.) Nom ennemi Du Portugais <i>inimigo</i> | (p. 71) |
| (Rougé, 1988) | |

Pinto Bull (1989, p. 82) afirma que “há no crioulo dessa região (Casamansa) muitas interferências lingüísticas do francês” citando exemplos como: *timbar*, timbre, em vez de *selu* ou *selo* ou ainda *poste* para correio.

1.3.2. O crioulo da Casamansa

Casamansa é uma região de maioria étnica mandinga, pepel e diola e seus territórios étnicos estão também distribuídos na própria Guiné. A colonização começou mediante a Feitoria de Zinguichor, fundada em 1645, às margens do Rio Casamansa. Essa Feitoria era considerada como um pólo comercial importante aos portugueses. Seu comando administrativo pertencia à Capitania de Cacheu, mas passou à França no final do séc. XIX em razão de acordos políticos entre Portugal e França. Com uma população de “filhos de terra”, ou crioulos, cuja descendência era de mulheres diola com portugueses, os moradores da região tinham o crioulo como sua língua principal e eram, em sua maioria, católicos. Gozavam de prestígio junto aos franceses, uma vez que serviam de intérpretes entre os franceses e os

outros povos. Depois da independência, foram discriminados pela população e considerados “aliados” dos franceses. Houve um declínio da população chamada de “crioula” e o wolof começou a ganhar terreno frente ao crioulo, mas o crioulo ainda é a língua veicular na região. Vale lembrar que a extensão territorial de Casamansa representa um terço do tamanho do território da Guiné-Bissau.

1.3.3. Língua de Prestígio e Língua de Identidade

Fernando Pessoa, usando o heterônimo de Bernardo Soares, no “*Livro do Desassossego*” declarou que a “minha pátria é a língua portuguesa”. Nos versos da música “Língua¹¹”, Caetano Veloso faz uma releitura do verso de Pessoa dizendo que “Minha pátria é a minha língua”. Sob o ponto de vista lingüístico-social, identidade e língua podem ser consideradas dois lados da mesma moeda.

Do ponto de vista individual, compete à língua a identificação do indivíduo falante em sua comunidade de fala, com isso, pode-se afirmar que a língua tem o papel de inserir o falante em um grupo étnico. Dentre as funções da língua atribuídas pelos estudos sociolingüísticos, a atribuição de identidade étnica e social é considerada de suma importância.

Pode-se pensar em uma língua, até certo ponto, no sentido de Saussure, como algo que vai além do individual, como um fato social. Para a sociolingüística, este fato social não pode ser dissociado da sua comunidade lingüística, uma vez que esta comunidade é articulada pela sua língua. A ela cabe o papel de fazer a mediação entre o povo falante desta língua e o território em que habita este povo. É sabido que na Guiné, a(s) língua(s) está(o) intimamente ligada(s) à identidade étnica de cada um, uma vez que etnia e língua têm o mesmo nome. Do ponto de vista do guineense, língua e etnia é a mesma coisa. Na Guiné-Bissau ser balanta significa ser falante de língua balanta ou ser mandinga é ter o mandinga como primeira língua e assim por diante. A marca étnica do guineense está assinalada em sua língua e em sua fala, ou seja, no social e no individual, e um individual que é posterior ao social (conforme o pensamento saussuriano) e que só tem existência a partir do coletivo.

¹¹ Do álbum “Velô - Caetano e a Banda Nova” - de 1984 – Gravadora: Polygram

Mas até que ponto pode-se pensar em Comunidade de Fala e em integração étnica em uma sociedade multilíngüe? Ou melhor, como é possível uma língua refletir uma sociedade multiétnica e multilíngüe? Calvet (2002, p.119) argumenta que “o único modo de se desvencilhar desses paradoxos é sair da língua e partir da realidade social”. De acordo com o pensamento de Calvet, um indivíduo pode ser participante de mais de uma realidade social, assim, pode ser falante de uma língua de união nacional, no caso, o crioulo e a sua língua étnica. Ele acrescenta ainda que única maneira de ir até o fim da concepção da língua como fato social está em dizer que “o objeto de estudo da lingüística não é apenas a língua ou as línguas, mas a comunidade social em seu aspecto lingüístico”.

Aplicando as palavras de Calvet à situação de multiligüismo da Guiné e, ao mesmo tempo, considerando que nas sociedades onde há a coexistência de mais de uma língua, há a ocorrência de diglossia, entramos então no campo das atitudes lingüísticas. Considera-se a situação de uma família guineense composta de pai balanta e mãe mancanha. Para uma análise simplista e desconsiderando as condições impostas pelo lugar onde acontece essa interação, normalmente uma criança nascida dessa união, terá como L1 (língua materna) a língua da mãe e a usará na fala “caseira”. Porém, no contato com outras crianças, como na escola, por exemplo, a língua veicular utilizada nos corredores, no pátio e mesmo nas interações com a professora será o crioulo. Ocorre também de núcleos familiares com pais e mães de etnias diferentes usarem o crioulo como língua caseira. Nas ruas, nas brincadeiras infantis etc, também a língua é o crioulo. Porém, dentro das salas de aula, são alfabetizados em uma outra língua diferente da sua língua materna e de sua língua de união comunitária. Esta língua é o português. Mas em casa, seu código é sua língua étnica, nas ruas é o crioulo e, por imposição das forças políticas, tenta-se (sem sucesso) impor também uma sociedade de língua portuguesa.

Essa realidade lingüística da Guiné é o que Ferguson¹² chamou de “diglossia”. Nas situações diglössicas, há a presença de mais de uma língua (também pode-se falar em variantes lingüísticas) em relação de sobreposição hierárquica dentro de uma única comunidade lingüística. Esta hierarquização

¹² *Diglossia*, in *Word*, 15, pp. 325-340, 1974

de uma sobre a outra não é aleatória, mas obedece a valorização atribuída pelos falantes, ou seja,

“as pessoas que falam qualquer das línguas definidoras consideram H (high) superior a L (low) inferior em muitos aspectos. Algumas vezes este sentimento é tão forte que somente H é considerada como real e L consta como ‘não existente’. Desta hierarquização e das situações particulares de uso, é feita a escolha da língua a ser utilizada.” (Ferguson, 1974, p.104)

Esta autoridade, ou melhor, este prestígio atribuído à língua H é mantido, segundo Ferguson, mesmo por aqueles que não dominam plenamente a língua H, mas a consideram “mais certa” ou “mais bonita” e “mais capacitada à expressão” que a(s) língua(s) L. Ferguson enumera mais oito fatores lingüístico-sociais que favorecem o fenômeno da diglossia. Para esta discussão, o prestígio é bastante significativo na situação lingüística da Guiné, pelo fato de ser o português considerado a língua de prestígio entre os falantes do crioulo e das línguas étnicas. Mesmo com a função de ser a língua veicular entre indivíduos de etnias diversas, os quais se reconhecem como guineenses, o crioulo não é a língua de prestígio na Guiné. Por ser a língua oficial, a língua do ensino e a língua do dominador, os falantes atribuem julgamento positivo ao português e ao mesmo tempo, promovem a sua supervalorização ante as demais línguas, entre elas, o próprio crioulo. Não se pode dissociar tal prática das relações de poder e prestígio, uma vez que reflete o conjunto de opiniões que foram consagradas pelo senso comum, independentemente de ser bom ou ruim para o grupo.

Por outro lado, sabemos que há o reconhecimento, entre os indivíduos das diversas etnias, de uma “comunidade guineense” - do ponto de vista político-social - tanto que é possível falar em Comunidade de Fala na Guiné (cf. Couto, 1994) e no crioulo como sua língua. Sapir, em “A linguagem” afirma que

“Toda língua tem uma sede. O povo que a fala, pertence a uma raça (ou a certo número de raças), isto é, a um grupo de homens que se destaca de outros grupos por caracteres físicos. Por outro lado, a língua não existe isolada de uma cultura, isto é,

de um conjunto socialmente herdado de práticas e crenças que determinam a trama das nossas vidas”
(Sapir, 1972, p.205)

Essa trama tem sua existência em uma dada comunidade. A noção de comunidade engloba um povo (P) vivendo em território comum (T) e que tem sua interação mediada por meio de uma língua (L). Fato que Couto vem chamando de Ecologia Fundamental de Língua. Nessa perspectiva, o equilíbrio do modelo da Comunidade (C) é mantido pela existência de cada uma das partes integrantes deste modelo, que são: língua (L), povo (P) e território (T) (cf. 2.1.2).

Portanto, na distinção da comunidade guineense, em relação à comunidade caboverdeana, à comunidade senegalesa etc, tem-se um território (a Guiné-Bissau), um povo (o guineense) e uma língua (o crioulo).

Na constituição desta identidade sócio-política, ou melhor, desta convergência étnica, o movimento de independência na Guiné teve papel importante, pois

“conseguiu uma conjugação interétnica notável. Durante a luta armada as diferentes etnias partilharam a causa comum. Desenvolveram a interacção... Descobriram cumplicidades colectivas”
(Lopes, 1987, p. 61)

O crioulo é hoje a “língua materna ou língua segunda da maioria dos habitantes da capital e das ‘praças’” (Scantamburlo, 1999, p.15). Foi também durante os anos da luta pela libertação que o crioulo chegou às populações do campo, que até então só tinham contato com línguas étnicas. Os revolucionários tinham como comandantes homens da cidade “conhecedores até da língua portuguesa, mas que tinham como principal meio de comunicação o crioulo” (Couto, 1994, p. 59). Diante das etnias locais, o crioulo passou a ser a “Língua da Libertação” e um elemento de unificação. O guineense, por não ser a língua de nenhuma etnia e também por pertencer a uma nação que tem a crioulação como reflexo da trajetória de sua formação, é a língua dos guineenses. A este respeito, Signorini afirma que:

“A unidade da comunidade vai se articular primordialmente em torno de uma língua nacional e, no caso de nações multiétnicas e plurilíngües, a língua nacional pode ou não corresponder à ‘língua materna’ de uma etnia integrante da comunidade nacional”

(Signorini, 2002, p.99)

Por outro lado, sabe-se que quando há o surgimento de uma língua crioula, há um envolvimento histórico maior que envolve a crioulação de toda uma sociedade, o que implica valores sociais, étnicos e culturais e, conseqüentemente, lingüísticos. Wilson Trajano registra que

“juntamente com as mudanças lingüísticas que resultam numa língua crioula, a crioulação também implica invariavelmente um processo de mudança cultural resultante de um intrincado fluxo de valores, práticas, saberes, crenças e símbolos que dá luz a uma entidade social terceira: uma unidade internamente heterogênea que emerge do compromisso social e lingüístico alcançado pelas sociedades que participaram do encontro original”.

(Trajano Filho, 2004)

O que remete, mais uma vez, à afirmação de que os fatos da linguagem estão em integração com outros campos das ciências sociais e que, identidade lingüística e prestígio de língua traduzem um campo que vai muito além do puramente lingüístico. Soma-se ainda, a complexidade multiplicada nas relações lingüístico-sociais em uma sociedade crioula.

1.3.4 A língua portuguesa na Guiné e a descrioulização

Após a libertação, “a consciência nacional serviu sobretudo para lançar um novo peão no jogo: O Estado” (Lopes, 1983, p. 64) e “O estado age, como pessoa jurídica que faz uso da língua legítima... A língua só é legítima, sabemos, na medida em que tem ‘força de lei’” (Barbaud, 2001, p.264) e esta “força de lei”, na Guiné, é atribuída ao português, por sua posição de “língua oficial”.

O português, embora falado por um número muito pequeno de pessoas, “*não é nem a língua primeira da maior parte da população, nem mesmo a da elite ‘instruída’*” (Augel, 2000), além de ser a língua do dominador e uma língua menor entre os guineenses, especialmente fora das cidades e das praças, é a língua oficial e de pretígio. Não é nem um pouco comum uma criança guineense adquirir o português como língua materna, o que significa que, na Guiné, o português é sempre uma segunda língua (ou mesmo terceira ou quarta língua). Ele também não é utilizado para a difusão da cultura do povo “ou instrumento de comunicação nas cidades, nos ambientes e nas cerimónias oficiais” Scantamburlo (1999, p. 62). Todos estes espaços de funcionalidade da língua que não conseguem ser ocupados pelo português - que é a língua oficial - são preenchidos pelo crioulo, e este, por sua vez, assume seu papel “nacionalizador”.

Scantamburlo (1999, p. 62) apresenta um quadro comparativo do senso de 1979 e 1991 na Guiné em relação ao português:

| Informação | L1 | L2 | L3 | total |
|------------|----|----|----|-------|
| 1979 | 0 | 2% | 3% | 5% |
| 1991 | 1% | 3% | 5% | 9% |

Fonte: Scantamburlo, 1999

Porém, de acordo com a estratificação nos níveis da escala diastrática, o crioulo apresenta níveis mais ou menos semelhantes à sua língua lexicadora, que como sabemos, é a língua de prestígio e a língua oficial no território do crioulo. Conforme foi apresentado em Couto (1994), há quatro níveis dispostos em um *continuum* entre o substrato (línguas nativas) e o superstrato (português).



Há quatro níveis do crioulo guineense entre o superstrato (português) e o substrato (línguas nativas) (cf. COUTO, 1994). Estes níveis distribuem-se em um *continuum*, sendo o crioulo nativizado o mais próximo das línguas nativas. E o português acrioulado mais próximo do português. O contato com a língua lexificadora e o prestígio desta junto aos guineenses favorecem a aproximação do crioulo à sua língua lexificadora. É a descrioulização, representando a etapa final do ciclo

O processo de descrioulização na Guiné apresenta um quadro que, à primeira vista, parece paradoxal, mas reflete a lógica da relação entre o povo e a sua língua. Sabemos que o crioulo está em plena expansão entre os guineenses, ou seja, ganha mais e mais espaço entre os falantes e, a cada dia, vai se consagrando como a língua da Guiné-Bissau. À medida que vai se expandindo, vai também se estabelecendo e assumindo as funções de integrar o indivíduo a um determinado grupo; de transmitir informações, emoções, conhecimentos etc, inclusive transmitindo a cultura e elaborando recortes e representações do mundo etc. Com isso, o crioulo assume as funções de “língua do povo guineense”. Vale lembrar que, na Guiné-Bissau, este posto somente pertenceu ao português “de direito”, mas nunca foi “de fato” ocupado por ele. Todavia, mesmo com esse fortalecimento do crioulo, este continua seu processo de descrioulização e, a cada etapa, se aproxima mais do português – seu superstrato e a língua que se enfraquece nas interações cotidianas entre os guineenses, embora seu prestígio e estatuto de língua oficial sejam mantidos. Eis o paradoxo: ao mesmo tempo em que o crioulo avança seus domínios funcionais e o português perde suas funções lingüísticas, o crioulo vai atingindo o topo da escala vital com a aproximação com o português. Porém, a contradição é neutralizada pela análise de que este caminho é parte do ciclo da vida de uma língua crioula, portanto, está de acordo com sua deriva natural.

1.3.5 Guineense ou Crioulo?

Há de se considerar que, a visão europeizada imposta pela situação dos tempos coloniais, fez com que o crioulo – e a própria palavra crioulo – carregasse um traço pejorativo, até mesmo vexatório entre os africanos. Pinto Bull (1989, p. 112) fala de guineenses assimilados que exerciam cargos administrativos e renegavam, não só suas esposas e suas origens, como também “tinham vergonha de falar na sociedade línguas africanas em geral, e o crioulo em particular”. Esses assimilados chegavam a “trocar” suas mulheres considerando que estas não eram “dignas de sua posição social”.

Carreira (1983) mostra que já no séc. XVIII havia “correntes de opinião apontando para uma imagem negativa do crioulo; e que nem os indivíduos colocados nas cúpulas da sociedade crioula ficaram imunes” e usavam a palavra “crioulo” “com o significado de mestiço; crioulo no sentido de língua de mestiço”. Carreira ainda apresenta vários exemplos de referência negativa ao crioulo, como de Lopes Lima (1844): “gíria ridícula, composto monstruoso do antigo Português, e das línguas da Guiné, que aquele povo tanto presa, e os mesmos brancos se comprazem a imitar”. (ibidem, p. 72)

A sociolingüística é categórica na afirmação de que o preconceito lingüístico tem sua representação em questões mais sociais que propriamente lingüística. Desta forma, a (des)valorização de uma dada língua ou de uma variante lingüística vai depender da posição do seu falante na estratificação social. Nesse juízo de valor estão incluídas questões de estética, função, entre outras. Portanto, o crioulo sendo a “língua dos crioulos”, não podia ser bem vista pela ótica do europeu. Essa idéia arrastou-se pelos anos e ainda hoje é tida como verdade por muitos leigos. Há aqueles que chegam se referir ao crioulo como uma “não-língua”. Diante disso, Scantamburlo na introdução do *Dicionário do Guineense* argumenta que “julgo que deve ser mais correcto designar esta língua de ‘Guineense’, termo já utilizado, aliás, pela Revista Lusitana de Lisboa em 1897...” e logo depois o autor deixa claro que “Para mim este termo não tem conotações pejorativas veiculadas pela palavra ‘crioulo’.” (Scantamburlo, 1999, p.15).

Sabe-se que as decisões de política de língua têm por base questões, como já diz o nome, políticas. Scantamburlo lembra que depois da independência, o guineense ganhou o estatuto de língua nacional e de

símbolo nacional, tanto que, em programas de rádio e programas políticos do governo, as emissoras utilizam o guineense por reconhecer sua abrangência e compreensão entre a população. O autor defende também a oficialização do guineense ao lado do português na Guiné, o que implicaria a utilização do mesmo como língua do ensino formal. Para isso, seria necessária a padronização do sistema gráfico, uma vez que não há uma padronização na escrita. Em 1987 houve uma proposta de grafização adotada pela Direcção Geral de Cultura, a Proposta de Unificação da Escrita do Crioulo, baseada em uma escrita fonética.

1.3.6 Ensino formal e ortografia

Na Guiné-Bissau, a taxa de analfabetismo atinge as marcas de 44,5% homens, 75,4% mulheres¹³. As condições de ensino são tão precárias quanto a situação social do país. As dificuldades não se limitam às condições materiais, quando cerca de 4-5 crianças dividem a mesma carteira, não há materiais didáticos, o salário dos professores é insuficiente para comprar um saco de 60 quilos de arroz, as aulas, muitas vezes acontecem em barracas improvisadas cobertas com lonas. Dada a complexa situação lingüística na Guiné, com a coexistência de etnias e línguas diferentes, as crianças que chegam à 1ª classe, muitas vezes, têm ali o primeiro contato com o português e serão, ao mesmo tempo, alfabetizadas nesta língua. Nas salas de aula, a língua veicular entre professores e alunos (das classes preliminares) é o crioulo. Os professores, por outro lado, nem sempre dominam o português e, apesar de oficialmente proibido, têm de fazer uso do crioulo nos primeiros anos, caso contrário, qual língua utilizar? Não é de se estranhar o insucesso do sistema de ensino e os altos números de evasão escolar na Guiné.

O ensino bilíngüe nas escolas guineenses tem sido objeto de discussão de longa data. Há defensores e opositores desta idéia. Scantamburlo é integrante da corrente de defensores. Seu *Dicionário Guineense-Português - Disionariu Guinensi-Portuguis*. Lisboa: Edições FASPEBI, 2002, é uma argumentação em direção à regulamentação ortográfica do guineense, e reforça a idéia da utilização do guineense como língua do ensino formal. Este argumento baseia-se no imaginário dos

¹³ Fonte: IPAD – Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento - <http://www.ipad.mne.gov.pt>

puristas e legisladores lingüísticos, os quais acreditam na dicionarização como um dos sustentáculos lingüísticos que apontam para a padronização e oficialização de uma língua, desconhecendo outros valores envolvidos nesta questão. Trata-se de um discurso bastante difundido entre leigos, aquele que acredita que a língua é o que prega o dicionário, ou, em outras palavras, o dicionário é o guardião da língua. Esta é, sem dúvida, uma resolução política e os argumentos lingüísticos são “invisíveis” aos legisladores. Porém, como defensor da idéia do ensino bilíngüe, o autor dá aos legisladores, aquilo que eles querem: gramática e dicionário.

Mas, temos de considerar as condições econômicas para se pensar em uma oficialização e no ensino bilíngüe, uma vez que publicações de materiais e desenvolvimento de projetos custariam somas exorbitantes ao Instituto de Educação da Guiné, e, dinheiro é o que menos há. Isso não quer dizer que não há produções escritas. Existem publicações de fábulas (oratura), de contos (cf. Montenegro e Morais, 1979, Pinto Bull, 1989). Como primeiro passo da oficialização do guineense, destacam-se a vontade e empenho políticos, para que possam avaliar, com seriedade, as condições precárias do ensino do português como L1, em uma nação multilíngüe e multiétnica. Ao mesmo tempo, há a necessidade da consideração do papel político do guineense como língua nacional. Contudo, o mais importante, é o reconhecimento de que o ensino do português deve responder aos princípios de ensino de L2 e, para se buscar um modelo igualitário do ponto de vista lingüístico, a aquisição da língua escrita, na Guiné, deve ter no guineense seu objeto principal. Afinal, o guineense é a língua da Guiné-Bissau.

Scantamburlo (1999) apresenta um argumento para a oficialização que aponta para a superioridade comunicativa do guineense e sua posição bem marcada como a língua das escolas, segundo o qual,

“A própria escola que pretende afirmar **o Português é um dos maiores difusores do Guineense**, porque, de facto, todas as crianças e jovens, que freqüentam a escola, comunicam entre si em Guineense, diária e sistematicamente.”

(Scantamburlo, 1999, p. 61 – negritos nossos)

2. OS ESTUDOS CRIoulos

2.1 A CRIOLÍSTICA

A criolística é o ramo da Lingüística que se ocupa do estudo das línguas crioulas e dos pidgins. É comum na literatura datar o início da criolística no final do séc. XIX, porém, desde o séc. XVII estudiosos manifestaram interesse pelas línguas crioulas. Couto (1996, p. 122) considera os precursores dos estudos crioulos os “missionários morávios que foram enviados para a ilha de St. Thomas (1730), onde se falava negerhollands, que eles chamavam de ‘carriols’, e para o Suriname (1735)”, uma vez que esses missionários chegavam a produzir gramáticas e dicionários para desenvolver a contento os objetivos da missão junto à população da terra. No final do séc. XIX, o pensamento europeu acerca das línguas crioulas “era considerado com o mesmo racismo que caracterizou a escravidão” (Meijer e Muysken, 1977, p. 21), o que significa que os crioulos eram vistos com como uma forma adulterada e piorada de línguas européias e “sendo um hábito funesto quando falado por negros, mas com um gostoso sabor local quando falado por brancos” (Bertrand, 1949, – apud Meijer and Muysken, 1977, p.22). Além da segregação dos falantes de raça negra em relação aos falantes de raça branca, havia também a idéia de uma gradação de variedades entre um crioulo e a sua língua lexificadora, o que implica dizer que o crioulo era tido como uma variedade (corrompida) de uma língua européia. O filólogo e professor português Francisco Adolfo Coelho, em 1880, surge como opositor desse pensamento.

Os ideais de Coelho eram compartilhados por outros intelectuais na busca de uma revalorização portuguesa na África, pois, passado o apogeu econômico com as grandes navegações e o comércio escravagista dos séculos anteriores, Portugal vivia uma época de submissão econômica à coroa britânica, embora fosse possuidor de colônias na África. Adolfo Coelho e seus companheiros intelectuais tinham apoio financeiro de empresários e juntos formaram, em 1878, a “Sociedade Geográfica de Lisboa”, que veio a empreender expedições à África para demarcar as condições geográficas e os potenciais agrícolas das colônias. No “Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa”, em 1880, estavam registrados os resultados das pesquisas apoiadas pela sociedade e, dentre os relatos apresentados,

constava o texto de Adolfo Coelho “*Os Dialectos Românicos ou Neo-Latinos na Africa, Asia e América*”.

“chamamos a atenção dos nossos consocios e do publico para as fórmas dialectaes particulares que algumas linguas europêas e particularmente o francez, o hespanhol e o portuguez, tinham tomado nas colonias e conquistas da Africa, Asia e America. Esses dialectos têm até hoje atrahido muito pouco a atenção dos linguistas, não existindo ainda nenhum trabalho geral sobre elles. ... Era nosso desejo reunir os materiais para um trabalho especial sobre os dialectos portuguezes, em um trabalho geral comparativo em que **tentássemos determinar as leis de formação desses dialectos**”

(Coelho, 1880, p.4 – negritos nossos)

Detalhe da primeira edição do Boletim da Sociedade de Geographia de Lisboa



Fonte:
http://purl.pt/24/1/pp-28-3-v/index-HTML/M_index.html

Embora considerado “também o pioneiro na compilação de dados sobre diversos crioulos” (Couto, 1996, p.126), segundo Meijer e Muysken (1977), Coelho não estava ciente do contexto social dentro do qual um crioulo existia como uma língua oprimida, não percebendo, desta forma, as dificuldades de se buscar um estudo mais aprofundado. Há também críticas quanto à confiabilidade de seus dados, uma vez que estava baseado em algo estático e apontava para um grau de aproximação do português maior até mesmo que algumas das variedades do próprio português. Além disso, a

quase totalidade desses dados era do caboverdeano e enviados por correspondentes leigos.

Em 1982 o alemão Hugo Schuchardt manifesta seu interesse pelos estudos dos “dialectos creoulos”. Para DeCamp, “indisputavelmente, o pai dos estudos de pidgins e crioulos foi Hugo Schuchardt” (DeCamp, 1977 p.9). Schuchardt defendia a idéia da inexistência de uma língua totalmente pura e, assim como Adolfo Coelho, era opositor dos neogramáticos, tanto em relação à classificação genealógica em árvores, proposta por Schleicher, como em relação às leis fonéticas. Schuchardt tinha um olhar voltado para as questões sociais. Para ele, as mudanças obedecem às leis segundo a natureza geográfica e social onde a língua se realiza. Diferentemente do pensamento dos neogramáticos, a língua não pode ser tratada como leis da natureza, mas como uma entidade que existe nas pessoas que fazem uso dessa língua, isto é, de forma socialmente contextualizada. Para Couto (2005) Schuchardt foi o pioneiro na utilização de dados de pidgins e crioulos para argumentar contra o pensamento da regularidade da mudança lingüística durante o reinado dos neogramáticos. Schuchardt também ficou conhecido por sua descrição, em 1909, da Língua Franca Mediterrânea e como o primeiro lingüista a estudar a língua basca.

Outro crioulista pioneiro foi Dirk Christiaan Hesseling, um holandês interessado no contato de línguas que buscava entender a coinê grega. Hesseling tentava desvendar se “seria a coinê um desenvolvimento do ático ou o resultado da mescla de dialetos” (Couto, 1996, p. 131). Hesseling fora iniciado na filologia clássica, mas, seu interesse pelo contato de línguas e o conhecimento do trabalho de Schuchardt o levaram a estudar o afrikaans e o malaio-português. Embora Schuchardt e Adolfo Coelho tenham suscitado, no século passado, questões ainda hoje discutidas na Lingüística, como a relação entre aprendizado de L2 e crioulistica e as idéias universalistas no processo de crioulização, os autores não distinguiam pidgin/crioulo. A distinção pidgin/crioulo só começa a se fazer nos estudos crioulos a partir da década de 40, com Robert Hall. Sabe-se que não há um consenso acerca da importância dessa distinção entre os crioulistas, uma vez que o conceito de pidgin é considerado “dispensável” para algumas linhas de estudo, conforme veremos nas páginas seguintes.

Importante salientar que o conceito de pidginização sugere características que implicam contextualizações que ultrapassam a Lingüística e adentram o campo das ciências sociais. Sendo assim, os conceitos de pidginização e crioulição vão além das referências gramaticais das línguas e perpassam pela história da comunidade que faz uso de uma língua crioula ou pidgin. As discordâncias estão sempre presentes no tratamento da pidginização/crioulição, visto que o estudo abarca também uma contextualização sociolingüística e histórica da comunidade crioula que faz uso da língua criouliçada. Mesmo atado a conceitos além da lingüística, tenta-se responder, nos moldes lingüísticos, a um primeiro questionamento: o que é uma língua pidgin ou uma língua crioula?

2.1.1 O que são línguas crioulas e pidgins: características sócio-históricas e gramaticais

Esta questão leva em conta, não somente as características estruturais ou gramaticais, mas o conjunto histórico que impulsionou o aparecimento deste pidgin/crioulo. Começando pelo pidgin. O conteúdo histórico-social é tão importante quanto o conteúdo lingüístico. Para os estudos da sociolingüística, a relação língua e sociedade é a regra geral. Considerando que a crioulistica e a pidginística estão subordinadas ao escopo maior dos estudos da língua em relação à sociedade, ou seja, da Sociolingüística, fica assim justificada a importância do conteúdo sócio-histórico apresentado no capítulo primeiro. Partindo da relação entre língua/sociedade e crioulistica, apresentamos a definição de pidgin como

“uma língua de emergência, que surge quando povos falantes de línguas mutuamente ininteligíveis entre si entram em contato estreito. Por definição, ela não é língua materna de ninguém, uma vez que só é usada na situação de contato”
Couto (2002, p.7)

Na acepção acima, o autor evidencia a condição sociolingüística do contato marcada pela não inteligibilidade dos falantes envolvidos neste contato.

Existem características sociolingüísticas que emergem em razão dessa situação inusitada do contato lingüístico, algumas delas são mais favoráveis à emergência de um pidgin/crioulo. Uma dessas características tem a ver com a falta de identificação sociocultural dos povos que utilizam este pidgin. Vale lembrar que ele (o pidgin) não é a língua materna de nenhum dos usuários, portanto, não há relação de identidade cultural ou mesmo de lealdade por parte dos falantes em relação ao pidgin. Esse fato faz com que o destino dessa língua emergencial seja variável, e vai depender de fatores extralingüísticos.

Primeiramente, esse pidgin pode desaparecer sem deixar marcas sociais ou lingüísticas juntamente com a própria situação de contato que criou condições para a sua emergência.

Em segundo lugar, esse pidgin pode passar a uma língua crioula, desde que a situação comunicativa continue ativa. A permanência do pidgin depende, principalmente, do grau de utilização e importância do mesmo na comunidade em que é utilizado, ou seja, sua sobrevivência está atada às condições de necessidade comunicativa do contato. Caso essa situação de contato, geralmente comercial, deixe de existir, o pidgin é “descartado”, pois, não sendo a língua nativa de nenhum dos lados comerciais, não há atribuição afetiva ou cultural que a mantenha em uso após o término do contato entre os povos.

Essa efemeridade dos pidgins é explicada pelo fato de eles serem soluções mais sociais que propriamente individuais. As soluções comunicativas são caracterizadas por normas de aceitabilidade estabelecidas entre os povos envolvidos no contato. Muitas vezes a inteligibilidade do pidgin só acontece na situação do contato, e fora de contexto discursivo ele é ininteligível. Isso não quer dizer que um pidgin não possa permanecer em uso por muitas gerações.

Geralmente, um pidgin não apresenta uma gramática própria, quando há uma gramática, esta é proveniente do substrato ou mesmo da pessoa que

está tentando se comunicar no momento do discurso. Peter Mühlhäusler defende a idéia de que o pidgin pode se estabilizar. Isto acontece quando ocorre uma cristalização do pidgin antes da crioulização propriamente dita. Pode também ocorrer de esse pidgin se expandir antes mesmo de ser nativizado, como foi o caso do tok pisin, falado na Nova Guiné.

Quanto às características estruturais, há distinção entre os chamados pidgins instáveis e pidgins estáveis. Estes últimos apresentam uma forma lingüística um tanto definida, diferentemente dos pidgins instáveis que podem ser mudados de acordo com os sujeitos envolvidos na situação de contato. Por sua condição instável, estes pidgins ainda não têm gramáticas. Porém há características que são gerais nos pidgins (instáveis e estáveis), como as simplificações e reduções resultantes do processo de pidginização, tanto da(s) língua(s) de substrato (LS) quanto da língua lexificadora (LL). Essas características são:

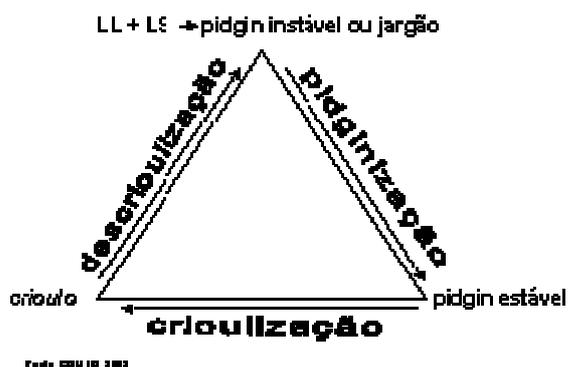
- i. Número reduzido de fonemas;
- ii. Redução de processos derivacionais;
- iii. Ausência de processos flexionais;
- iv. Redução do léxico ao mínimo necessário à situação de contato;
- v. Preferência pela sílaba ótima (CV);
- vi. Funções sintáticas indicadas pela ordem sintagmática.

Outra questão que divide as opiniões dos crioulistas diz respeito ao fato de ser ou não o pidgin uma língua. Mesmo para aqueles que reconhecem o pidgin como uma língua, reconhecem também que se trata de uma língua emergente com poucos recursos gramaticais. Um exemplo é o inglês pidginizado da Nigéria.

Segundo a opinião mais geral, quando ocorre a nativização, ou seja, quando o pidgin passa a ser a língua nativa de alguma criança, este pidgin muda o seu *status* de pidgin a língua crioula. Pode-se então apresentar um primeiro conceito de crioulo como “um pidgin nativizado”, ou melhor, como um pidgin que se tornou a língua materna de uma criança. A nativização implica a oposição entre a aquisição de L1 e L2. Bickerton (1977, p. 49) registra que “pidginização é o aprendizado de segunda língua com *input* restrito, ao passo que a crioulização é a aquisição de primeira língua com *input* restrito”. Na definição de Bickerton, a noção de aquisição de L1 em

oposição à aquisição de L2 é crucial no processo que vai determinar o crioulo em relação ao pidgin. Tanto L1 como L2 são adquiridos mediante a exposição de dados restritos, em decorrência da situação de contato.

Robert Hall, em 1962 propôs o chamado ciclo vital dos pidgins/crioulos. A figura abaixo mostra o esquema idealizado por Hall.



- No vértice do triângulo ocorre o encontro dos povos com línguas ininteligíveis entre si. Neste momento, a comunicação acontece de modo pragmático ou seja, há a emergência de um pidgin instável;
- Com a continuidade do contato, há a consolidação e estabilização do pidgin, no chamado pidgin estável, é o processo de pidginização;
- Quando ocorre a nativização, ou seja, o pidgin é adquirido como L1, passa a ser um crioulo.
- Com o tempo, há a reaproximação do crioulo com a LL, é a chamada “descrioulização”.

Nem todos os crioulistas concordam que o processo de nativização seja determinante na distinção de pidgin e crioulo, tampouco há um consenso quanto ao número mínimo de crianças a adquirir um pidgin como L1 para este pidgin passar a um crioulo nativizado. Esse desacordo em relação à nativização não a enfraquece como argumento. Mufwene (2001, p.7) argumenta que

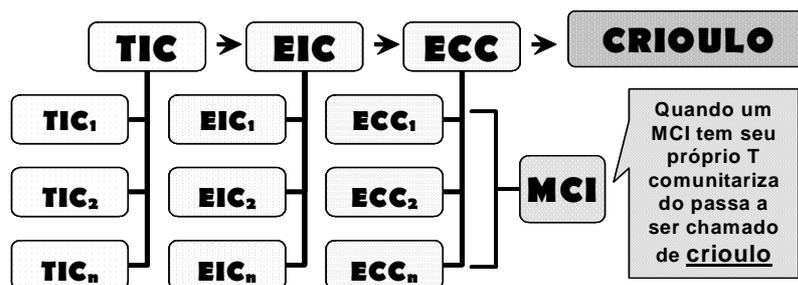
“se os crioulos foram desenvolvidos por crianças, eles seriam línguas que permaneceram na fase de desenvolvimento. A alternativa é que eles (os crioulos) teriam adquirido estrutura adulta quando as crianças se tornaram adultos, o que cria a pergunta: por que seus pais teriam sido incapazes de desenvolver tais estruturas durante a fase de pidgin.”

Há outra concepção na crioulística segundo a qual a nativização está em segundo plano na caracterização de um pidgin como uma língua crioula. Os adeptos dessa opinião valem-se da idéia de que a língua é o principal meio de comunicação de uma comunidade, sendo assim, quando esta língua passa a ser a língua de uma comunidade, ou melhor, quando acontece a comunitarização do pidgin, este passa a ser considerado um crioulo.

Portanto, nessa concepção os aspectos sociais são priorizados no processo de crioulização, constituindo um percurso teórico mais sócio-histórico, em oposição à ótica puramente lingüística e gramatical. Nessa perspectiva, pode-se então apresentar uma segunda definição de crioulo como “o pidgin que se comunitariza”.

2.1.2 Contatos de línguas: diferentes condições favoráveis à emergência de uma língua crioula

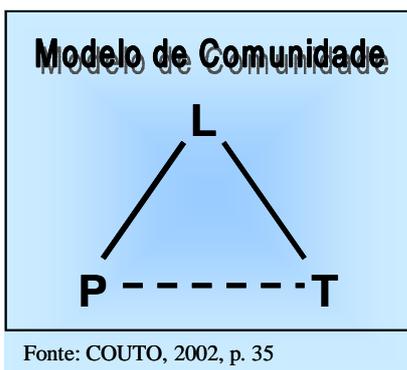
Na Lingüística o estudo das línguas crioulas e pidgins acontece no âmbito do contato de línguas. Esta contextualização é explicada pelo fato de a emergência de um pidgin acontecer devido ao contato de povos falantes de línguas mutuamente ininteligíveis que se vêem obrigados à interação lingüística. Nesse contexto, o tipo de contato pode variar, ou seja, há questões referentes à territorialidade, ao poderio econômico, ao prestígio de uma comunidade em relação à outra e mais alguns fatores que são relevantes na emergência de um pidgin. Nos primeiros momentos do contato, a interação acontece de “modo pragmático, ou seja, cada um emprega vocábulos de sua própria língua mais um ou outro da língua dominante que conseguiu captar, sem nenhuma sintaxe, com o auxílio de mímica e outros recursos extralingüísticos” (Couto, 2002, p.37 e 38). No percurso da emergência de uma língua que permita a comunicação, Couto (2002, p.38) aponta para fases distintas, sendo a primeira delas a TIC – tentativas individuais de comunicação. Quando essas tentativas individuais são bem sucedidas e os indivíduos passam a usá-las de forma mais continuada e em maior escala, passam a ser chamadas de estratégias individuais de comunicação – EIC. As EICs não são ainda recursos comunicativos coletivos, mas, com o passar do tempo e o uso dos interlocutores, podem então coletivizar e tornarem-se estratégias coletivas de comunicação – ECC. O conjunto dessas ECCs forma o meio de comunicação interétnica ou interlingüística – MCI. Segundo Couto, com a consolidação da comunidade acontece também a consolidação da MCI como a língua desta comunidade. É a comunitarização. Após este estágio, o pidgin pode ser considerado um crioulo, segundo a proposta teórica da comunitarização. A figura abaixo mostra a seqüência proposta em Couto (2002).



Couto (2002, p.34) indica também as características das situações de contato que favorecem o aparecimento e os caminhos de um crioulo depois de formado. São elas:

- i. Situações de multilingüismo com um contato continuado entre os povos;
- ii. O mais comum é o contato acontecer em território das LSs (línguas de substrato) ou em território neutro;
- iii. Geralmente, a LL (língua lexificadora) fornece o léxico e as LSs fornecem parte da gramática;
- iv. Há casos de relexificação, que é a substituição do léxico por outra língua diferente da LL;
- v. Depois de formado um crioulo pode caminhar para o processo de descrioulização, ou seja, uma reaproximação da LL.

Para crioulistas que trabalham sob a ótica da Ecolingüística, (estudo das relações entre língua e meio-ambiente), como Mufwene (2001), Mühlhäusler (1996), e Couto (2007, no prelo), a comunidade lingüística é estruturada pelo princípio de que há sempre a existência de três elementos fundamentais na formação de uma língua, quais sejam, língua (L), povo (P) e território (T). Couto vem trabalhando esse conceito de Ecologia Fundamental da Língua (EFL), segundo o qual, uma comunidade é composta por um povo (P) que vive em um determinado território (T) cuja interação é mediada por uma língua (L). A figura abaixo representa o conceito de EFL.



-O equilíbrio do modelo da Comunidade (**C**) é mantido pela existência de cada uma das partes integrantes deste modelo, que são: língua (**L**), povo (**P**) e território (**T**).

-A base é ocupada por um grupo de pessoas (**P**) em um determinado território (**T**).

-A ferramenta de solidariedade entre os integrantes do grupo que ocupa aquele espaço territorial é a língua (**L**).

-**L** é o instrumento de coesão entre povo e território e o ápice da pirâmide, sendo, portanto, onde povo e território se encontram e onde se dá o equilíbrio da Comunidade.

- Assim, o modelo prevê que $C = P + T + L$.

A EFL prevê que em uma comunidade o seu povo interage por meio de sua língua em um determinado território. As situações de contato podem se apresentar, segundo Couto (2002), de quatro formas diferentes, o que implica resultados lingüísticos também diferentes. Neste caso, contrariamente às noções lógicas da matemática, a ordem dos fatores influencia o resultado lingüístico-social do processo, uma vez que a mudança da estrutura da EFL desencadeia conseqüências lingüísticas diferentes dos padrões de contato considerados comuns. São situações inusitadas, nas quais sempre há a falta de, pelo menos, um dos sustentáculos da EFL, ou seja, falta ora um povo, ora uma língua, ora um território. A tendência natural é o preenchimento da lacuna que está em aberto, seja ela uma nova língua, um novo povo ou mesmo a ocupação de um novo território para este povo com sua língua.

Outro fator relevante na crioulização diz respeito aos fatores sócio-políticos. Nas situações de contato e de multilingüismo há a tendência de haver também uma relação de dominante/dominado entre os povos. O povo de maior poderio econômico, social ou bélico representa o povo dominante, o que implica também o fato de que o número de pessoas não é garantia de domínio em situações de contato, tampouco a territorialidade ou, no caso da língua, a classificação na tipologia morfológica.

A primeira situação de contato pode ser exemplificada com o caso da maioria dos imigrantes que chegam a uma nova terra. Esse contato não é favorável ao desenvolvimento de uma língua crioula. Nessa situação, na qual o contato se dá no território do povo em condição de povo dominante, tanto

do ponto de vista quantitativo quanto sóciopolítico, o povo imigrante passa a constituir um subgrupo em meio a um grupo majoritário. Ao mesmo tempo em que as diferenças étnicas, religiosas e lingüísticas de cada povo marcam as diferenças dos grupos envolvidos. Do ponto de vista lingüístico, há a tendência de esses imigrantes formarem ilhas lingüísticas. Um exemplo são os japoneses que chegaram ao Brasil no início do séc. XX.

Em uma segunda situação, o contato acontece no território do povo dominado mediante o deslocamento do povo politicamente dominante, com sua respectiva língua, até o território do povo dominado. Muitos crioulos surgiram dessa situação de contato. O crioulo guineense é um exemplo. Com a expansão dos domínios portugueses, no séc. XV, e a ânsia de conquistar e explorar os povos e as novas terras descobertas, os portugueses até usavam, no começo (bem no início) da interação e do contato, um pouco da(s) língua(s) local(s). Com o passar dos tempos, essa dominação política se impôs de forma a ocasionar um processo de criouliização, como no caso da Guiné-Bissau. No caso do Brasil, a imposição e oficialização da língua dominante ocorreram mediante o afogamento das línguas (e povos) locais. Há também casos em que a língua do povo dominante não teve força para se impor. Este é o caso de alguns lugares da costa da África, onde as línguas locais têm seu espaço territorial e seu povo garantidos. Nas ilhas de Bijagós, na Guiné-Bissau, o povo daquelas ilhas representam uma resistência à dominação européia.

Para a proposta da EFL, nos contatos lingüísticos que resultaram em crioulos, durante o período de expansão dos domínios portugueses, a emergência de um novo povo criouliizado fez surgir, naquele território específico, também uma nova língua. Era o nascimento de uma nova estrutura de EFL.

A terceira situação é a mais propensa à emergência de uma língua crioula. Ela acontece quando povos, e suas respectivas línguas, entram em contato em um espaço que não é o território de nenhum dos povos envolvidos na situação de contato. Esse contato se dá em um território neutro. Cabo Verde é um exemplo do crioulo que emergiu dessa situação. Até o “achamento”, em 1460, as ilhas não eram habitadas por seres humanos. A colonização se deu com escravos vindos da Costa da Guiné e com aventureiros portugueses levados para as ilhas com o propósito de

colonização daquele território. Nessa situação específica de contato entre portugueses (na condição de dominante) e africanos (como dominados), faltavam dois dos sustentáculos da EFL, território e a língua. Isso porque, tanto africanos quanto europeus, se encontravam em territórios que não lhes pertenciam e ambos sem uma língua comum de comunicação. Tão logo foi consolidado o território das Ilhas de Cabo Verde, um novo povo criouloizado, o caboverdeano, passou a ser o povo daquele território. O povo das ilhas se reconheceu como pertencente àquele espaço territorial. A emergência de uma língua, no caso o crioulo, na comunidade caboverdeana, era primordial para equilibrar a estrutura daquela nova comunidade lingüística. Assim o equilíbrio se deu quando o povo, vivendo nas Ilhas de Cabo Verde, encontrou no crioulo o elemento de coesão entre povo caboverdeano e seu território.

Importante ressaltar que, na geração de um novo povo marcado pelo traço da criouloização, há a emergência de uma língua também crioula.

O quarto tipo de contato acontece em situações fronteiriças, quando ocorre o compartilhamento entre os povos, suas línguas e seus territórios. Um exemplo é a situação dos chamados “brasiguaios” da fronteira entre Brasil e Paraguai. Um outro exemplo é o caso dos russos do norte da Rússia que negociavam mercadorias e peixes no norte da Noruega durante o verão. Esta situação de contato gerou um pidgin conhecido como russenorsk, composto de elementos do russo e do norueguês. De acordo com SEBBA (1997, p.63), o russenorsk, também chamado de moja po tvoja ‘meu no seu’ e kaksprek ‘como falar’, representava o estágio mais básico de desenvolvimento de um pidgin, ou seja, um jargão. O russenorsk era falado somente durante o período do verão, quando aconteciam as negociações e não havia, na situação de contato, relações de dominante/dominado entre os usuários do kaksprek. Segundo Kortlandt (2000, p.2), “não pode ser comparada a uma língua natural, mas ilustra um processo de mistura de línguas em uma situação onde a criouloização nunca teve chance”. O russenorsk teve seu período mais forte durante no séc. XIX e foi extinto pela repressão deflagrada durante a revolução russa.

2.2 AS HIPÓTESES SOBRE A GÊNESE DOS CRIoulos

As teorias que tentam explicar a gênese dos crioulos podem ser divididas em duas grandes áreas: aquelas focadas no desenvolvimento gradual e outras focadas no desenvolvimento de forma abrupta. Bickerton, como gerativista, é o maior representante da teoria do desenvolvimento de forma abrupta, pois, na ótica dos universalistas, a súbita emergência dos crioulos gera certas características que são consideradas como traços específicos. Esses traços são de extrema relevância para os estudos dos universais lingüísticos. As teorias focadas no desenvolvimento gradual têm como base o ciclo vital do crioulo, proposto por Hall (1962), segundo o qual as fases seguem gradualmente o ciclo de pidginização → crioulição → descrioulição. (cf. 2.1.1). Para Mülhhausler, a graduação é chamada de contínuo evolucionário.

2.2.1 Hipótese Monogenética

A Hipótese Monogenética, com grande influência nos anos 60 e 70, prevê que todos os crioulos e pidgins se originaram de um ancestral comum, ou seja, de um proto-pidgin, sendo, portanto, geneticamente relacionados. Esse proto-pidgin seria um pidgin português falado ao longo da costa africana durante o séc. XV, que teve sua expansão em decorrência da colonização portuguesa no período das grandes navegações portuguesas empreendidas nos sécs. XV e XVI. Este proto-pidgin teria seu valor histórico como língua de comunicação entre os cavaleiros medievais que lutavam durante as cruzadas e teve sua expansão até a Ásia, conforme registra Romaine (1988, p.86),

“O proto-pidgin da Teoria da Monogênese é em hipótese o pidgin português do séc. XV o qual pode ter sido uma relíquia do saber, a língua franca medieval que acreditavam ser a língua dos cruzados e a língua comum no comércio mediterrâneo”.

A Hipótese da Monogênese para a crioulistica não é diferente da Monogênese da Lingüística Histórica, com a noção do proto-indo-europeu. Ela tem como base a noção das famílias lingüísticas dispostas em árvores,

do alemão Schleicher, pois a noção da existência de um ancestral comum das línguas crioulas era a base do pensamento dos adeptos da Teoria da Monogênese. Além do “parentesco” lingüístico, a idéia geral dos adeptos da monogênese previa que o curso histórico das mudanças lingüísticas era determinista e perfeitamente previsível. Como explicar então os crioulos holandeses, ingleses e espanhóis ou mesmo a diferenças entre os portugueses? A explicação veio com a noção da relexificação, cuja idéia pregava que o crioulo levado pelos portugueses no período das grandes navegações teve seu léxico substituído por outra língua européia. A depender da sócio-história do local onde o crioulo era falado, seria determinada a língua doadora do léxico, ou seja, a língua relexificadora. Assim se explicariam as diferenças e semelhanças entre os diversos crioulos, uma vez que o parentesco lingüístico podia responder pelo intenso grau de semelhança entre os crioulos, considerado, muitas vezes, até maior que a parecença com a língua lexificadora. Ao passo que as diferenças se atribuíam às diferentes colonizações européias. Em outras palavras, o parentesco explica as semelhanças e a relexificação responde pelas diferenças.

O termo “relexificação” foi proposto por Stewart (1962) e traz a idéia de oposição à noção de reestruturação. Na relexificação monogenética, contrariamente ao pensamento darwiniano de evolucionismo, sempre marcado pela idéia de melhoramento, no caso das línguas crioulas, tinha o significado de piora. A evolução do crioulo a partir da língua européia, representava uma degradação dessa língua européia.

A rejeição à Monogênese entre os crioulistas se deve ao fato de estes entenderem que há mais material genético envolvido no contato de línguas para a formação de um crioulo do que supõe a Monogênese. Entre os defensores da Hipótese da Poligênese, que prevê que os crioulos tiveram suas origens independentes uns dos outros, podem-se classificar, por exclusão, todos os crioulistas que não são adeptos da Monogênese.

2.2.2 Hipótese Superestratista

Conforme sugere o próprio nome, a Hipótese Superestratista elege a língua de superstrato como aquela que tem a responsabilidade principal no surgimento do crioulo. O termo superstrato é usado na lingüística em referência a um conjunto de formas ou traços que vieram a influenciar a língua menos dominante em um ambiente onde há contato lingüístico e, geralmente, envolve dominação cultural e política.

Na Hipótese Superestratista, mais uma vez a crença da superioridade européia, em relação aos povos não-europeus, tem presença marcada na história da crioulística. A justificação da teoria estava na tentativa dos povos africanos “inferiores” em falar a língua do povo europeu “superior” e, nesse percurso cognitivo, dominavam uma forma degenerada da língua européia do dominador. Segundo Couto (1994, p. 145), a idéia do superstratismo era uma idéia geral entre os primeiros crioulistas, até mesmo Adolfo Coelho não acreditava na importância do papel das línguas de substrato na formação dos crioulos. Esse pensamento preconceituoso ainda tem força entre leigos, uma vez que é comum a referência às línguas crioulas como uma forma mal-falada da língua do conquistador, desconhecendo-as como línguas genuinamente africanas, sugerindo que os crioulos são línguas européias estropiadas e suas origens são sempre exógenas. Esse pensamento está presente, muitas vezes, no imaginário do próprio crioulófono, revelando sentimento de submissão e inferioridade dos povos (e suas línguas) colonizados frente ao europeu colonizador (e sua língua).

Chaudenson é um superestratista dentro de uma abordagem sócio - histórica. Para esse francês, a crioulização é um aprendizado imperfeito da língua-alvo que acaba por gerar um outro sistema, porém este novo sistema utiliza o material da língua-alvo de forma reestruturada. No ponto de vista de Chaudenson, a contribuição das línguas africanas foi mínima no processo de pidginização e crioulização.

2.2.3 Hipótese Substratista

Segundo a Teoria Substratista há uma transposição da gramática das línguas de substrato para o léxico da língua de superstrato. As similaridades nos traços gramaticais das línguas da costa oeste africana aparecem como traços comuns entre crioulos de base lexicais europeias diferentes. Dentre esses traços, podemos exemplificar a cópula, que consiste na existência de um verbo semanticamente fraco utilizado para relacionar elementos da oração, como os verbos de ligação. No guineense, por exemplo, o “i” tem essa função de fazer a relação dos elementos na oração, como em *gosí Jababa i minjer pekadur na mundu* ‘agora Jababa é uma mulher pecadora no mundo’. Outro traço apontado como influência das línguas de substrato é a seriação verbal, como em *ki lebri i rinka kuri*, ‘aquela lebre arrancou-se e correu’, também do guineense. Embora nem todos os estudiosos do guineense concordem com a existência da seriação nessa língua, em Couto (1994, p.106) há exemplos encontrados nos dados do autor. O sistema pronominal e a topicalização verbal também são considerados traços advindos das línguas africanas ocidentais. Romaine (1988, p. 104) apresenta um exemplo de topicalização do sranan tirado de Alleyne (1980, p. 103): *a pley mi ben pley nang a wroko* ‘é um jogo que eu meramente joguei no meu trabalho’.

2.2.4 Hipótese Universalista

Para os universalistas, as mesmas leis que regem os princípios universais das línguas são responsáveis pelas semelhanças entre os crioulos. Este pensamento tem origem na Teoria Inatista de Noam Chomsky (1965), segundo a qual a construção da gramática da língua se dá com a criança exposta a um número reduzido e finito de dados que, ao final do processo de aquisição, é capaz de gerar uma número infinito de sentenças. Isso quer dizer que a aquisição da língua pela criança é possível porque os seres humanos são dotados de uma capacidade inata para a linguagem. A LAD (Language Aquisition Device) ou UG (Universal Grammar) é formada por leis de caráter geral, consideradas como parte de um componente biológico dos seres humanos para a linguagem. A GU – Gramática Universal - contém os princípios universais, ou melhor, os traços gerais da linguagem humana.

Após o dispositivo da LAD ser ativado, por acasião da exposição da criança aos dados da sua língua, a criança seleciona as regras que são interessantes à língua que se adquire, enquanto as outras regras são automaticamente apagadas. O resultado desse processo é a estruturação da gramática da língua. Uma vez que os dados iniciais (*input*) são pobres, o que Chomsky chamou de “pobreza de estímulo”, o resultado do processo de aquisição e estruturação da gramática da língua é uma argumento bastante forte para a Hipótese do Inatismo. Ele atesta a existência de uma habilidade inata, específica da espécie humana para a linguagem, chamada por Chomsky de Faculdade da Linguagem.

O maior responsável pelo pensamento universalista na crioulistica foi Derek Bickerton, da Universidade de Honolulu, embora para Couto (1996, p.126), Adolfo Coelho já mencionara, no final do séc. XIX, os aparatos psicológicos e fisiológicos como responsáveis pelas semelhanças entre os crioulos. Como parte de uma abordagem gerativista, Bickerton está interessado nas qualidades distintivas puramente gramaticais das línguas e, conseqüentemente, os traços gramaticais são determinantes na caracterização das línguas crioulas, em relação às línguas não-crioulas. Isso implica não considerar a relevância dos conteúdos histórico-sociais envolvidos na emergência e na formação da sociedade que fala o crioulo. Como gerativista atuante, Bickerton acredita que as semelhanças gramaticais existentes entre os crioulos do mundo independem de suas matrizes de superstrato ou substrato, uma vez que são explicáveis pelos universais inscritos na GU, como parte de um patrimônio biológico dos seres humanos dotados da linguagem.

A hipótese de Bickerton, chamada de *Bioprogram Hypothesis*, considera os crioulos como línguas novas, línguas ainda jovens que surgiram com base em um jargão, ou pidgin, desprovido de gramática. Esse dado é representativo da teoria inatista, uma vez que a “pobreza de estímulo”, no caso específico da nativização, é inúmeras vezes intensificada, já que o pidgin não tem gramática e o estímulo está inscrito no dispositivo da LAD das crianças que processam a nativização do crioulo. Isso quer dizer que a gramática da língua crioula, que emerge do processo de crioulistização, é estruturada mediante as leis gerais das línguas humanas dispostas na GU das crianças. Outra questão interessante da Hipótese do Bioprograma é que o crioulo se desenvolve de forma abrupta, pois o processo de nativização se

dá de uma geração à outra, ou seja, a gramática é estruturada de forma repentina em uma única geração e não de forma gradual. Essa característica proporciona o aparecimento de traços que emergem do dispositivo da linguagem, cujo desenvolvimento é possibilitado por um mecanismo inato dos seres humanos que está determinando a natureza dessa gramática. O programa é acionado somente por crianças em fase de aquisição de língua. Nessa perspectiva, questões referentes à sócio-história não são relevantes para explicar as estruturas gramaticais que se acionaram na formação dos crioulos. Em contrapartida, autores que abordam a visão sócio-histórica na crioulistica refutam a hipótese do Bioprograma.

Até o advento da proposta de Bickerton, os crioulistas tendiam a sublimar o papel das línguas de substrato nas formações dos crioulos, o que levava os estudos a elegerem o papel determinante da sócio-história e da colonização europeia. Hoje, há aqueles que consideram a relevância dos postulados de Bickerton para as análises e estudos dos crioulos, pois a discussão acerca da construção da gramática envolve processos que remetem à criatividade humana. Nesse processo, a questão entre o que é herança das gramáticas das línguas de substrato e o que é inerente à faculdade da linguagem, inscrita na condição biológica dos seres humanos, ainda tem muito a ser investigado.

2.2.5 Hipótese da Língua Mista

Lucien Adam, em 1883 afirmou: “O crioulo é uma língua mista, constituída do vocabulário de um idioma europeu, adaptado ao sistema gramatical de uma língua indígena” (apud Cunha, 1981). Quando se fala em língua mista, entende-se como uma língua que tem o vocabulário europeu e a gramática africana. Esse é o entendimento de língua mista também no âmbito da Crioulistica, embora as noções de pureza e mistura nas línguas têm suscitado discussão entre linguistas, especialmente entre crioulistas. Couto (1996) lembra que na “opinião de Max Müller não há língua mista”, ao passo que para Schuchardt “todas as línguas são mescladas”.

A teoria da língua Mista está inserida no âmbito maior da relexificação, assim como a Monogenética, pois traz a noção do léxico do superstrato na gramática do substrato. DeCamp (1977) em *The Development of Pidgin and*

Creole Studies lembra que para Schuchard - no início da crioulistica - alguns crioulos mudam sua filiação e são tão mesclados que desafiam qualquer classificação (DeCamp, 1977, p. 10). Como opositor dos neogramáticos, Schuchardt viu nos pidgins e crioulos um forte argumento a seu favor, dada a imprevisibilidade de se relexificar com uma língua diferente da lexificadora atual. Há línguas que passaram por relexificação, como o chamorro, falado nas ilha de Guam e nas Marianas, nas Filipinas. Os lingüistas consideram o chamorro uma língua malaio-polinésia que teve seu léxico substituído quase que totalmente pelo espanhol. Porém, do ponto de vista sócio-histórico, a formação do povo e da língua não caracteriza o chamorro como um crioulo. Mesmo quando se leva em consideração o fato de a substituição lexical apresentar um caráter sócio-político. É sabido que, quando há implicações de poder de uma língua sobre outra, no caso da relexificação, sempre a relexificada está em piores condições sociais e política em relação à língua doadora. Trata-se, portanto, de uma dominação cultural. A grande quantidade de americanismo presente no léxico do português brasileiro, e em outras línguas, exemplifica a relação de dominação e poderio dos Estados Unidos no mundo atual.

Enfim, o que tem a ser ressaltado é que qualquer crioulo pode ser classificado como uma língua mista, porém, a recíproca nem sempre é verdadeira.

Hoje a noção de mistura de língua tem sido discutida sobre a ótica universalista e no contexto da relexificação, com Claire Lefebvre. Segundo a proposta de Lefebvre, a relexificação acontece no sintaxe e na semântica dos crioulos, uma vez estas são perenes no processo de relexificação, enquanto que as formas fonológicas são substituídas pelas formas da língua lexificadora. Essa mistura gera uma sobreposição do léxico do superstrato na gramática do(s) substrato(s).

2.3 AS GRAMÁTICAS CRIOULAS

Tem sido ressaltado, ao longo deste capítulo, que há traços comuns entre os crioulos e que estes traços têm suscitado muitas discussões na crioulistica. Em Couto (1996) tem-se uma descrição pormenorizada de cada uma das partes da gramática, que apresentamos de forma reduzida.

- Quantidade bastante reduzida de fonemas em relação às línguas que entraram em contato na sua formação. A estrutura silábica tende à sílaba ótima e menos marcada, a CV, o que faz com que muitas transformações no material lingüístico sejam na direção desta forma canônica, usando os processos fonológicos conhecidos na literatura.
- A ordem sintática menos marcada, isso é, a SVO (sujeito – verbo – objeto). Além de ser fixa é também a regra geral, pois, a atribuição de Caso e preposições não faz parte da sintaxe crioula. As funções são marcadas pela ordem na sentença. Esta, por sua vez constitui, para Bickerton, um dos universais da crioulistica.
- Outra característica na sintaxe crioula é um sistema TMA particular (tempo, modo e aspecto). Nos crioulos, diferentemente das línguas européias, a referência do tempo está no que passou, no que efetivamente ocorreu. Esta é a forma menos marcada, o presente e o futuro são as formas diferentes, portanto, formas marcadas. Por exemplo:

| | | | |
|------------------------------|--|--|-----------------------------------|
| <i>N baja</i> 'eu dancei' | <i>N na baja</i> 'eu danço (agora)' | <i>N ta baja</i> 'eu danço, sei dançar' | <i>N ba baja</i> 'eu dançarei' |
|------------------------------|--|--|-----------------------------------|

- A dupla negação também é uma marca dos crioulos, como em:
N ka kume nada
'eu não comi nada'
- A seriação verbal, como em:
lebri rinka kuri
'a lebri arrancou e correu'
- A utilização de um único verbo para exprimir posse e existência, como em:
Puti ka tene iagu e *N ka tene iagu*
'não há água no pote' 'eu não tenho água'
- A utilização da forma adjetival na função de verbo, por exemplo:
I linpu korson ba
'ele já foi uma pessoa de bom caráter'.

Para este trabalho, as características morfológicas são as mais relevantes. Sabe-se que na crioulistica os estudos acerca da morfologia são poucos, uma vez que a idéia de que “um dos dados mais conspícuos dos crioulos e, é claro, dos pidgins é a ausência quase total de morfologia derivacional e flexional” (Couto, 1996, p. 48). Alguns crioulos emergem como exceção e apresentam processos morfológicos. A composição é um processo

bastante produtivo nos crioulos, a derivação apresenta uma redução, ao passo que a flexão pode ser tratada com raridade. Como diz Couto (comunicação pessoal) “concordância já é ‘luxo’”. Esse assunto será tratado mais detalhadamente no capítulo 5.

2.3.1 Idéias, conceitos e pré (conceitos)

As afirmações carregadas de preconceito são partes do contexto maior das línguas crioulas desde o reconhecimento de suas particularidades, tanto do ponto de vista social quanto gramatical desde o séc. XVIII.

A noção de que aqueles que eram diferentes dos brancos eram seres inferiores levava a pensar que seu discurso também era inferior. Assim, os traços diferentes das línguas crioulas em relação às não crioulas eram tomados como traços inferiores e refletiam, portanto, a idéia da inferioridade de seus falantes. Esses traços não são considerados em relação às condições sócio-históricas de formação dos crioulos, o que leva ao julgamento da incapacidade cognitiva dos falantes das línguas crioulas.

Existe, ainda hoje, na crença popular e, por vezes, acadêmica, a idéia de que os crioulos são uma classe distinta de línguas. Esta idéia está inserida na velha crença de que os crioulos são também línguas degeneradas e inferiores em relação às línguas não-crioulas. Essa discussão tem sido largamente combatida por Michel DeGraff, Ingo Plag, Silvia Kouwenberg, na chamada ACE – *Against Creole exceptionalism*. A noção de excepcionalismo, por sua vez, apresenta um traço de segregação, segundo o qual os crioulos:

- i. São descendentes degenerados das línguas ancestrais européias;
- ii. São línguas que emergiram de um *break* de *transmission* ou transmissão anormal abrupta;
- iii. São fósseis lingüísticos;
- iv. São híbridos especiais com uma genealogia excepcional.

Em 1998, John McWhorter, professor da UC Berkeley publicou um artigo chamado “Identifying the creole prototype: vindicating a typological

class”, cujas idéias principais inquietaram e suscitaram um período bastante profícuo no debate sobre a morfologia das línguas crioulas. Na ocasião, o texto de McWhorter apresentava uma volta à lingüística darwiniana. O estudo de McWhorter leva a discussão à Lingüística do séc. XIX, com a Lingüística Darwiniana de August Schleicher.

2.3.2 A lingüística darwiniana e os estudos crioulos

A grande proposta científica na época de Scheleicher era a de Charles Darwin. As idéias darwinianas refletiram também na Lingüística, com a utilização dos conceitos da origem e evolução das espécies aplicados às línguas. No modelo darwiniano havia uma busca para as formas ancestrais que detinham menos aparatos biológicos de adaptação ao meio. A palavra chave era *evolução*, sempre ligada à noção de progresso, de melhoramento. Nesse sentido, tempo e depuração acontecem de forma integrada: quanto maior o tempo de uma espécie, maior sua evolução, sua melhoria e sua adaptação. Scheleicher desenvolveu a noção genealógica das famílias lingüísticas em árvores, com base no evolucionismo e nas condições de hereditariedade, ligadas à herança das características das línguas ancestrais transmitidas às línguas sucessoras. Havia também a noção de seleção, cuja aplicação acontecia quando essas línguas sucessoras herdavam, do mesmo modo, a capacidade de (re)produzirem outras línguas com as suas características. Embora com variações evolutivas entre as gerações. As formas primogênicas, conforme mostrava as reconstituições das línguas, eram “simples” e semelhantes. Algumas línguas conservam a simplicidade desde os primórdios, como as isolantes. A língua, no pensamento da Lingüística Darwiniana, tem a ver com a história da evolução do homem, pois vários estágios das línguas podem ser também notados nas características dos estágios evolucionários do homem. No cerne das idéias de Schleicher estava a idéia do simples para o complexo, no sentido de ser menos ou mais evoluída. Como era alemão, Schleicher classificou as línguas européias entre as mais evoluídas. Assim, com a divisão das tipologias lingüísticas, as línguas se dividiram da seguinte forma:

As línguas isolantes como línguas com pouca morfologia e com multiplicidade em monomorfêmicos. São primitivas e simples, ou seja, não são ainda desenvolvidas, tampouco são línguas complexas. O fato de apresentarem itens monomorfêmicos, representava, na ótica da Lingüística Darwiniana, organismos unicelulares, o exemplo apresentado de língua tipicamente isolante era o chinês.

As aglutinantes são aquelas línguas com muitas palavras polimorfêmicas, porém, cada morfema carrega apenas um significado lexical ou uma função gramatical, como o húngaro, que estaria em um estágio intermediário entre o primitivo e o evoluído.

As flexionais ou fusionais são línguas que também têm palavras polimorfêmicas, porém, diferentemente das aglutinantes, há a cumulação, ou seja, mais de um significado lexical ou função gramatical em um único morfema. O português e as línguas românicas são exemplos de línguas flexionais. No modelo da Lingüística darwiniana, traços flexionais são capazes de medir o grau de evolução ou progresso que se apresenta na complexidade estrutural dessas línguas.

Voltando a McWhorter, em sua proposta do protótipo crioulo, a idéia aponta para características básicas como “resultados claros de uma quebra de transmissão seguidos por um período de desenvolvimento breve demais para serem desfeitos como nas línguas mais velhas” (McWhorter, 1998, p. 788).

A idéia da juventude das línguas crioulas, no sentido de que estão apenas começando, aponta para a noção de serem estas línguas “imaturas” que ainda não se desenvolveram suficientemente para apresentar os mesmos traços das línguas mais “maduras”. Esses traços seriam paradigmas de afixos derivacionais, idiosincrasias léxicas, derivação semanticamente desenvolvidas, que “se originam de um processo inevitável de movimento semântico e de inferência metafórica que é assegurado mediante milênios” (McWhorter, 1998, p. 788).

Seuren (1998, p. 292 – apud DeGraff), em *Western Linguistics: an historical introduction*, faz um comparação entre as línguas crioulas e as

línguas consideradas “sofisticadas” afirmando que “gramáticas crioulas... são, de certa maneira, simplificadas, no sentido de que lhes faltam as características mais sofisticadas das línguas respaldadas por um passado cultural rico e extenso e uma sociedade literata grande e bem-organizada”

Segundo Seuren e McWhorter, por serem muito novos nas línguas, os afixos derivacionais dos crioulos, além de serem produtos de gramaticalizações, são também novos na qualidade de forma livre, pois eram formas presas nas línguas de *input*. Por sua condição “jovem”, os afixos conservam a transparência semântica da língua doadora, o que implica que as línguas crioulas não têm lexicalizações idiossincráticas como nas línguas “mais velhas”.

Certamente que a disputa acerca da morfologia nas línguas crioulas parece ainda ter muito a ser discutido e vem, nos últimos tempos, movimentando um novo debate na crioulística.

2.3.3 A morfologia nos estudos crioulos

A chamada “pobreza” de morfologia das línguas crioulas é parte integrante dos aspectos gramaticais dessas línguas. Como afirma Romaine (1994, p. 171), “a falta de morfologia constitui uma das características das línguas crioulas” Esse pensamento encontra ambiente favorável na crença da “simplicidade” (em oposição à complexidade) das línguas crioulas. Diante da crença da pouca ou nenhuma morfologia, esta ficou esquecida nos estudos crioulos. Vários estudiosos são adeptos desse pensamento, como Seuren e Wekker (1986, p. 66 – apud Plag) que afirmam que a “a morfologia é essencialmente estranha nas línguas crioulas”. Thomason (2001, p. 168), registra que “a maioria dos pidgins e crioulos apresenta uma falta total de morfologia ou têm recursos morfológicos muito limitados comparados à lexicadora ou outras línguas de *input*”.

Por outro lado, há crioulistas que se debruçaram sobre os dados crioulos e refutaram a crença da pobreza da morfologia nos crioulos, criando um novo debate na Crioulística.

2.3.4 A tese da pouca morfologia

O pensamento bickertoniano afirma que os morfemas presos são perdidos no processo abrupto de crioulização ou, quando muito, são assimilados como itens lexicais sem manter a mesma correspondência com a língua lexificadora. Ainda, de acordo com essa idéia, este fato pode constituir uma deficiência cognitiva de seus falantes, e estes, por sua vez, “teriam até a chance de ‘melhorar’, se adotassem uma língua superior, com requisitos expressivos para um mundo mais moderno” (Bickerton 1990, 1998 – apud DeGraff, 2005).

Quando se diz que os crioulos têm um inventário morfológico mais “pobre” comparado a seu superstrato, é importante também lembrar que essa comparação sempre parte da língua lexificadora para o crioulo. O inventário morfológico não está circunscrito ao inventário da língua lexificadora, como um subconjunto desse inventário, e uma série de inovações são possíveis na morfologia do crioulo, embora elas sejam menores que as inovações da língua lexificadora.

Para Plag (2004), “uma revisão séria na literatura sobre os crioulos também refuta a asserção da pouca morfologia nessas línguas”. O autor afirma, refutando a tese da pobreza de morfologia, que “fica estabelecido desde agora o fato de que os crioulos têm morfologia de uma forma não desprezível”

2.3.5 Características gerais e generalizações

A relação entre forma e significado nos crioulos está sempre ligada à questão da transparência semântica e da iconicidade no seu sistema morfológico. Segundo um pensamento freqüente, quando acontecem os processos morfológicos, estes são transparentes na sua totalidade. A noção de transparência quer dizer que o significado de uma palavra complexa é a soma de significado de suas partes. Essa idéia, para McWhorter, tem a ver

com a condição de língua ainda jovem dos crioulos, pois, as irregularidades semânticas surgem de um processo inevitável de deslizamento semântico e inferência metafórica que ocorre com o tempo. Para McWhorter, esse mecanismo é o único que determina os processos não-transparentes nas línguas e está, ainda, inativo nos crioulos.

Ingo Plag (2000) combate essa idéia, tomada como uma generalização para os crioulos. Em “*The nature of derivational morphology in creoles and non-creoles*”, o autor afirma que a opacidade semântica brota de outros mecanismos, principalmente entre os empréstimos, o que significa ser este um mecanismo bastante comum em situações de contato. Portanto, não é uma condição exclusiva das situações crioulizantes. É de se esperar que em situações de contato de línguas haja empréstimos de formas consideradas mais complexas, às vezes, com reanálises. Porém, nem sempre é isso o que acontece e após desenvolvimento e utilização na língua pode levar a idiosincrasias. Por exemplo, no guineense o sufixo *-dur*, originário do português *-dor*. Esse sufixo forma substantivos a partir de verbos, na maioria das vezes indicando ocupação. Por exemplo:

| | | |
|--------------------------------|---|------------------------------------|
| <i>-montia</i> 'caçar' | → | <i>montiadur</i> 'caçador' |
| <i>-baja</i> 'dançar' | → | <i>bajadur</i> 'dançarino' |
| <i>-tarbaja</i> 'trabalhar' | → | <i>tarbajadur</i> 'trabalhador' |

Nos dados acima, o sufixo *-dur*, originário do português veio para o crioulo, sem reanálise semântica ou morfológica, somente fonológica. Entretanto, os dados em *-dur* apresentam também uma forma em *-dur*, idiossincrática e opaca, como em

| | | |
|--|---|-----------------------------------|
| <i>-pekadu</i> 'pecado' | → | <i>pekadur</i> 'pessoa, gente' |
| ex: <i>lagartu kungsi tudu nomi di pekadur</i> 'o crocodilo conhece o nome de todas as pessoas' | | |

Há também o sufixo *-siñu*, que indica uma subclasse e não o diminutivo como na língua lexificadora, no caso, o português.

| | | |
|--------------------------|---|-------------------------------|
| <i>-mame</i> 'mãe' | → | <i>mamesiñu</i> 'madrasta' |
| <i>-bentu</i> 'vento' | → | <i>bentusiñu</i> 'brisa' |

Nos exemplos com o sufixo *-siñu*, não há uma relação de transparência total, tampouco de regularidade no uso do sufixo, porém, houve reanálise semântica, pois o uso não é o mesmo do português. Importante salientar que a reanálise, ou reinterpretação semântica, acontece nas línguas independentemente de suas classificações como crioulas ou não crioulas. Ela ocorre quando um falante interpreta uma determinada estrutura de modo diferente de sua forma original e pode incidir nos diversos níveis gramaticais. Por exemplo, no latim, o sufixo *-ula-ae*, que formava os diminutivos latinos *ovicula-ae* e *acucula-ae*, respectivamente, *ovelha* e *agulha*, sofreram uma reinterpretação morfológica dos falantes através dos tempos e o sufixo foi incorporado à palavra-base, o que leva a uma interpretação do falante como um palavra simples e não mais uma forma complexa. Vê-se que, diferentemente dos exemplos com afixos vivos na língua (como o prefixo *re-*), o afixo latino *-ula* não é parte do inventário de sufixos vivos do português, ou seja, ele não foi transposto como item gramatical no português, mas sim como parte integrante do lexema das palavras que o tinham como sufixo no latim. Outro exemplo do português é o artigo neutro do árabe *al* que foi incorporado como parte do radical das palavras herdadas do árabe no português, como *almoxarife*, *almofada* e *alfazema*. Um exemplo no crioulo guineense é a palavra *iagu* 'água'. A reinterpretação ocorreu mediante os dados fonéticos de *input*, que, no português europeu, são atualizados com uma ditongação antes das vogais altas. Essa exposição aos dados fonéticos levou à interpretação dos guineenses de que essa ditongação era parte integrante do significante.

Questões como estas levam a discussão para a noção de palavra, pois, a não-fluência da língua alvo atrapalha a segmentação das palavras por parte dos aprendizes em um contínuo de fala. Há também que se considerar que são questões que entrecruzam o campo da sincronia e da diacronia. Pode-se pensar em uma construção da intuição que leva a análise do falante com um recorte sincrônico. Por outro lado, há traços que levam a uma interpretação histórica. Por exemplo, no guineense *karga* corresponde ao português *carregar*. Segundo Houaiss (2004), no português há controvérsias em relação à palavra *carga*, pois alguns acreditam tratar-se de um deverbais de *cargar*, que data do séc. XIII. Nota-se que a transposição da língua lexificadora para o crioulo aponta para uma interpretação da

semântica da forma primitiva, que utilizou a forma morfológica derivada da forma original. Qual a análise a ser considerada? Somente a sincrônica não enriquece a interpretação da análise, pois a diacronia muito tem a dizer sobre as questões de reanálise. Mesmo ocorrendo em dois níveis de forma simultânea, quais sejam, morfológico e semântico, sugerindo uma maior complexidade, os dados apontam para o fato de que a reanálise não faz distinção entre línguas crioulas e não crioulas.

Por outro lado, há palavras que surgem espontaneamente, de acordo com a necessidade do falante. Essas formas têm uma carga discursiva e são geradas mediante um significado que “gravita em torno do núcleo semântico da palavra”, (cf. Aronoff, 1976). Esses aparentes deslizamentos semânticos podem ocasionar formas aparentemente opacas, idiossincráticas à primeira vista, mas, em uma análise mais acurada, entre forma e significado, pode determinar um tipo de relação lexical de natureza semântica e morfológica, como do português, *ficar* → *ficante* (cf. 4.5). Plag argumenta que não é possível que essa característica lingüística seja perdida na situação crioulizante. Sendo esta uma prerrogativa lingüística que aponta para a produtividade das línguas e esta, por sua vez, só é possível mediante a competência do falante, como podemos pensar que um falante de crioulo não possui tal capacidade?

Importante lembrar que não se deve pensar em transparência em um sentido dicotômico, mas em um *continuum* (cf. 4.9). Uma forma pode ser totalmente transparente, parcialmente opaca, totalmente opaca etc. A interpretação do grau de transparência e/ou opacidade é variável. Essa variabilidade torna a fronteira entre o menos transparente e o mais opaco tênue demais para uma interpretação rígida. Mesmo para um falante nativo, há formas que acarretarão dúvidas na classificação em relação ao grau de transparência ou opacidade.

Há outro fator a ser considerado e já notado em Plag (2004) que diz respeito ao tipo de processo envolvido na formação da palavra. Segundo a teoria, no processo de formação, a relação se dá nos níveis semântico e morfológico, por exemplo, *refazer*, *reinaugurar*, ou seja, a noção semântica de “refazimento” do prefixo *re-*, mais as condições morfológicas dos verbos de ação de *fazer* e *inaugurar* permitem que seja possível a interpretação das estruturas acima. Se o processo não apresenta essa transparência, ou seja,

se é opaco, então a relação é só formal, não há relação semântica, como em, *desmanchar*, *cuecas* e *gotícula*. Porém, a discussão retorna ao problema do estatuto dessas formas semanticamente opacas: complexas ou simples? Se consideradas formas simples, então não é possível assumir qualquer mecanismo morfológico de formação de palavra, mas uma relação puramente formal na sua formação, uma vez que a relação morfológica só é consolidada mediante uma relação de forma mais significado. Por outro lado, qual o grau de possibilidade de segmentação das partes que compõem essas palavras pelo falante quando exposto a dados como estes (*desmanchar*, *cuecas*, *gotícula*)? É certo que o grau de reconhecimento do falante dos componentes das palavras expostas não é igual para todas as três. Em *desmanchar*, intuitivamente o falante reconhece as partes envolvidas, mas em *cuecas* e *gotícula* vai depender de um conhecimento filológico prévio, o que é extremamente raro na massa de falantes de uma língua.

Voltando a discussão para a crioulistica, se a morfologia dos crioulos é sempre transparente, então não é lícito afirmar que ocorram processos de natureza puramente formal, mas sempre processos morfológicos de natureza formal e semântica. Isso implica na existência da intuição, por parte dos falantes, das partes formadoras de um item lexical complexo. Será que os dados de guineense são favoráveis a este pensamento? Outra leitura a ser feita na tese da transparência total diz respeito à “falta de morfologia”, pois, mesmo que houvesse somente processos transparentes, estes estariam sendo acionados na produção de itens lexicais constituindo, pois, uma programação de ordem morfológica, portanto, estabelecendo uma morfologia.

A teoria geral da morfologia proclama que somente as formas transparentes são produtivas. Isso implica dizer também que a transparência nos processos derivacionais das línguas crioulas leva a uma produtividade total das regras de formação. Sabe-se que a transparência total e, conseqüentemente, a produtividade geral são refutadas na análise de crioulistas como DeGraff, Plag e Couto.

Por outro lado, a declaração da transparência total nas línguas crioulas constitui uma afirmação contrária à noção de produtividade das línguas. Uma palavra considerada semanticamente opaca, tendo uma

entrada como forma simples no léxico e tida como simples (em oposição à complexa) pela teoria, a depender de sua formação, pode ser reconhecida as suas partes pelos falantes da língua. Esse reconhecimento, conhecido como regras de redundância - RR (Jackendoff, 1975) e regras de análise estrutural – RAE (cf. Basílio, 1980), permite ao falante reconhecer as partes que compõem uma formação do tipo *desabafar*. Ele possibilita ao falante a percepção do processo de prefixação com o prefixo *des-*. No caso dos crioulos, esse traço continua como uma prerrogativa existente na criatividade do falante – ele não perdeu esse dispositivo por ser falante de crioulo. Os dados mostram a existência de processos produtivos que autorizam a utilização desses dispositivos pelos falantes, como o exemplo do sufixo *-dur*, mas há também processos improdutivos, irregulares, com derivações semanticamente opacas, como, por exemplo, o sufixo *-on*, conforme os exemplos abaixo.

| | | |
|------------------------------------|---|--|
| - <i>garafa</i> 'garrafa' | → | <i>garafon</i> 'botija' |
| - <i>Amontua</i> 'acumular' | → | <i>amonton</i> 'preguiçoso' 'negligente' |
| - <i>porta</i> 'porta' | → | <i>porton</i> 'entrada maior' |
| - <i>kalma</i> 'cabaça, concha' | → | <i>kalmon</i> 'cabaça com asa, colher de abóbora' |

Embora semanticamente opacos, com irregularidade e com uma regra não produtiva - do ponto de vista diacrônico - o falante percebe a recorrência do sufixo *-on* em *garafon*, *amonton* *porton* e *kalmon*, da mesma forma que reconhecemos o *des-* em *desmanchar*. Não é necessária uma análise profunda para notar que não há transparência, tampouco regularidade nas formações em *-on* nos dados. Afinal, qual a carga semântica do sufixo *-on* no guineense? Poderíamos pensar que a forma *-ão*, do português foi reinterpretada, mas como dar conta da irregularidade? Embora fortemente marcados pela opacidade, os derivados com o sufixo *-on* não deixam de ser formações complexas, acionadas a partir de uma regra de formação de palavra não mais produtiva na língua.

Outra idéia generalizada em relação à morfologia das línguas crioulas diz respeito à iconicidade. A iconicidade, por sua vez, é um princípio pertencente à semiótica e refere-se à existência de uma relação entre significante e significado, contrariando a noção saussuriana de

arbitrariedade do signo lingüístico. Por exemplo, quando a noção de pluralidade é marcada com um morfema, representando “mais forma → mais significado”, trata-se de um processo icônico (Sapir, 1972). Da mesma forma, se a reduplicação vem marcando pluralidade ou iteratividade, ou seja, “mais da mesma forma → mais do conteúdo”, como em “*foi um ‘correr’ o tempo todo*”, também estamos no campo da iconicidade. No caso dos crioulos, há a idéia de que no inventário lexical das línguas crioulas há a abundância de formas icônicas. O que nos dizem os dados do guineense a este respeito?

Um dos processos mais produtivos nas línguas crioulas é a conversão – que é não-icônico. A conversão constitui uma forma de derivação sem alteração na constituição da forma da palavra, por isso também é chamada de derivação zero ou derivação com o morfema \emptyset , por exemplo: subs → adjetivo = *homem burro, mulher gatinha*

Há também reduplicações não-icônicas, que são processos considerados produtivos nos crioulos de modo geral (Kouwenberg & La Charite, 2003 – apud Plag). Por exemplo, em Ndjuka, a reduplicação nos verbos expressa um estado [+anterior]. No guineense ocorre o mesmo fenômeno. Por exemplo:

- *bai* → *bai-bai*
 ‘comprar’ ‘comprado’

Há também dados de reduplicação que refletem uma motivação icônica como nos exemplos abaixo.

- *Ñeme* → *Ñeme-ñeme*
 ‘comer’ ‘comer muito’
 - *Gosi* → *gosi-gosi*
 ‘agora’ ‘agora mesmo’

Mas há ainda reduplicações lexicalizadas que, além de não serem icônicas, são totalmente opacas, como pode ser notado abaixo.

- *Kinti* → *kinti-kinti*
 ‘quente’ ‘muito rápido’

De acordo com Couto (1994), pode-se distinguir, no crioulo guineense, três níveis de transparência nas composições, o que reforça a noção do *continuum* entre o mais transparente e o menos transparente.

- **Transparentes**
 - bida-magru* 'emagrecer'
 - 'virar' 'magro'
 - kau-di-sinta* 'assento'
 - 'fugar' 'sentar'
 - laba-kurpu* 'lavar-se'
 - 'lavar' 'corpo'
- **Parcialmente transparentes**
 - mata si kabesa* 'suicidar-se'
 - 'matar' 'reflexivo' 'cabeça'
 - susu korson* 'mau-caráter'
 - 'sujo' 'coração'
 - mama di bunda* 'nádegas'
 - 'mamilo' 'bunda'
- **Opacas**
 - raka-tara* 'namorar'
 - 'rachar' 'ráfia'
 - iran-segu* 'espécie de jibóia'
 - 'demônio' 'cego'
 - mara-panu* 'deflorar'
 - 'amarrar' 'pano'

Para Plag (2003), há três fontes básicas de emergência da morfologia dos pidgins e crioulos. De acordo com a primeira delas, as marcas morfológicas vêm diretamente de uma das línguas envolvidas no contato, ou seja, são produtos de empréstimos. De acordo com a segunda fonte, as marcas podem ter se desenvolvidas por meio de gramaticalização. A terceira diz respeito à relexificação, quando a forma fonológica de um dado morfema advindo de uma das línguas de *input* (geralmente, superstrato) tem a função (ou significado) originária de uma marca morfológica semanticamente relacionada com a(s) outra(s) língua(s) de *input* (substrato).

Há ainda exemplos de empréstimos de línguas diferentes das línguas de *input* (superstrato e substratos). No guineense há ocorrência de empréstimos do francês em decorrência do contato com o francês no território guineense. Por exemplo, *toka-toka*, um meio de transporte coletivo na Guiné e no Senegal, representando uma forma emprestada do Wolof.

Rougé (1885, p. 181) lembra que os empréstimos como neologismos na Guiné têm três fontes mais freqüentes: a africanização, que ocorre por meio dos falantes das línguas nativas, que adquiriram o crioulo; a lusitanização, cujo grande difusor é o ensino formal e o desenvolvimento autônomo, utilizado pelos falantes que têm o crioulo como língua materna e o utilizam no dia-a-dia.

Um exemplo claro de relexificação da marca morfológica pode ser visto no crioulo português do Sri-Lanka, o ceilonês. Nesse crioulo, a

preposição *para* do português (Bakker, 2003 – apud Plag) apresenta uma marca dativa e sua entrada se deu como *-pa*. Porém, essa marca de função dativa é usada no tAMIL, que é umas línguas de substrato. Segundo os crioulistas, o problema da relexificação é não ser possível prever o tipo de processo de relexificação que ocorre no contato, pois, segundo Lefebvre (2003), diferentes processos emergem em diferentes combinações e padrões nas morfologias das línguas crioulas e pidgins. Há também crioulos que preservam e reconstituem os morfemas presos das línguas de *input*, o que refuta a idéia de que esses afixos são perdidos no processo de crioulistização, que é a idéia de Bickerton, 1990), McWhorter (1998) e Mühlhäusler (1997- apud Plag). Os dados do guineense sugerem que o processo de formação do inventário morfológico não foi transposto de forma integral, tampouco com as mesmas utilizações ou as mesmas formas fonéticas de uma língua a outra. A morfologia guineense emergiu na construção da gramática da língua, em um processo de gramaticalização. Este assunto será retomado no capítulo 5.

Essa discussão pode gerar um campo bastante aberto para pesquisas acerca da morfologia nos crioulos, discussões que apontam um caminho a ser desvendado, o qual vem marcado por crenças e tabus ao longo da história da Crioulística.

3. METODOLOGIA

3.1 O CORPUS

3.1.1 As fontes

O guineense não tem um sistema ortográfico oficializado. Em 1987, foi apresentada e adotada pela Direcção Geral de Cultura a Proposta de Unificação da Escrita do Crioulo, baseada na escrita fonética. Em 2002, Luigi Scantamburlo, apresentou outra proposta que foi rejeitada pelos trâmites políticos que, sempre se colocam como responsáveis em casos de política lingüística (cf. 1.3.5). Esses fatos são relevantes quando justificam que, devido à inexistência do sistema gráfico oficial, as produções escritas não seguem rigorosamente o mesmo padrão. Outro fato não menos importante a ser considerado é que o guineense é uma língua eminentemente oral, e as produções literárias, embora existam, são escassas.

Na África, de um modo geral, os povos adotam a chamada “oratura”, que nada mais é do que a literatura na forma oral. Trata-se da tradição de narrar histórias que é atribuída aos contadores de histórias, ou “omi garandi” (sábio) das comunidades. São eles os responsáveis pela manutenção da tradição oral. A oratura, como prática cultural entre os povos africanos, independe de etnias. As mesmas histórias são contadas repetidas vezes e o ato de contar, de ouvir e interagir com o narrador é o que mais importa naquele momento, até mais do que o desfecho dos personagens. Segundo Pinto Bull trata-se de um discurso interlocutivo, geralmente com espaços para intromissões e muita diversão. Trajano Filho, do Departamento de Antropologia da UnB e especialista nas questões de criouliização na Guiné-Bissau, acredita que os provérbios e *storyas* apresentam, em geral, a tradição congelada e são utilizados como instâncias de controle social. Importante ressaltar que, nem sempre a moral e os valores impostos pelas narrativas crioulas são as mesmas da tradição ocidental, mas são expressões de sabedoria e projeções da realidade do povo guineense.

Desconsiderando as questões sociais, sabe-se que essas estórias

têm um valor étnico integrador bastante significativa na sociedade guineense. Essa informação é de interesse nesta pesquisa quando a grande maioria dos textos e das gravações é composta dessas narrativas crioulas, na forma de narrativas orais – a oratura. A recolha dos dados, pelo Prof. Dr. Hildo Honório do Couto, aconteceu *in loco* nos anos de 1988, meses de março – abril, e 1990, meses de setembro e outubro, o que resultou em cerca de 30 fitas gravadas. As gravações foram recolhidas, principalmente nas cidades de Bafatá, Cachéu e Bissau. Esses dados orais foram transcritos por falantes nativos e posteriormente revisados e digitados antes de serem transpostos para o *banco* de dados. Como o banco de dados é gerenciado por um *software*, os dados foram também formatados e etiquetados de acordo com a exigência do programa.

O banco de dados do guineense, com narrativas, textos e entrevistas, representa uma fonte que vai além das questões lingüísticas. Ele estará à disposição para futuras pesquisas no campo da Lingüística, da Literatura ou mesmo da Sociologia.

Os textos utilizados são publicações crioulas das seguintes fontes:

70 fábulas transcritas e publicadas nas seguintes fontes:

9 de Pereira (1998),

10 de Pereira (1988),

21 de Montenegro (1979),

24 de Montenegro / Morais (1995),

6 de Montenegro / Morais (1994 – 1996);

466 provérbios de Andreletti (s/d).

3.2 A LINGÜÍSTICA DE *CORPUS*

A Lingüística de *Corpus* está interessada em um conjunto de dados de língua, falados e/ou escritos. Os dados têm por finalidade servir de ponto de partida para uma intenção descritiva e/ou a verificação de uma hipótese em uma dada língua. Trata-se da metodologia “baseada em *corpus*”, diferentemente da metodologia “restrita a um *corpus*”, ou seja, as fontes de dados representarão uma parcela da população lingüística e não um informante da população.

A utilização da computação nas pesquisas lingüísticas permite a análise de grande quantidade de dados com mais agilidade e precisão. Tanto que a Lingüística de *Corpus* foi fortalecida a partir dos anos 80 com a explosão da utilização dos computadores pessoais (PCs), com a “popularização de *corpora* e de ferramentas de processamento” (Sardinha, 2004, p. 5).

3.2.1 Definição e justificativas

Dentre as definições para *corpus*, em Lingüística de *Corpus*, a definição a seguir, é considerada a que mais atende aos propósitos deste projeto:

"Um conjunto de dados lingüísticos (pertencentes ao uso oral ou escrito da língua, ou a ambos), sistematizados, segundo determinados critérios, suficientemente extensos em amplitude e profundidade, de maneira que sejam representativos da totalidade do uso lingüístico ou de algum de seus âmbitos, dispostos de tal modo que possam ser processados por computador, com finalidade de propiciar resultados vários e úteis à descrição e análise”

(SARDINHA, 2000)

A definição acima contempla os seguintes critérios:

- i. A origem dos dados de forma autêntica;
- ii. A finalidade de servir como objeto de estudo lingüístico;
- iii. A composição, com critérios na escolha dos conteúdos;
- iv. A formatação legível para a execução em *softwares* em máquinas;
- v. A representatividade para a língua a ser estudada;
- vi. A extensão, que deve ser suficientemente representativa.

3.2.2 Representatividade, extensão

No que tange à extensão de um *corpus*, esse conceito está ligado à noção de representatividade e finalidade da pesquisa. Um *corpus* é uma

amostra da realização de língua ou variedade lingüística cuja dimensão não se conhece, o que dificulta o estabelecimento ideal de uma amostra que represente essa população (Sardinha, 2004). Contudo, sabe-se que a noção de representatividade para um banco de dados está vinculada ao conceito de probabilidade. Se a linguagem apresenta caráter probabilístico, a possibilidade de inferir sobre razões e probabilidades de ocorrências se torna possível a partir da representatividade do *corpus* estabelecido.

O banco de dados do guineense somou 233.640 palavras. Isso representa, na visão de Auston (1997- apud Sardinha, 2004, p.25), um banco médio. Porém, os adeptos da Lingüística de *Corpus* acreditam que a quantidade mínima para a formatação de um *corpus* nunca foi estimada. O tamanho do *corpus* pode definir o aparecimento de palavras de diferentes freqüências na língua, ou seja, é menos provável que palavras de baixa freqüência apareçam em um *corpus* reduzido.

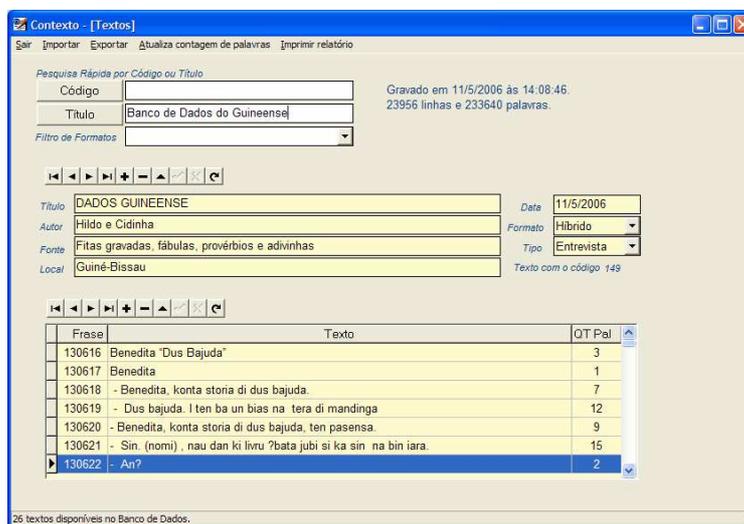
Entretanto, há dificuldades de se obter um *corpus* de língua escrita com grande quantidade de palavras para o guineense, uma vez que esse crioulo manifesta-se em uma sociedade multilíngüe, é de tradição oral e as produções escritas são raras. O fato de “*até hoje não ter havido uma regulamentação para a escrita nessa língua*” (Augel, 2000), ocasiona insegurança quanto à maneira de grafá-lo e uma escassa produção literária. Isso quer dizer que, para a metodologia, um *corpus* de 233.640 palavras, ainda que considerado de porte médio, é significativo para a pesquisa. Seguem algumas informações a respeito do banco de dados e do *software* utilizado para a manipulação e gerenciamento dos dados.

3.3 O BANCO DE DADOS

3.3.1 Formatação e Contexto

O banco de dados foi montado e formatado de modo a compatibilizar-se com o *software* Contexto. A primeira versão desse *software* foi desenvolvida em 2001 por Jehferson Wohllerz de Mello, durante minha pesquisa de mestrado na UFG, cuja metodologia era também baseada em

corpus. Nos anos seguintes, de 2002 e 2003, o *software* foi reprogramado, pelo autor do programa, para adequar-se a pesquisas com base em *corpus* que exigiam maior complexidade na manipulação de dados e um maior fluxo de informações. A página de apresentação do banco de dados do guineense no Contexto (Mello, 2003) pode ser observada na figura abaixo.



Nessa versão, a montagem do programa teve a participação de lingüistas que apontavam as necessidades impostas pelas pesquisas, o que resultou nos diferentes tipos de operações executadas pelo Contexto, incluindo a pesquisa que ora se desenvolve.

Portanto, o *software* Contexto, como sistema de informação, foi pensado e desenvolvido para otimizar aos lingüistas a extração de *corpora* de uma grande quantidade de dados. Isso possibilita obter as informações necessárias à pesquisa que se desenvolve mediante análises e cruzamento de informações. Ele fornece o meio de armazenamento, gerenciamento e endereçamento do fluxo dos dados, bem como a geração de relatórios, gráficos, contagens, agrupamentos e etiquetagem. Como qualquer outro concordanciador, a extração de ocorrências é a sua operação principal.

Como foi programado para armazenar, gerenciar e "operacional" dados de língua para pesquisa na Lingüística de *Corpus*, o programa executa a operação chamada de "extração de uma ocorrência". Com isso ele é capacitado a extrair itens ou ocorrências armazenadas em seu banco de dados, de acordo com a necessidade da pesquisa que se elabora. As telas

com uma extração de ocorrência e do *corpus* para os primeiros momentos de análise, podem ser observadas abaixo.

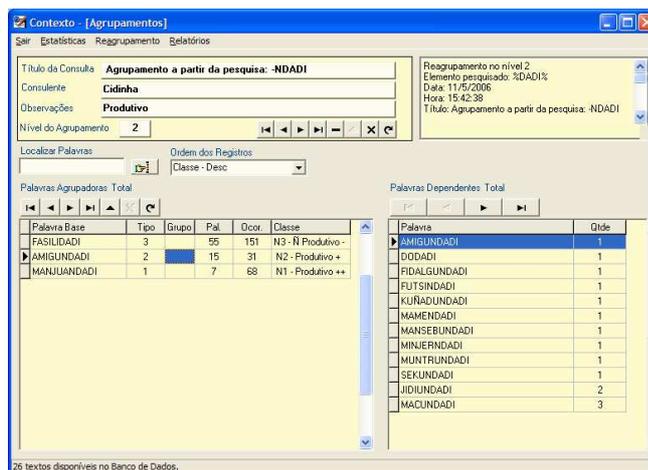
| Palavra | Ocorrências | Status | Nível |
|-------------|-------------|--------|-------|
| MUFUNESA | 31 | | 1 |
| JIRESA | 13 | | 1 |
| KOITADESA | 9 | | 2 |
| RIKESA | 9 | | 3 |
| BAJUDESA | 8 | | 1 |
| SERTESA | 6 | | 3 |
| NOBRESA | 5 | | 3 |
| MALKRIADESA | 4 | | 2 |
| BELESA | 4 | | 3 |
| MALVADESA | 3 | | 3 |
| GARANDESA | 3 | | 3 |
| MININESA | 2 | | 2 |
| RIKESAS | 1 | | 3 |
| FAMADESA | 1 | | 2 |
| DANADESA | 1 | | 2 |
| DUDESA | 1 | | 2 |
| FAIMADESA | 1 | | 2 |
| NOBTRESA | 1 | | 3 |
| FRAKESA | 1 | | 3 |
| GARNEDESA | 1 | | 3 |
| INGRATESA | 1 | | 2 |
| MALBADESA | 1 | | 3 |
| MUFNESA | 1 | | 1 |

Quantidade de palavras = 25

| Cod Texto | Cod Frase | Eq | Seleção | Dir |
|-----------|-----------|--|-----------|--------------------------------------|
| 149 | 153997 | - Mbel N ka sibi munde ki deus na litan fia | koitadesa | .e duema ku N tene N ka sibi |
| 149 | 153989 | >>01. N ka sibi munde ki deus na litan fia | koitadesa | |
| 149 | 150630 | ki na pala bu | koitadesa | |
| 149 | 149168 | Na fia | koitadesa | |
| 149 | 148611 | gera korita | koitadesa | motinu |
| 149 | 144966 | emba i ma garandi. Sara ma nobu. E lanta ba di | koitadesa | di se pape ku se mame |
| 149 | 133669 | N vida i so | koitadesa | . Na vida i so fasi es panketi, fasi |
| 149 | 131059 | ami, ami Bintasiifu, ami ki junti, na fia | koitadesa | . na fia |
| 149 | 130918 | di Biaro. ki mininus, mames knia eles na | koitadesa | .ma |

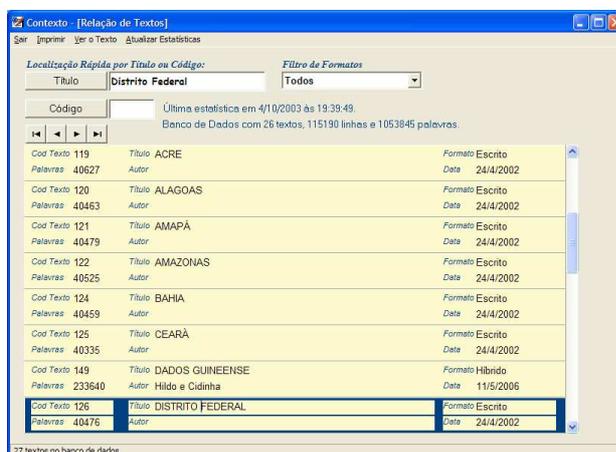
Quantidade de palavras = 25

Depois de extraídos, classificados e expurgados os dados não relevantes, a metodologia prevê o agrupamento das ocorrências em grupos das marcas flexionais e as diferentes realizações fonéticas. Todas essas informações podem ser armazenadas e o programa permite a geração de relatórios para conferência ou para a análise dos dados a qualquer momento da análise, bem como a exportação das informações para outros aplicativos, conforme exposto na tela abaixo.



Mesmo não tendo a amplitude de programas concordanciadores como *Wordsmith*, o *software* Contexto foi pensado e programado de forma a ser operado (também) por pessoas não familiarizadas com a informática, o que constitui uma vantagem para pesquisadores. Importante ressaltar que a segunda versão desse *software* estava vinculada ao projeto de pesquisa apresentado ao Departamento de Pós-Graduação em Lingüística da UnB, como parte integrante da seleção para o Doutorado em Lingüística/2003.

Outra informação a respeito do Contexto é que ele pode armazenar vários bancos de dados ao mesmo tempo. Atualmente, além do banco do guineense, ele está carregado com dados escritos de todos os principais jornais do Brasil. Trata-se de um banco de mais de um milhão de palavras, divididas em cerca de 40.000 por estados brasileiros. A tela de seleção de bancos para extração de *corpora* pode ser observada abaixo.



Os passos operacionais desta pesquisa, apresentados acima, foram executados com a utilização do Contexto. Os critérios utilizados para a classificação e análise dos dados serão apresentados no capítulo 5, o capítulo referente à morfologia do guineense.

4. FUNDAMENTOS TEÓRICOS

4.1 A MORFOLOGIA: UM PEQUENO HISTÓRICO

A preocupação com a forma da palavra remonta à antiga Grécia. Platão, no *Crátilo*, foi o precursor, dos pensadores do mundo ocidental, a enxergar na linguagem um caminho para se buscar um melhor entendimento da realidade. O cerne do discurso de Sócrates, retratado no *Crátilo*, é a busca da relação da língua com a realidade física ou simplesmente a arbitrariedade lingüística. Em relação à morfologia, o modelo grego estava voltado para os paradigmas, como declinações e conjugações. Este padrão foi seguido pela gramática latina. Segundo Weedwood (2002, p. 33),

“...embora tenham sido os gregos os elaboradores do sistema das partes do discurso e de vários conceitos associados que ainda desempenham papel essencial na lingüística moderna, o trabalho deles não se transmitiu ao Ocidente por via direta, mas por intermédio dos romanos”.

Conceitos importantes para os estudos morfológicos atuais datam de antigas épocas, como a partição entre flexão e derivação, já notada pelo gramático Marco Terêncio Varrão (116-27 a.C.) em *De lingua latina e os Rerum rusticarum libri III*, sendo esta a mais antiga gramática latina. Varrão já vislumbrava um componente sintático distinto da morfologia, quando chamou a flexão de *derivatio naturalis* em oposição à *derivatio voluntaria* da derivação. Esta última está ligada (em partes) à vontade do falante. A flexão é dada por questões de concordância, ou seja, por imposições sintáticas.

Embora se tenha pensado nas divisões de partes do discurso e nas partições de classes de palavras, a morfologia demorou a aparecer como um componente digno de investigação mais acurada. No período medieval, quando se buscava o entendimento da forma da palavra, esse entendimento estava baseado em questões mais semânticas e menos morfológicas. Na Idade Média, o modelo do paradigma, herdado da tradição greco-romana, trazia à luz questionamentos acerca da forma da palavra. Vale lembrar que,

as regras de formação de palavras (doravante, RFP) não eram utilizadas para análises nesse tempo, o que tornava a noção de paradigma um instrumento bastante interessante para dar conta das diversas formas da palavra, para as declinações de conjugações.

Após um período de adormecimento, no séc. XVII, os estudos gramaticais ressurgem com a *Grammaire Générale et Raisonnée* – a Gramática de Port-Royal¹⁴ - concebida nos ideais racionalistas de Descartes. O pensamento de Lancelot e Arnauld, autores da *Grammaire Générale et Raisonnée*, estava voltado aos universais das línguas, ou seja, apontava para o que é “*générale*” e para o mentalismo e racionalismo.

“Resta-nos examinar aquilo que ela (a palavra) tem de espiritual, que a torna uma das maiores vantagens que o homem tem sobre todos os outros animais e que é uma das grandes provas da razão: é o uso que dela (da palavra) fazemos para expressar nossos pensamentos. (...) a grande distinção daquilo que se passa em nosso espírito é dizer que se pode considerá-lo o objeto de nosso pensamento, a forma ou a maneira de nosso pensamento, a principal do qual é o julgamento (...)”

(Arnauld e Lancelot, pp.27 e 28)

Para a morfologia, o pensamento mentalista da *Gramática de Port Royal* reforça um dos seus conceitos básicos, que é o conceito da produtividade, que será tratado adiante.

O termo morfologia veio para os estudos da forma das palavras somente no séc. XIX, à luz da Teoria da Evolução das Espécies com August Schleicher. Os estudiosos da época entenderam que o estudo da evolução das palavras poderia lançar luz sobre o entendimento da evolução das línguas, da mesma forma que o estudo das formas de organismos poderia explicar a evolução das espécies na biologia (Katamba, 2004). Era a época em que a Teoria Evolucionista de Darwin revolucionou o pensamento científico. Nos estudos da linguagem não foi diferente.

¹⁴ Concebida em um mosteiro com o mesmo nome na França do séc. XVII. Seus autores foram Lancelot e Arnaud (1660).

No historicismo, no séc XIX, o foco dos estudos na palavra centrava-se “em exemplos cristalizados da língua” (Rocha, 1999), uma vez que se buscava o entendimento histórico com base no diacronismo. Os neogramáticos estavam fortemente entusiasmados com a teoria darwiniana da evolução das espécies. Desta forma, buscava-se, no historicismo, a reconstrução de formas lingüísticas que levassem a línguas ancestrais. Era a momento do Método Comparativo, cujo alvo de pesquisa era chegar às chamadas protolínguas¹⁵. Tendo como base o pensamento historicista, alguns lingüistas percebem que há regularidades nas mudanças fônicas das línguas e que, em uma afirmação mais forte, essas mudanças acontecem sem exceção. Porém, o olhar historicista dos neogramáticos estava voltado somente para as formas prontas e em uso, ou seja, as formas cristalizadas ou mesmo as protoformas. Refletir acerca da produtividade da língua não era preocupação dos neogramáticos.

Ainda assim, Schleicher realizou trabalhos de reconstrução das palavras do proto-indo-europeu olhando para a formação das palavras e chamou a ciência da formação das palavras de ‘morfologia’. Para Schleicher, as línguas eram organismos com períodos de desenvolvimento, maturação e declínio (cf. 2.3.2). Diante de sua afinidade com a Teoria Darwiniana da Origem das Espécies, Schleicher utilizava termos da biologia dentro dos estudos lingüísticos, como espécie, por exemplo. Foi ele também que trouxe para os estudos comparativos o sistema de classificação das famílias lingüísticas representado pela árvore genealógica. Para a morfologia, é interessante lembrar que o foco dos estudos das línguas, no final do séc. XIX, buscava informações relevantes para estados anteriores das formas lingüísticas, não da língua em uso. O olhar diacrônico era de suma importância na lingüística comparativa. O ponto de vista da Lingüística Darwiniana deixou marcas profundas no modelo de se pensar as línguas crioulas (cf. DeGraff 2001b).

Foi também nesse período que Schleicher, com sua ótica darwiniana, percebe que as “as línguas podem ser agrupadas de acordo com seu tipo morfológico, isto é , com a maneira como os principais traços gramaticais são expressos morfologicamente” (Crowley, 1977, p. 129). A classificação tipológica de Schleicher foi acurada e resultou na seguinte classificação:

¹⁵ Já no séc. XVIII, William Jones postulava a existência do proto-indo-europeu.

| TIPO | CARACTERÍSTICAS MORFOLÓGICAS | EXEMPLOS |
|--------------------------------|---|--------------------------|
| ISOLANTES | Línguas com pouca morfologia, com multiplicidade em monomorfêmicos. | <i>chinês</i> |
| AGLUTINANTES | Línguas com muitas palavras polimorfêmicas, sendo que cada morfema carrega um significado lexical ou função gramatical | <i>húngaro</i> |
| FLEXIONAIS OU FUSIONAIS | Línguas também com palavras polimorfêmicas, porém, diferentemente das aglutinantes, há a cumulação, ou seja, mais de um significado lexical ou função gramatical em um único morfema. | <i>línguas românicas</i> |
| POLISSINTÉTICA* | Línguas que oferecem morfologia frasal | <i>chukchee</i> |

* a classificação das línguas polissintéticas, posterior às três primeiras classificações (isolantes, aglutinantes e flexionais), foi proposta em 1921 por Sapir.

Embora alguns morfólogos tenham um olhar bastante crítico sobre a divisão proposta por Schleicher, (cf. Spencer, 1991, p. 37-39), sua tipologia morfológica é ainda bastante utilizada na morfologia atual.

No séc. XX, Bloomfield e Sapir, apoiados nas idéias estruturalistas de Saussure e no chamado Estruturalismo Norte-Americano, realizaram estudos de descrição das línguas indígenas americanas. Neste período, o pensamento lingüístico estava voltado para os estudos da fonologia, com a descoberta dos princípios fonêmicos e da noção de fonema. Esta noção de fonema, como unidade mínima de som de um sistema lingüístico foi assim estendido também para a noção de morfema, como a unidade mínima distintiva nos estudos da morfologia e na composição das palavras. A segmentação e classificação dos morfemas foi crucial na descrição das línguas indígenas americanas, uma vez que, somente a noção de palavra não era suficiente para dar conta dos processos de comparação entre as línguas. Assim, os estruturalistas norte-americanos foram além do descritivismo e chegaram ao conceito de morfema como a unidade mínima de significado e de som com o arcabouço estruturalista. Esta unidade mínima de significação é dada pela inter-relação com os outros membros do sistema. A noção de morfema tornou-se o centro dos estudos morfológicos da lingüística de Bloomfield e Sapir. Neste período, foram feitas as classificações e a segmentação dos morfemas em formas livres e formas presas¹⁶.

¹⁶ Mattoso Câmara implementou a segmentação acrescentando a noção de forma dependente.

“... Foi um modelo essencialmente concatenativo, em que a análise se constituiu no estabelecimento de unidades irreduzíveis, ordenadas linearmente, e na busca dos padrões que regiam a sua combinação”

(Rosa, 2002, p.38)

Assim, durante o Estruturalismo Norte-Americano, os estudos voltaram-se para a morfologia, considerada como a gramática interna das palavras, em detrimento da sintaxe e da semântica. Foi um momento bastante fecundo para os estudos morfológicos. Porém, os modelos de análise, essencialmente descritivos, causaram inquietação nos lingüistas, que passaram a buscar algo mais que a descrição. Faltava o porquê de a língua ser da maneira como foi descrita. Enfim, faltava ainda uma explicação, algo mais aprofundado, alguma coisa que apontasse para a capacidade criadora ou criativa do falante nativo.

Com a chegada do Gerativismo na lingüística, tendo como centro a noção de competência e a busca desta competência na mente do falante nativo, tem-se uma nova fase na morfologia. Ainda assim, nos primeiros tempos do Gerativismo, os olhares voltaram-se para a sintaxe e para a fonologia. Para os gerativistas não havia um componente separado da morfologia e a formação da palavra poderia ser explicada pela sintaxe e pela fonologia. Em 1968 o modelo do “SPE” (*The Sound Pattern of English*) retoma a idéia de estrutura subjacente, equivalente aproximado da morfofonêmica tradicional. Talvez, a morfologia tenha ficado fora do modelo por já estar inserida na morfofonêmica e disfarçada de estrutura profunda no modelo do SPE. Seguindo a proposta da Gramática Gerativa, a SPE postulava que a ligação entre o nível da estrutura subjacente com a estrutura de superfície acontecia por meio de regras e os estudos buscavam a formalização de tais regras e suas generalizações. As investigações deste nível subjacente e altamente abstrato eram a essência das pesquisas gerativistas da época. Os traços distintivos e os segmentos fonológicos tinham lugares privilegiados nas discussões.

Com o advento de *Remarks on Nominalization*, a chamada Hipótese Lexicalista, em 1970, Chomsky resgata a morfologia nos estudos lingüísticos, propondo uma abordagem lexical, tendo em vista as nominalizações do inglês.

“A maior importância deste artigo para a morfologia foi apontar para a necessidade de uma teoria separada de morfologia derivacional, distinta da teoria de transformações sintáticas”

(Spencer, 1991, p. 69)

Pode-se pensar em *Remarks* como um divisor de águas para os estudos da morfologia. A partir de sua publicação, a morfologia foi tirada do esquecimento. Segundo Basílio (1980 p. 28) a hipótese transformacionista é rejeitada para se dar conta das nominalizações dentro do léxico – “os nominais derivados são inseridos em estruturas básicas ao invés de constituírem formas acidentais que aparecem em estruturas derivadas” (*ibidem*). Assim, a estrutura interna da palavra não seria mais um trabalho da sintaxe, mas um trabalho da morfologia. À sintaxe caberia a formação dos constituintes sintagmáticos. Nesse contexto, estariam inseridos os processos flexionais.

“A hipótese lexicalista defende que a formação de uma palavra por meio da derivação ocorre no léxico e não na sintaxe e afirma que um item lexical como ‘*destroy*’ entra no léxico indiferentemente como verbo ou nome, posteriormente, recebe o sufixo nominalizador *-ion* na fonologia e forma a nominalização ‘*destruction*’.”

(Oliveira, 2004)

O léxico, que na morfologia bloomfieldiana era o repertório das irregularidades, na visão lexicalista passa por uma reestruturação de sua noção, ficando mais ampliado e com um estatuto mais forte, contendo também os processos mais regulares da língua. Dentro da proposta lexicalista, formaram-se duas correntes teóricas. Uma delas, a *Strong Lexicalist Hypothesis*, que afirmava que todos os fenômenos morfológicos aconteciam fora da sintaxe, pois os processos de formação de palavras e os processos flexionais ocorriam no léxico, em um momento pré-sintático. Esta postura mais forte do lexicalismo trouxe à tona a noção de Integridade Lexical, pois, segundo este critério, é impossível empreender regras sintáticas em elementos da estrutura morfológica, uma vez que as palavras são referencialmente opacas, não é possível “enxergar” dentro delas, portanto, são ilhas anafóricas. Por exemplo: não é aceitável uma retomada

anafórica usando somente o vocábulo “chuva” do todo “guarda-chuva”. A versão mais fraca do lexicalismo, chamada de *Weak Lexicalist Hypothesis*, é mais moderada e admite que nem todos os fenômenos podem ser resolvidos sem a interação entre sintaxe e morfologia. Uma posição mais moderada e mais aceita entre os morfólogos diz que “é aquela que diz que a morfologia derivacional nunca é tratada na sintaxe, embora o tratamento da morfologia flexional o seja” (Aronoff, 1976, p. 9). Este modelo menos radical faz uma distinção mais clara entre morfologia derivacional, tratada no léxico, e flexional, tratada pela sintaxe.

A partir de *Remarks* surgiram, então, modelos teóricos de morfologia com os princípios mais fortes da gramática gerativa. Suas propostas variam entre as versões mais forte e mais fraca do lexicalismos. Da mesma forma que algumas dessas teorias são baseadas em palavras e outras em morfemas. A seguir, tem-se uma breve apresentação dos modelos teóricos que mais se refletiram nos estudos da morfologia pós-*Remarks*.

4.2 OS PRINCIPAIS MODELOS TEÓRICOS PÓS-LEXICALISMO

O precursor dos modelos pós-lexicalista de morfologia foi Morris Halle. Halle (1973) levantou a questão de que se a gramática é considerada a representação formal da competência do falante nativo, então é possível afirmar também a existência de um componente separado capaz de dar conta deste conhecimento lexical do falante. O modelo teórico apresentado por Halle foi o pioneiro dos modelos que propuseram que a morfologia operava com as RFPs dentro do léxico. As noções de palavra possível e palavra real do modelo de Halle trouxeram um enfoque bastante relevante para a morfologia, principalmente para os estudos sobre produtividade, ao mesmo tempo em que reforçou a idéia de um componente morfológico separado, “um uma vez que “um conceito paralelo é totalmente dispensável na sintaxe, pois não faz sentido dizer que uma sentença é “possível, porém não existente” (Scalise e Guevara, 2005). O modelo de Halle será tratado mais detalhadamente nas páginas seguintes.

No ano seguinte à proposta de Halle, em 1974 Dorothy Siegel, em *Topics in English Morphology*, sua tese de PhD no MIT, apresentou um modelo teórico com ordenação em níveis. Siegel utilizou os termos ‘classe I’ e ‘classe II’ para se referir aos afixos de fronteiras de morfemas (+) e de palavras (#), mostrando que estes têm estatutos diferentes em razão de suas propriedades fonológicas e morfológicas. Assim, os afixos de classe I, nas fronteiras dos morfemas, estão diretamente ligados à afixação, são afixos que desencadeiam e sofrem processos fonológicos, como os sufixos que causam mudanças de acento nas bases às quais se juntam, desencadeando processos não automáticos. Por exemplo: “-ity”, que provoca o deslocamento do acento na base (*product* → *productivity*) ou um exemplo do português, o sufixo “-metro” (gás → gasômetro), que desloca o acento para a sílaba imediatamente anterior ao afixo. Estes afixos se posicionam mais perto da raiz das palavras. Os afixos de classe II, que são afixos de fronteiras de palavras, são itens da composição, não desencadeiam processos fonológicos, ou seja, são fonologicamente inertes e o acento das formas é desencadeado automaticamente, ou seja, não depende da estrutura morfológica. Por exemplo: “cachorro-quente”, embora sejam mantidos os acentos dos vocábulos integrantes da composição, há um acento maior

referente à composição como um todo, no que Matoso Câmara chamou de vocábulo fonológico e vocábulo morfológico. O modelo teórico de Sigel com ordenação de níveis foi retomado por Kiparsky em 1982 na Morfologia Lexical.

Em 1975, Jackendoff, em *Morphological and Semantic Regularities in the Lexicon* apresenta a Teoria da Entrada Plena, cujo foco estava nas regras de redundância, as RR(s). Segundo o pensamento de Jackendoff, as entradas dos verbos e suas formas nominalizadas são separadas no léxico, ou seja, cada um tem uma entrada exclusiva, porém, a relação entre as regularidades semânticas, fonológicas e sintáticas entre elas é dada pelas RR(s). O reconhecimento das regras de redundância é responsável pela produtividade de novos itens lexicais, uma vez que torna possível a aplicação deste conhecimento para a produção de outros itens na língua. A idéia da redundância foi também utilizada por Basílio (1980) com a noção das Regras de Análise Estrutural (RAE).

No ano de 1976 Aronoff propõe um modelo teórico baseado em palavras. A Morfologia de Palavra tem seu argumento mais forte na complexidade da noção de morfemas, visto que estes não têm um significado fixo, nem mesmo preciso. Esta idéia de imprecisão é exemplificada nos chamados “*cran morphems*”, já discutida em Bloomfield (1933). Segundo este pensamento, um morfema como “*cran-*”, de “*cranberry*”, não apresenta significado, tampouco função gramatical, ainda que marque a diferença entre uma forma e outra. Neste caso, temos o desvio de uma forma que pede um significado próprio, ou mesmo um desvio de correspondência entre forma e função. A morfologia de palavras de Aronoff será mais bem descrita nas páginas seguintes.

Kiparsky (1982) apresenta uma releitura da ordenação de níveis proposta em Sigel (1974). No modelo de Kiparsky, morfologia e fonologia estão em relação no léxico. Enquanto as regras morfológicas constroem as palavras, as regras da fonologia se encarregam das formas fonológicas destas palavras. Tanto as regras morfológicas quanto as fonológicas se encontram distribuídas de forma hierárquica no léxico e o critério de distribuição considera, principalmente, os processos fonológicos que são desencadeados na aplicação das regras. Na seção subsequente será mais bem detalhada a proposta da Morfologia Lexical de Kiparsky (1982).

Já na década de 90, Rochelle Lieber (1992) traz uma proposta considerada como um modelo sintático de morfologia. Logo no prefácio do *Deconstructing Morphology*, a autora chama a atenção para o fato de que “é uma tentativa para levar, de forma séria, a noção que as regras de formação de palavra são de fato regras de sintaxe” (Lieber, 1992). Lieber analisa fenômenos considerados não explicáveis na chamada *Strong Lexical Hypothesis*. Nas análises de Lieber, o constituinte de uma componente frasal composto não pode ser separado ou modificado, pois eles são considerados palavras. Trata-se da noção de ilhas anafóricas, considerando, portanto, a noção de integridade lexical proposta na versão mais forte do lexicalismo. Lieber utiliza as noções de *head*, subcategorização e projeção para explicar processos morfológicos. Para ela, somente o componente sintático computacional é responsável pela criação das sentenças e das palavras bem formadas da língua. Outro fator que chama a atenção no trabalho de Rochelle Lieber é a utilização de *corpora* em sua base metodológica juntamente com a Gramática Gerativa como suporte de seu modelo teórico.

A Morfologia Distribuída (DM) , proposta por Halle & Marantz (1993) também é um modelo com base na sintaxe e foi mais longe em sua negação à proposta lexicalista, pois no modelo da Morfologia Distribuída, além de não existir um componente morfológico separado, o léxico mental também não existe. A proposta de Halle & Marantz (1993) tem pontos comuns com a proposta de Lieber (1992). Para a DM, as operações morfológicas estão distribuídas entre os componentes da gramática sendo, principalmente a sintaxe aquela que manipula os morfemas na construção da estrutura da palavra. Há uma hierarquia entre os elementos, como uma estrutura de constituintes e a formação das palavras resulta de combinações sintáticas. A ordem das palavras nas orações é construída antes da presença dos itens lexicais e estes são inseridos somente depois de completadas todas as operações da sintaxe. Até que as operações sintáticas se encerrem, as categorias são apenas traços morfossintáticos, pois a forma fonológica terá sua inserção tardia, ou seja, será inserida depois da sintaxe.

Kevin Russell (1997) apresenta a *Optimality Theory and Morphology*, apoiada nos princípios básicos da Teoria da Otimidade. O modelo defende que há um componente morfológico e este é o responsável pela forma utilizada na combinação dos morfemas para formar palavras. Sendo assim, a

estrutura da palavra é dada pela morfologia. Russell descarta este processo na sintaxe considerando-a insuficiente para determinar a combinação deste ou daquele morfema na estrutura das palavras. A semântica, por sua vez, é descartada por não ter capacidade de saber quais são os significados de morfemas capazes de se combinar e formar um significado único após a combinação dos mesmos na estrutura da palavra, ou seja, nem sempre a soma de significado condiz com o significado final da forma. Por fim, a fonologia também é imprecisa na estruturação das palavras, pois há processos em que a cadeia sonora associada a certos significados nem sempre é a mesma em diferentes palavras. Isto quer dizer que somente a morfologia é capaz de dizer qual alomorfe é escolhido por um determinado morfema.

O modelo de Russell propõe que para cada dado de *input*, o gerador (GEN) produz um conjunto de infinitos candidatos potenciais para o *output*. Estes candidatos apresentam semelhança entre si, porém, o EVAL (o avaliador) selecionará o candidato ótimo para o *output*. Os outros candidatos produzidos pelo GEN, vão sendo descartados ao violarem as CON (restrições). Assim como no modelo de Halle (1973), há a produção de infinitos candidatos potenciais que serão selecionados de acordo com as restrições de cada língua. Na morfologia de Halle, essa seleção de candidatos é tarefa do filtro. O critério de importância de cada uma das restrições é parte do conjunto universal de restrições e sua hierarquia é dada de forma particular em cada língua. Por exemplo, no português é uma violação fatal a qualquer candidato a *output* se este começar a palavra utilizando /r/.

4.3 MORFOLOGIA BASEADA EM PALAVRA E MORFOLOGIA BASEADA EM MORFEMAS

Para o modelo morfológico baseado em palavras, o critério semântico é de suma importância. Os pressupostos de análise são os elementos que não são divisíveis e que também entram na constituição de unidades maiores. Dentro deste pensamento, as bases a serem utilizadas em uma RFP são sempre palavras existentes na língua e estas, por seu turno, pertencem sempre às classes maiores – substantivo, verbo, adjetivo e advérbio. Ela (a palavra) é o elemento mínimo de análise. Importante salientar que este modelo reconhece os morfemas nas palavras, mas não os considera como elemento significativo para a formação da palavra, da mesma forma que também não os considera como elementos mínimos de significação, pois estes, na Morfologia de Palavras, são as palavras da língua. Para as RFPs, as entradas (*inputs*) e as saídas (*outputs*) são sempre palavras (bem formadas) da língua.

Para a morfologia baseada em morfema, as formações morfológicas são divididas em elementos mínimos, os chamados morfemas, ou seja, as palavras, ou as formas da língua são seqüências de morfemas que estão concatenados e são considerados os elementos mínimos de significação. Este modo de pensar a morfologia é bastante antigo nos estudos das línguas e está baseado no modelo chamado de Item e Arranjo, segundo o qual, as palavras são arranjos lineares de itens, no caso, de morfemas. O morfema tem um desempenho parecido com o da palavra na sintaxe, embora em uma escala menor. Há a concatenação de morfemas que se juntam para produzir as palavras da língua. Na aplicação da Morfologia de Morfemas há o critério de divisão do léxico da língua em dois grandes grupos: o grupo das palavras variáveis e o das invariáveis. Vale lembrar que a Gramática Tradicional não é incisiva quanto aos critérios de morfologia adotados em sua análise. Ela acaba utilizando pressupostos dos dois modelos acima, o que resulta em impasses na análise de alguns fenômenos.

Por exemplo: Como a Gramática Tradicional analisa “contraparte” e “contrapé”, considerando que “contra” e “pé” são formas livres da língua? Afinal, “contra” é um morfema lexical ou uma palavra? Frequentemente “contra” consta da lista de prefixos latinos nas gramáticas normativas.

Temos então duas palavras-bases que resultam em uma composição por justaposição ou dois morfemas, sendo uma forma presa (prefixo) e uma forma livre (radical), que resultam em uma derivação por prefixação? É comum utilizar-se do critério semântico para considerar a diferença entre morfema lexical, aquele que se relaciona ao mundo (significação externa), e gramatical, o que não se relaciona (significação interna). Porém, no caso acima, não se pode ter claro o ponto de diferenciação, o que dificulta a análise de “contra”. A diferença entre composição e derivação está no cerne da definição entre o que é afixo e o que é radical.

Sabemos que a produtividade tem um papel fundamental nesta distinção, pois a produtividade dos afixos é infinitamente superior à produtividade das bases. Compare-se, por exemplo, o sufixo *-mente* com a base *feliz*. Devido à natureza de significado gramatical dos afixos, obedecendo aos princípios da condição de produtividade de cada regra, um afixo pode se articular com infinitas bases. Mas a recíproca não é verdadeira, mesmo uma base recorrente como “feliz” nem de longe tem a produtividade de *-mente*. Este critério seria categórico para acabar com o impasse entre derivação e composição, se não houvesse complicações. Elas aparecem na medida em que temos composições com bases presas como: *africanólogo*, *sexólogo* etc e bases que são produtivas como: *guarda*, *guarda-comida*, *guarda-roupa*, *guarda-livro* etc. Há ainda preposições que estão em fase de flutuação como forma presa e forma dependente, como por exemplo o prefixo *sem-* no português, que produz *sem-teto*, *sem-costume*, *sem-graça* etc. Temos ainda a ocorrência de afixos como forma livre como em: *ele é da pós*, *o meu ex....*. Nota-se que há uma relação com as questões de núcleo e determinante, uma vez que, ao passar para a condição de núcleo, o afixo deixa de ser um morfema preso (ou dependente) e se torna uma forma livre. Quando isso ocorre, ele perde sua carga semântica gramatical e adquire uma carga lexical e sua produtividade é imediatamente reduzida. Importante ressaltar que nas construções em que há dúvida sobre o *status* (afixo ou base?) do 1º elemento da estrutura morfológica, esta estrutura quase sempre parece ser uma prefixação. Por exemplo: *contra-parte*, *não-língua* etc. Dadas as particularidades de cada afixo e/ou base, o critério da produtividade não é suficiente na distinção entre afixo e base, o que gera a confusão para os gramáticos, não só na classificação de morfema ou palavra, mas também no tipo de formação. O reconhecimento como palavra ou morfema é fundamental para a Gramática Tradicional atribuir um

estatuto de composição ou derivação para os exemplos acima, incluindo os exemplos com “contra”. Se o critério fosse apenas semântico, elegendo a morfologia de palavra como base de análise, teríamos uma composição. Se fosse apenas morfológico, teríamos de considerar a constituição da estrutura da palavra, o que implica uma morfologia de morfemas. Porém, com os critérios semânticos e morfológicos há a confusão na hora de dar o estatuto do item e conseqüentemente, um conflito no reconhecimento do fenômeno.

A base teórica desta pesquisa está baseada nos modelos de Halle (1973), Aronoff (1976) e Kiparsky (1982). A escolha se justifica pelo fato de se tratar de dois modelos com base de palavras, Aronoff e Kiparsky, sendo Aronoff o precursor dos modelos de morfologia de palavras e também porque seu modelo é bastante voltado a questões referentes à produtividade. Quanto à Kiparsky, a noção de níveis hierárquicos no léxico é interessante com vistas nos dados do guineense. Quanto ao modelo de Halle, a escolha deveu-se, além fato de sua teoria ser a precursora na utilização das RFP(s) na morfologia pós-*remarks*, também porque seu modelo de “filtro”, embora postulado há mais de trinta anos, vem sendo resgatado nos modelos mais recentes, como é o caso de Russell (1997). Apesar das propostas apresentarem posicionamentos diferentes quanto ao tipo de morfologia - de palavras e de morfemas - esta disparidade está ajustada aos objetivos desta pesquisa, quando verificaremos a aplicabilidade de ambas na morfologia de uma língua crioula.

4.4 A MORFOLOGIA NA GRAMÁTICA TRADICIONAL

A abordagem da Gramática Tradicional (GT) obedece à tradição grega de fazer a divisão das classes de palavras e classificá-las. A classe das variáveis é descrita com as possíveis flexões e as respectivas exceções. Aliás, não há explicações para elas, uma vez que o ponto de vista é prescritivo. A classe das palavras invariáveis é descrita pela utilização, conceituação e listas. O que chama a atenção é a recorrência de tais listas: listas de coletivos, listas de femininos, listas de sufixos e prefixos, lista de radicais, de preposições, de locuções e até lista de exceções e irregularidades.

No tratamento da estrutura e formação da palavra, a ênfase está na dissecação, reconhecimento das partes da palavra e no modelo de formação – se é composição ou derivação e qual o tipo dessa composição ou dessa derivação e também na identificação de cada um dos morfemas. Os exemplos utilizados nas GTs, quando não são sempre os mesmos (na aglutinação: *pernalta – planalto e aguardente*; na parassíntese: *engatinhar e amanhecer*; no hibridismo: *televisão e abreugrafia*), são exemplos dicionarizados e lexicalizados, às vezes, não mais em uso na língua corrente, como: pneumático ou lactômetro.

Questões referentes à produtividade não são mencionadas, tampouco são consideradas a gramaticalidade e aceitabilidade em língua, uma vez que o foco é sempre as formas prontas, em uso e, principalmente, dicionarizadas. A morfologia da GT não “enxerga” as formas que estão em produção na língua, ou, quando não é possível ignorá-las, limita-se a negar a existência da nova palavra. Um exemplo é a forma *xeroqueiro* que, para a GT, não existe, pois “não está no dicionário”. Estar em uso corrente, ser gramaticalmente perfeita e funcional não são critérios de análise para a morfologia da GT. Isto implica a ênfase na diacronia e na etimologia. Porém, em construções com bases e com afixos presos, que já perderam sua produtividade ou são consideradas arcaicas, não há análise possível, uma vez que não há regra para se aplicar e as falta de análise na estrutura interna apagam as fronteiras dos morfemas para os falantes. Por exemplo: *plausível, preguiça ou cuecas*.

Quanto às regras de formação de palavras, focalizam-se o afixo e as produções já em uso com este afixo. É o enfoque do paradigma. Embora as separações das partes da palavra façam sempre as divisões do ponto de vista dos morfemas, as regras de produção de palavras e de análise estrutural não são consideradas. Essa deficiência de critérios, tanto morfológicos quanto semânticos leva a equívocos como: *vaca feminino de boi, sacola diminutivo de saco* etc.

Questões como estas negam a lógica da competência do falante e, além de não dar conta da distinção entre derivação e composição, levam a discussão a um impasse entre o que é derivação e o que é flexão. O problema está na forma de se fazer morfologia, uma vez que os critérios não são decisivos se olham mais para a estrutura interna da palavra, em uma

morfologia de morfemas, ou se vai se embasar nas palavras da língua, tendo a semântica como base nas decisões, na Morfologia de Palavras.

4.5 A MORFOLOGIA DE MORFEMAS DE HALLE

Morris Halle (1973) tem uma proposta teórica no âmbito da teoria gerativa. No texto *Prolegomena to a Theory of Word Formation*, de 1973, Halle traz um modelo de morfologia baseada em morfema. A idéia preliminar é de que o léxico consiste de uma lista de morfemas que estão concatenados nas RFPs. Essas regras superproduzem, porém o resultado dessa superprodução nem sempre é bem sucedido, ou seja, nem todos os grupos concatenados de morfemas são palavras reais, alguns grupos são palavras potenciais.

Halle propõe que cabe à morfologia dar conta dos fatos já sabidos pelos falantes em relação às palavras de sua língua, como:

- i. Reconhecimentos das palavras simples;
- ii. Reconhecimento de que há partes que compõem as palavras complexas;
- iii. Conhecimento dos falantes de uma ordem hierárquica nos componentes das palavras.

O autor apóia sua proposta na competência lexical¹⁷ do falante. E esta competência é capaz de dar conta de que:

- i. Há seqüências que apontam para as RFPs da língua com uma ordem fixada;
- ii. Os falantes conhecem a lista de morfemas de sua língua e podem assim determinar quais são as palavras simples e quais são as partes que compõem as palavras complexas e como se dá o arranjo dos morfemas;
- iii. Os itens carregam informações gramaticais;
Ex: Verbos fortes, raízes verbais etc;

¹⁷ Halle não fala em competência lexical, porém sua proposta nos leva a essa noção.

- iv. A lista de morfemas é aberta, pois ganhamos e perdemos itens com o passar dos tempos; também aprendemos novos morfemas e esquecemos outros tantos;
- v. Além da lista, os falantes têm conhecimento de como as regras governam cada um dos itens lexicais.

Para justificar sua proposta, Halle apresenta três casos de idiossincrasias a serem analisados mediante seu modelo teórico:

1º caso: - idiossincrasia semântica, quando nem sempre o resultado final da sufixação condiz com a soma dos significados da base + afixo;

Ex: mancha → desmancha

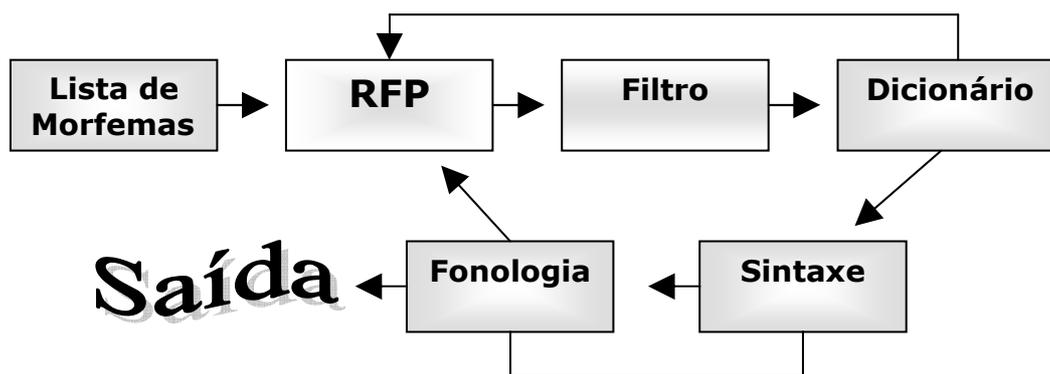
2º caso: Idiossincrasia fonética ou fonológica, quando diz que o sufixo *-ity* seleciona bases trissílabas;

Ex - serene → serenity,

3º caso: as chamadas palavras perdidas: a regra tem o traço [-inserção lexical]. Essas palavras foram geradas pelas RFPs, mas não estão sujeitas (ainda) à inserção lexical, portanto, não são atestadas na língua, embora sejam gramaticais.

Ex - quebra-queixo → quebra-queixeiro

Halle resolve o problema postulando a existência de um filtro especial, pelo qual as palavras passam após serem geradas pelas RFPs. Eis o modelo do filtro proposto por Halle:



- i. A listas de morfemas juntamente com as RFPs definem as palavras potenciais da língua;
- ii. As RFPs produzem o conjunto maior das palavras potenciais. Este, por sua vez, contém um subconjunto menor, cujo conteúdo é as palavras atuais da língua;
- iii. O conjunto de palavras atuais determina o dicionário da língua;
- iv. O dicionário é limitado pela lista de morfemas, as RFPs e o filtro;
- v. As regras não estão restritas à derivação e atingem também a flexão
- vi. Há dois tipos de RFP: as que são aplicáveis diretamente nas raízes e as que se aplicam nas palavras.

Obs: A informação especial é dada pelo filtro sobre cada entrada e adicionada na representação da palavra. A proposta é a seguinte:

No 1º caso: *mancha* → *desmancha*: o filtro supre a informação semântica especial com uma indicação semântica apropriada àquela palavra.

No 2º caso: *serene* → *serenity* o filtro supre o traço [+redução trissilábica] com o traço de **redução trissilábica**.

No 3º caso: *quebra-queixo* → *quebra-queixeiro*: palavras perdidas: a regra tem o traço [-**inserção lexical**], o filtro supre o traço [+**inserção lexical**].

A teoria prevê que as transformações da **inserção lexical** selecionam itens do dicionário, os quais são alocados nos lugares apropriados nas estruturas, formando assim os componentes de uma construção. Isto acontece na representação subjacente de uma dada sentença. É nesta representação subjacente que as transformações sintáticas se aplicam na realização (tornar real) e na generalização na estrutura de superfície.

Há palavras que apresentam mais de uma camada de afixo. Para dar conta destas palavras, Halle postula um “*looping*” ligando as RFPs com o dicionário, para que as RFPs possam acrescentar os afixos a estas palavras, pois, como há dois tipos de regras, as que regras são acionadas a partir das bases que são raízes e outras que são acionadas com palavras prontas da língua.

4.6 A MORFOLOGIA DE PALAVRAS DE ARONOFF

O precursor da morfologia de palavra foi Mark Aronoff, em 1976, com a publicação de *Word Formation in Generative Grammar*. Para Aronoff cabe à morfologia dizer quais são as palavras reais e as palavras potenciais da língua. No âmbito da morfologia de Aronoff, todos os processos regulares de formação de palavras são baseados em palavras da língua na qual se articula o processo de formação. Os processos de formação de palavra acontecem com base no significado das palavras e entre as classes maiores, quais sejam: substantivo, adjetivo, advérbio e verbo. Aliás, somente as palavras têm significado na sua totalidade, pois, nem todos os morfemas o possuem.

No exemplo abaixo, não é possível a apreensão do significado das partes, ou seja, dos morfemas que compõem as palavras derivadas a partir da base presa *-fer*. Tampouco é possível a apreensão do significado da palavra base, sendo assim, este significado é dado pelo todo, ou seja, é sinsemântico. Aronoff ressalta, em seus argumentos, a complexidade existente na noção de morfemas como elementos mínimos de significado:

Ex: *X + -fer*
Refer (referir)
Defer (adiar)
Prefer (preferir)

- | |
|---|
| <ul style="list-style-type: none"> i. Qual o significado de “-fer”? ii. Por que “-fer” não é forma livre? iii. Qual a relação semântica entre referir, preferir e adiar? |
|---|

Considerando a idéia da complexidade da noção de morfema e a postulação de que os elementos mínimos significativos são as palavras, a proposta da morfologia de Aronoff prevê:

- I. Alargar a definição de morfema, pois além de ser uma forma constante, arbitrariamente ligada e com significado constante, também inclui uma operação fonológica. Desta forma, um morfema é uma cadeia fonética que pode ser conectada a entidades lingüísticas que estão fora dessa cadeia. O mais importante não é o significado do morfema, mas o reconhecimento do falante das suas arbitrariedades, ou imprevisibilidades;
- II. A existência de entidades morfológicas que parecem ter um traço sintático com entrada no léxico. Importante lembrar que o modelo de Aronoff tem como base a corrente da *Weak Lexicalist Hypothesis*, portanto, ele não descarta as interações entre morfologia e sintaxe em alguns fenômenos morfológicos;
- III. Na relação morfema e significado, os morfemas não são elementos mínimos de significado, visto que há uma complexidade nesta concepção de morfema. Aronoff considera este pensamento uma consequência de uma visão simplificada entre som e significado herdado do estruturalismo americano;
- IV. Que a base de uma teoria morfológica não pode depender crucialmente do morfema como base de significado. Neste proposta, Aronoff busca justificar seu modelo de morfologia de palavras.

Os processos ou regras de formação de palavras (RFP) são parte da gramática da língua e estão separados da sintaxe. Cabe ao falante acionar

uma regra e criar uma palavra a qualquer momento, uma vez que léxico é um sistema aberto. À morfologia cabe dizer quais são essas palavras potenciais da língua, as palavras possíveis de serem acionadas pelas RFPs.

Para a teoria de Aronoff, as palavras gravitam em torno do significado. Algumas são geradas a partir de significados fora dos morfemas, um exemplo para o português é *ficante*. Por questões pragmáticas e discursivas, a base *ficar* apresenta um significado diferente de permanecer em local determinado, ou mesmo manter-se em determinada atitude. Na forma atual da língua, o uso aponta para a aceção de alguém que permaneceu junto de outrem, em atitudes de namoro, mas sem o compromisso de estabilidade ou mesmo de fidelidade amorosa. Dentro desta mobilidade no significado original de *ficar*, ou seja, o significado de ficar namorando alguém sem compromisso futuro, a RFP foi acionada para a produção do substantivo *em-nte*, uma vez que a RFP com o X-_{nte} admite o acionamento com verbos da língua, portanto, *ficar* → *ficante*.

Por outro lado, há também palavras que, depois de derivadas, resultam em significação diferente do previsto pela regra, por exemplo: *acabamento* (*acabar* → *-mento*), embora seja esta a forma nominalizada do verbo *acabar*, não se pode dizer que seu significado esteja reduzido somente ao ato de acabar, mas também aos materiais que serão utilizados no procedimento final de uma construção, como os azulejos, as torneiras etc. Em suma, o significado final do processo não se reduz à junção das partes de significado envolvidas no processo de formação.

Quanto à formalização das RFPs, a teoria prevê as seguintes especificações:

- I. O conjunto de palavras com as quais pode se operar, chamada de “base da regra”;
- II. Uma marca sintática ou de subcategorização com a palavra resultante;
- III. Uma única operação fonológica na sua base;
- IV. A carga semântica a partir da semântica da base da regra.

Se a morfologia está interessada nas palavras possíveis da língua, cumpre também entender por que existem restrições no acionamento de algumas regras. Por exemplo, na RFP que se aciona na formação de formas

adjetivas em *-vel*, como, *contar* → *contável* ou *amar* → *amável*. No acionamento da RFP em *-vel*, há restrições sintáticas que selecionam os verbos de transitividade direta para que seja produzida uma nova palavra. Somente os verbos transitivos diretos podem produzir adjetivos em *-vel*¹⁸, a regra *X-vel* vai atacar somente as bases que lhe são interessantes para o acionamento. Isso quer dizer que as RFPs têm acesso aos traços sintáticos das bases de regra. Da mesma forma que as RFPs acessam os traços sintáticos das bases, elas também alcançam os traços semânticos, fonológicos, pragmáticos e morfológicos. Um outro exemplo de restrição no português é o acionamento da regra *des-X*, com a base *nascer*, cujo acionamento produziria **desnascer*. Neste caso a regra considerou a semântica da base para a restrição.

Há também traços restritos aos morfemas e que são sensíveis às RFPs, se a afixação aconteceu adjacente ao morfema. Um exemplo do português é o *-vel* → *-bil* / *___dade*, por exemplo: *amável* → *amabilidade*.

Um conceito bastante interessante para a morfologia de Aronoff é o bloqueio. Segunda esta restrição gramatical, o léxico está arranjado de acordo com as bases. Cada base tem uma fenda, ou um espaço semântico próprio, ocupada por seu significado e não pode ser preenchido com mais de um significado. Desta forma, quando há uma forma pronta em uso na língua, a morfologia não permite que haja o acionamento de uma regra que venha a produzir uma outra forma com aquela mesma base para um mesmo significado. Um exemplo para o português é a palavra *inovação* que bloqueia a emergência da forma **inovamento*. Outra contribuição nova à morfologia dada por Aronoff são as *once only rules* ou, regras de uma única vez. Elas apontam para uma distinção entre as regras da morfologia e da sintaxe. Para as *once only rules*, as RFPs da morfologia são acionadas uma única vez e acontecem de uma só vez. Assim, depois de acionada e produzida a palavra, esta passa a ser um item do léxico do falante. Depois de formada e integrada ao léxico, a regra não mais será acionada quando o falante utilizar este item, ela se aciona apenas uma vez na formação da palavra. Todavia, as regras da sintaxe são constantemente acionadas a cada frase enunciada, ou seja, elas são sempre “montadas” à medida que vão sendo enunciadas pelo falante.

¹⁸ Cf. Salles e Mello, (2005)

4.7 KIPARSKY E A MORFOLOGIA LEXICAL

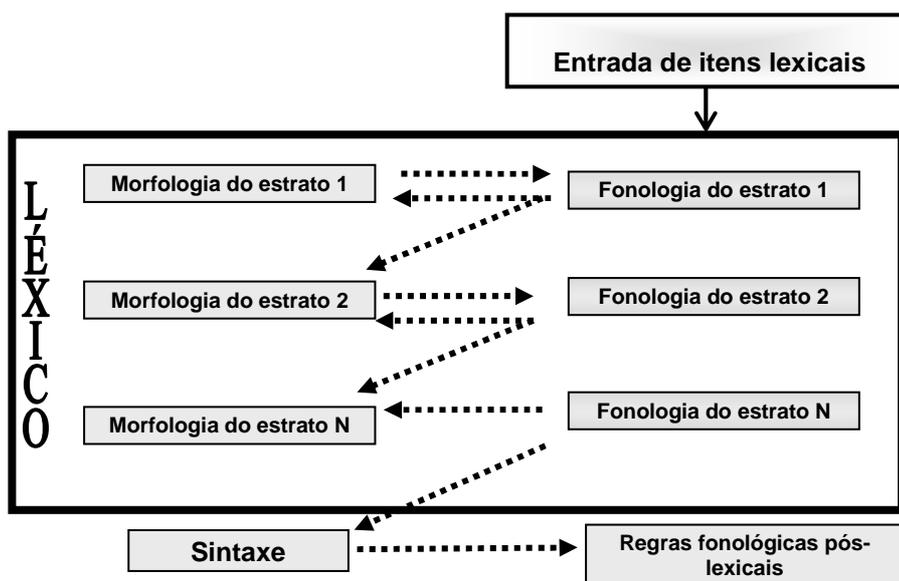
Kiparsky (1982) propõe uma teoria morfológica sugerindo uma integração entre os componentes morfológico e fonológico. Por essa razão sua proposta é conhecida como Morfologia Lexical ou Fonologia Lexical, sendo, portanto, aplicável tanto à fonologia quanto à morfologia. Esta relação entre morfologia e fonologia, proposta por Kiparsky, se articula mediante a construção da estrutura morfológica das palavras que, juntamente com as regras fonológicas, vai determinar a pronúncia destas palavras. Ou seja, formas morfológica e fonológica acontecem de maneira integrada. As RFPs, responsáveis por essa articulação, são parte do léxico e, segundo a teoria, estão organizadas em blocos ou estratos e dispostas de forma hierárquica no léxico do falante. Isto quer dizer que há níveis de ordenação entre os estratos e suas respectivas RFPs. Cada um dos níveis oferece diferentes processos e regras morfológicas aos itens lexicais. A ordem desses estratos reflete o grau de complexidade do processo de formação. Desta forma, os processos de níveis mais altos, ou seja, os processos que acontecem na morfologia estrato 1 (S1) terão maior complexidade e os estratos subseqüentes (S2, S3, Sn...) terão essa complexidade reduzida gradativamente.

No modelo da Morfologia Lexical as línguas têm, pelo menos, dois estratos. Os afixos, como parte integrante dos itens lexicais, estão também condicionados em diferentes estratos. Cada um dos estratos traz as regras morfológicas de formação de palavras que, por sua vez, estão distribuídos conforme a complexidade do processo de formação e o grau de modificação acarretado da base da RFP. Em línguas que apresentam somente dois níveis em sua morfologia, os processos e os afixos do estrato 1 são aqueles que acarretam modificações nas bases. Por esta razão, são os afixos “não neutros”. Estes afixos estão mais perto da raiz da palavra e são considerados como uma camada interna da palavra, pois, depois de afixados e prontos, estes se constituem como *output* do estrato onde ocorreu o acionamento da regra. Mas, considerando a ciclicidade das regras, caso haja mais um afixo a ser acondicionado, o *output* do estrato 1 (como palavra pronta com base + afixo) passa a *input* do estrato subseqüente onde se dará o novo processo. O desenho abaixo representa a ordem e as respectivas camadas.

| | | |
|--|--|---|
| <u>ESTRATO</u> <u>1</u> | NÃO NEUTROS (afetam a base) • Base → raiz (<i>input</i> do S1) a ser afixada • Mais perto da raiz da palavra (camada interna) | <i>opose</i> → <i>oposite</i> <i>input</i> <i>output</i> |
| <u>ESTRATO</u> <u>2</u> | AFIXOS NEUTROS E COMPOSIÇÃO (não afetam a base) • Base → raiz + afixo do S1 (<i>input</i> do S2) | <i>oposite</i> → <i>opositeness</i> <i>input</i> <i>output</i> |

Um exemplo para o português de uma regra acionada do estrato 1 do léxico é a X_{-ecer} . O grau de complexidade desta regra envolve processos parassintéticos e deslocamento do acento da base para o afixo, como em “envelhecer”, “amadurecer” etc. Esta irregularidade e complexidade, na morfologia de nível 1, vai se refletir na produtividade da RFP. Por sua vez, no estrato 2, encontram-se os processos e os afixos fonologicamente neutros e, em línguas com dois níveis, pode-se dizer que estão em oposição aos afixos do estrato 1, uma vez que estes não causam alterações drásticas nas bases, são mais transparentes e regulares. Estes atributos da transparência e da regularidade têm grande importância para a produtividade das RFPs na língua.

Os *inputs* e *outputs* de cada estrato são sempre palavras da língua, o que coloca a Morfologia Lexical no âmbito de morfologia baseada em palavra. As regras morfológicas são parte das regras fonológicas e estas, por sua vez, indicam como a estrutura fonológica será pronunciada. A figura abaixo é uma representação do léxico na Morfologia Lexical.



A formalização das regras lexicais é especificada da seguinte forma:

- i. Com as classes das bases a serem afetadas;
- ii. O afixo a ser utilizado;
- iii. Onde se dará o processo de afetação (prefixo, sufixo ou infixos);
- iv. A classe da palavra que será o produto da RFP;
- v. O estrato do afixo (propriedades gerais) e o estrato ao qual está atado.

As regras são cíclicas, ou seja, sua aplicabilidade pode ocorrer em outros estratos da língua quando estes satisfazem as condições de estrutura para que se acione a regra. Regras morfológicas e fonológicas são acopladas no mesmo estrato no léxico. As regras morfológicas selecionam os morfemas um a um para construir uma dada palavra. A palavra é então submetida às regras do módulo fonológico do estrato que desencadeou a regra morfológica por exemplo: *prátiko* → *pratisidade*. Portanto, as regras fonológicas determinam a forma fonológica da palavra.

Representa um desafio na morfologia dar conta dos princípios que determinam a seqüência dos morfemas na construção das palavras. Para a Morfologia Lexical há seqüências que apontam para as RPFs da língua como uma ordem fixada. Diferentemente da sintaxe, a morfologia traz restrições de junção de alguns morfemas.

EX : -ecer → *-mento* *pobre* → *empobrecer* → *empobrecimento*

Sendo *-ecer* um afixo pertencente ao estrato 1, ele será acionado primeiro para a sua base “pobre”. Em um segundo momento, já como *output* do estrato 1, a forma produzida no neste estrato, *empobrecer*, entra como *input* do estrato 2, onde se encontra o afixo *-mento*, e produz *empobrecimento*. Assim, a ordem dos morfemas obedece à hierarquia dos afixos e regras do léxico. Em suma, a Morfologia Lexical sugere que quando há uma derivação com afixos do Estrato 1 e Estrato 2, o afixo do Estrato 1 estará mais próximo da raiz que o afixo do Estrato 2. A ordem hierárquica do estrato também determina a ordem do processo morfológico, ou seja, processo lexical do Estrato 1 precede o processo lexical do Estrato 2.

Quando as RFPs pertencem ao mesmo estrato, a regra filtra a palavra inteira que será a base. Na sufixação há a seleção da categoria gramatical a ser tomada como base para o acionamento da regra. Assim, para adicionar *-less*, por exemplo, a regra seleciona uma base [+ Nominal], que, por sua vez, resulta do *output* da RFP com o *-ness*, conforme pode ser observado nos exemplos abaixo:

-ness = A → N - *ugly* → *uglyness*
-less = N → A - *care* → *careless*
-full = N → A - *power* → *powerful*

Quanto à produtividade, o modelo prevê que quanto mais alto o estrato do afixo, maior a complexidade dos processos e menos transparência na forma produzida, o que vai refletir em menor produtividade. Por outro lado, os itens dos estratos mais baixos, têm maior simplificação nos processos, maior transparência nas formas e conseqüentemente, maior produtividade lexical. Porém há restrições para a produtividade e para o acionamento das regras. São elas:

i. Condição de Círculo Estrito - CCE

Como estão confinadas a cada camada de derivação (no próprio estrato), as regras não podem afetar estruturas que são construídas fora de seu estrato.

EX: ablaut / i / → / æ / (*sing* → *sang*) só afeta itens do S1

As regras e os efeitos causados por elas ficam confinados nos próprios estratos.

ii. **Elsewhere Condition - EC**

Havendo mais de uma regra a ser aplicada, qual seria o critério a ser utilizado na seleção entre as suas regras? Começa-se com o processo mais restrito àquela regra e o [+ geral] será aplicado em “*elsewhere*” - alhures. Em outras palavras, caso não haja uma regra mais específica, a mais geral será aplicada.

iii. **Bloqueio - BL**

Diferentemente da EC e da CCE, o bloqueio envolve regras de estratos diferentes que são [+ semântica] e [- fonológica]. Na derivação e na flexão, quanto mais alto o estrato, as idiosincrasias são maiores em relação aos significados dos estratos mais baixos. Se há a possibilidade de se aplicar afixos de **S1** e **S2** à mesma base há também divergências semânticas que permitem a construção através das RFPs, ou seja, há um traço semântico que vai permitir que se acionem as duas regras.

Brothers – **S2** – *irmãos*

Brethren – **S1** – *irmão (confraria)*

iv. **Condição de Apagamento dos Colchetes - CAC**

Ao final de cada estrato de derivação os colchetes são apagados. O resultado é um *output* que é uma palavra inteira na entrada do novo estrato. Desta forma, a regra deixa de enxergar a estrutura interna da palavra e ela será tratada como um todo no *input* do novo estrato, justificando assim o estatuto de morfologia baseada em palavra da teoria.

A CAC reforça a CCE na medida em que só permite às regras afetarem itens do próprio estrato.

4.8 AS MORFOLOGIAS DE ARONOFF, HALLE E KIPARSKY: UMA COMPARAÇÃO

Há diferenças e semelhanças nos modelos morfológicos de Halle, Aronoff e Kiparsky. O *blocking*, de Aronoff pode ser comparado ao filtro de Halle, uma vez que este está equipado com “sensores” de ordem pragmática e podem rejeitar formas por questões de aceitabilidade e não somente gramaticalidade. Para Kiparsky, as restrições gramaticais se apresentam nas regras lexicais de preservação de estrutura, quando o modelo impõe que cada produto formado deve ser uma palavra bem formada da língua. Por

outro lado, o bloqueio na proposta da Morfologia Lexical se resolve na estratificação dos níveis dos afixos, mas dentro de um critério semântico. Halle e Kiparsky juntam flexão e derivação em um mesmo pacote morfológico, que serão todos tratados no léxico. Aronoff trata apenas da derivação. A flexão e a cliticização, para ele, serão tratadas na sintaxe. Aliás, essa posição, da corrente mais fraca da hipótese lexicalista, é uma marca no trabalho de Aronoff, para quem os afixos não são itens lexicais, são parte das RFP, ou seja, são categorias funcionais que se encontram fora do léxico. Diferentemente da posição de Halle e Kiparsky, que consideram os afixos itens lexicais.

Para Aronoff, só vai para o dicionário o que não é produtivo, ou seja, aquela palavra cujo sentido não é composicional. Por exemplo, no dicionário proposto por Aronoff, *guarda-roupa* não tem entrada no dicionário, uma vez que este possui sentido composicional, ao passo que *cachorro-quente*, por não possuir sentido composicional, tem entrada em seu dicionário. Para Halle, se as palavras que estão no dicionário passaram pelo “filtro” e não sofreram restrições de ordem morfológica, semântica ou fonológica, essa palavra já é parte integrante do dicionário.

Ambas teorias estão interessadas no conhecimento do falante sobre o léxico de sua língua, na maneira como este falante faz os julgamentos das formas prontas e, principalmente, como ele produz novas formas que serão integradas no léxico. Esta questão remete a um questionamento mais geral na morfologia, que é a produtividade na língua.

4.9 PRODUTIVIDADE MORFOLÓGICA

O conceito de produtividade está ligado à capacidade criativa do falante nativo e relacionado intensamente às formas derivadas. Pergunta-se então, o que é a produtividade e o que leva um item a ser mais produtivo que os outros elementos? Segundo Aronoff (1976, p.35), “a produtividade ainda é um de mistérios centrais da morfologia derivacional. É a origem do estranho e persistente fato de que, embora muitas coisas sejam possíveis em morfologia, algumas são mais possíveis que outras”.

Um processo é produtivo na medida em que o falante pode gerar novos exemplos do mesmo tipo, ou seja, quando o falante o utiliza para gerar novas palavras a partir de outro lexema. Assim, há também itens não-produtivos e semiprodutivos. A produtividade pode ser também reconhecida de acordo com a maior generalidade de um dado processo, ou seja, quanto mais geral um determinado artifício de formação, mais produtivo será esse processo.

De acordo com Katamba (1993 p.72), a relação entre uma regra de formação de palavra produtiva e uma não-produtiva não é dicotômica. Os elementos considerados produtivos estão acomodados em uma linearidade que faz com que as condições de diferença entre eles sejam minimamente percebidas, ou seja, estão em um *continuum*.

Outra questão relevante diz respeito à diacronia e à produtividade. Pode haver relação entre produtividade e diacronia? Sabe-se que uma RFP ou mesmo um item envolvido no processo de formação de palavra pode ser recorrente em uma época da língua e tornar-se improdutivo em outra época. Neste caso, tem-se como exemplo, no português brasileiro, a produtividade do radical grego *-dromo*. Contrariando a preferência da língua de manter o acento tônico na penúltima sílaba das palavras terminadas em vogal, muito se tem produzido com *-dromo*. Essas formas são sempre proparoxítonas. Essa preferência pela forma esdrúxula deve-se ao fato de o afixo *-dromo* trazer um traço fonológico que leva o acento à sílaba imediatamente anterior a ele. Tem-se então: *fumódromo*, *camelódromo*, *sambóbromo* *beijódromo* etc. Em situações emergenciais, a produtividade se manifesta com as chamadas formações esporádicas. Essas construções aparecem quando as condições morfossemânticas e discursivas se mostram favoráveis à formação. Isto é, havendo a presença de itens lexicais disponíveis e a situação discursiva adequada, aliada à necessidade da palavra, a nova palavra é imediatamente gerada. Por exemplo, *ficante* para designar alguém com que se “fica”, ou *ficódromo* lugar designado para se “ficar” com alguém. As formações esporádicas não têm grandes possibilidades de permanência, elas tentem a desaparecer. Porém, algumas permanecem e são institucionalizadas pela comunidade lingüística.

Se o afixo *-dromo* se encontra em um momento produtivo no português brasileiro, os derivados com *-este* e *-esco*, como em *agreste* e *pitoresco*, não mais são atestados em novas derivações. Estes exemplos

mostram a relação entre a diacronia e a produtividade morfológica. Katamba (1993, p. 70) declara que

“(...) no processo de refinar nossa compreensão sobre produtividade, devemos considerar a dimensão de tempo. Vamos assumir que um processo de formação de palavra é produtivo se estiver atualmente em uso. Processo congelado ou atrofiado (...) pode ser considerado, para propósitos práticos, como virtualmente improdutivo contemporaneamente.”

No acionamento de uma RFP, os afixos envolvidos selecionam características categoriais que permitem que o processo possa ocorrer sem entraves. Por exemplo, em português, para todo e qualquer adjetivo, pode-se antever uma forma adverbial formada com o sufixo *-mente*. Tem-se então: *claro* → *claramente*, *casual* → *casualmente*, *amável* → *amavelmente*, *incrível* → *incrivelmente* etc. Estes exemplos apontam para as condições favoráveis de se operar em uma RFP com o sufixo *-mente*, uma vez que a regra é compatível com todos os adjetivos da língua. Com isto, assume-se que regra *X-mente* é de alta produtividade em português. Há uma “preferência lexical tendenciosa” em benefício do *X-mente*, pois, não sendo restritivo com as suas bases, vai apresentar produtividade quantitativamente superior em relação aos afixos mais restritivos. Contudo, considerações exclusivamente quanto ao número de *outputs* possíveis de uma dada RFP não fazem justiça quanto à maior produtividade dessa regra em relação a outra regra. Há outros fatores envolvidos na condição de produtividade. Aronoff (1976,p.36) sugere uma forma de se chegar a um índice “ingênuo” de proporção de produtividade de uma RFP:

“Conte o número de palavras que podemos imaginar como output de uma dada RFP. Conte o número de palavras que estão realmente ocorrendo formadas por esta regra, tome a proporção das duas e compare as duas com a mesma proporção agora com outra RFP. Realmente, por meio deste método, podemos chegar a um índice ingênuo da produtividade de cada RFP: a proporção possível para se atualizar das palavras listadas”

Deve-se considerar a relação entre produtividade e probabilidade. Uma regra pode até produzir muito, mas a probabilidade nem sempre condiz com a produtividade. Um exemplo do inglês são os sufixos *-ness* e *-ity*, ambos formadores de adjetivos a partir de nomes, por exemplo: *felicity* e *happyness*. À primeira vista, ambos têm a mesma produtividade, mas a ocorrência de *-ness* é cinco vezes maior em relação às ocorrências em *-ity*¹⁹. As restrições impostas pelas bases determinam a diferença de ocorrência, pois a RFP solicita bases latinas para a formação em *-ity*. Aronoff (1976, p.51) declara que

“Todas as palavras com o morfema *-ity*, por exemplo, são latinas. Isso aponta para o fato de que todas as palavras com a formação *X-icity* (*lubricity*, *felicity*) sofrem ‘velar softening’, que, conforme observado, somente se aplica às formas latinas”

Embora o número de ocorrência de palavras seja superior com *X-ness*, isso não implica a superioridade produtiva de *X-ity*. A comparação entre as duas regras nos fornece apenas a informação do número de ocorrências e não do que está sendo produzido. Um dado importante para a discussão é a impossibilidade de determinar as palavras possíveis de serem geradas por uma dada regra, ou mesmo as palavras potenciais de nossa morfologia particular, pois elas são geradas na medida em que necessitamos de uma nova palavra. Isso implica dizer que a noção de lista de palavras é uma construção puramente mental e abstrata.

Há também uma relação entre produtividade e transparência semântica. Entre um item mais e outro menos transparente, o falante vai optar pelo mais transparente. Kiparsky (1982) estratificou a relação entre transparência e produtividade considerando os processos de nível 1 (S1) (os não-neutros) como processos menos transparentes e menos regulares e conseqüentemente menos produtivos. Já os processos do estrato de nível 2 (S2) são mais regulares, mais transparentes e, portanto, mais produtivos. A figura abaixo resume a relação entre estratificação e transparência.

¹⁹ Fonte : WALTER, 1936 – *apud* ARONOFF (1976:36)

| | | | | | |
|-----------|-------------------|---|--------------|------------------------|---------------------------------|
| S1 | [- transparentes] | → | -ous | (significado vago) | - <i>herbivorous, glamorous</i> |
| S2 | [+transparentes] | → | -less | (significado evidente) | - <i>homeless, shameless</i> |

Isso aponta para o fato de que o falante tem sempre a certeza de que está sendo gerado no acionamento da regra. Este dispositivo impossibilita um resultado semântico vago e vai ao encontro da morfologia de palavras que diz que as regras operam a partir do significado das palavras. Pode-se afirmar que, para o falante, a transparência semântica tem uma grande representatividade no reconhecimento do léxico, uma vez que um processo produtivo não resulta em um item semanticamente vago. Conseqüentemente, a coerência semântica é um traço de extrema importância para a produtividade.

Para reforçar a idéia da relação semântica com a produtividade há a noção do bloqueio, que também opera com traços semânticos, e não permite que uma palavra sinônima seja gerada por uma dada regra utilizando a mesma base. Essa idéia leva à noção da inexistência dos sinônimos perfeitos na língua. Por exemplo: *encantamento* e **encantação*, *viajante* e **viajador* (no português brasileiro). Quando o bloqueio permite o acionamento da regra é porque está reconhecendo traços semânticos diferentes no produto final da regra. Por exemplo: *motoqueiro* e *motoboy cantor* e *cantante*, *recepção* e *recebimento*.

5. A MORFOLOGIA DO GUINEENSE

A morfologia “lida com palavras potenciais: para dar conta de regras produtivas” (Rosa, 2002, p. 89), o que vai apontar para a produtividade das RFPs (regra de formação de palavras). Por sua vez, falar em produtividade remete ao escopo maior da criatividade humana, quando é possível que dados limitados possam, por meio da competência do falante, gerar infinitas possibilidades de realização. Essa propriedade inscrita nos sistemas lingüísticos não poderia deixar de se manifestar também em sistemas que resultaram de uma situação inusitada de contato lingüístico, que é o caso das línguas crioulas.

Contudo, a morfologia não tem sido objeto de estudo muito freqüente na Crioulística, pois muitos estudiosos a consideram escassa nos crioulos (cf. 2.3.3). Entretanto, alguns pesquisadores já tiveram o cuidado de olhar para o guineense de forma a perceber que as produções morfológicas não estão circunscritas às formas portuguesas (cf. Peck 1989; Couto 1994, 1996, 1999b, 2000, 2002c; Kihm 1994; Scantamburlo 1999 e 2002). Embora os trabalhos de Peck e Kihm estejam voltados para a sintaxe da língua, há pontos de referência à morfologia do guineense, especialmente o trabalho de Kihm, que descreve a estrutura de alguns compostos e algumas derivações guineenses (Kihm, pp. 125 – 140). Scantamburlo publicou dois volumes intitulados “Dicionário do Guineense”, sendo o primeiro deles um apanhado de notas gramaticais sobre o crioulo. O capítulo dedicado à morfologia ocupa 58 das 218 páginas da obra. Trata-se de notas descritivas que justificam seus estudos técnicos que resultaram no segundo volume da obra, um dicionário bilíngüe de proporções inéditas no crioulo da Guiné-Bissau (cf.1.3). Couto (1994) faz uma descrição detalhada dos processos morfológicos do guineense mostrando o inventário dos afixos e suas manifestações nas produções guineenses. O autor também descreve os processos composicionais que se manifestam dentro de um padrão cultural bastante interessante. Há ainda outros trabalhos, do mesmo autor, dedicados à morfologia como de 1999, 2000, 2002 e 2003. Enfim, esses precursores dos estudos da morfologia do guineense demonstram que essa língua vem produzindo novas palavras com recursos morfológicos resultados do processo de gramaticalização do guineense.

e especificador. São os compostos subordinativos ou exocêntricos.

português

- *trem-bala*

Guineense

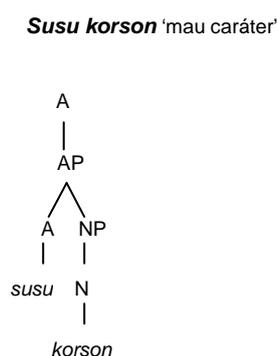
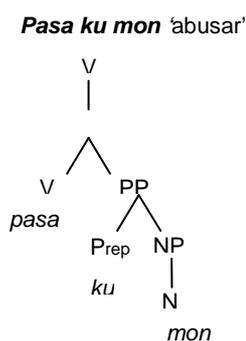
- *fiju - femia* 'filha mulher'
'filho' 'fêmea' (literal)

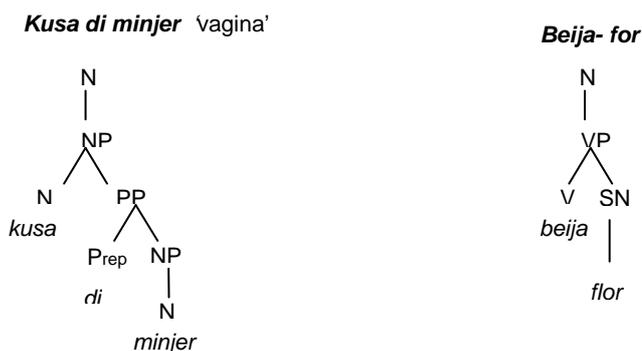
- *kau di sinta* 'lugar de se sentar' 'assento'
'lugar' 'sentar' (literal)

Nos exemplos acima, a semântica dessas formações é da não composicionalidade, o que leva a formações opacas e à menor produtividade. A opacidade desses itens lexicais faz com que sejam listados como uma única entrada de dicionário.

5.1.2 Grupo sintático e composição

Há compostos que apresentam uma estrutura no âmbito da fraseologia da língua, são as chamadas de lexias complexas (Pottier, 1970). A estrutura interna desses compostos, principalmente aquelas com estruturas de orações relativas, como *giz de cera*, *copo de leite*, *barco de pesca* etc, apresenta uma configuração sintática quase sempre construída com base no núcleo, com exceção dos compostos coordenativos, conforme podem ser observados abaixo:





A sintaxe, por sua vez, gera as frases da língua. Esse compartilhamento de traços estruturais dos grupos sintáticos e dos compostos resulta em confusão de identificação entre eles, ou seja, entre o que é um grupo sintático e o que é um item lexical, uma vez que, quando descontextualizados, apresentam a mesma estruturação sintagmática. Porém, em uma situação de fala, não apresentam dúvidas de significado ou percepção de estrutura para o falante. Por exemplo:

português

- *copo de leite* (flor) e *copo de leite* (copo com leite)
 (Colher copo-de-leite) e (Beber um copo de leite²⁰)

guineense

- *donakasa* 'primeira mulher do polígamo' e *dona kasa* 'proprietária'
 (*kuma ku bu donakasa comadu?*) e (*Kuma ku dona kasa comadu?*)
 'Como se chama sua primeira mulher?' 'Como se chama a dona da casa?'

Nos exemplos acima, o falante deduz os valores semânticos e morfológicos da composição como um item lexical e configura o processamento dos itens na estrutura da sentença, conforme seu valor discursivo.

Segundo Roth (s.d.,p.75) "a avaliação de diferentes critérios – fonéticos, morfossintáticos e semânticos – faz com que o conceito de composição seja discutido". No âmbito da formação das palavras a interpenetração dos componentes gramaticais é bastante aparente e nem sempre é possível uma distinção rígida entre os campos de cada um dos componentes. Ainda assim, alguns critérios podem ser utilizados para distinguir lexias complexas das composições. As lexias complexas, nos domínios da fraseologia, são formações sintagmáticas eventuais, enquanto as composições são formações

²⁰ O exemplo se refere à fala, quando o hífen não marca a diferença.

fixas que se estabeleceram na língua como signo, o que as caracteriza como lexemas. Sandmann (1977, p. 33 e 34) argumenta a favor da semântica como o melhor dos critérios de identificação na distinção dessas construções. Para ele, as composições “são entidades estabelecidas em nossa cultura, como que estereotipadas, com nomes permanentes” (Sandmann, 1997, p. 33). As lexias complexas, que ele chama de “grupo sintático paralelo” “são sintagmas da frase produzidos *ad hoc*” e que outros lexemas podem ocupar a posição dos componentes do grupo a qualquer o momento, o que vai gerar outros grupos com a mesma estrutura sintática e uma relação semântica entre o grupo novo e o antigo. Talvez fosse melhor falar em distribuição paradigmática dessas lexias. Observe-se os exemplos abaixo.

português

- *tênis de mesa*
- *tênis de campo*
- *tênis de dupla*

guineense

- fison fradi* ‘tipo de feijão’
- fison kongo* ‘tipo de feijão’
- fison mankaña* ‘tipo de feijão’

Nota-se que a distribuição obedece uma relação paradigmática e há uma relação semântica entre eles, uma vez que o núcleo semântico e sintático é sempre o mesmo, porém o especificador altera a semântica da lexia complexa. Há uma tendência à relação de composicionalidade entre os constituintes, embora não seja uma característica constante, como se pode notar abaixo.

português

- *Casa de chá*
- *Casa da sogra*
- *Casa da mãe joana*

guineense

- *Kau di sinta* ‘assento’
‘local’ ‘sentar’ (literal)
- *kau di lama* ‘lamaçal’
‘local’ ‘lama’ (literal)
- *kau di cur* ‘lugar de prestar condolências, velório’
‘local’ ‘chorar’ (literal)

Sintaticamente, compostos e grupos sintáticos ocupam os mesmos espaços funcionais na estrutura frasal.

Câmara (1970, p. 71) considera “como uma classe única de ‘locuções’,

isto é, dois ou mais vocábulos formais associados intimamente na sentença” e que seriam distintos pelo fato de a justaposição não poder ser suprimida de nenhum dos componentes, enquanto essa supressão é permitida nas locuções.

Para Monteiro (2002, p. 184 e 185) o critério de Câmara não é válido pelo fato de muitas locuções apresentarem uma ordem fixada na língua. Para esse autor, o problema está em se interpretar a composição como mecanismo da morfologia, pois, para ele, “na maioria das situações, tem-se um processo de natureza sintático-semântica”. Monteiro se refere à estruturação e ao comportamento sintático dos componentes, como o uso de substantivo e adjetivo que requer a concordância nominal. Monteiro, porém, considera o aspecto semântico determinante na distinção entre eles, pois quando traduz um conceito único, uma só unidade semântica pode ser considerada como um sintagma fixo.

Diante da discussão acerca dos grupos sintáticos (Sandmann, 1997), locuções (Câmara, 1970) e lexias complexas (Pottier, 1970), a questão que emerge é a distinção de composição no âmbito da morfologia, a partir da qual foram selecionados os dados de análise do guineense.

Duas características básicas dos compostos surgem dos argumentos discutidos acima: i) semelhança com os processos sintáticos; ii) estrutura de constituintes, cuja construção frasal determina a realização do composto.

Embora a inter-relação entre sintaxe, semântica e morfologia seja bastante marcada nos compostos, quando se observa os traços morfológicos nas composições do guineense, assim como nas línguas em geral, é possível apontar mais alguns traços característicos que os colocam nos domínios da morfologia. A saber:

i. Lexicalização – há compostos (e grupos sintáticos) que se encontram lexicalizados na língua e sujeitos a movimentos semânticos que podem levar à não composicionalidade, como em

- *susu bariga* ‘mau-caráter’
 ‘sujo’ ‘barriga’ (literal)

ii. Não referencialidade do elemento que se constitui como não-núcleo na estrutura composta – os elementos que não têm função de núcleo do

constituente se apresentam sempre com a função atributiva e sem referencialidade específica:

- a) [[*Júnior*] [*arrumou um amigo cachorro*]]
 b) [[*Júnior*] [*arrumou um [amigo cachorro]*]]

No exemplo (a), cachorro se refere a uma entidade específica, diferentemente de (b), que não tem referência específica.

iii. Integridade lexical, que não permite processos sintáticos nos constituintes, mas na íntegra do composto, uma vez que seu comportamento sintático não difere do comportamento de uma palavra da língua.

A distinção com base no significado dos grupos sintáticos em relação às composições pode obscurecer o estatuto lexicológico das formações. No *Dicionário do Guineense* (Scantamburlo, 2002, p. 311 e 312) muitas entradas são, claramente, grupos sintáticos:

- *koba di guja* 'buraco de agulha'
 'buraco' 'agulha' (literal)

- *Koba di naris* 'fossa nasal'
 'buraco' 'nariz' (literal)

Embora o autor destaque essas entradas com marca gramatical de 'lexia complexa', a inclusão dessas lexias como entrada não é justificada, dada a característica semântica de sua composicionalidade.

Katamba (1993, p.297) faz uma hierarquização da composicionalidade começando pelos itens mais baixos da hierarquia lingüística até os constituintes mais altos da hierarquia estrutural, a saber: morfema > palavra > compostos > frase > sentença. Para ele, quanto mais alto na distribuição hierárquica, maior a carga composicional dos constituintes. Os compostos, considerados com um item lexical, e os grupos sintáticos estão posicionados em uma situação intermediária, entre o morfema e a sentença. Esse posicionamento aponta para a condição, por vezes, distribuída em ambos os campos, composicional e não composicional, dada a linha do *continuum* entre eles. Tanto que, gramaticalmente, isto é, dos pontos de vista sintático, fonológico e morfológico a distinção de composto e grupo sintático é obscurecida.

Embora ambos (compostos e grupo sintático) tenham a mesma estrutura sintática, não foram gerados no mesmo componente, o grupo sintático foi gerado na sintaxe e o composto, no componente lexical. Porém, em uma análise descontextualizada, a semelhança estrutural encobre uma distinção mais aparente entre eles.

Considerando que a sintaxe gerou o grupo sintático, ela somente vai ter acesso à estrutura interna deste grupo, sendo “cega” à estrutura interna do composto. Este fato aponta para a noção de hierarquização de composicionalidade de Katamba nos componentes da gramática (1993, p.297), pois, quanto mais baixo na escala, maior a rigidez componencial. Da mesma forma, é possível observar que quanto mais alto na escala gramatical, mais flexível para os processos sintáticos. Essa distinção pode, inclusive, determinar uma separação no componente sintático e morfológico, estando o componente morfossintático posicionado em um campo fronteiro entre eles. Quando um fenômeno lingüístico está interagindo no componente morfossintático, as características de ambos estão aparentes, o que gera problemas de análise e conceituação.

Se o tratamento sintático dado a cada um deles é diferente, como é articulada tal diferença na sintaxe? Como isso acontece? Mesmo depois de gerada no componente sintático, a sintaxe terá acesso à estrutura interna da estrutura frasal. Já o lexema, uma vez acionada uma regra do componente lexical, o *output* da regra é inacessível a movimentos sintáticos nas bases de sua estrutura, somente no âmbito da frase. Isso quer dizer que, ao assumir a função de constituintes em sentenças, o composto estará protegido estruturalmente por sua integridade léxica. Seu tratamento pela sintaxe será o mesmo de qualquer palavra da língua, independentemente da constituição morfológica de sua estrutura. É a chamada integridade lexical, cujo comportamento gramatical prediz que formações compostas, simples ou derivadas são tratadas como indivisíveis pela regras da sintaxe. Nesse conjunto incluem-se também as expressões idiomáticas, pois as “palavras tendem a ser referencialmente opacas, com isso, é impossível enxergar dentro delas ou fazer referência às suas partes” (Spencer, 1993, p. 42). Essa propriedade das palavras faz com que sejam chamadas de ‘ilhas anafóricas (*anaphoric island*)’, cujo mecanismo não permite que regras sintáticas se apliquem a partes separadas das palavras, ou seja, não se

pode referir, em uma retomada anafórica, a parte de uma palavra composta, mas ao seu todo, como se pode notar nos exemplos abaixo.

- *[[Kau di sinta]_i i puku, i_i lunju]*

'Assentos são poucos, eles estão longe'

- *[Kau_i di jugu i lunju, i_i ten koba di iran segu]*

'Local do jogo é longe, ele tem buraco de iran segu'²¹.

As noções de integridade lexical e de ilha anafórica trazem uma leitura mais gramatical, com base em uma restrição marcada nos princípios das línguas para diferenciar grupo sintático de composição. Este é o ponto que marca a distinção entre grupo sintático e composição neste trabalho e o critério para a seleção dos dados analisados. Assim, inclui-se no âmbito das composições guineesas as frases relativas com as características das composições citadas acima, sobretudo pela integridade lexical desses dados. A predileção por esse critério não invalida a importância dos critérios semântico e morfológico na delimitação dos vocábulos.

Há autores que estabelecem subclassificações com base na possibilidade de flexão dos elementos constituintes dos compostos. Monteiro (1986) considera como verdadeiros compostos portugueses aqueles que admitem a marca do plural somente no último elemento da composição. Lee (1997) distingue compostos lexicais e pós-lexicais, em um padrão teórico estabelecido na Morfologia Lexical. Para Lee, os pós-lexicais, formados no componente pós-lexical, têm a característica de serem sintaticamente transparentes por permitirem processos de flexão, derivação e concordância. Por outro lado, os lexicais, formados no componente lexical, são sintaticamente opacos, isto é, não admitem flexão, derivação ou concordância em seus constituintes. Lee teve como base o trabalho de Di Sciullo & Williams (1987), que distinguiram os compostos em objetos morfológicos e palavras sintáticas. Os objetos morfológicos têm comportamento sintático de palavra, mas são sintaticamente opacos. Já as palavras sintáticas apresentam transparência sintática entre os constituintes. Essa transparência não interfere na funcionalidade como um constituinte na construção sentencial.

A Gramática Tradicional, por sua vez, utiliza critérios fonológicos e

²¹ Cobra grande que equivale a sucuri brasileira, porém maior.

divide a composição em aglutinação e justaposição. Na aglutinação há supressão de fonemas de um dos elementos, ao passo que, na justaposição, os elementos constituintes se mantêm intactos na formação composta. Talvez o critério utilizado na descrição fonológica dos compostos esteja mais ligado à diacronia, pois, sabe-se que as palavras sofrem desgastes fonéticos ao longo de sua história na língua. A própria GT costuma usar com frequência o exemplo de *filho de algo*, que passou, com o tempo e o uso, a ser *fidalgo* e *aguardente*, que foi água ardente, em tempos remotos da língua. Cabe questionar se, sincronicamente, essas composições (ainda) existem na mente do falante, ou se ele as interpreta como uma forma simples. Essa discussão será retomada em 5.1.4. Outra questão a ser levantada no tratamento da GT é a utilização de processos que acontecem na fonologia para a caracterização morfológica dos compostos, que é o caso da aglutinação e da justaposição.

As subclassificações de Monteiro (2002) Lee (1997) e Di Sciullo & Williams (1987) não são aplicáveis aos dados do guineense, pois a flexão não é um processo produtivo, tampouco regular no crioulo. Quanto à divisão entre aglutinação e justaposição da GT, não é relevante para este trabalho, pois, a descrição tradicional se baseia nos contextos de língua escrita, o que também não é parte da realidade lingüística do crioulo da Guiné-Bissau.

Basílio (1987) declara que a composição apresenta função semântica de designação “que utiliza a estrutura sintática para fins de criação lexical” (Basílio, 1987, p.34) realizada por meio da combinação do significado de duas palavras “(...) onde se revela nitidamente a importância metafórica na engrenagem da criação lexical” (id.). Assim, a base para classificação das composições do guineense partiu da observação das formações que claramente apresentam a função denominativa, formada por duas ou mais entradas fundidas em uma única entrada lexical para o falante e com comportamento de uma palavra na construção das sentenças guineenses.

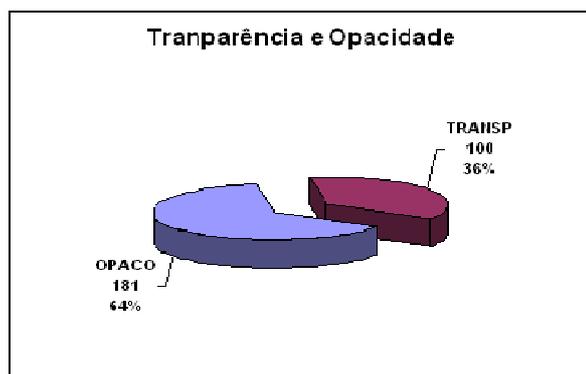
5.1.3 Os compostos no guineense

De acordo com Couto (1994, p. 83) “talvez a composição seja o único processo morfológico que se encontra em todos os crioulos e até mesmo nos

pidgins”, o que aponta para a produtividade dos compostos nos crioulos. Na distribuição dos dados, os números reforçaram as palavras de Couto, pois as formações compostas que não apresentam nenhum correspondente no português representaram 88%, ou seja, 247 do total dos 281 dados. Alguns exemplos podem ser observados abaixo.

| COMPOSTO | SIGNIFICADO | ESTRUTURA |
|--------------------------|--|---|
| <i>biku di mama</i> | 'mamilo' | $\begin{matrix} P \\ N^1 N \end{matrix}$ |
| <i>po di fidalgu</i> | 'parasitas vegetais' | $\begin{matrix} P \\ N^1 N \end{matrix}$ |
| <i>duensa di pe moli</i> | 'paralisia' | $\begin{matrix} P \\ N^1 NA \end{matrix}$ |
| <i>kau di sinta</i> | 'assento' | $\begin{matrix} P \\ N^1 V \end{matrix}$ |
| <i>paja di kema pitu</i> | 'tabaco' | $\begin{matrix} P \\ N^1 VN \end{matrix}$ |
| <i>korson findi</i> | 'pessoa com mau presságio ou muito emocionada' | NV |
| <i>sol kamba</i> | 'ocidente' | NV |
| <i>sol mansi</i> | 'amanhecer' | NV |
| <i>bariga korta</i> | 'sentir cócegas' | NV |
| <i>mutur kansa</i> | 'motor avariado' | NV |
| <i>bagera mestra</i> | 'abelha rainha' | NA |
| <i>bias kuti</i> | 'viagem iminente' | NExc |
| <i>jon biku</i> | 'pessoa de umbigo grande' | NN |
| <i>mandita-fidalgu</i> | 'furúnculo pequeno' | NN |
| <i>pasa ku sonu</i> | 'adormecer' | $\begin{matrix} P \\ V^1 N \end{matrix}$ |
| <i>fala ku sintidu</i> | 'meditar' | $\begin{matrix} P \\ V^1 N \end{matrix}$ |
| <i>fala fikadu</i> | 'discussão' | VV |

As 281 composições foram extraídas do banco de dados do guineense e de verbetes do *Dicionário do Guineense* (Scantamburlo, 2002). Foi adotada a classificação de Couto (1994), com uma divisão na semântica entre compostos com transparência total, com transparência parcial e compostos opacos. De acordo com a crença da transparência total nos crioulos, se não todos os dados, pelo menos a maioria deveria apresentar transparência semântica. Não foi o que se revelou na análise, pois a tendência à opacidade é nítida na análise das composições guineenses, e elas se revelam mais recorrentes que as transparentes conforme pode ser observado no gráfico abaixo.



As formações opacas representaram 64% do total dos dados, ou seja, 181 das 281 composições guineenses. Por sua vez, as transparentes somaram 100 formações, o que representou 36% dos dados, como se pode ver alguns exemplos abaixo.

| COMPOSTO | SIGNIFICADO | LITERAL |
|------------------------|---|-----------------------------|
| <i>N'uñi bunda</i> | 'apontar o traseiro para alguém, como sinal de desprezo' | 'inclinar' 'bunda' |
| <i>padi di lifanti</i> | 'chuva com sol' | 'parto' 'elefante' |
| <i>panga-bariga</i> | 'disenteria' | 'bater, amolecer' 'barriga' |
| <i>pañã cai</i> | 'apanhar em adultério' | 'apanhar' 'cair' |
| <i>papia risu</i> | 'levantar a voz' | 'fala' 'dura' |
| <i>pasa ku mon</i> | 'abusar' | 'pasa' 'com' 'mão' |
| <i>pega biku</i> | 'pedir em casamento a criança recém-nascida' | 'pegar' 'bico' |
| <i>pega boka</i> | 'levar a mão à boca em sinal de espanto' | 'pegar' 'boca' |
| <i>peteli-bunda</i> | 'abrir o traseiro na direção de alguém como desprezo ou mau-agouro' | 'abrir' 'bunda' |
| <i>pui mon</i> | 'responsabilizar-se por uma coisa' | 'por' 'mão' |
| <i>raca-tara</i> | 'namorar' | 'rachar' 'ráfia' |
| <i>riba-ku-tras</i> | 'recuar' | 'acima' 'com' 'atrás' |
| <i>risu korson</i> | 'pessoa insensível' | 'duro' 'coração' |
| <i>susu kabesa</i> | 'mal caráter' | 'sujo' 'cabeça' |
| <i>susu korson</i> | 'pessoa má' | 'sujo' 'coração' |
| <i>susu bariga</i> | 'pessoa má índole' | 'sujo' 'barriga' |

São bastante recorrentes nos dados formações que apresentam uma carga cultural lexicalizada na significação do composto, o que aumenta sua condição de opacidade, como se pode ver na tabela abaixo.

| COMPOSTO | SIGNIFICADO | LITERAL |
|------------------------|---|------------------------------------|
| <i>Alma biafada</i> | 'pássaro' | 'alma' 'beafada - etnia' |
| <i>kacur di jemi</i> | 'nascido após parto de gêmeos' | 'cachorro' de 'gêmeo' |
| <i>iran di fanadu</i> | 'espírito protetor dos fanados' | 'demônio' de 'cerimônia do fanado' |
| <i>jon biku</i> | 'pessoa de umbigo grande' | 'joão' 'bico' |
| <i>padi di lifanti</i> | 'chuva com sol' | 'parto' de 'elefante' |
| <i>laba lua</i> | 'menstruar' | 'lavar' 'lua' |
| <i>manda kabas</i> | 'ritual de mandar cabaça com presentes para os pais da pretendente' | 'mandar' 'cabaça' |

| | | |
|--------------------------|---|---------------------------|
| <i>npina kabesa</i> | 'gesto ritual que significa reconhecer o próprio erro' | 'empinar' 'cabeça' |
| <i>peteli-bunda</i> | 'abrir o traseiro na direção de alguém como desprezo ou mau-agouro' | 'abrir' 'traseiro' |
| <i>mara panu</i> | 'deflorar' | 'amarrar' 'pano' |
| <i>paja di kima pitu</i> | 'tabaco' | 'palha' 'queimar' 'peito' |
| <i>Alma biafada</i> | 'pássaro' | 'alma' 'etnia africana' |

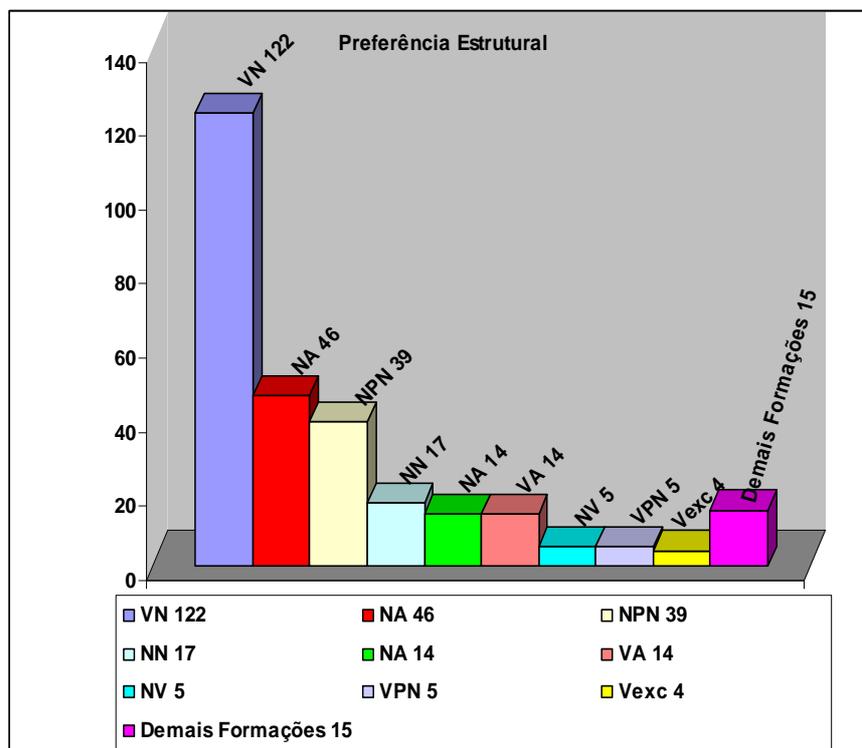
Nos exemplos de acima, a significação cultural vem marcada em uma posição de reentrada lexical, como uma camada sobreposta à camada morfológica. Para a Teoria Lexical, houve uma reentrada no léxico, em um movimento cíclico. Sua condição idiossincrática é reforçada, pois esta se encontra posicionada no extremo da idiomatização, ou seja, quando o signo só se completa com significante e significado dentro de um recorte social e territorial delimitado, desde que os usuários compartilhem o dado cultural relevante à significação. Morfologicamente esses compostos são gerados pelas mesmas regras dos outros compostos, porém, com uma camada a mais de significado, como se pode ver na formalização abaixo.

- *alma beafada*

[[[*alma*]_N [*beafada*]_N]_{SIGNIFICADO CULTURAL}]_N

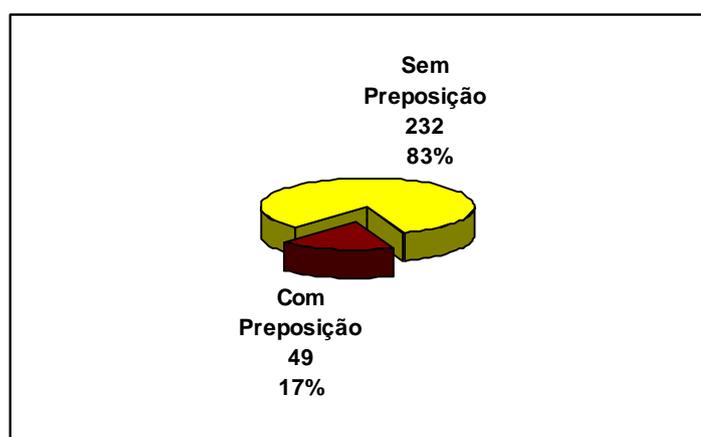
De acordo com Aranha & Martins (2003), quando se diz que o contato do mundo com o ser humano é intermediado pelo símbolo, a cultura é o conjunto de símbolos elaborado por um povo. Na aquisição de língua, a criança é imersa em dados e valores culturais já estabelecidos em sua comunidade e a apreensão dos símbolos vem marcada com os valores sociolinguísticos sociais e culturais. A carga cultural, no exemplo acima, veicula a crença de que o pássaro *alma beafada* é portador da alma dos antepassados da etnia beafada. Quando da morte de um '*omi-garandi*', com uma conduta respeitável entre os membros da comunidade, a alma do falecido passa a viver no corpo do pássaro. Há também gestos com significados culturais costumeiros que são realizados lexicalmente, como a doação de uma cabaça com presentes à família da pretendente no momento do pedido de casamento. Essa prática social gerou a carga cultural em *manda kabas* 'mandar cabaça'. Outro exemplo é a crença de que, quando nasce um elefante, mesmo que haja chuva, o sol aparece. O componente cultural se manifesta na carga semântica de *padi di lifanti*, que literalmente é 'parto de elefante', mas como entrada de dicionário significa 'chuva com sol'.

Quanto à preferência estrutural das formações compostas guineenses, a distribuição dos dados se deu da seguinte forma:



Legenda²²

As composições preposicionais são menos produtivas no guineense. Dos 281 dados, somente 17%, ou seja, 49 deles apresentam preposições em suas estruturas. A distribuição quantitativa entre elas pode ser notada no gráfico abaixo.



²² Legenda: N – Nome; V – Verbo; P – Preposição; A – Adjetivo; Num – Numeral; Exc – Partícula Exclusiva

Das 49 formações compostas com preposição, 39, ou seja, 90% das composições preposicionadas, têm a estrutura N^PN – Nome+^{Preposição}+Nome, com a seguinte estrutura morfológica:

- [[*dur*]_N [[*di*]^P[*kutuvelu*]]_N]_N

Depois das formações N^PN, a mais recorrente foi a V^PN, como Verbo+^{Preposição}+Nome, com apenas 5 formações, o que representa 10,2% do total das composições preposicionadas. São elas:

| COMPOSTO | SIGNIFICADO |
|-------------------------|---|
| <i>bibi di jikindur</i> | 'embebedar-se a ponto de revelar seus segredos' |
| <i>pasa ku mon</i> | 'abusar' |
| <i>tira na mama</i> | 'desmamar' |
| <i>pasa ku sonu</i> | 'adormecer' |
| <i>fala ku sintidu</i> | 'pensar' |

A formalização das estruturas dos dados acima não é diferente das estruturas portuguesas também preposicionadas. Esse tipo de combinações sintagmáticas, de cunho descritivo, é recorrente no português. Tanto para composto como para grupos sintáticos paralelos, principalmente aqueles que podem parecer frases relativas, como *folha de papel*, que equivale à *folha que é de papel*. No português são freqüentes denominações com estes grupos sintáticos, no qual o segundo elemento é especificador do primeiro, em uma relação de núcleo e especificador.

As preposições “têm apenas uma grande propriedade: regem um sintagma nominal que as segue. Formando com ele uma unidade sintática maior” (Trask, 2004, p.234). Esse tipo de estrutura preposicionada não é recursiva no guineense, principalmente na variedade mais basilectal, o que leva à hipótese de que essas formações são típicas da variedade acroletal do crioulo, ou seja, são formações que parecem ter entrada mais recente no crioulo, conforme exemplificadas abaixo.

| COMPOSTO | SIGNIFICADO |
|------------------------|------------------------|
| <i>bicu di po</i> | 'cupim de madeira' |
| <i>bicu di pe</i> | 'barriga da perna' |
| <i>jidiu di kaneta</i> | 'poeta, jornalista' |
| <i>falta di sibi</i> | 'desconhecimento' |
| <i>lus di mon</i> | 'lanterna' |
| <i>basia di kama</i> | 'urinol' |
| <i>duensa di pitu</i> | 'tuberculose' |
| <i>guarda di kurpu</i> | 'talismã' |
| <i>iagu na uju</i> | 'lágruima' |
| <i>iagu di po</i> | 'seiva' |
| <i>kau di baju</i> | 'salão de festa' |
| <i>kau di cur</i> | 'local de velório' |
| <i>lanpada di mon</i> | 'lanterna' |
| <i>roda di mar</i> | 'litoral' |
| <i>saida di sol</i> | 'oriente' |
| <i>arku di pua</i> | 'broca' |
| <i>anju di guarda</i> | 'anjo da guarda' |
| <i>dita di kosta</i> | 'negar' |
| <i>duensa di pedra</i> | 'amigdalite' |
| <i>duensa di sancu</i> | 'tétano' |
| <i>faka di atorna</i> | 'vingança' |
| <i>kuku di obu</i> | 'testículos' |
| <i>kriadu di Deus</i> | 'louva-deus' |
| <i>mama di bunda</i> | 'nádegas' |
| <i>omi di jinti</i> | 'pessoa respeitável' |
| <i>dur di kutuvelu</i> | 'inveja' |
| <i>kusa di minjer</i> | 'menstruação' 'vagina' |
| <i>biku di bariga</i> | 'umbigo' |

Na aquisição de L1 e L2, as formas lexicais são adquiridas previamente em relação às gramaticais, como pode ser observado na fala de criança em fase de aquisição de língua. Sapir (1971, p.70), afirma que “o método mais simples, pelo menos mais econômico, de indicar qualquer espécie de noção gramatical é justapor dois ou mais vocábulos numa ordem definida”. Essa é a forma menos marcada para o processo de composição. Esse fenômeno também é observado na gramaticalização das línguas crioulas com a utilização da justaposição de elementos lexicais como articulação recursiva. Nos dados do guineense a estrutura *classe lexical + classe lexical* é a mais produtiva e recorrente, em uma proporção de 5 para 1²³ em relação às formas preposicionadas. Na tabela abaixo há exemplos dessas formações.

| COMPOSTO | SIGNIFICADO |
|---------------------|---|
| <i>bicu kabelu</i> | 'bicho cabeludo' |
| <i>dona-kunbosa</i> | 'sogra com comportamento desrespeitoso com o genro' |
| <i>iagu-ceru</i> | 'colônia' |

²³ 232 formas sem preposição e 49 com preposição

| | |
|----------------------|---------------------------|
| <i>karta-lica</i> | 'lixa' |
| <i>omi minjer</i> | 'homossexual' |
| <i>aju-poru</i> | 'alho poró' |
| <i>amaña-parmaña</i> | 'a manhã do dia seguinte' |
| <i>radiu-ovinti</i> | 'ouvinte de rádio' |
| <i>sol noti</i> | 'anoitecer' |
| <i>falta rispitu</i> | 'insultar' |

Nessa perspectiva, as formações preposicionadas no guineense surgiram somente quando a gramática foi criando corpo recursivo e se consolidando. Assim, posteriormente às estruturas que utilizavam somente elementos lexicais, as preposicionadas foram emergindo no léxico e ali se instalaram como entradas.

Ressalta-se que o português, o crioulo e as línguas étnicas convivem em um mesmo cenário sociolingüístico na Guiné-Bissau, com o português com estatuto de língua oficial e do ensino formal. O prestígio tem um papel fundamental nas atualizações léxicas. Porém, das 49 formações preposicionadas, apenas 4 têm equivalentes compostos em português, são elas:

| COMPOSTO | SIGNIFICADO |
|------------------------|------------------|
| <i>dur di kutuvelu</i> | 'inveja' |
| <i>arku di pua</i> | 'broca' |
| <i>anju di guarda</i> | 'anjo da guarda' |
| <i>arku di beja</i> | 'arco-íris' |

Comparativamente, nos dados sem preposição, a ocorrência de formas com equivalentes compostos no português foi de 15 itens. Alguns exemplos podem ser observados na tabela abaixo.

| COMPOSTO | SIGNIFICADO |
|-----------------------|--------------------|
| <i>arku-iris</i> | 'arco-íris' |
| <i>aju-poru</i> | 'alho poró' |
| <i>apara-lapis</i> | 'apontador' |
| <i>arami-farpadu</i> | 'arame com farpas' |
| <i>bas-sinadu</i> | 'abaixo-assinado' |
| <i>batata-dos</i> | 'batata doce' |
| <i>ben-aventuradu</i> | 'muito feliz' |
| <i>ben-idukadu</i> | 'cortês' |

| | |
|------------------------|-------------------------------|
| <i>jardin infantil</i> | 'escola de crianças' |
| <i>kala boka</i> | 'silenciar' |
| <i>kiri mal</i> | 'detestar' |
| <i>para lápis</i> | 'apontador' |
| <i>ama-seku</i> | 'pessoa que cuida de criança' |
| <i>astru-rei</i> | 'sol' |
| <i>beja-flur</i> | 'beija-flor' |

Há também itens que, embora não tendo um equivalente como composto, são grupos sintáticos bastante recorrentes no português. Essas formas foram tomadas em sua realização fonética no todo sintagmático, tendo a construção sintática como *input*. Contudo, o significado nem sempre condiz com a relação composicional empregada no português, ou seja, trata-se de um significado lexical como uma única entrada de dicionário própria do crioulo com grupos sintáticos que foram “tomados” do português. Como se pode abaixo.

| COMPOSTO | SIGNIFICADO |
|-----------------------|---|
| <i>abri-lata</i> | 'abridor de latas' |
| <i>bida sukuru</i> | 'escurecer' |
| <i>donakasa</i> | 'primeira mulher de um marido polígamo' |
| <i>dosa kara</i> | 'disfarçar os sentimentos' |
| <i>kusa di minjer</i> | 'menstruação' |

Os dados em que a estrutura apresenta um núcleo com um atributivo adjetival somaram 62 itens. Exemplos desses dados podem ser observados na tabela abaixo.

| COMPOSTO | SIGNIFICADO | ESTRUTURA |
|---------------------|--|-----------|
| <i>linpu kabesa</i> | 'pessoa honesta' | AN |
| <i>linpu konson</i> | 'pessoa sincera e de bom caráter' | AN |
| <i>risu korson</i> | 'pessoa insensível' | AN |
| <i>susu kabesa</i> | 'mal caráter' | AN |
| <i>susu korson</i> | 'pessoa má' | AN |
| <i>susu bariga</i> | 'pessoa má índole' | AN |
| <i>taja preña</i> | 'evitar gravidez' | AN |
| <i>macu minjer</i> | 'homossexual feminino' | AN |
| <i>kinti-sangi</i> | 'fugoso' | AN |
| <i>lebi boka</i> | 'pessoa leviana com as palavras' | AN |
| <i>risu boka</i> | 'pessoa teimosa' | AN |
| <i>sabi jubi</i> | 'ser bonito de se ver' | AV |
| <i>iran-segu</i> | 'jibóia' | NA |
| <i>figa kañota</i> | 'figa com mão esquerda para esconjurar o | NA |

| | | |
|----------------------|--------------------------|----|
| | mau presságio' | |
| <i>bagera-brabu</i> | 'vespa' | NA |
| <i>bariga-gros</i> | 'barrigudo, parturiente' | NA |
| <i>jinti-garandi</i> | 'anciãos' | NA |
| <i>ermon garandi</i> | 'irmão mais velho' | NA |
| <i>baka-bajuda</i> | 'novilha' | NA |
| <i>baka-brutu</i> | 'gado selvagem' | NA |
| <i>baka-femia</i> | 'vaca' | NA |
| <i>baka-kapadu</i> | 'boi' | NA |
| <i>baka macu</i> | 'touro' | NA |
| <i>dedu-garandi</i> | 'polegar' | NA |

As estruturas destes exemplos podem apresentar duas análises estruturais. Uma delas é a estrutura apresentada acima, segundo a qual há uma relação núcleo e modificador. Na segunda análise, ainda na relação constituinte de núcleo e modificador, a estrutura pode ser analisada como NN, ou seja, Nome + Nome.

Dois traços formais dividem as classes lexicais, que são: $[\pm N]$ e $[\pm V]$. Enquanto a preposição é negativa para os dois traços, o que a coloca no escopo das classes funcionais, e não das lexicais, o adjetivo é positivo para os dois traços, ou seja, é $[+V]$ e $[+N]$. Tanto que “a separação entre substantivos e adjetivos é tão pouco marcada que há razões para duvidar da existência de duas classes distintas” (Perini, 2003, p. 321). A existência dos traços que não são coincidentes entre as duas classes aponta para uma redistribuição categorial e a existência de subclasses de adjetivos e substantivos. Essas subclasses são divididas, funcionalmente, dentro de alguns critérios, em especial, ao critério de padrão de funcionalidade. No guineense muitas palavras podem se posicionar como núcleo de sintagma nominal $[+NSN]$, que é a característica maior dos nomes, mas também podem ocupar a posição de modificadores $[+Mod]$ ²⁴.

No caso dos compostos guineenses, a questão não se limita a uma transposição de categorias - de nome para adjetivo - mas de uma condição lexical que permite que essas palavras apresentem tanto o traço $[+NSN]$, quanto o $[+Mod]$, o que possibilita sua transição funcional em ambas as direções.

²⁴ No português também há essa marcação nos nomes e adjetivos, embora no guineense seja mais comum.

Há outros traços significativos que caracterizam cada uma das categorias lexicais em uma distribuição diferente. Cabe investigar a interpretação categorial dada pelo falante guineense em cada uma das classes lexicais, especialmente nos nomes e nos adjetivos, o que vai indicar os traços que marcam suas posições lexicais e funcionais no léxico guineense. Quanto aos compostos, alguns dados são bastante categóricos e indicadores da fragilidade fronteira entre os adjetivos e os nomes, como os dados na tabela abaixo.

| COMPOSTO | SIGNIFICADO |
|--------------------|------------------------|
| <i>risu boka</i> | 'pessoa teimosa' |
| <i>risu kabesa</i> | 'teimoso' |
| <i>risu mon</i> | 'avarento' |
| <i>risu korson</i> | 'pessoa insensível' |
| <i>papia risu</i> | 'levantar a voz' |
| <i>brinka sabi</i> | 'divertir-se muito' |
| <i>cera sabi</i> | 'cheirar bem' |
| <i>sabi jubi</i> | 'ser bonito de se ver' |
| <i>sabi kunpu</i> | 'fácil de fazer' |

Nos dados acima, vê-se que a posição em relação à estrutura não é indicadora das funções de modificadores e núcleo. Quantitativamente, a estrutura NA parece ser a preferida do guineense, pois se apresentou 3,2 vezes maior que os dados de estruturação adjetivo+nome – NA. Essa estrutura é também a menos marcada no português, que, além de ser a língua lexificadora, tem o prestígio e o ensino escolar como reforçadores de seus traços.

5.1.4 Composição ou Derivação?

No estruturalismo, quando o morfema era considerado como elemento mínimo de som e significado, composição e derivação se distinguem, principalmente, na estrutura interna da palavra. A composição se estrutura na base de duas palavras da língua que, juntas, formam uma terceira palavra, com um significado final diferente de suas bases. Essa característica a difere da derivação, que usa, no acionamento da regra, uma forma livre, supostamente uma palavra da língua, e uma forma presa ou seja, uma base lexical e um afixo gramatical. Os afixos são elementos gramaticais que têm, geralmente, uma lista fixa e fechada para novos afixos na língua, o que não acontece com as bases lexicais, que, além de estarem em

constantes alterações, são numerosas. Do ponto de vista semântico, os afixos contêm idéias mais gerais, em oposição às bases, que têm idéias mais particulares. Isso quer dizer que na derivação, com a utilização de base mais um afixo, acontece a junção de uma idéia particular e uma generalização dada pelo afixo. Na composição há uma junção de duas idéias particulares que se unem para gerar uma terceira idéia, também particularizada. A essa nova idéia recém-formada, pode ser afixada uma generalização mediante um processo de afixação. Por exemplo,

| | | | | |
|----------------------|---|----------------------|---|---------------------------|
| <i>ka</i> | + | <i>bali</i> | → | <i>kabali</i> |
| 'partícula negativa' | | 'vale' | | 'sem valor' |
| | | | | |
| <i>kabali</i> | + | <i>-ndadi</i> | → | <i>kabalindadi</i> |
| 'sem valor' | | 'suf. N[+abstratos]' | | 'atitude sem valor moral' |

No exemplo acima, tem-se uma formação autóctone, composta de *ka* 'partícula negativa' e *bali* 'vale', cujos componentes são duas formas livres da língua. A estrutura interna da forma derivada *kabalindadi* é *kabali* 'sem valor' mais o sufixo formador de substantivos abstratos *-ndadi*, que atribuiu ao significado mais particular de *kabali*, a idéia que o coloca como mais geral, com o processo da afixação com *-ndadi*. Além da idéia geral, a regra de formação veicula informações gramaticais que indicam a posição de *kabalindadi* na estrutura sintática, no caso, núcleo de SN.

A composição precede o processo da derivação da perspectiva da aquisição dos processos morfológicos. Do ponto de vista semântico, a junção das noções de particularidade é anterior às noções mais gerais. Esse fenômeno faz um corte bastante incisivo entre os processos de derivação e composição para o modelo teórico da Morfologia Lexical. Considerando que o modelo propõe que os processos de derivação e composição são condicionados em diferentes estratos, a ordenação desses processos acontece em momentos diferentes, dadas as características gramaticais de cada processo. A composição é fonologicamente mais neutra, mais transparente e, embora acontecendo diretamente nas bases, não resulta em processos fonológicos, mantendo o padrão acentual de suas bases. Tanto que Câmara (1970) considera os formativos compostos como dois vocábulos fonológicos e somente um vocábulo formal. Na derivação, o desencadeamento de processos fonológicos é mais recorrente e a opacidade tende a ser mais aparente. Quando a Morfologia Lexical distribui derivação e

composição em estratos diferentes na hierarquia do léxico, tem-se então uma separação que, segundo o modelo, é estabelecida na configuração do léxico do falante. Tanto que, de *ka+bali* até *kabalindadi*, os processos acontecem, não somente em momentos diferentes no léxico, mas com *inputs* e *outputs* não coincidentes, possibilitado pela ciclicidade das regras de formação, a saber:

i. tem-se duas entradas de *input*: *ka* e *bali*;

$(ka)_{neg} (bali)_V \rightarrow [(ka)_{neg} + (bali)_V]_N \rightarrow kabali$

ii. tem-se o *output* do modelo como *kabali*;

iii. *kabali* é uma nova entrada lexical, pois a condição de apagamento de colchetes (CAC) é acionada, o que resulta em um *output* que é uma palavra inteira. Desta forma, a regra deixa de enxergar a estrutura interna da palavra e esta, por seu turno, se comporta como uma nova entrada, um novo *input* para o estrato onde será acionada a regra de derivação com *-ndadi*;

$(kabali)_N \rightarrow [(kabali)_N + -ndadi]_{N[+abstrato]} \rightarrow kabalindadi$

iv. O *output* agora é *kabalindadi*.

A CAC (condição de apagamento dos colchetes), no caso acima, reforça a idéia de uma nova entrada lexical dentro do escopo maior da morfologia de palavras, tanto que as condições semânticas e gramaticais dadas pelo afixo se referem ao todo, não às partes que compõem a palavra. Nessa separação, a integridade lexical é garantida, o que reforça o argumento da palavra fonológica, ao mesmo tempo em que distribui derivação e composição em diferentes condições lexicais. Ainda que a regularidade da derivação com o *-ndadi* dispusesse a RFP no mesmo estrato da composição, no modelo lexical do guineense, os momentos de acionamento de ambas não são coincidentes, tampouco os *inputs* e *outputs*.

Essa separação da composição e da derivação em processamento de níveis já foi proposta em Sigel (1979) (cf. Spencer, 1991, p. 79), com a noção de fronteira de morfemas (+) e de palavras (#).

Contudo, nem sempre a distinção entre derivação e composição é clara, tampouco a separação entre afixo e radical é resolvida no âmbito das formas presas e livres, proposta por Bloomfield (1933) (cf. 4.3). O exemplo clássico para a discussão é conhecido na literatura como *cran morphemes*.

Nas formações *blueberry* e *blackberry*, temos dois adjetivos que entraram nas formações, *blue* e *black*, que, além de formas livres na língua, são especificadores de *berry*, que é um nome e o núcleo da composição. A questão é: qual o conteúdo funcional, semântico e gramatical de *berry*? Pode-se ainda acrescentar à discussão palavras como *cranberry*, *huckleberry*, *strawberry*, *gooseberry*, *raspberry*, cujo posicionamento de *berry* agora é de determinante, precedido por um modificador que é um nome. A questão está no fato de que nem sempre esses nomes, utilizados nas formações com *berry*, são formas livres na língua. *Cran* e *huckle*, além de não serem palavras do inglês, só aparecem nessas formações. *Straw*, *goose* e *rasp*, como formas livres significam respectivamente: canudinho de refrigerante, ganso e lima. “Embora tenham a mesma forma, não há razão para assumir que esses elementos sejam semanticamente relacionados” (Katamba, 1993, p. 323). Mas o que é evidente é que não apresentam significado, tampouco função gramatical, ainda que marquem a diferença entre uma palavra e outra. Uma forma de análise é considerar as *cranberry words* como um tipo de composição em que um dos componentes é uma base presa. Esse tratamento implica pensar em cada uma das *cranberry words* como uma entrada única no léxico, com o significado dado somente pelo todo, e não pelas partes, que é a solução de Anderson (1990 – apud katamba 1993).

Outro problema que se coloca na fronteira entre derivação e composição diz respeito aos compostos neoclássicos como *pluviômetro* e *falocracia*, pois a análise como composição vai depender do conhecimento filológico do falante, caso contrário, será analisado como um todo, da mesma forma que *cranberry*. Outra possibilidade de análise pelo falante é dada pelo conhecimento de palavras como *democracia*, *aristocracia* e *burocracia*, *termômetro*, *barômetro* e *mesmo bafômetro*. A recorrência de palavras terminadas em *-cracia* e *-ômetro*, que ocupam o mesmo espaço estrutural dos sufixos nas palavras, mais o fato do falante não reconhecer tais morfemas como formas livres. Pronto. Com esses traços o falante julga estar diante de um processo de sufixação. Da mesma forma que ocorre o julgamento como sufixação, se a recorrência for do primeiro elemento da estrutura morfológica, pode ser julgado como prefixação pelo falante. Todavia, tem-se um problema com essa análise. Se o falante julgar todos os elementos constituintes como afixos, tem-se então uma formação com dois elementos gramaticais e nenhum lexical, o que é agramatical. Esse fato

descarta essa possibilidade de análise lingüística mais refinada.

Palavras como “sem-teto” e “marceneiro” têm, respectivamente, afixo que pode atuar como forma livre e uma base que não pode ser forma livre. Como conseqüência, a condição de ser forma presa a uma base lexical dos afixos, e de comportar-se lexicalmente livre das bases ficam instáveis, dadas as condições de análise intuitiva do falante para os casos especificados acima. Esse assunto foi abordado em 4.3.

5.2 REDUPLICAÇÃO

A reduplicação consiste na cópia do material fonético da base de uma palavra e a adjunção dessa forma copiada junto à base lexical. Esse processo é acionado para fins gramaticais e tem a tendência de copiar constituintes da base, porém, “o material reduplicado pode ser uma palavra inteira, um morfema inteiro, uma sílaba ou uma seqüência de sílabas” (Spencer, 1995, p.150). Como qualquer outro processo morfológico, a reduplicação leva a mudanças na base. Essas mudanças proporcionam a acomodação do significado da base ao contexto sintático ou discursivo do falante por meio da recursividade da língua, o que implica formas reduplicadas semântica e gramaticalmente distintas das bases que a geraram.

O estatuto gramatical da reduplicação não é consensual entre os lingüistas. Há aqueles que a consideram como processo de afixação, outros como composição ou mesmo como um processo de formação, juntamente com a afixação, e a composição, que é o caso de Sapir (1971). Para aqueles que consideram a reduplicação no âmbito da composição, a base argumentativa está na gênese dos processos morfológicos e das línguas em geral. Já aqueles que consideram a reduplicação como processo de afixação, tem um olhar voltado para as questões gramaticais nos moldes sincrônicos, sem considerar o processo de gramaticalização, bastante relevante para os crioulos. Enfim, trata-se da antiga disputa entre os pontos de vista sincrônico e diacrônico: para os crioulistas, a diacronia é bastante reveladora das articulações cognitivas de uma língua crioula, considerando que os fatores históricos e sociolingüísticos do crioulo refletem na

construção de sua gramática e, conseqüentemente, nos processos recursivos que se apresentam no plano sincrônico.

Para o guineense os dados de reduplicações parecem obscurecidos para uma separação somente no contexto gramatical, isto é, sem considerar o percurso de gramaticalização e marcação dos parâmetros que apontam para características dos crioulos de modo mais generalizadas.

Rosa (2002, p. 53-55) não se posiciona de forma declarada sobre o estatuto gramatical das reduplicações em sua descrição, sua posição é revelada quando considera o morfema reduplicado como um afixo, o que implica não considerar a reduplicação como processo composicional. Para ela, a forma reduplicada é “uma modificação de raiz, que consiste na repetição de toda ela ou parte dela”.

Para Katamba (1993, p.180), a reduplicação consiste em “um processo em que um afixo é realizado com material fonológico emprestado da base”. Trata-se de um processo peculiar, pois introduz um afixo subespecificado fonologicamente que apreende sua representação fonológica copiando a seqüência sonora da base. Este material tem o propósito de servir à derivação e flexão. Porém, o conjunto de funções não tem muita amplitude, nos verbos pode indicar marcas aspectuais, modais e temporais. Nos nomes, a reduplicação marca pluralidade, intensificação, diminuição e aumento do significado, o que aponta para uma motivação icônica.

Spencer (1991, p. 13) considera como uma forma de afixação diferente do padrão de prefixação e sufixação, pois a parte que é repetida pode se posicionar à direita, à esquerda ou mesmo no interior da base.

A morfofonologia tem grande interesse no processo reduplicativo, pois ele apresenta aspectos morfológicos e fonológicos. Sob este ponto de vista, a forma duplicada apresenta características de uma forma presa afixada a uma base léxica. Isso quer dizer que, do mesmo modo que outras formas de afixação, a reduplicação envolve a adição de material, porém com identidade fonológica e semântica da base. Algumas características do processo apontam para a afixação:

- i. O material duplicado não tem existência fora da base que o gerou, ou seja,

não tem existência fonológica a não ser afixado à sua base;

- ii. Ele foi gerado a partir do material fonológico da base, à “sua imagem e semelhança” e, no caso do guineense, a maioria dos reduplicados é a forma fonética completa da base, ou seja, o constituinte da palavra;
- iii. O estatuto morfofonológico do reduplicado não tem configuração fonológica ou morfológica de uma palavra plena. Sozinho ele não pode ser um morfema lexical, o que o coloca no time dos morfemas gramaticais. Com isso, pode-se pensar em um processo que envolve uma base lexical (a base) e um afixo gramatical (o reduplicado), não em duas bases lexicais como nas composições;
- iv. A regra da reduplicação implica a adição de material morfofonológico para a adição de significados à base;
- v. O reduplicado é parte material que permite o processamento fonológico que ajustará sintática e discursivamente a base da regra;
- vi. Há traços determinados a partir do acionamento da regra: nos verbos, a noção de “iteratividade no tempo e no espaço” (Kihm, 94, p. 25); nos adjetivos a noção semântica de intensificação, o que não descarta a porção iterativa na carga semântica do reduplicado com noção de intensificação. Essa dupla carga semântica envolvida na geração de formas pelo processo reduplicativo, levou Kihm (1994) a chamar a noção semântica do reduplicado guineense de “incrementação” (*incrementation*). Para ele, iteratividade e intensificação são dois lados de um mesmo conceito e “como ele é, obviamente, (assim como iconicamente) relacionado à habilidade cognitiva de adicionar mais um item a uma série ou mais um degrau a uma escala” (idem p.25).

Sapir (1971, p. 69) considera o processo de reduplicação como parte integrante dos processos gramaticais, nos quais também se inclui a afixação, a composição, a ordem vocabular etc. Contudo, para ele o “processo é geralmente empregado com **transparente simbolismo**, para indicar certos conceitos” (Sapir, 1971, p.82 – negritos nossos) , ou seja, trata-se de um processo motivado pela iconicidade, um princípio semiótico que aponta para a relação entre significante/significado. Essa noção vai de encontro à idéia saussuriana de arbitrariedade do signo lingüístico.

Quando a reduplicação marca pluralidade ou iterações, com “mais da mesma forma → mais do conteúdo”, como em *buska-buska* ‘continuar procurando’ e *buska* ‘procurar’, o signo lingüístico, neste caso, nada tem de arbitrário, uma vez que o aumento da forma implicou, gramaticalmente, a continuidade do processo verbal.

A reduplicação no guineense tem sido estudada como um processo composicional (cf. Couto, 1994, 1996 e 1999, Kihm, 1994, Scantamburlo, 1999). Couto (1994 e 1999) observa que esse fenômeno é “um caso particular de um processo expressivo mais amplo”, pois, para o autor, trata-se de um procedimento que segue o curso das formas mais iniciais do desenvolvimento da morfologia. Esse pensamento tem como pressuposto as necessidades comunicativas da ecologia das interações lingüísticas (cf. 2.1.1). As situações de contato de línguas que favorecem a emergência de um crioulo e o modo como acontecem as interações comunicativas deste contato falam a favor do papel preponderante da repetição no contexto interativo. Há autores que descartam a relevância desse momento de estruturação da gramática e seus resíduos nas atualizações sincrônicas dos crioulos. Bakker & Parkvall (2002) argumentam que, com pouquíssimas exceções, a reduplicação é um processo raro nos pidgins e universal nos crioulos e que sua entrada nos crioulos ocorre por influência das línguas de adstrato. Essa idéia despreza totalmente processo de desenvolvimento das interações lingüísticas em situações pidginizantes.

Qualquer processo morfológico que venha a produzir novas formas que se adéqüem ao contexto sintático ou comunicacional envolve articulações gramaticais recursivas disponíveis e parametrizadas na língua em que ocorre. Isso implica a existência de uma gramática definida na mente de sujeito falante. No caso dos crioulos, que se desenvolveram a partir de pidgins desprovidos de gramática, há processos que podem apontar para articulações primárias, ou seja, mais originais, no sentido de serem mais próximas da origem. No caso da reduplicação, no guineense e nos crioulos em geral, a produtividade e a recorrência “representa a sobrevivência de processos evolutivamente iniciais” (Couto, 1999, p. 47). No contexto de iniciação das bases recursivas da morfologia do crioulo, nada mais normal que a utilização dos processos mais simples e mais econômicos para representar noções gramaticais (Sapir, 1971). A evolução no processo de gramaticalização, no sentido de construção da gramática, na morfologia

partiu da repetição, passou pela reduplicação e composição, em seguida pela derivação, considerada como uma inovação gramatical e, finalmente chegou à flexão, “um luxo tardio que muitas línguas dispensam” (Couto, 1999, 46).

Outro dado que reforça a autoridade da tese dos crioulistas diz respeito à noção de *palavra mínima*, nos termos da morfologia prosódica, ou da palavra ótima de Roman Jakobson. Esta idéia, já mencionada em Couto (1999), sugere que a repetição é a continuação da repetição da estruturação silábica CV ou CVCV. Os dados guineenses são favoráveis a essa hipótese, pois 36 dos 79 dados têm a estruturação CVCV-CVCV. Alguns exemplificados abaixo.

| REDUPLICAÇÃO | SIGNIFICADO | SIGNIFICADO DA BASE |
|------------------|---|-----------------------|
| <i>lupi-lupi</i> | 'andar desorientado' | lupi=? |
| <i>mopi-mopi</i> | 'ter muita moça e machucar' | mopi=amassar |
| <i>koti-koti</i> | 'agarrar' 'prender-se' | kot=aderir |
| <i>kuri-kuri</i> | correr sem parar | kuri=correr |
| <i>kuti-kuti</i> | 'tentar fazer algo apesar das dificuldades' | kut=? |
| <i>lati-lati</i> | 'perder os sentidos de fraqueza' | lati- estar sem força |
| <i>poti-poti</i> | 'muito mole ou ferida infectada' | poti=? |
| <i>roti-roti</i> | 'mutio roto' | roti=roto |
| <i>gosi-gosi</i> | 'agora mesmo' | gosi=agora |

A questão que emerge diante dos dois pontos de vista é o estatuto a ser dado à forma reduplicada: palavra ou afixo. Talvez essa questão aponte para questionamentos ainda mais amplos na morfologia que são as noções de palavra, de forma livre e de forma presa. Essas noções, por um lado, levam a discussão para a questão da derivação ou composição (cf. 5.1.2) e por outro lado, ao antigo debate da diacronia e da sincronia, que se coloca desde o advento do estruturalismo.

Considerando que ambas as formas de análise estão fortemente argumentadas, é importante salientar que uma não invalida a outra. Apenas se atêm a observar diferentes pontos salientes de um mesmo fenômeno e sobre o arcabouço particular de suas áreas estritamente especificadas. Isso não quer dizer que apresentam leituras diferentes da reduplicação, mas sim

que se detêm em pontos de análise distintos. Uma delas observa a constituição cognitiva do sistema de regras e restrições do guineense que se expressam sincronicamente nos dados expostos. Esses dados podem revelar as estruturas e a forma de articulação do conteúdo morfofonológico do guineense. Tais observações possibilitam um esboço da estrutura interna que gera as reduplicações na mente do falante guineense e a maneira que é interpretada e processada pelo falante. É fato que criança exposta a um pidgin recria-o e estrutura gramaticalmente este pidgin como uma língua crioula. Do ponto de vista da crioulística, o conhecimento que se expressa sincronicamente nos dados que se observa foi construído a partir de um percurso sociolingüístico que possibilitou a construção de uma gramática. Esse percurso de gramaticalização nas línguas crioulas muito tem a oferecer no campo das construções e do estabelecimento de sistemas gramaticais estruturados. Bem como no estudo e na formalização de seus atuais recursos produtivos. Mesmo considerando as semelhanças gramaticais entre os crioulos, sabe-se que há diferenças substanciais entre eles e entre as línguas, de um modo geral. Isso quer dizer que as particularidades gramaticais acontecem independentemente do parentesco lexical com outros crioulos. As questões que se colocam são: Quais são essas diferenças e em que período da estruturação da gramática elas se consolidaram. E ainda, quais os fatores universais relevantes na delimitação dessa estrutura atual? Nesse ponto do questionamento as duas visões apresentadas à reduplicação se cruzam e se completam.

No caso do guineense, pode-se argumentar que a produtividade e recorrência dos dados de reduplicação apontam para um processo que se encontra em uma fase transitória entre a derivação e a composição, como resultado da construção da gramática. Desta forma, a morfologia vai tomando sua forma e marcando suas preferências e restrições paramétricas que vão emergir nos processos derivacionais propriamente ditos. Sincronicamente, as marcações dos recursos derivacionais no guineense já estão delineadas e em produtividade. Contudo, muitos dados reduplicados são itens lexicais em plena atividade discursiva, o que invalida a produção de equivalentes derivacionais pela existência do bloqueio (Aronoff, 1976). Há também dados de reduplicações momentâneas, já mencionadas em Couto (1994), o que argumenta a favor de um processo produtivo na morfologia do guineense. Contudo, no crioulo aportuguesado (CA) que é a variedade acroletal do guineense, as composições são mais raras, ou seja, quanto mais

próximo do português, mais “a composição (e a reduplicação) cede lugar para a derivação e a flexão”. (Couto, 1994, p.84).

Essa transitoriedade da reduplicação no contexto da gramaticalização do guineense pode ser observada nos dados, visto que, dos 79 dados, 78 têm a forma do reduplicado copiada na íntegra, ou seja, a palavra inteira é copiada. O que representa um argumento bastante incisivo na alocação do processo entre a derivação e a composição, pois, foneticamente, tem-se a realização do todo da base e não somente parte constituinte de sua estrutura fonológica. Mesmo não obtendo os atributos lexicais de uma palavra plena no guineense, o reduplicado tende a realizar todo o material fonético da sua base. Conforme se pode observar em alguns exemplos abaixo.

| REDUPLICAÇÃO | SIGNIFICADO | SIGNIFICADO DA BASE |
|--------------------|----------------------------------|----------------------------------|
| <i>roti-roti</i> | 'mutio roto' | roti=roto |
| <i>gosi-gosi</i> | 'agora mesmo' | gosi=agora |
| <i>kinti-kinti</i> | 'rápido' | kinti=quente |
| <i>muitu-muitu</i> | 'muito intensificado' | muitu=muito |
| <i>muku-muku</i> | 'em segredo' | mukur=? |
| <i>puku-puku</i> | 'pouco a pouco' | puku=pouco |
| <i>amaña-amaña</i> | 'futuro próximo' | amanã=amanhã |
| <i>baga-baga</i> | 'cupim' | baga=um povo |
| <i>cupa-cupa</i> | 'chupeta' | cupa=chupar |
| <i>dia-dia</i> | 'cotidiano' | dia=dia |
| <i>fenti-fenti</i> | 'gesto de arrogância' | fenti=? |
| <i>jugu-jugu</i> | cupinzeiro com muitas colônias | jugu = jogo |
| <i>buji-buji</i> | 'tornar-se muito gordo' | buji=balançar |
| <i>buli-buli</i> | 'agitar-se' | buli=mexer |
| <i>buska-buska</i> | 'continuar a procurar' | buska=procurar |
| <i>cin-cin</i> | 'pilar com mais de duas pessoas' | cin=? |
| <i>fala-fala</i> | 'falar sem sentido' | fala=falar |
| <i>febri-febri</i> | 'estar com muita febre' | febri=febre |
| <i>fidi-fidi</i> | 'ferir muito' | fidi=ferir |
| <i>fura-fura</i> | 'ir de um lado para o outro' | fura=furar |
| <i>ianda-ianda</i> | 'andar por todos os lados' | ianda=anda |
| <i>iari-iari</i> | 'andar sem destino. desafiar' | iari=? |
| <i>ieri-ieri</i> | 'chuviscar' | ieri=espalhar grão para galinhas |
| <i>iurni-iurni</i> | 'juntar aos poucos' | iurni=reunir |
| <i>janti-janti</i> | 'avançar' | jandi=adiante |
| <i>jubi-jubi</i> | olhar com muita atenção' | jubi=olhar |
| <i>juja-juja</i> | 'por junto | juja=juntar |
| <i>juna-juna</i> | 'adivinhar | juna=antecipar |
| <i>junda junda</i> | 'discutir com animosidade | junda= esticar |
| <i>junta-junta</i> | 'ir juntando | junta=juntar |
| <i>juri-juri</i> | 'despentear' | júri=? |

Nos exemplos acima, três dados vêm crescendo do morfema *-du*, que, no dicionário de Scantamburlo (2004, p. 180) é “sufixo acrescentado nos verbos transitivos ou causativos na forma de passivo”. Porém, no caso dos

reduplicados, ele é acrescentado para uma regra de formação de adjetivo, pois todos os dados com *-du* são adjetivos derivados com o acréscimo do sufixo. Isso aponta para a lexicalização da forma reduplicada que, inclusive, já produz novas formas tendo o reduplicado como base de regra, como se pode ver abaixo.

| REDUPLICAÇÃO | SIGNIFICADO | SIGNIFICADO DA BASE |
|------------------------|------------------------------------|-----------------------|
| <i>lati-latidu</i> | 'muito enfraquecido ou muito mole' | lati=estar sem forças |
| <i>pindra-pindradu</i> | 'suspenso' | pindra=pendurar |
| <i>kebra-kebradu</i> | 'arrasado' | kebra=quebrar |

Dos dados com o sufixo *-du*, apenas o *pindra-pindradu* não tem a semântica da intensificação. A regra $V_i \rightarrow A_{COP_i}$ (de um verbo forma-se um adjetivo a partir da adição da cópia do material fonológico do verbo) é mais categorial que subcategorial, pois ela produz um adjetivo a partir de um verbo. Basílio (2004,p.56) afirma que tanto o verbo quanto o adjetivo são predicadores. Enquanto o verbo denota eventos no tempo, o adjetivo denota qualidades e propriedades que são estáveis. No mecanismo de se fazer um verbo a partir de um adjetivo, a noção verbal do evento ou o seu efeito é atribuída como propriedade do substantivo especificado pelo adjetivo que se formou. Basílio ressalta que se trata de um predicado representando no tempo, um dado evento verbal que afetou o substantivo. A regra pode ser representada da seguinte forma:

$[[[pindra_i]_v - COP_i] - du]_A$

Há a ocorrência de dois casos de variantes em que ocorre o apagamento da vogal átona final da base, cujos reduplicados mantêm essa vogal, conforme se pode notar na tabela abaixo.

| REDUPLICAÇÃO | SIGNIFICADO | SIGNIFICADO DA BASE |
|-----------------|------------------|--------------------------------------|
| <i>ier-ieri</i> | 'chuviscar' | ieri=espalhar grãos para as galinhas |
| <i>kur-kuri</i> | correr sem parar | kuri=correr |

Considerando que a preferência reduplicada do crioulo é a preferência da cópia da forma fonética na íntegra, os dados acima podem refletir um

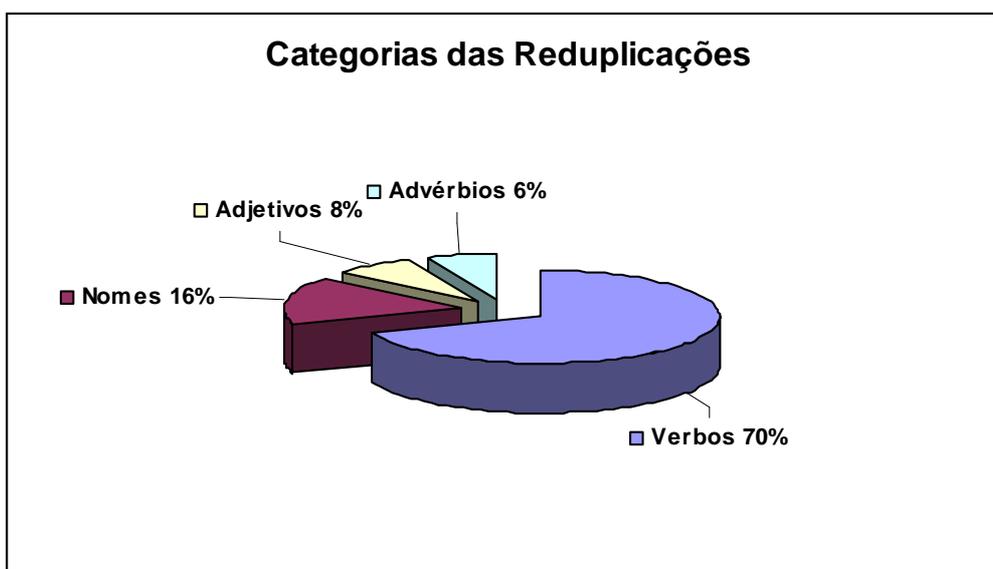
desgaste fonético que se realiza apenas no nível da fala. Essa é a preferência na realidade fonológica do falante, tanto que esse apagamento não acontece em variantes. No dado *jur-juri*, na tabela abaixo, ocorre o mesmo processo fonológico. Contudo, a base do reduplicado é uma base presa no crioulo, mas que também está submetida à mesma regra dos dados.

| REDUPLICAÇÃO | SIGNIFICADO | SIGNIFICADO DA BASE |
|-----------------|--------------|---------------------|
| <i>jur-juri</i> | 'despentear' | juri=? |

O caso de *jur-juri*, que muda a forma da raiz pode ser explicado por ser uma formação onomatopaica, cuja motivação icônica está na sonoridade do signo. O que produz a alternância vocálica da base e do reduplicado. Da mesma forma ocorre com *kokin-kokiu*, cuja sonoridade determina sua forma fonética.

| REDUPLICAÇÃO | SIGNIFICADO | SIGNIFICADO DA BASE |
|--------------------|-----------------|---|
| <i>kokin-kokiu</i> | 'revidar tapas' | Koki= bater na cabeça com nó dos dedos' |

A distribuição da preferência das reduplicações entre as classes maiores no guineense foi a seguinte: 55 verbos, 13 nomes substantivos, 6 adjetivos e 5 advérbios. O gráfico abaixo demonstra essa distribuição:



A preferência das reduplicações são os verbos, nos quais o morfema reduplicativo veicula noções aspectuais e intensificadora, ou seja, incrementadora (Kihm, 1989).

Nos verbos, à exceção de *febri-febri* 'estar com muita febre', todos os verbos resultados de reduplicações, a partir de base livre, têm as bases também verbais. Em todos esses dados, o reduplicado veicula a idéia de intensificação e de iteratividade. Essas noções, por sua vez, são acrescentadas na semântica da ação ou do processo representado na base de regra, conforme pode ser notado nos dados abaixo.

| REDUPLICAÇÃO | SIGNIFICADO | SIGNIFICADO DA BASE |
|----------------------|--|----------------------------------|
| <i>fidi-fidi</i> | 'ferir muito' | fidi=ferir |
| <i>fura-fura</i> | 'ir de um lado para o outro' | fura=furar |
| <i>ieri-ieri</i> | 'chuviscar' | ieri=espalhar grão para galinhas |
| <i>iurni-iurni</i> | 'juntar aos poucos' | iurni=reunir |
| <i>janti-janti</i> | 'avançar' | janti=adiante |
| <i>padasa-padasa</i> | estrapalhar continuamente até reduzir a pedacinhos | padasa=cortar em pedaços |
| <i>pinca-pinca</i> | 'empurrar continuamente' | 'pinca=empurrar |
| <i>pinga-pinga</i> | 'pingar continuamente' | pinga=pingar |
| <i>pinta-pinta</i> | 'colorir de várias cores' | pinta=pintar |

Dos 79 dados, 24 não têm a base com estatuto de forma livre no guineense, somente na forma da reduplicação, ou seja, apenas a formação de base+reduplicado constitui uma palavra plena da língua. Esses dados argumentam a favor da preferência dos crioulos da repetição e da palavra

ótima (Couto,1999), uma vez que, mesmo com a base não disponível no léxico, as relações fonológicas da estruturação CVCV-CVCV e CVC-CVC se realizam nas reduplicações sem base livre. No caso da carga gramatical veiculada pelo reduplicado, pode ser observada a incrementação, no caso dos verbos e a intensificação semântica, no caso dos advérbios e adjetivos, conforme os exemplos da tabela abaixo.

| REDUPLICAÇÃO | SIGNIFICADO | SIGNIFICADO DA BASE | CATEGORIA |
|--------------------|----------------------------------|------------------------------------|-----------|
| <i>kefi-kefi</i> | 'coisa leve' 'inchado' | kef=? | A |
| <i>poti-poti</i> | 'muito mole ou ferida infectada' | poti=? | A |
| <i>muku-muku</i> | 'em segredo absoluto' | muku=? | Adv |
| <i>cin-cin</i> | 'pilar com mais de duas pessoas' | cin=? | V |
| <i>juri-juri</i> | 'despentear' | juri=? | V |
| <i>piti-piti</i> | 'tornar-se muito gordo' | piti=? | V |
| <i>poci-poci</i> | 'agitar a água' | poci=? | V |
| <i>n'ai n'ai</i> | 'andar sem destino' | n'ai=? | V |
| <i>n'añi-n'añi</i> | 'criar desordem' | n'añi= ser abandonada, mal-tratado | V |
| <i>tafal-tafal</i> | 'enganar' | tafal=? | V |

Das 24 ocorrências de base presa, algumas podem ser explicadas pela origem onomatopaica como se pode notar abaixo.

| REDUPLICAÇÃO | SIGNIFICADO | SIGNIFICADO DA BASE |
|------------------|----------------------------------|---------------------|
| <i>poci-poci</i> | 'agitar a água' | poci=? |
| <i>pati-pati</i> | 'chafurdar' | pati=? |
| <i>koi-koi</i> | 'cair duro' | koi=? |
| <i>lufa-lufa</i> | 'rosto inchado' | lufa=? |
| <i>cin-cin</i> | 'pilar com mais de duas pessoas' | cin=? |

Todos os 5 advérbios têm o reduplicado como incrementador da base e, seguindo uma tendência da RFP de advérbios em português²⁵, todos derivam de adjetivos. Nesse percurso transformacional, a propriedade ou qualidade veiculada pelo adjetivo e especificada no substantivo é intensificada, passando a ser especificadora ou modificadora de um evento. Com isso, a propriedade é atribuída ao evento denotado pela ação verbal (Basílio, 2004).

²⁵ Os advérbios derivados no português tem como base de regras os adjetivos.

| REDUPLICAÇÃO | SIGNIFICADO | SIGNIFICADO DA BASE |
|--------------------|-----------------------|---------------------|
| <i>gosi-gosi</i> | 'agora mesmo' | gosi=agora |
| <i>kinti-kinti</i> | 'rápido' | kinti=quente |
| <i>muitu-muitu</i> | 'muitu intensificado' | muitu=muito |
| <i>muku-muku</i> | 'em segredo' | mukur=? |
| <i>puku-puku</i> | 'pouco a pouco' | puku=pouco |

Nos dados acima, é possível observar que todos os advérbios têm o traço [+incrementador] e nenhum deles é de origem onomatopaica. Apenas um, *muku-muku*²⁶, tem a base presa.

Quanto às reduplicações como nomes substantivos, os quais somaram 13 dados, todos podem ser definidos a partir da semântica de nomeação de seres, de eventos ou de entidades. Mas essa nomeação vem carregada, em 12 dos 13 casos, do traço [+incrementador]. O único dado que não apresentou a semântica de intensificador é *baga-baga* 'cupim', cuja base tem o mesmo nome de um povo africano. Vê-se que, além de plenamente opaco, não é possível determinar a incrementação da reduplicação, visto que, quando instigados a reconhecer o significado da base como o 'povo baga' no reduplicado, os informantes questionados não o reconhecem como tal. Isso quer dizer que se trata de mais uma reduplicação sem base livre e sem [+incrementação], que se apresenta como uma exceção no conjunto dos substantivos, conforme dispostos abaixo:

| REDUPLICAÇÃO | SIGNIFICADO | SIGNIFICADO DA BASE |
|--------------------|--|-----------------------------|
| <i>amaña-amaña</i> | 'futuro próximo' | amanã=amanhã |
| <i>baga-baga</i> | 'cupim' | baga=um povo |
| <i>cupa-cupa</i> | 'chupeta' | cupa=chupar |
| <i>dia-dia</i> | 'cotidiano' | dia=dia |
| <i>fenti-fenti</i> | 'gesto de arrogância' | fenti=? |
| <i>jugu-jugu</i> | cupinzeiro com muitas colônias | jugu = jogo |
| <i>lenga-lenga</i> | 'andar do bêbado ou discurso enfadonho | lenga=? |
| <i>lufa-lufa</i> | 'rosto inchado' | lufa=? |
| <i>ñemer-ñemer</i> | 'discurso enfadonho' | ñemer=? |
| <i>paka-paka</i> | 'comportamento boêmio e em busca de parceiros sexuais' | paka=buscar parceiro sexual |
| <i>somna-somna</i> | 'muito barulho' | somna=barulho |
| <i>toka-toka</i> | 'transporte coletivo' | toka=tokar? |

O guineense, assim como crioulos, apresenta traços próprios que revelam suas origens crioulas. Os processos composicionais e reduplicativos se revelam dentro de um padrão próprio do guineense, porém, expondo a construção desses itens lexicais que se estruturaram mediante o mecanismo

²⁶ Variante *mukur-mukur*

gramatical deste crioulo. Esse mecanismo morfológico, constituído mediante um processo de estruturação lingüística *sui generis*, em relação às línguas não crioulas, não se revela menos recursivo em decorrência da crioulição. Apenas tem, na sua história sociolingüística, marcas aspectuais características de sua condição criouliada.

São aspectos como a transitoriedade nos processos de composição e de derivação, no âmbito da gênese da construção gramatical, em relação à alocação das reduplicações. Embora essa permeabilidade também ocorra em línguas não crioulas, no guineense as marcas se mostram bastante aparentes, o que afirma o interesse dos lingüistas nos estudos crioulos para desvendar informações sobre a gênese dos sistemas lingüísticos.

Nas composições guineenses, a produtividade do processo aponta uma configuração própria dos crioulos. Assim como as reduplicações, esses aspectos podem ser notados na origem da estruturação gramatical como forma de expressar categorias lingüísticas, ambos, dentro de um padrão de gramaticalização. Ressalta-se que, tanto na composição, quanto na reduplicação, os recursos da capacidade gerativa presentes nos parâmetros da linguagem humana são plenos e ativos, de forma a revelar recursividade e criatividade lingüísticas. Como qualquer outra língua. São padrões observáveis nas ocorrências de compostos com carga semântica compartilhada na cultura do guineense ou ainda, nas formas como *kabali*, em que a lexicalização permite sua reentrada no componente lexical para receber uma carga [+abstrata] na forma derivada como *kabalindadi*. A carga cultural, nas formas compostas citadas acima, também se aciona mediante a reentrada no léxico, ou *looping* (Halle, 1973).

Enfim, esses processos se originaram na base de uma gramática que se desenvolve e se articula nos dispositivos das línguas naturais, o que, no caso dos recursos padrões da linguagem humana (*default*), independem da condição crioula da língua, do povo e do território onde ela é articulada.

5.3 DERIVAÇÃO

A noção mais geral de derivação diz que se trata de um processo de formação de palavra que utiliza uma base e um afixo. Seguindo o descritivismo estruturalista, Câmara afirma que a derivação é a

“Estruturação de um vocábulo, na base de outro por meio de um morfema que não corresponde a um vocábulo e introduz no semantema uma idéia acessória que não muda a significação fundamental”

(Mattoso Câmara, 1998, p. 92)

A descrição de Mattoso não menciona a noção de ordem sintática na estruturação desse vocábulo. Essa estruturação no componente sintático representa uma motivação relevante para grande parte das derivações. Relativamente à definição primeira de derivação, quando se define o processo em bases estruturais, cabe indagar a definição dos elementos que compõem essa estrutura, que são: afixo e base.

Nos estudos de formação de palavras em uma língua, raiz e/ou radical são chamados e tratados como base, uma vez que se constituem como as bases de processos morfológicos. Por sua vez, raiz e radical se diferem pelo fato da raiz não apresentar estrutura interna, isto quer dizer que as raízes são “morfologicamente inanalísáveis” (Rocha, 2002, p.46), ao passo que o radical pode se constituir de estruturas complexas, adicionadas de morfemas presos que podem ser derivacionais ou flexionais.

As bases detêm a essência de uma estrutura morfológica “sobre a qual um processo atua para a formação da palavra” (Basílio, 2002, p. 90). Os afixos estão sempre juntos às bases morfológicas, independentemente de suas condições flexionais ou derivacionais.

Os afixos são morfemas que ocorrem somente atados a outro morfema o que, por definição, os classifica como morfemas presos. Esses morfemas presos, na condição de afixos, dividem-se em duas grandes classes: os afixos derivacionais e flexionais. A distinção entre eles está na produção ou não de novos lexemas. Enquanto os derivacionais criam novas palavras, os

flexionais apenas modificam a forma de uma palavra por questões de acomodação sintática de sua base. É bastante freqüente a troca de classe de palavra por meio da adjunção de afixos derivacionais, o que não é possível com os sufixos flexionais. Contudo, nem sempre esse critério é válido para a distinção entre os afixos, dado que há processos derivacionais no âmbito da subcategorização. Portanto, o processo da adjunção de afixos derivacionais produz:

- I. Mudança no significado da base sem que haja a mudança na categoria gramatical:

ex: *mame* → *mamesiñu*
 'mãe' 'madrasta'

- II. Mudança no significado da base, mais a troca de categoria gramatical:

ex: *manduku* → *mundukia*
 'pau' 'bater com o pau'

- III. Mudança subcategorial sem a mudança categorial:

ex: *kuñadu* → *kuñandadi*
 'cunhado' 'relação de parentesco'

Considerando que os afixos têm funções sintáticas e semânticas de caráter mais geral e mais comum, esta condição funcional vai refletir o grau de produtividade dos sufixos, uma vez que definem padrões como a designação, a negação, o grau etc. (Basílio, 2002, p. 28).

5.3.1 Derivação no guineense

O guineense apresenta um inventário de 15 afixos derivacionais, sendo 14 sufixos e somente 1 prefixo, o *dis-*. Esta listagem de afixos já foi descrita por Rougé (1988, p.15-18), Couto (1994, p.84-87), Kihm (1994, p.129-131) e Scantamburlo (1999, 140-143 e 164-166). Há alguma divergência na interpretação dos autores quanto ao estatuto de alguns afixos. Enquanto Rougé e Scantamburlo reconhecem o sufixo *-on* como aumentativo, vindo do *-ão* português, Couto não o classifica como tal, como pode ser observado abaixo.

- *garafa* → *garafon*
 'garrafa' 'botija'

- *porta* → *porton*
'porta' 'portão'
- *kalma* → *kalmon*
'cabaça' 'cabaça usada como colher'

Nos exemplos acima há um traço especificador que vai além da noção semântica de aumentativo, como uma espécie que contém a semântica da base da regra, mas com uma especificação diferente. Esse traço especificador da regra também está presente no exemplo em *-ão* do português – garrafão - que é algo além de simplesmente uma garrafa grande, mas uma espécie de recipiente no campo semântico das garrafas que vai além de ser uma garrafa aumentada. Nos exemplos guineenses acontece o mesmo e são exemplos com dados vindos do português. Porém, no exemplo de *kalmon*, formado pela morfologia guineense, a regra se aplicou com essa nuance de traço que vai além do aumentativo para o dado guineense.

Couto (1994) e Rougé (1988) reconhecem apenas o prefixo *-dis* (vindo do *des-* português). Scantamburlo lista mais 4 prefixos, que são: *anti-*, *ba-*, *gan-* e *ka-*. No caso de *anti-*, não houve nenhuma ocorrência no banco de dados do guineense. Para as partículas *ba-* e *gan-*, embora Rougé, no *Petit Dictionnaire Etymologique du Kriol*, os classifique como prefixos, sendo o *gan-* (p.67) formador de topônimos e o *ba-* (p.29) como um prefixo de classe marcador da noção de coletividade, eles não aparecem no inventário dos afixos do mesmo autor (p. 15-18). Quanto à partícula *ka-*, marcadora de negativo, trata-se de uma forma dependente (no sentido de Câmara, 1970), o que invalida a análise da mesma como afixo.

5.3.2 Derivação ou Flexão?

De acordo com Mattoso Câmara, o processo de flexão, ou de flectir, significa “fazer variar um vocábulo para nele expressar dadas categorias gramaticais” (Câmara, 1986, p.117). Para Crystal (1985, p.111), a flexão é considerada como “uma das principais categorias ou processo de formação de palavras; o outro processo é o de derivação”. Nas definições acima, é possível observar que nem sempre o processo de flexão é considerado como um processo formador palavras. Para Câmara, as formas flexionadas consistem em formas diferentes de uma mesma palavra que flectiu ou

dobrou-se para expressar diferentes categorias gramaticais. Por sua vez, Crystal, no tratamento da flexão como um processo de formação de palavras, juntamente com a derivação, está considerando formas flexionadas como palavras diferentes, e não como diferentes formas de uma mesma palavra. O autor diferencia os processos de derivação e flexão indicando os afixos flexionais como marcadores de relações gramaticais, por exemplo, o tempo verbal, o plural, o feminino etc, e a constituição de paradigma nas palavras flexionadas. Cristal aponta também para o fato de estes não alterarem a classe gramatical. Os dois últimos argumentos (da constituição de paradigma e da mudança da classe gramatical) estabelecem uma incisão entre os processos de derivação e de flexão, ao mesmo tempo em que marcam um ponto onde as alegações de Câmara e Crystal se encontram.

A distinção entre flexão e derivação data de tempos remotos, Varrão (116-27 a.C.) (cf. 4.1) decompôs o problema da separação em termos cognitivos, com a derivação sujeita à vontade do falante, que ele chamou de *derivatio voluntaria* e a flexão imposta pelos padrões sintáticos, chamada de *derivatio naturalis*. Dessa forma, a derivação depende da vontade do falante e a flexão está marcada na distinção gramatical, independentemente da vontade do falante. Ela é acionada pelas articulações gramaticais da língua. Teoricamente essa distinção traz a vantagem da generalização e impõe limites fronteiriços bastante rijos entre os processos. Na prática, porém, nem sempre resiste à análise com base em dados. No caso do português, podem-se esquematizar as diferenças da seguinte forma:

| Flexão | Derivação |
|--|--|
| <ul style="list-style-type: none"> - <i>Derivatio Naturalis</i> - Emprega a mesma palavra - Paradigma coeso, regularidade | <ul style="list-style-type: none"> - <i>Derivatio Voluntaria</i> - Forma uma nova palavra - Não tem paradigma, irregularidade |

A regularidade do processo supõe que todos os itens lexicais sujeitos à flexão tem sua forma flexionada, de maneira regular e sistemática. Por exemplo, para cada substantivo masculino, a regularidade prevê a forma flexionada feminina. Seguindo o mesmo princípio, cada forma verbal tem a sua forma flexionada em número, pessoa, tempo e modo. No caso dos substantivos e adjetivos, a regularidade prevê que suas formas flexionadas sejam formas diferentes de uma mesma palavra e que todos apresentem as formas em número, gênero e grau. Porém, há a existência de lacunas, o que

ferre a noção de paradigma. Rocha (1999, p. 196) declara que no português “apenas uma parte insignificante dos substantivos podem receber a marca morfológica distintiva de gênero”, 95% dos substantivos são seres não-sexuados e apenas 4,5% são sexuados e ainda assim, nem todos recebem a marca do feminino, como: *jacaré*, *homem*, *selvagem* (exemplos em Rocha). Essa discussão do gênero na morfologia tem a ver com a distinção maior entre gênero e sexo. Enquanto o sexo é uma característica dos seres do mundo, o gênero é uma propriedade formal dos nomes na língua. Embora essas propriedades coexistam no português, nem sempre são coincidentes, por exemplo, nos chamados “sobrecomens” como em *a testemunha*, que pode ser alguém do sexo masculino, ainda nos epicenos, como *o gavião*, que pode ser um espécime feminino.

Para o estruturalismo, a idéia da oposição formal entre a marca de gênero [a] marcada no gênero feminino em oposição ao masculino não-marcado, representa uma oposição relevante à noção de sistema. É o jogo de relações, quando um elemento tem seu valor no sistema pelo jogo de oposições: um é tudo aquilo que o outro não é. Porém, essa oposição não se aplica sistematicamente no português e inexistente no guineense. Tampouco pode ser usado esse argumento para distinguir flexão e derivação, dado que a sistematicidade e a oposição não se confirmam.

Há autores como Bechara (1999), Azeredo, (2000) e Sandmann (1997) que consideram a marca do feminino [a] como sufixo derivacional nos substantivos, porém nos adjetivos, essa marca continua um sufixo flexional. Para esses autores, se *galo* e *gala* são duas palavras diferentes na língua, não podem ser consideradas como formas diferentes de uma mesma palavra. Nessa generalização, estão incluídas também *gato* e *gata*, *galo* e *galinha* etc. Mas o argumento principal reside no fato da flexão nos substantivos não ser um processo regular, e a regularidade é uma marca da flexão em oposição à derivação. A irregularidade pode ser notada nos exemplos abaixo.

| | | |
|-----------------|---|-----------------|
| <i>lixo</i> | # | <i>lixa</i> |
| <i>político</i> | # | <i>política</i> |
| <i>bolso</i> | # | <i>bolsa</i> |
| <i>mato</i> | # | <i>mata</i> |
| <i>barraco</i> | # | <i>barraca</i> |

Ainda em relação à regularidade, sabe-se da existência das lacunas verbais, nos verbos chamados defectivos, o que representa contra-exemplos na regularidade flexional dos verbos.

No caso do grau, a regularidade prevê o seguinte: dado um substantivo ou adjetivo é possível prever o diminutivo e o aumentativo. Porém, a carga discursiva do emprego de ambos nos substantivos é relevante para afirmação de que se trata de *derivatio naturalis*, pois, pode ocorrer uma sobreposição semântica da noção de diminutivo ou aumentativo, como se pode notar em *filho* → *filhinho*, *pé* → *pezão*, *grande* → *grandinho*, *abóbora* → *abobrinha*, exemplificados abaixo.

*Meu **filhinho** passou no vestibular.*
*Tira esse **pezão** do sofá!*
*Você está ficando **grandinho** para usar fraldas.*
*Uma **abobrinha** grande, grande, grande.*

Nos exemplos acima, a noção de intensidade ou tamanho está subordinada a uma relação de cooperatividade mútua entre o falante e seu interlocutor. Isso implica um significado que vai além da noção de tamanho nos sufixos aumentativo e diminutivo. Essa cooperatividade, que permite que interlocutor e ouvinte interpretem a conteúdo semântico além da carga literal, está no âmbito da pragmática. Essa noção não pode ser considerada como marcada nos padrões sintáticos, como *derivatio naturalis*, mas sim como *derivatio voluntaria*, uma vez que a interatividade e intencionalidade do falante estão presentes na articulação da regra. Assim, se acionada de forma voluntária, resultando uma outra forma da palavra com uma semântica diferente da primeira, porém, com traços semânticos aparentados, então é possível afirmar que se trata de um processo de derivação.

5.3.3 A flexão no guineense

Essa discussão, de interesse na morfologia do português, pode não ser tão marcada no guineense. Uma das características das línguas crioulas é a escassez de morfologia flexional, pois a perda dos morfemas flexionais é uma consequência do processo de crioulização. Considerando a idéia de Couto da flexão como um “luxo tardio” e dispensável em muitas línguas (cf. 5.1.4), a crioulização, seguindo o curso da gênese dos processos

morfológicos²⁷, privilegia os processos mais necessários para a expressão de categorias gramaticais e a flexão não está entre os essenciais, mas entre os processos considerados dispensáveis.

Por outro lado, Holm (2005), em um texto sobre a flexão dos crioulos, propõe “uma mudança de paradigma da lingüística crioula” (Holm, 2005) negando a idéia até então difundida de que o processo de criouliização leva à perda de morfemas flexionais. De acordo com a proposta de Holm (2005), a crença na falta de morfologia flexional é resultado de estudos sobre os crioulos (os mais estudados) que têm línguas lexificadoras parcialmente flexionais e substratos largamente não flexionais. Nessa junção tipológica entre substrato e superstrato e sob as condições de criouliização “é realmente improvável que se produzam crioulos que retêm quaisquer flexões” (Holm, 2005). Isso quer dizer que, para Holm, a perda de morfologia flexional tem a ver com características da tipologia morfológica das línguas que entraram na formação do crioulo. Com isso, torna-se discutível a questão de ser ou não ser, a ausência da flexão, uma herança do processo de criouliização.

O processo flexional no guineense emerge como uma exceção nos crioulos de forma geral. Isso quer dizer que há processos flexionais que se articulam mediante parâmetros próprios do guineense. Porém, essa flexão é reduzida e não marcada de forma igualitária em todos os letos do guineense. Quanto mais acroletal, mais se manifesta a marca do plural nos substantivos e adjetivos guineenses. Porém, no crioulo mais basiletal, chamado de crioulo fundo, a marca e as regras do plural são raras, embora não totalmente ausentes. Segundo Incanha Intumbo (comunicação pessoal), um falante guineense e crioulista, a marcação do plural acontece, não com freqüência, no crioulo tradicional.

No português brasileiro (PB), assim como no crioulo, no dialeto rural, as marcas da flexão de plural só acontecem no SN quando indispensáveis à comunicação, como: *os menino vai embora; as louça quebrou tudo*. Resende (2006), com base em Gärtner (2002) e (Guy) (1981) afirma que a marca do plural reduzida ao primeiro elemento no dialeto rural do PB é explicável pelo contato de línguas. Segundo a autora, nas línguas bantas, a língua de

²⁷ repetição→reduplicação→composição→derivação→flexão (Couto, 1999)

muitos escravos africanos trazidos ao Brasil, o número é marcado por prefixos nos substantivos e adjetivos e a atenção voltada nos prefixos levou os aloglotas a negligenciarem “os morfemas gramaticais dos nomes portugueses, por se encontrarem no fim das palavras” (Resende, 2006, p.100). Para Luchesi (2000), a situação de contato foi responsável pela redução das marcas de número nas variedades não padrão. O que é interessante à discussão é o fato de que, tanto no português quanto nos crioulos, o contato é relevante na questão acerca da redução dos processos de flexão de número.

No guineense, a marca do plural dos substantivos só é marcada quando não estiver implicada por um número ou pelo quantificador e quando a informação da pluralidade for relevante ao discurso. Essa descrição já foi detalhada em Couto (1994) e Kihm (1994). Embora sob traços particulares, o fato de apresentar morfemas flexionais e parâmetros de uso próprios, aponta para uma complexificação na morfologia guineense. Essa idéia encontra argumento favorável na escala da gênese dos processos morfológicos e nas divisões da tipologia morfológica. Schleicher acreditava que as línguas flexionais apresentavam um grau de complexidade mais elevado em relação às isolantes, pois os traços flexionais indicavam o grau de progresso que se apresenta na complexidade das línguas. Embora esta seja uma afirmação bastante combatida e eurocentrista, considerada ultrapassada, quando se pensa em termos de processos morfológicos, a flexão se encontra no extremo da complexidade. Essa característica não determina a maior ou menor complexidade da língua, pois os processos morfológicos são apenas parte de um complexo sistema gramatical. Há também o fato de que a ausência de processos morfológicos produz compensações gramaticais que definem categorias diversas na fonologia, na sintaxe, na semântica e na pragmática. Tudo isso dentro de padrões mais, ou menos, complexos. No caso dos crioulos, pode-se dizer da seguinte forma: mais ou menos paralelos aos padrões de expressões de categorias gramaticais da lexificadora, pois esta é sempre o parâmetro de comparação.

No português a regularidade do processo de flexão do plural traduz-se em um processo altamente produtivo e com extrema regularidade, principalmente com os modificadores. A flexão do plural, no português, é um processo dos níveis mais baixos da escala do léxico proposta pela Morfologia Lexical (Kiparsky, 1982). Diferentemente do português, no

guineense esse processo se posiciona nos níveis mais altos, dada a irregularidade e a complexidade processual. Nesse contexto, ele divide espaço lexical com os processos derivacionais da língua, pelas características de alguns desses processos apresentarem níveis de regularidade e complexidade iguais ao da flexão do crioulo. Essa afirmação encontra argumento nas palavras de Kihm (2002 – apud Holm, 2005) que declara que a distinção entre derivação e flexão é uma questão de graduação.

Doneux & Rougé (1988) acham que há três vozes no guineense, ativa, neutro passiva e causativa. A primeira não teria marca morfológica, as outras marcas são os morfemas *-du* e *ndV / ntV*. Couto, Scantamburlo e Kihm apresentam uma análise diferente e consideram esses morfemas como derivacionais. Esta também é a posição de análise deste trabalho, que considera os afixos acima como derivacionais.

A indefinição dos processos da flexão e da derivação marcadas no português e no guineense leva a uma imprecisão nos parâmetros fronteiros entre eles. Uma forma de análise é postular os processos flexionais do guineense como processos derivacionais, o que implicaria a negação da existência de flexão no guineense. Porém os dados apontam para traços flexionais definidos com a noção de pluralização das formas. E essa forma vem com uma marca determinando o critério de pluralidade. São características como essas que indicam um processo com traços [+flexional]. Quanto à regularidade e ao posicionamento nos estratos do léxico, os traços são [\pm derivacional] e [\pm flexional]. Quando há a sobreposição do traço [+flexional] e a subposição do [+derivacional] a análise aponta para o tratamento dentro dos padrões flexionais.

A concordância, geralmente, não ocorre entre os substantivos, adjetivos e modificadores, porém, nas variedades mais acroletais ela tende a acontecer. Segundo Intumbo (comunicação pessoal), “a marcação do plural dos nomes, embora facultativa e com recurso ao morfema *-s*, está a tornar-se muito sistemática no mesolecto e no acrolecto, no basilecto o uso do numeral dispensa a marcação”

O processo flexional segundo Kihm (1999, p.131) “ao mesmo tempo em

que é muito simples em sua forma é bastante complexo em seu uso”. A marca morfológica é herança do português com o –s, assim como a relação de oposição implicada a ausência e presença do morfema. As regras de uso são as seguintes:

- i. Usar normalmente o /-s/ quando a palavra terminar em vogal, como em
 - *limaria* → *limarias*
'animal' 'animais'
 - *difuntu* → *difuntos*
'defunto' 'defuntos'
 - *tabanka* → *tabankas*
'vilarejo' 'vilarejos'

- ii. Usar o /-is/ se a palavra terminar em consoante;
 - *minjer* → *minjeris*
'mulher' 'mulheres'

- iii. Pode ocorrer a supressão da consoante nas variedades mais acroletais, claramente como empréstimos do português.
 - *animal* → *animais*
'animal' 'animais'
 - *material* → *materiais*
'material' 'materiais'

Kihm (1994) estabeleceu dois princípios para a utilização da marca do plural no guineense. São eles:

- **Princípio i:** usar a marca do plural em substantivos quando mais de um elemento da entidade que ela denota é relativamente presente no mundo compartilhado dos participantes. Essa condição tem como consequência que apenas nomes denotando humanos ou animais humanizados são regularmente marcados com plural. Diferentemente do português, não há previsão de concordância, exceto se este for núcleo de SN e sua realização acontecer nas variedades mais descrioulizantes.

- **Princípio ii:** usar a marca em um nome sempre que a entidade for relevantemente compartilhada pelos interlocutores, exceto se a entidade não estiver especificada e/ou expressa com números cardinais. Isso quer dizer que, quando marcado lexicalmente no SN, o plural não é relevante. Segundo Kihm, a ausência de individualização aponta para o principal motivo da não-marcação de plural, mais relevante que a mera marca redundante (p.134).

Scantamburlo (1999, p.136) afirma que o guineense geralmente não usa a marca distintiva do plural e de gênero, somente em casos esporádicos e que a marca do **-s** acontece na fala de locutores mais instruídos. Contudo, essa marca é considerada como uma marca redundante.

No guineense há algumas marcações de gênero que se fazem com formas lexicalizadas na língua, como os exemplos abaixo.

- *omi* / *minjer*
'homem' 'mulher'

- *rapas* / *bajuda*
'rapaz' 'moça'

- *galu* / *galiña*
'galo' 'galinha'

A questão que se coloca nos dados acima, mais uma vez, é até que ponto podem ser considerados como dados de flexão. Ou seja, como dados de uma mesma palavra que flectiu, por um processo de afixação de morfemas gramaticais, modificando a forma e acrescentando conteúdo. No caso da flexão dos substantivos, o que se vê em *rapas/bajuda* e *omi/minjer* são formas diferentes de palavras que representam o espécime do sexo masculino ou feminino. Em *galu/galiña*, ocorre um processo lexicalizado, donde o morfema *-ña* não é, no crioulo ou mesmo no português, a marca do gênero feminino. Tem-se então, uma distinção de sexo marcada com entradas próprias no léxico e não uma marcação gramatical de gênero.

O guineense utiliza a forma posicionada das palavras *macu* e *femia* para a distinção dos sexos (não de gênero). Essa distinção, marcada nos moldes da composicionalidade, combinada com duas formas livres no guineense, aponta para um processo transparente, donde os traços

[+humano] ou [+animado], e no caso de personificação nas fábulas guineenses, são determinantes para o acionamento da regra, conforme se pode notar nos dados abaixo.

| |
|---|
| - <i>Fiju macu kurpu kinti.</i> 'filho macho corpo quente' |
| - <i>na porta di kasamentu si i padi macu o padi femea.</i> 'na porta do casamento se ela pariu macho ou pariu femea' |
| - <i>Maria ten ba un ermon macu i montiadur</i> 'Maria tem um irmão que é caçador' |
| - <i>Kal dia ku bu oja baka femia padi? Son baka macu.</i> 'Qual dia você viu uma vaca macho (boi) parir?' |
| - <i>I ten ba un bias, na tera di mandingas un omi ku si minjer ku si dus fijos femia</i> 'era uma vez, na terra dos mandingas, um homem, sua mulher e suas duas filhas' |

5.3.4 Sufixação

A sufixação é o processo morfológico no qual o afixo se prende à parte final da palavra. Esse afixo pode ser de ordem desinencial e derivacional. Nos processos flexionais o grau, o tempo, o modo e o aspecto, pessoa e gênero são marcados pelo sufixo desinencial²⁸. No guineense essa marca flexional não é um atributo da morfologia. As marcas TMA (tempo, modo e aspecto) acontecem no âmbito da sintaxe. Já as marcas de grau, de gênero e pessoa se dão no nível lexical. O que é relevante para a sufixação guineense são os sufixos lexicais ou derivacionais, pois a derivação é um processo produtivo no guineense, conforme vem sendo discutido ao longo deste trabalho.

No quadro abaixo pode-se observar o inventário dos afixos guineenses²⁹.

²⁸ Há uma discussão quanto ao estatuto morfológico do gênero dos substantivos em português que avalia sua condição como derivação ou flexão (cf. Câmara Jr, 1970; Sandmann, 1993, Rocha, 1999)

²⁹ Há a presença de palavras portuguesas derivadas com outros afixos portugueses, porém, são dados de empréstimos e que não é possível afirmar sobre a análise estrutural desses dados por parte do falante guineense. De acordo com a metodologia empregada neste trabalho, são dados indecomponíveis e totalmente opacos morfológicamente para o falante guineense. Diante disso, não figuram no inventário dos afixos guineenses.

| SUFIXO | EXEMPLO |
|---|--|
| -ada V → N | <i>kunsa</i> 'cansar' → <i>kunsadu</i> 'cansado' <i>kabanta</i> 'acabar' → <i>kabantada</i> 'acabado' |
| -asku A → N | <i>pretu</i> 'preto' → <i>pretasku</i> 'qualidade do que é preto' <i>bunitu</i> 'bonito' → <i>bunitasku</i> 'qualidade do que é bonito' |
| -dur V → N(<i>profissão</i>) | <i>montia</i> 'caçar' → <i>montiadur</i> 'caçador' <i>tarbaja</i> 'tarbalhar' → <i>tarbajadur</i> 'trabalhador' |
| -eru N → N (<i>profissão</i> .) | <i>feru</i> 'ferro' → <i>fereru</i> 'ferreiro' <i>kalabus</i> 'cadeia' → <i>kalabuseru</i> 'presidiário' |
| -esa A/N → N _{abst} | <i>faima</i> 'fome' → <i>faimadesa</i> 'estado de faminto' <i>bajuda</i> 'moça' → <i>bajudesas</i> 'estado de juventude feminina' |
| -ia N → V | <i>pinti</i> 'pente' → <i>pintia</i> 'pentear' <i>munduku</i> 'pau' → <i>mundukia</i> 'bater com o pau' |
| -menti V → N | <i>lebsi</i> 'afrontar' → <i>lebsimenti</i> 'afrontamento' <i>kasa</i> 'casar' → <i>kasamenti</i> 'casamento' |
| -ndadi A/N → N _{abst} | <i>amigu</i> 'amigo' → <i>amigundadi</i> 'amizade' <i>macu</i> 'macho' → <i>macuandadi</i> 'macheza e pênis' |
| -dia A → N | <i>kopardi</i> 'covarde' → <i>kopardia</i> 'covardia' <i>kamarada</i> 'camarada' → <i>kamaradia</i> 'camaradagem' |
| -ndV / -ntV <i>causativo</i> | <i>ciga</i> 'chegar' → <i>ciganta</i> 'aproximar' <i>sinta</i> 'sentar' → <i>sintanda</i> 'fazer sentar' <i>firbi</i> 'fever' → <i>firbinti</i> 'fazer fever' <i>inci</i> 'encher' → <i>inchinti</i> 'fazer encher' |
| -siñu N → N | <i>mame</i> 'mãe' → <i>mamesiñu</i> 'madrasta' <i>bentu</i> 'vento' → <i>bentusiñu</i> 'brisa' |
| -si A/N → V | <i>pretu</i> 'preto' → <i>pretusi</i> 'pretear' <i>beju</i> 'velho' → <i>bejusi</i> 'envelhecer' |
| -uda A → N _{abst} | <i>fartu</i> 'farto' → <i>fartuda</i> 'fartura' <i>forti</i> 'forte' → <i>fortuda</i> 'força' |
| -nsa V → N _{abst} | <i>fian</i> 'confiar' → <i>fiansa</i> 'confiança' <i>kanba</i> 'atravessar' → <i>kanbansa</i> 'travessia' |
| -on N → N | <i>porta</i> 'porta' → <i>porton</i> 'portão' <i>kalma</i> 'cabaça' → <i>kalmon</i> 'colherzinha de cabaça' |
| PREFIXO | EXEMPLO |
| dis- | <i>papia</i> 'conversar' → <i>dispapia</i> 'mentir' <i>mara</i> 'amarrar' → <i>dismara</i> 'desamarrar' |

Em 1980, Basílio reconheceu nas regras de redundância (Jackendoff, 1975) a condição de regras “que expressam relações paradigmáticas entre palavras e conjuntos de palavras no léxico” (Basílio, 1980 p. 21) e a chamou de Regra de Análise Estrutural (RAE). A diferença básica entre uma RAE e uma Regra de Formação de Palavra (RFP) é que somente esta última é produtiva, ou seja, a primeira permite ao falante a análise estrutural das formas complexas e somente a contraparte produtiva da RAE, a RFP (cf. 5.2), é capaz de utilizar esse conhecimento na formação de novos itens lexicais.

Deste modo, com o desmembramento morfológico reconhecido pelo falante, por meio da RAE, mediante a recorrência dos dados de *input*, um dado afixo passa a integrar o repertório produtivo do léxico do falante. Esse morfema tem, a partir de então, a liberdade para se “reproduzir”, ou seja, gerar novas formas que lhe serão aparentadas dos pontos de vista

semântico, fonológico e funcional.

Basílio (1980, p.21) afirma também que a dualidade constituída da RAE e sua contraparte RFP “permite uma melhor descrição dos casos em que regras de formação de palavras são restritas em sua produtividade a classes limitadas de bases, enquanto suas contrapartes de análise estrutural se aplicam a classes de bases consideravelmente mais abrangentes”. Isso significa que nem sempre a análise morfológica dos dados pelo falante se mantém no percurso produtivo de uma dada RFP, ou seja, podem ocorrer deslizamentos que levam a uma reinterpretação nos traços de seleção e restrição da regra³⁰.

Sabe-se que produtividade não pode ser medida apenas pela maior ou menor ocorrência de um dado item lexical ou afixo, mas pelas palavras que este é capaz de produzir ou mesmo que já está produzindo na língua. Portanto, ao estudo da morfologia cabe a tarefa de reconhecer as novas formas morfológicas que emergem ou são passíveis de emergir mediante a competência lexical do falante.

No que diz respeito à morfologia das línguas crioulas, e tendo em vista que estas derivam seu vocabulário da língua de superstrato, Lefèbvre (2003) indica critérios que identificam se um dado afixo, que é nativo da língua de superstrato, pode ou não ter *status* similar na língua crioula. Entre esses critérios, há aquele que propõe que um afixo seja potencialmente nativo na língua crioula se:

- i) Afixado a uma base estranha à língua de superstrato;
- ii) Usado com uma base derivada da língua lexificadora onde, porém, não combina com o afixo em questão;
- iii) As propriedades semânticas e sintáticas da palavra derivada são diferentes das palavra correspondente na lexificadora.

³⁰ Um exemplo para o Português são formações como “incrível” com a RFP em **X_{vel}**: no Português atual “a aplicação da regra mencionada privilegia verbos transitivos, preferencialmente transitivos diretos que admitem a passivação. A regra $V \rightarrow A + \text{-vel}$ pode ser comparada ao processo de passivação, em que há transposição de argumentos: o argumento interno passa a externo, e o argumento externo pode ser omitido” (Salles e Mello, 2006). Existem duas formas de se pensar o assunto: uma forma é considerar que nem sempre esse parâmetro foi marcado na RFP, houve épocas em que ele não restringia a transitividade da base, o que gerou formas como “incrível”. A outra é uma possível reanálise da transitividade da base sincronicamente. De qualquer forma admite-se que os parâmetros marcados no léxico são passíveis de reanálise pelo falante.

Contudo, esses critérios não são suficientes para atestar a produtividade de um afixo. A disponibilidade para os falantes formarem novas palavras depende de critérios que indicam a previsibilidade das formações com o afixo em questão. Nesse caso, exemplos de uma dada forma devem:

- i) Compartilhar traços sintáticos e significado;
- ii) Compartilhar um conjunto coerente de propriedades de seleção;
- iii) O resultado da concatenação de uma dada forma com uma base particular deve ser previsível.

Como consequência, os dados para a análise, contendo em suas formações afixos derivacionais, foram extraídos do banco de dados do guineense com as ferramentas do *software* Contexto (cf. Cap.3) e organizados de forma a manter a classificação em três níveis. Nível 3 (N3), Nível 2 (N2) e Nível 1 (N1). Estes níveis distribuem os dados quanto à identificação de origem em relação à língua lexificadora e quanto à produtividade das RFPs. São eles:

i) **Nível 3 (N3)**

- Formações derivadas com o correspondente português, com a mesma base, mesmo afixo e a mesma carga semântica;
- *felisidadi*
'felicidade'

ii) **Nível 2 (N2)**

- Formações guineenses que não apresentam um correspondente português derivado com o sufixo em questão;
- *diseñadur* < *diseñu* + *-dur*
'desenhista' 'desenho'
- Formações que apresentam especificações semânticas ou sintáticas diferentes daquelas da RFP com o sufixo correspondente no português;
- *calera* < *ca* + *-era*
'recipiente para água' 'chá'

iii) **Nível 1 (N1)**

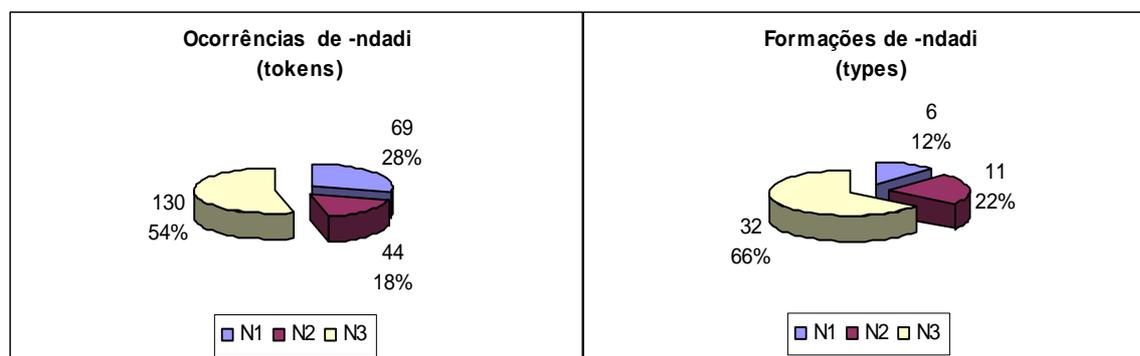
- Formações com palavras-bases não portuguesas, possivelmente como línguas de substrato ou formadas no próprio guineense.
- *mufunesa* < *mufuna* + *-esa*
'má-sorte' 'desgraça'

5.3.4.1 $(X)_N \rightarrow [(X)_N + ndadi]_{N[+abstrato]}$

O primeiro sufixo a ser discutido é o sufixo *-ndadi*, formador de substantivos abstratos com bases adjetivais e substantivas, que se articula mediante a RFP $(X)_N \rightarrow [(X)_N + ndadi]_{N-abst.}$. De ocorrência bastante significativa, esse sufixo adaptou-se às condições gramaticais com uma mudança em sua forma fonológica em relação ao português. A Regra de formação em *-ndadi* (o sufixo *-ndadi*) representa um dos mais produtivos no guineense, uma vez que a ocorrência de dados produzidos por ele é representativamente maior que os outros sufixos menos produtivos e menos adaptados. Ao mesmo tempo em que os critérios morfológicos, semânticos e fonológicos, estabelecidos para a análise dos dados, se apresentam de forma clara à observação, o que justifica que seja ele o primeiro a ser analisado.

Na extração de ocorrências no banco de dados (233.639 palavras, cf. cap. 3) com o *Contexto* foram obtidas 267 ocorrências relevantes à pesquisa³¹. Após o agrupamento em níveis – N1, N2 e N3 - conforme especificado acima - o resultado geral pode ser observado tabela e no gráfico abaixo.

| Nível | Formações (types) | Ocorrências (tokens) |
|--------------|----------------------|-------------------------|
| N1 | 6 | 69 |
| N2 | 11 | 44 |
| N3 | 32 | 130 |
| Total | 49 | 243 |



³¹ Foram descartadas ocorrências em que o *-dadi* era parte integrante da raiz da palavra, considerados como dados indecomponíveis, como *sidadi*, *koldadi*, *kudadi*, *idadi* etc.

Os dados N3, embora em maior número, não atestam a produtividade do sufixo. Conforme critério de Lefèbvre (2003), um afixo nativo da língua de superstrato não tem necessariamente o mesmo *status* no crioulo. Assim, os dados classificados como N3 não são formas produzidas no guineense, são formas prontas, vindas do português, como as que podem ser observadas na tabela abaixo³² com dados do sufixo *-ndadi*.

| NÍVEL 3 palavras terminadas em -ndadi | | | | | | | |
|--|------------------------|------------------------------------|-------|-------|---------------|-------|-----------------------------------|
| NÍVEL | DADO | SIGNIFICADO | TIPOS | OCOR. | BASE | OCOR. | COGNATOS |
| 3 | <i>atividadi</i> | atividade | 1 | 6 | ativu | | |
| 3 | <i>bondadi</i> | bondade | 2 | 4 | bon | 125 | |
| 3 | <i>difikuldadi</i> | dificuldade | 2 | 2 | difisil | 21 | |
| 3 | <i>diversidadi</i> | diversidade | | | diverso | | |
| 3 | <i>ermondadi</i> | irmandade | 2 | 2 | ermon | 69 | |
| 3 | <i>falsidadi</i> | falsidade | 1 | 2 | falsu | 2 | |
| 3 | <i>fekundidadi</i> | fecundidade | 1 | 1 | | | |
| 3 | <i>felisidadi</i> | felicidade | 3 | 4 | felis | | |
| 3 | <i>finalidadi</i> | finalidade | 2 | 2 | final | 2 | afinal |
| 3 | <i>gravidadi</i> | gravidade | 1 | 1 | gravi | | |
| 3 | <i>identidadi</i> | identidade | 1 | 1 | | | identifikadur |
| 3 | <i>infilisidadi</i> | infelicidade | 1 | 2 | | | |
| 3 | <i>jintiuandadi</i> | falta de gentileza; gentilidade | 2 | 2 | jintiu | | |
| 3 | <i>klaridadi</i> | claridade | 2 | 6 | klaru | 15 | klarisia |
| 3 | <i>komunidadi</i> | comunidade | 4 | 9 | komun | | |
| 3 | <i>kuantidadi</i> | quantidade | 3 | 5 | kuanfia | 2 | kuanfu |
| 3 | <i>liberdadi</i> | liberdade | 1 | 14 | libri | 10 | libertason |
| 3 | <i>musidadi</i> | mocidade | 1 | 2 | mosu (subst.) | | |
| 3 | <i>nesesidadi</i> | necessidade | 1 | 3 | nesesariu | 2 | |
| 3 | <i>nubdadi</i> | novidade | 2 | 14 | nobu | 40 | |
| 3 | <i>oportunidadi</i> | oportunidade | 2 | 4 | | | |
| 3 | <i>osprindadi</i> | hospitalidade; hospedagem | 1 | 6 | ospri | 39 | |
| 3 | <i>partikularidadi</i> | particularidade | 1 | 1 | partikular | 1 | |
| 3 | <i>pusibilidadi</i> | possibilidade | 2 | 2 | pusivel | 2 | |
| 3 | <i>rialidadi</i> | realidade | 1 | 1 | rial | | realizason; rialmenti; rializa |
| 3 | <i>rivalidadi</i> | rivalidade | 1 | 1 | | | |
| 3 | <i>seriedadi</i> | seriedade | 2 | 4 | seriu | 2 | |
| 3 | <i>sosiedadi</i> | sociedade | 2 | 5 | sosial | 3 | |
| 3 | <i>susidadi</i> | sujidade | 4 | 11 | susu | 38 | |
| 3 | <i>unidadi</i> | unidade | 1 | 9 | | | |
| 3 | <i>utilidadi</i> | utilidade | 1 | 4 | util (adj) | | |
| Total de 31 formação em -ndadi N3 totalizando 130 ocorrências | | | | | | | |

³² **Guia de leitura da tabela:** NÍVEL – estratificação dos dados quanto à produtividade e a proximidade do português; DADO – dado recolhido do banco de dados (BD) e/ou Scantamburlo; TIPO: variantes do dado no BD; OCOR.: quantidade de ocorrência desse dado no banco de dados; BASE: palavra-base da qual se originou o dado; OCOR: ocorrência da base no BD; COGNATOS: existência de outros derivados a partir da mesma base.

Os dados N3 (Nível 3) servem à análise no que diz respeito à interpretação dada pelo falante às unidades que se incorporaram ao léxico. Considerando os períodos analítico e sintético de Sandmann (1991)³³, pode-se considerar que, no caso do sufixo *-dade* e *-ndadi*, a forma *-dade*, originária do português, foi a forma de entrada de *-ndadi*, sufixo guineense. Nesse sentido, as formas terminadas em *-dadi*, recorrentes nos dados N3, e respectivas bases, configuram o período em que há possivelmente percepção por parte do falante da estrutura interna da palavra³⁴.

Para Rougé (1988), entre os empréstimos do Português, somente *bondade* e *crisandade* poderiam parecer claramente para o falante do crioulo como contendo derivação. Assim, postula a hipótese de que o sufixo *-ndadi* vem desses dois termos que teriam sido interpretados como: *bom + ndade* e *crisão+ndade*³⁵. Ainda que para o autor a reanálise morfológica tenha se dado mediante esses dois dados, verifica-se a existência de outros dados também nasalizados, como *ermondadi*, de *irmandade*; *lebiandadi*, de *leviandade*, *virjindadi*, de *vingindade*; *mortundadi* ou *mortandadi*, de *mortandade*. Em todos esses dados, a nasal antes da oclusiva é parte integrante da base portuguesa.

Ocorrem ainda palavras em que se nota que, apesar de inexistente em Português, a pré-nasalização manifesta-se nas formações do guineenses³⁶: *jintiuandadi*³⁷, *osprindadi* e, *skolarindadi*, correspondentes respectivamente a *gentilidade*, *hospitalidade* e *escolaridade* em português.

Os dados N3 apresentam-se preservados quanto às formas morfológica, fonológica e fonética do português, assim como seu conteúdo

³³ Sandmann (1991) distingue dois períodos distintos relacionados à interpretação do falante às unidades da língua: i. Período analítico - quando ocorre a análise e percepção do falante a respeito da estrutura interna da palavra; ii. Período sintético - desencadeado pelo primeiro e caracterizado pela produtividade do item lexical com a utilização do conhecimento morfológico adquirido no período analítico.

³⁴ Em termos de regras, tais formas acionariam a emergência da RAE, Regra de Análise Estrutural, (Basílio, 1980), que, por sua vez, desencadearia o mecanismo morfológico para a RFP, Regra de Formação de Palavras.

³⁵ “Parmi ces emprunts au Portugais, deux seulement peuvent apparaître clairement pour créolophone comme des dérivations: *bondade* et *crisandade*. On peut donc poser comme hypothèse que le suffixe *-ndadi* vient de ces deux termes qui auraient été interprétés come: *bom + ndade* et *crisã + ndade*.” (Rougé, 1988: 16).

³⁶ A palavra *maldadi* é também atestada com a forma *maundadi*, na qual ocorre a pré-nasalização, inexistente na correspondente *maldade* em Português.

³⁷ *Jintiuandadi* (guineense) ‘falta de gentileza’; *gentilidade* (português) ‘paganismo’.

semântico e funcional³⁸. Considerando-se a ocorrência mínima de palavras em N3 com a terminação *-ndadi*, derivadas de palavras do português sem a nasalização, cabe postular a mudança da forma fonológica de *-dadi* para *-ndadi*. Supõe-se, assim que a forma *-dadi* precede a entrada de *-ndadi* no guineense. Após a percepção do sufixo pelo usuário, ocorre uma mudança morfofonológica com a pré-nasalização. Como se verá nos dados abaixo, a forma *-ndadi* é recorrente, mesmo com a existência de poucos dados nasalizados do português.

Os dados de N2 (Nível 2) se caracterizam, principalmente, por apresentarem o sufixo guineense afixado a uma base portuguesa, embora no português, a base não combine com este afixo. Abaixo pode-se observar dados N2 com o sufixo *-ndadi*.

| NÍVEL 2 (X) _N → [(X) _N + <i>ndadi</i>] _{N[+abstrato]} | | | | | | | |
|---|---------------------|--|-------|------|----------------|------|----------------------------|
| NÍVEL | DADO | SIGNIFICADO | TIPOS | OCOR | BASE | OCOR | COGNATOS |
| 2 | <i>amigundadi</i> | estado de ser amigo | 1 | 2 | amigo | 68 | amizadi |
| 2 | <i>fidalgundadi</i> | fidalgua; nobreza | | | fidalgu | | |
| 2 | <i>futsindadi</i> | vida ou atividade de feitiçaria | 1 | 1 | futseru; futis | 21 | futsaria |
| 2 | <i>kuñandadi</i> | relações de parentesco | 1 | 1 | kuñadu | | kunhandadia;ku nhadaria |
| 2 | <i>macuandadi</i> | virilidade; valentia; genitais masculinos | 3 | 13 | macu | 31 | |
| 2 | <i>mamendadi</i> | maternidade | 1 | 1 | mame | 224 | mamesiñu |
| 2 | <i>mansebundadi</i> | maneira de ser mulherengo | 2 | 3 | mansebu | | |
| 2 | <i>muntrundadi</i> | ato de mentiroso, intriça | 1 | 2 | muntrus | 5 | |
| 2 | <i>murundadi</i> | costume de mouro; arte da medicina muçulmana | | | muru | | |
| 2 | <i>regulundadi</i> | maneira de agir do régulo | 1 | 2 | regulu | 42 | |
| Total de 10 formação em <i>-ndadi</i> N2 totalizando 25 ocorrências | | | | | | | |

Como característica de dados N2, as palavras têm bases portuguesas, porém, com derivações não atestadas no português. Nos dados com *-ndadi*, tal como *amigundadi* formado a partir de *amigo*, derivam de bases que têm correspondentes em português (*amigo*), embora não exista em português *amigo + dade*.

³⁸ Não foram considerada como objeto de observação as questões referentes aos empréstimos portugueses alimentados pelo fluxo de informações da televisão ou mesmo pela rede mundial de computadores. Certamente este fato tem muito a dizer sobre questões de empréstimos, prestígio e descrioulização na Guiné.

Há, nos dados com *-ndadi*, e outros sufixos classificados como N2, formações bloqueadas (Aronoff, 1976) no português por outras formas. O que reforça a idéia de que não fazem parte do inventário lexical da língua lexificadora. A forma *amigo+dade*, por exemplo, é bloqueada por *amizade*. Da mesma forma, *futsindadi*, cujo correspondente em português é *feiticeira*, bloqueia a emergência de *feitico+dade*. Outras formas, como *ministrundadi*, constante como entrada de dicionário em Scantamburlo (2002), por exemplo, não têm, ainda, equivalente em português, no entanto, estando em inércia morfológica, podem receber o traço de [+inserção lexical] (Halle, 1973) a qualquer momento.

Embora o sufixo *-ndadi* produza substantivos abstratos, há ocorrência de formas não-abstratas. Apesar de tomarem bases lexicais vindas da língua lexificadora, alguns dados de N2, no *-ndadi* apresentam uma especificação a mais em relação aos outros dados de seu estrato: *minjerindadi* 'genital feminina, vagina', *macundadi* 'genital masculino, pênis', *femiandadi* 'genital feminina, vagina'. Além de não apresentarem correspondente derivado com *-idade* no português (respectivamente, *mulheridade, *machoandade e *femiandade), os três exemplos apresentam deslizamento semântico, tendo adquirido o traço [+concreto] para uma regra que pressupõe a subcategorização de substantivos abstratos. Pode-se considerar que ao marcar um traço de concretude, a regra pode levar a formações futuras que, à primeira vista, não seriam prevista pela RFP, mas que a inserção do traço pode tornar possível.

A traço mais marcado por características notadamente crioula nos dados N2 e N1, com o sufixo *-ndadi* é a pré-nasalização. Todos os dados apresentam a forma fonética do afixo em *-ndadi*, ou seja, já com a forma nasalizada do afixo. Isso reforça a hipótese da apreensão do *-dade* como *-ndadi* e a inscrição desse traço diretamente na RFP, pois todas as produções consideradas genuinamente crioulas apresentam a forma *-ndadi*.

Esse fenômeno é bastante comum nas línguas africanas que entraram na formação do crioulo, pois “nas línguas africanas de substrato e até mesmo de adstrato, há toda uma série de pré-nasalizadas que representam fonemas independentes” (Couto, 1994, p. 71). Esses fonemas foram reinterpretados no crioulo e passaram por uma refonologização: o que nas

línguas de substrato e até de adstrato era ⁿg passou a $\eta+g$, da mesma forma, o que era ⁿd passou a $\eta+d$ (Couto, 1994; Rougé, 1988). Outra hipótese é de que a pré-nasalização seja um traço restrito da RFP, gerado como resíduo morfofonêmico das línguas de substrato. Conforme Aronoff³⁹ (1976) a RFP especifica uma base, assim como alguma operação na base que resulta em uma nova palavra, que geralmente terá algum reflexo fonológico. Assim a RFP especifica a forma fonológica do afixo e o seu lugar em relação à base. Pode-se ainda conjecturar, embora com certo cuidado, pois ainda não foi investigado com afinco, que o compartilhamento de traço [+coronal] do “i” do *-idadi* e do “n” de *-ndadi*, pode ter acarretado um processo assimilatório na direção da nasal. Com isso, ocorreu uma convergência, o “i” perdeu seus traços vocálicos e assumiu uma posição articulatória mais posteriorizada, em direção à velarização. Porém, o movimento de assimilação entraria como um fator condicionante, não determinante, para a nasalização do *-ndadi*.

Em N1 estão agrupados dados cujas bases não são encontradas no português. Nos dados com o sufixo *-ndadi* estão *amontandadi* de *amonton* ‘alguém que é preguiçoso’; *jilandadi* de *jila* ‘mascate’; *manjuandadi* de *manjua* ‘companheiro da mesma faixa etária’ e *kabalindadi*, de *kabali*⁴⁰ ‘sem valor’⁴¹. Estes dados são formações do tipo X-*ndadi*, cuja regra seleciona bases semelhantes àsquelas mencionadas em N2 (nomes que designam seres) e resultam em substantivos que denotam qualidade, conforme pode ser observado na tabela abaixo.

³⁹ “(...) a WFR specifies a base, as well as some operation on the base which results in a new word. This operation will usually have some phonological reflex, some morpheme which is added to the base. We will call this operation the phonological operation of the WFR.

The operation is generally quite simple, and consists of the addition of some affix to the base. The WFR specifies the phonological form of the affix and its place in relation to the base.” (ARONOFF, 1976, p. 63).

⁴⁰ Ou *kabalidu* (SCANTAMBURLO: 1999)

⁴¹ Poder-se-ia incluir nesse grupo *kadjabrandadi* ‘comportamento de alguém que busca sempre novos parceiros sexuais’ cuja base não foi identificada.

| NÍVEL 1 $(X)_N \rightarrow [(X)_N + ndadi]_{N[+abstrato]}$ | | | | | | | |
|---|----------------------|---|-------|------|------------|------|--|
| NÍVEL | DADO | SIGNIFICADO | TIPOS | OCOR | BASE | OCOR | COGNATOS |
| 1 | <i>amontandadi</i> | atitude do preguiçoso | 2 | 3 | amonton | 12 | |
| 1 | <i>jilandadi</i> | maneira de fazer comércio ambulante, contrabando, enganação; vida de jila; mercadoria jila | 1 | 1 | jila | 14 | |
| 1 | <i>kabalindadi</i> | inutilidade | 1 | 3 | kabalidu ? | | |
| 1 | <i>kadjabrandadi</i> | comportamento de alguém que busca sempre novos parceiros sexuais; má vida. Sin. paka-paka | | | | | fasi kjabrandrad i = cometer adulterio, enganar, 210 |
| 1 | <i>manjuandadi</i> | agrupamento de pessoas da mesma faixa etária | 4 | 59 | manjua | 1 | |
| Total de 5 formação em <i>-ndadi</i> N1 totalizando 66 ocorrências | | | | | | | |

A maioria das formas em *-dadi* ou *-ndadi* foram transpostas do português como um bloco monomorfêmico. O que significa que essas formas não apresentavam estrutura interna no momento do processo de crioulização. A apreensão dessas formações foi tomada e processada de maneira separada no léxico do falante, ou seja, cada forma com sua entrada particular. Porém, a relação entre as regularidades semânticas, fonológicas e sintáticas entre elas permitiu o reconhecimento das partes que compunham as palavras e a hierarquia entre elas.

O (re)conhecimento das partes que formavam as palavras com *-dadi*, tornou possível a produção de outros itens lexicais derivando novas formas que não existiam na língua de *input*. À medida que as entradas, antes indecomponíveis, foram dissecadas em unidades menores e mínimas, foram também assumindo função de constituinte de significado. Isso quer dizer que essas unidades categorizaram-se em morfemas separados, uma vez que marcam a diferença entre uma forma e outra quando afixados a diferentes bases lexicais, embora mantivessem um regularidade funcional entre elas. Ao assumir *status* gramatical, o sufixo apresenta uma nova forma fonológica. Esse processo teria sido desencadeado pelo processo da gramaticalização, tanto no sentido de formação de uma gramática recursiva para as articulações morfológicas, como no sentido de transmutar de um estado lexical para o gramatical.

Assim, o sufixo *-dadi*, oriundo das formações portuguesas torna-se produtivo, sob a forma *-ndadi*. Assume-se, então, que há recorrência de

dois sufixos diferentes, um deles empréstimo do português, e outro, que emergiu no guineense e, por suas prerrogativas autóctones, vem produzindo novas formas na língua. Nesse percurso, delimitou sua forma fonológica de acordo com as preferências e tendências da língua e adquiriu, inclusive, mais o traço de concretude.

5.3.4.2 (X)_N → [(X)_N + esa]_{N[+abstrato]}

Em relação de concorrência sufixal com o sufixo *-ndadi*, o sufixo *-esa*, também deriva substantivos abstratos a partir de nomes/adjetivos⁴². De acordo com Scantamburlo (2002, p.202 e 424) *-esa* é “suf. nom.; sufixo que entra na formação de substantivos, exprimindo a idéia de qualidade ou estado”. Da mesma forma que o sufixo *-ndadi*, que “entra na formação dos substantivos, exprimindo a idéia de estado, qualidade”.

Na condição de sufixo concorrente do *-ndadi*, o *-esa* também deriva substantivos abstratos a partir de adjetivos e outros substantivos, como *bajuda* ‘moça’ → *bajudesa* ‘mocidade’, sob as condições impostas pela morfologia da língua. A noção de bloqueio (Aronoff, 1976) prevê que quando uma base é acionada para uma das regras, a outra está automaticamente bloqueada para a mesma base, estabelecendo uma relação excludente entre elas. Por exemplo, a forma *bajudesa* bloqueia o acionamento da base “*bajuda*” com a regra de *-ndadi*, conforme especificadas abaixo.

$X_{adj} \rightarrow [(X_{adj}) -esa]_N$ OU $bajuda_{adj} \rightarrow [(bajuda_{adj}) -esa]_{bajudesa}$

- O acionamento da RFP abaixo está bloqueado pela regra acima

$X_{adj} \rightarrow [(X_{adj}) -ndadi]_N$ OU $bajuda_{adj} \rightarrow [(bajuda_{adj}) -ndadi]^*_{bajudandadi}$

⁴² No guineense, os substantivos abstratos têm 4 terminações diferentes: *-ndadi*, *-esa*, *uda* e *-nsa*.

Foram extraídas 110 ocorrências com o sufixo *-esa* no banco de dados. Foram empregados os mesmos critérios de delimitação especificados para os dados. O *corpus* contou com 20 formas fonéticas de derivados a partir *-esa*. Os dados de *input*, dispostos abaixo, são os dados de N3 que totalizaram 8. Assim como os dados de N3 do *-ndadi*, são dados vindos da língua lexificadora, ou seja, são palavras formadas no português, portanto, não relevantes à análise da produtividade do guineense.

| NÍVEL 3 - palavras terminadas em <i>-esa</i> | | | | | | | |
|--|------------------|-------------|-------|------|--------|------|--------------|
| NÍVEL | DADO | SIGNIFICADO | TIPOS | OCOR | BASE | OCOR | COGNATOS |
| 3 | <i>belesa</i> | beleza | 1 | 4 | belu | 3 | |
| 3 | <i>frakesa</i> | fraqueza | 1 | 1 | fraku | 4 | frakisi |
| 3 | <i>naturesa</i> | natureza | 1 | 1 | natura | | sobrenatural |
| 3 | <i>rikesa</i> | riqueza | 4 | 59 | riku | 19 | |
| 3 | <i>sertesa</i> | certeza | 1 | 6 | sertu | 55 | insertu |
| 3 | <i>garandesa</i> | grandeza | 2 | 4 | 740 | 740 | |
| 3 | <i>malbadesa</i> | malvadeza | 2 | 4 | mal | 110 | |
| 3 | <i>nobresa</i> | nobreza | 2 | 6 | nobri | | |
| Total de 8 formações em <i>-esa</i> N3 totalizando 85 ocorrências | | | | | | | |

O sufixo *-esa* se mostrou menos recorrente e com menos dados extraídos em relação ao *-ndadi*. Depois de analisados, as formações derivadas dispostas nos níveis N1 e N2 – os níveis produtivos - totalizaram 10 formações, enquanto os derivados dos mesmos níveis de *-ndadi* somaram 17. Quanto às ocorrências de N1 e N2, o *-ndadi* apresentou 113 dados, contra 74 do *-esa*. Porém, 67% do total das formações em *-esa*, constante nos dados, foram produzidas no guineense. A mesma relação percentual entre total de ocorrências e formas produzidas na língua para o *-ndadi* foi de 47%. Eis os dados N2 e N1 com o sufixo *-esa*.

| NÍVEL 2 (X)_N → [(X)_N + esa]_{N[+abstrato]} | | | | | | | |
|---|--------------------|-----------------------------|-------|------|-----------|-----------|----------|
| NÍVEL | DADO | SIGNIFICADO | TIPOS | OCOR | BASE | OCOR | COGNATOS |
| 2 | <i>danadesa</i> | estado de ser danado | 1 | 1 | danadu | 4 | |
| 2 | <i>dudesas</i> | estado de doido | 1 | 1 | dudu | 7 | dudisi |
| 2 | <i>koitadesa</i> | estado de coitado | 1 | 9 | koitadi | 44 | |
| 2 | <i>malkriadesa</i> | modo de ser do malcriado | 1 | 4 | malkriadu | malkriadu | |
| 2 | <i>mininesa</i> | estado de ser jovem | 1 | 2 | mininu | 7 | |
| 2 | <i>faimadesa</i> | estado de fome | 2 | 2 | faimi | 86 (fomi) | |
| 2 | <i>ingratesa</i> | modo de agir com ingratidão | 1 | 1 | ingratu | | |
| Total de 7 formações em -esa N2, totalizando 20 ocorrências | | | | | | | |

| NÍVEL 1 (X)_N → [(X)_N + esa]_{N[+abstrato]} | | | | | | | |
|---|------------------|---------------------|-------|------|--------|------|------------|
| NÍVEL | DADO | SIGNIFICADO | TIPOS | OCOR | BASE | OCOR | COGNATOS |
| 1 | <i>bajudesas</i> | juventude | 3 | 8 | bajuda | 253 | bajudasiñu |
| 1 | <i>jiresas</i> | esperteza | 1 | 13 | jiru | 62 | |
| 1 | <i>mufunesas</i> | desgosto – má sorte | 2 | 32 | mufuna | 4 | mufunadu |
| Total de 4 formações em -esa N1 totalizando 53 ocorrências | | | | | | | |

Considerando a condição de concorrentes dos afixos, *-ndadi* e *-esa*, pois ambos têm a mesma função, selecionam a mesmas bases e são ambos produtivos na língua. Pergunta-se então: o que leva o falante a escolher uma dentre as duas regras de formação de substantivo abstrato a partir de adjetivos no guineense? Quais são os parâmetros marcados na regra do *-ndadi* que o privilegia ou o restringe diante de seu concorrente?

De acordo com a Morfologia Lexical (Kiparsky, 1982), na hierarquia estabelecida pelo modelo teórico, os afixos mais produtivos, nos estratos mais baixos da hierarquização, são afixos que no acionamento da RFP, não causam grandes modificações nas bases⁴³. Por sua vez, os afixos do estrato 1, os mais altos na estratificação, são afixos fonologicamente não-neutros. Isto é, disparam algum tipo de processo fonológico ou morfológico na base. Esses afixos são também menos produtivos.

⁴³ A proximidade do afixo em relação à base e a transparência semântica, previstas pela teoria, não foram observados nos dados.

Seu principal concorrente, o sufixo *-ndadi* está estratificado nos níveis mais baixos da hierarquia no modelo teórico da Morfologia Lexical. Isso se deve ao fato de ser fonologicamente neutro no acionamento da regra, não causando, qualquer tipo de alteração fonológica significativa em sua base de regra - o que responde por sua condição produtiva. Por sua vez, o sufixo *-esa* dispara, no momento do acionamento da regra, processos fonológicos de elisão e epêntese. Essa condição o coloca em uma posição hierárquica mais alta, em relação à regra do *-ndadi*, no modelo de Kiparsky (1982), o que reflete nas condições de produtividade do afixo, pois, quanto mais alto na escala hierárquica, menos produtiva a regra (ou o afixo).

| | | | | |
|------------------|---|------------------------------------|---|-----------------|
| <i>Faima</i> | → | <i>faima</i> <u>d</u> <i>esa</i> | } | epêntese |
| 'fome' | | 'estado de faminto' | | |
| <i>Bajuda</i> | → | <i>bajud</i> <u>e</u> <i>sa</i> - | } | elisão |
| 'moça' | | 'estado juventude' | | |
| <i>Malkriadu</i> | → | <i>malkria</i> <u>d</u> <i>esa</i> | } | elisão |
| 'malcriado' | | 'estado de malcriado' | | |
| <i>dudu</i> | → | <i>dud</i> <u>e</u> <i>sa</i> | } | elisão |
| 'doido' | | 'loucura' | | |
| <i>koitadu</i> | → | <i>koitad</i> <u>e</u> <i>sa</i> | } | elisão |
| 'coitado' | | 'estado de malcriado' | | |

Ambas regras, do *-esa* e do *-ndadi*, são acionadas a partir de bases adjetivais e/ou substantivas. Essa característica leva à discussão da distinção entre adjetivo e substantivo.

Basílio (2004, p.80) afirma que, mesmo ocorrendo com substantivo ou adjetivo, trata-se de duas classes e duas palavras distintas. A autora exemplifica com a palavra *doce* que, quando substantivo, não permite a intensificação como o “doce” adjetivo. Semanticamente, há restrições de uso para o adjetivo *doce* em produtos comestíveis (nem tudo pode ser predicável como *doce*) e, nem todo produto predicável como o adjetivo *doce* pode ser designado como “doce”.

Segundo Perini (2003, p. 321) “a separação entre substantivos e adjetivos é tão pouco marcada que há razões para duvidar da existência de duas classes distintas”. O autor argumenta com traços demonstrando a distribuição categorial e a existência de subclasses de adjetivos e substantivos. Essas divisões dizem respeito, principalmente, ao padrão de funcionalidade. Há palavras que podem se posicionar como núcleo de sintagma nominal [+ NSN],

próprio do substantivo, e podem também atuar como modificadores. Como no exemplos abaixo:

- jovem *endinheirado*
- fogo *amigo*

Há também palavras que podem ser [+ Mod] (modificador), mas não podem funcionar como [+NSN]. Esses são classificados tradicionalmente como adjetivos. Abaixo temos exemplos dessas palavras.

- conta *exata*
- cargo *gerencial*

Existem ainda palavras que só atuam como [+NSN] e não têm o traço de [+Mod], conforme os exemplos:

- *Ela* chegou bem
- *Joana* é francesa

Perini afirma que nenhuma dessas funções é “mais básica” que a outra. Também que não se trata simplesmente de uma transposição categorial, quando um substantivo passa para a classe adjetiva, mas sim de uma palavra que apresenta tanto o traço [+NSN], quanto o [+Mod].⁴⁴ Outro traço significativo utilizado na descrição de Perini diz respeito à condição de poder atuar como complementador de predicado, preenchido, geralmente com SNs. Enfim, o autor conclui que os substantivos apresentam o traço de complementadores de predicados sem poder atuar como modificadores ou predicativos. Já os adjetivos podem ser complementos de predicado, modificadores e também predicativos. Portanto, o ponto de interpenetração funcional entre adjetivo e substantivo ocorre como complementadores de predicados.

As bases lexicais das RFPs do guineense que utilizam substantivos e/ou adjetivos como base regra, parecem articular-se indistintamente para os

⁴⁴ O autor expõe ainda mais 4 traços de natureza sintática, e um morfológico. São eles: Ocorrer como pré-núcleo – [+PN]; Ocorrer como complemento de predicado [+CP]; Ocorrer junto com outro termo no SN [+T,SN]; Desempenhar função de predicativo [+Pv]; Coocorrer com o sufixo superlativo –íssimo e suas variantes (morfológica) –rimo e –imo.

adjetivos e/ou substantivos. Assim, as bases lexicais dos dados em N1 e N2 apresentam os três traços acima, ou seja, todas são [+NSN], [+Mod] e [+CP].

A confluência de traços das bases lexicais apontam para o fato que a seleção da regra não enxerga, ou não é sensível às nuances categoriais das bases pelo fato de que a língua não estabelece essa distinção categorial, como se pode observar na tabela a seguir.

| | DADO | BASE | +NSN | +Mod | +CP |
|--------------------|----------------------|------------------|----------|----------|----------|
| -NDADI | <i>amigundadi</i> | <i>amigu</i> | <i>x</i> | <i>x</i> | <i>x</i> |
| | <i>brankundadi</i> | <i>branku</i> | <i>x</i> | <i>x</i> | <i>x</i> |
| | <i>femkundadi</i> | <i>femia</i> | <i>x</i> | <i>x</i> | <i>x</i> |
| | <i>fidalgundadi</i> | <i>fidalgu</i> | <i>x</i> | <i>x</i> | <i>x</i> |
| | <i>futisndadi</i> | <i>futiseru</i> | <i>x</i> | <i>x</i> | <i>x</i> |
| | <i>kabrundadi</i> | <i>kabron</i> | <i>x</i> | <i>x</i> | <i>x</i> |
| | <i>kolegundadi</i> | <i>kolega</i> | <i>x</i> | <i>x</i> | <i>x</i> |
| | <i>kamadrundadi</i> | <i>kumadri</i> | <i>x</i> | <i>x</i> | <i>x</i> |
| | <i>kuñandadi</i> | <i>kuñadu</i> | <i>x</i> | <i>x</i> | <i>x</i> |
| | <i>ladrundadi</i> | <i>ladron</i> | <i>x</i> | <i>x</i> | <i>x</i> |
| | <i>macundadi</i> | <i>macu</i> | <i>x</i> | <i>x</i> | <i>x</i> |
| | <i>mamendadi</i> | <i>mame</i> | <i>x</i> | <i>x</i> | <i>x</i> |
| | <i>mansebundadi</i> | <i>mansebu</i> | <i>x</i> | <i>x</i> | <i>x</i> |
| | <i>minjerindadi</i> | <i>minjer</i> | <i>x</i> | <i>x</i> | <i>x</i> |
| | <i>ministrundadi</i> | <i>ministru</i> | <i>x</i> | <i>x</i> | <i>x</i> |
| <i>muntrundadi</i> | <i>muntrus</i> | <i>x</i> | <i>x</i> | <i>x</i> | |
| <i>murunddi</i> | <i>murú</i> | <i>x</i> | <i>x</i> | <i>x</i> | |
| -ESA | <i>danadesa</i> | <i>danadu</i> | <i>x</i> | <i>x</i> | <i>x</i> |
| | <i>dudesa</i> | <i>dudu</i> | <i>x</i> | <i>x</i> | <i>x</i> |
| | <i>koitadesa</i> | <i>koitadi</i> | <i>x</i> | <i>x</i> | <i>x</i> |
| | <i>malkriadesa</i> | <i>malkriadu</i> | <i>x</i> | <i>x</i> | <i>x</i> |
| | <i>mininesa</i> | <i>mininu</i> | <i>x</i> | <i>x</i> | <i>x</i> |
| | <i>faimadesa</i> | <i>faimadu</i> | <i>x</i> | <i>x</i> | <i>x</i> |
| | <i>ingratesa</i> | <i>ingratu</i> | <i>x</i> | <i>x</i> | <i>x</i> |
| | <i>bajudesa</i> | <i>bajuda</i> | <i>x</i> | <i>x</i> | <i>x</i> |
| | <i>jiresa</i> | <i>jiru</i> | <i>x</i> | <i>x</i> | <i>x</i> |
| | <i>mufunesa</i> | <i>mufunadu</i> | <i>x</i> | <i>x</i> | <i>x</i> |

Algumas bases acionáveis com a regra do *-ndadi*, quando analisadas semânticamente, apresentam uma especificidade substantival mais de designação ou denominação, apontando para uma utilização adjetival mais relacional que propriamente qualificativa. Conforme se pode ver nos dados abaixo:

- *futiseru*
'feiticeiro'
- *Kabron*
'pessoa de má índole'
- *Kolega*
'colega'
- *Kumadri*
'comadre'
- *Kuñadu*
'cunhado'
- *Mame*
'mãe'
- *Ministru*
'ministro'

Considerando que essas bases pertencem ao conjunto de bases do –*ndadi*. Em uma relação comparativa com as bases do –*esa*, cujo conjunto de bases adjetivais tem características qualitativas, pode-se conjecturar que a RFP em –*esa* tem uma restrição de acionamento com adjetivos com maior grau de qualificador. Essa restrição é sensível somente nas especificações semânticas da base lexical. As especificações sintáticas não são significativas para as regras em relação às escolhas adjetivais. Mesmo porque os traços sintáticos se apresentam indistintamente para todos os dados de ambas as regras.

Essas restrições e preferências mantidas pela RFP vão se refletir na produtividade da regra. Dentro do quadro teórico, aponta-se então que, além de comportar-se como um afixo não neutro no processo de afixação, desencadeando modificações nas bases com elisão e epêntese, a sufixação com –*esa* também é mais seletiva, o que restringe suas possibilidades de acionamento com os adjetivos do guineense. Por sua vez, o –*ndadi*, comporta-se mais produtivo quando não restringe suas bases e também não dispara nenhum tipo de processo fonológico na estrutura da base, conforme previsto pela Morfologia Lexical de Kiparsky.

5.3.4.3 (X)_N → [(X)_N + *eru*]_{N/A}

Segundo Scantamburlo, o sufixo –*eru* é o “sufixo que entra na formação de substantivos, exprimindo a idéia de profissão, ocupação ou noção coletiva” (Scantamburlo, 2002, p. 202). Corresponde ao sufixo português –*eiro* que, de acordo com Rocha (1999, p. 140), tem como característica produtiva no português um traço pejorativo, como em *noveleiro*, *biscateiro*, *muambeiro*, *cambalacheiro* etc, com isso, “criações novas (com o sufixo –*eiro*) não farão parte de discursos neutros, técnicos ou científicos (Rocha, 1999, p. 140). Porém, a despeito desse traço que se inseriu na regra, há muita recorrência de formas em uso na língua sem a característica da pejoratividade. Em uma tomada de busca no Houaiss (2001), pode-se constatar 2599 formas dicionarizadas. Em sua maioria, são formas que apresentam o mesmo contexto de uso dos dados que se apresentaram no N3 no guineense. Couto (1994) ressalta que a produtividade de –*eru* é reduzida em relação à produtividade do –*dur*, que também é formador de substantivos/adjetivos com idéia de profissão. Embora as regras apresentem

uma identidade no produto de regra em relação à semântica da palavra, estes sufixos não são concorrentes pelo fato de selecionarem classes diferentes de bases para se articularem: a do *-eru* é $(X)_N \rightarrow [(X)_N + eru]_{NA}$, enquanto a do *-dur* é $(X)_V \rightarrow [(X)_V + dur]_{NA}$, ou seja, esta seleciona os nomes e/ou adjetivos, enquanto a regra do *-dur* prefere os verbos, conforme poderá ser notado nas páginas seguintes.

Porém, a regra apresenta uma forma fonológica que se realiza *como -era*, em formações como em *simentera*, *katandera*, *labadera* etc. Embora menos recorrente em relação ao *-eru*, nos dados de N3 o resultado foi de 1.7 maior para as formações em *-eru*. Essas formações em *-eru* e *-era* em N3 seguem o padrão da formação portuguesa, ou seja, são sempre entradas lexicais que se inseriram como blocos indecomponíveis. Como pode ser observado nos quadros abaixo.

| NÍVEL 3 - palavras terminadas em <u>-eru</u> | | | | | | | |
|---|--------------------|-------------|-------|-----------------|---------|-----------------|-------------------|
| NÍVEL | DADO | SIGNIFICADO | TIPOS | OCOR- RÊNCIA | BASE | OCOR- RÊNCIA | COGNATOS |
| 3 | <i>brasileru</i> | brasileiro | 2 | 4 | Brasil | | |
| 3 | <i>enfermeru</i> | enfermeiro | 1 | 1 | | | |
| 3 | <i>erderus</i> | herdeiros | 1 | 2 | | | |
| 3 | <i>fereru</i> | ferreiro | 1 | 24 | feru | 23 | |
| 3 | <i>fugareru</i> | fogareiro | 1 | 3 | fugu | 197 | fugon fugiadur |
| 3 | <i>futseru</i> | feiticeiro | 7 | 30 | futsis | 1 | futsundadi |
| 3 | <i>njeñeru</i> | engenheiro | 1 | 2 | | | |
| 3 | <i>kabaleru</i> | cavaleiro | 1 | 2 | kabalu | 204 | |
| 3 | <i>kajueru</i> | cajueiro | 1 | 1 | kaju | 27 | |
| 3 | <i>karpinteru</i> | carpinteiro | 2 | 7 | | | |
| 3 | <i>konziliaeru</i> | conselheiro | 1 | 1 | konseju | 1 | |
| 3 | <i>kusiñeru</i> | cozinheiro | 1 | 1 | Kusiña | 64 | |
| 3 | <i>mariñeru</i> | marinheiro | 1 | 2 | mar | 109 | |
| 3 | <i>paraderu</i> | paradeiro | 1 | 1 | para | 144 | |
| 3 | <i>pasajeru</i> | passageiro | 2 | 3 | - | | |
| 3 | <i>pedreru</i> | pedreiro | 1 | 1 | pedra | 56 | |
| 3 | <i>solteru</i> | solteiro | 1 | 5 | | | |
| 3 | <i>tarpaseru</i> | trapaça | 1 | 2 | tarpasa | 2 | |
| 3 | <i>kunpañeru</i> | companheiro | 2 | 5 | | | |
| Total de 19 formações em <i>-eru</i> N3 totalizando 97 ocorrências | | | | | | | |

| NÍVEL 3 - palavras terminadas em <u>-era</u> | | | | | | | |
|---|------------------|--|-------|-----------------|---------|-----------------|----------|
| NÍVEL | DADO | SIGNIFICADO | TIPOS | OCOR- RÊNCIA | BASE | OCOR- RÊNCIA | COGNATOS |
| 3 | <i>simentera</i> | ato de semear | 2 | 8 | simenti | 2 | |
| 3 | <i>fraskera</i> | lugar para armazenar vinho ou bebidas | 1 | 6 | - | | |
| 3 | <i>labadera</i> | lavadeira | 2 | 5 | laba | 109 | labanta |
| 3 | <i>tajadera</i> | escudo, proteção | 1 | 1 | taja | 39 | |
| 3 | <i>bananera</i> | bananeira | 1 | 1 | banana | 25 | |
| 3 | <i>lamasera</i> | lamaceira | 1 | 1 | lama | 29 | - |
| 3 | <i>kusiñera</i> | cozinheira | 1 | 1 | kusiña | 64 | kusiñeru |
| Total de 7 formações em <i>-era</i> totalizando 28 ocorrências | | | | | | | |

As formações com *-era* não se reduzem a formas vindas do português, existem dados de N1 e N2 com *-eru* e *-era*. Alguns desses dados requerem uma análise mais particularizada. Há ocorrência das formações como *bideru* e *bidera*, ou seja, com ambas as formas do sufixo. Uma forma de análise é considerar que a entrada das formas flexionadas do português (*videiro* e *videira*) foram reestruturadas semanticamente para o léxico guineense. Da mesma forma como *kusñera* e *kusñeru*, que se apresentam no N3 por manterem a semântica do português no guineense. Em *bideru* e *bidera*, segundo Scantamburlo (2002) e informantes, não há diferença semântica entre as duas formações, exceto como marca flexional do feminino em *bidera* (comunicação pessoal do informante) na variedade acroletal, contudo, nas outras variedades não há distinção. No caso da não distinção, pode-se analisar como formações de empréstimo tomadas em sua integridade léxica, ou seja, sem estrutura interna para os falantes. Elas vieram de *videira* e *videiro* do português europeu, que significa pessoa que ganha a vida à custa de seu trabalho, ou em português brasileiro, uma pessoa batalhadora. No guineense, ele assumiu uma semântica mais especificada, de pessoas que ganham a vida vendendo mercadorias, o vendedor e/ou vendedora.

As formações de *-eru* em N2 e N1 (as formações produtivas) foram 7, sendo 5 delas de N1, enquanto a de *-era* foi de apenas 4, com apenas 1 formação em N1, o que aponta para uma maior produtividade do *-eru* em relação ao *-era*. A única formação em N1 com *-era* tem uma marca semântica de feminino, que é *katandera*, que significa a jovem guardiã do *baloba*, um santuário dedicado à divindade conhecida na Guiné como Iran. A *katandera* é sempre mulher, geralmente virgem. Sua função é estar à disposição do *baloberu*, que é o sacerdote, inclusive para “*kata iagu*”, ou catar água, o que justifica a formação *kata+era*. Essa condição de *katandera* como mulher (e virgem) aponta para uma forma de *-era* de marcação de gênero e sexo. Por outro lado, a formação *baloberu* significa os sacerdotes do *baloba*, independentemente de sua condição feminina ou masculina.

Todos os dados de N1 e N2 podem ser observados a seguir:

| NÍVEL 2 (X) _N → [(X) _N + eru] _A | | | | | | | |
|---|---------------|-----------------|-------|------------|------|------------|----------|
| NÍVEL | DADO | SIGNIFICADO | TIPOS | OCORRÊNCIA | BASE | OCORRÊNCIA | COGNATOS |
| 2 | <i>arteru</i> | Astuto, manhoso | 1 | 2 | arti | 6 | artista |
| 2 | <i>bideru</i> | Vendedor | 3 | 25 | bida | 252 | bidera |
| Total de 2 formações em -eru N2 totalizando 27 ocorrências | | | | | | | |

| NÍVEL 2 (X) _N → [(X) _N + era] _A | | | | | | | |
|---|----------------|------------------------------|-------|------------|-------|------------|----------|
| NÍVEL | DADO | SIGNIFICADO | TIPOS | OCORRÊNCIA | BASE | OCORRÊNCIA | COGNATOS |
| 2 | <i>calera</i> | Recipiente para água | 1 | 1 | - | | |
| 2 | <i>bidera</i> | vendedor | 1 | 5 | bida | 252 | biderus |
| 2 | <i>kabsera</i> | Fruto com forma de cabaça | 1 | 60 | kabas | 66 | |
| Total de 3 formações em -era N2 totalizando 66 ocorrências | | | | | | | |

| NÍVEL 1 (X) _N → [(X) _N + era] _A | | | | | | | |
|---|-------------------|--------------------------------|-------|------------|---------|------------|-------------------------|
| NÍVEL | DADO | SIGNIFICADO | TIPOS | OCORRÊNCIA | BASE | OCORRÊNCIA | COGNATOS |
| 1 | <i>baloberu</i> | sacerdote | 3 | 4 | baloba | 8 | |
| 1 | <i>kañeñeru</i> | Que escreve cartas, escriba | 1 | 1 | Kañeñu | SC | |
| 1 | <i>konboseiru</i> | Ciumento, invejoso | 1 | 1 | kunbosa | 9 | |
| 1 | <i>pauteru</i> | paranormal | 2 | 13 | pauta | 2 | |
| 1 | <i>saklateru</i> | Criador de confusão | 1 | 1 | saklata | 1 | Saklatadur saklatadu |
| Total de 5 formações em -eru N1 totalizando 21 ocorrências | | | | | | | |

| NÍVEL 1 (X) _N → [(X) _N + era] _A | | | | | | | |
|--|------------------|----------------------------|-------|------------|------|------------|----------|
| NÍVEL | DADO | SIGNIFICADO | TIPOS | OCORRÊNCIA | BASE | OCORRÊNCIA | COGNATOS |
| 1 | <i>katandera</i> | Jovem guardiã do baloba | 2 | 5 | - | | |
| Total de 1 formação em -era N1 totalizando 5 ocorrências | | | | | | | |

Se se considerar o *-era* como um alomorfe do *-eru*, pergunta-se então: quais são as condições contextuais que marcam essa alomorfia?

Como se pode notar nos dados acima, os dados N1 e N2 do sufixo *-era* apontam para formações dentro de uma componente mais particularizado nas condições de formação e sob um contexto menos específico que as condições morfofonológicas. *Caleira*, por exemplo, que é um dado N2 do *-era*, vem de *chaleira* do português (Scantamburlo, p.550) e foi reestruturado semanticamente, apresentando agora uma semântica apropriada às condições de uso dos guineenses, ou seja, trata-se apenas de um recipiente de água, não específico para se ferver essa água, como no português. *Bidera* já foi discutido nos parágrafos anteriores. Por fim, *kabasera*, que representa o dado mais recorrente (60 ocorrências) é o nome do fruto do baobá (uma árvore). O nome “deriva do nome característico de seu fruto, semelhante à cabaça ou abóbora pequena” (Scantamburlo, p. 276). Assim, é mais prudente pensar em formações idiossincráticas altamente influenciadas pelo português a se afirmar a existência de um processo de alomorfia.

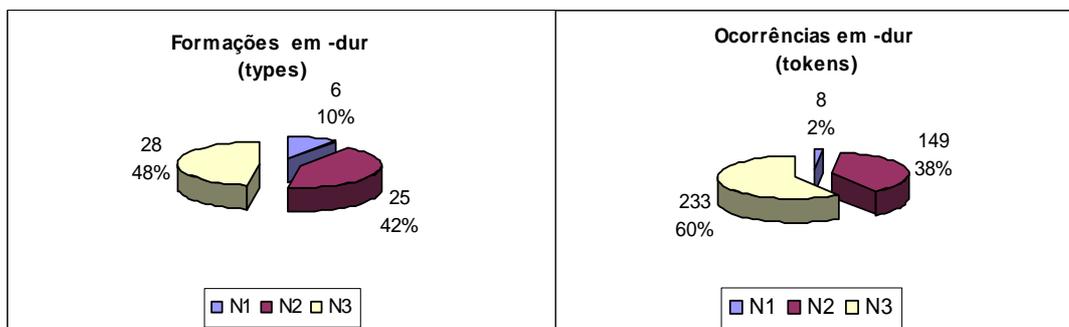
5.3.4.4 (X)_V → [(X)_V + *dur*]_{N/A}

Assim como o sufixo *-dor*, do português, o sufixo *-dur* indica a profissão ou agente e sua RFP se aciona a partir de verbos. No português, segundo Basílio (2004, p. 46), o *-dor*, juntamente como *-nte*, é o principal formador de agente e instrumentais a partir de verbos. No guineense, o *-dur* também tem esse papel na morfologia. Trata-se de um sufixo categorial, que muda a classe gramatical da palavra a qual é afixado. O processo de formação de nominalizador serve para “caracterizar um indivíduo (agente) ou objeto (instrumento) pelo exercício da ação ou função expressa pelo verbo que serve de base à formação “ (Basílio, 2002, p. 71). Trata-se de um processo que utiliza a noção expressa pela ação verbal para denotar seres (Basílio, 2004, p.44), com uma motivação não somente nos padrões sintáticos (a mudança categorial), mas também semântico, uma vez que nominaliza a partir da ação do verbo.

Na extração de ocorrência no banco de dados do guineense com palavras terminadas em *-dur*, foram obtidos 478 de ocorrências. Depois de

agrupados nos níveis 1,2 e 3 (N1, N2 e N3), as formações em *-dur* se distribuíram da seguinte forma:

| Nível | Formações (types) | Ocorrências (tokens) |
|--------------|----------------------|-------------------------|
| N1 | 6 | 8 |
| N2 | 25 | 149 |
| N3 | 28 | 233 |
| Total | 59 | 390 |



Os dados de N3, seguindo a linha dos outros sufixos guineenses, totalizaram a maioria das ocorrências. Uma informação interessante para a discussão da produtividade diz respeito ao número das formações de N1 e N2, que, somadas as duas, tem-se um número maior que as formações de N3, ou seja, 6 dados de N1 + 25 dados de N2 = 31 formações produzidas pela articulação da RFP $(X)_V \rightarrow [(X)_V + dur]_{N/A}$ no guineense. Contra 25 palavras vindas do português. Isso quer dizer que as formações autóctones, com o sufixo *-dur*, superam as formações que entraram como dados de *input*, os quais podem ser observados na tabela abaixo.

| Nível 3 - palavras terminadas em <i>-dur</i> | | | | | | | |
|--|--------------------|------------------|------------|------------|----------|------------|-----------------|
| NÍVEL | DADO | SIGNIFICADO DADO | TIPOS DADO | OCORRÊNCIA | BASE | OCORRÊNCIA | COGNATOS |
| 3 | <i>montiadur</i> | caçador | 4 | 68 | montia | 49 | |
| 3 | <i>furadur</i> | furador | 2 | 57 | fura | 43 | furanta |
| 3 | <i>piskadur</i> | pescador | 2 | 16 | piska | 33 | |
| 3 | <i>tarbajadur</i> | trabalhador | 4 | 10 | tarbaja | 135 | |
| 3 | <i>labradur</i> | lavrador | 2 | 8 | labra | 56 | |
| 3 | <i>tokadur</i> | tocador | 2 | 7 | toka | 151 | |
| 3 | <i>fasidur</i> | fazedor | 1 | 6 | fasi | 747 | |
| 3 | <i>jugadur</i> | jogador | 1 | 6 | juga | 25 | |
| 3 | <i>kobadur</i> | cavador | 1 | 6 | koba | 125 | |
| 3 | <i>iandadur</i> | andador | 3 | 7 | ianda | 187 | |
| 3 | <i>kumedur</i> | comedor | 2 | 6 | kume | 648 | |
| 3 | <i>camidur</i> | chamador | 2 | 4 | cama | 35 | |
| 3 | <i>trenadur</i> | treinador | 2 | 4 | trena | SC | |
| 3 | <i>ojadur</i> | olhador | 1 | 3 | oja | 1028 | |
| 3 | <i>sufridur</i> | sofredor | 1 | 3 | sufri | 45 | sufrimenti |
| 3 | <i>tiradur</i> | recolhedor | 1 | 3 | tira | 220 | |
| 3 | <i>kolonizadur</i> | colonizador | 1 | 2 | koloniza | 1 | |
| 3 | <i>kolaboradur</i> | colaborador | 1 | 2 | kolabora | SC | |
| 3 | <i>kuridur</i> | corredor | 1 | 2 | kuri | 375 | |
| 3 | <i>matadur</i> | matador | 1 | 2 | mata | 319 | matadu, matansa |
| 3 | <i>organisadur</i> | organizador | 1 | 2 | organisa | 9 | |
| 3 | <i>regadur</i> | regador | 1 | 2 | regs | 3 | |
| 3 | <i>kontadur</i> | contador | 2 | 2 | konta | 15 | |
| 3 | <i>animadur</i> | animador | 1 | 1 | anima | 1 | |
| 3 | <i>furtadur</i> | furtador | 1 | 1 | furta | 38 | |
| 3 | <i>kantadur</i> | cantador | 1 | 1 | kanta | 227 | kantadera |
| 3 | <i>kunpridur</i> | cunpridor | 1 | 1 | kunpri | 10 | |
| 3 | <i>nogosiadur</i> | negociador | 1 | 1 | negosiu | 1 | |
| Total de 28 formaçõeem <i>-dur</i> N3 totalizando 233 ocorrências | | | | | | | |

A condição do sufixo *-dur* de ser bastante produtivo, já notada em Couto (1994), pode ser observada nas bases dos dados de N2 e N1. Nota-se que a regra não é restritiva com os verbos de suas bases. Além disso, *-dur* tem o estatuto de ser o principal formador de nomes a partir de verbos na língua. A formação de palavras em uma língua se deve, basicamente, à necessidade de uso do falante de um determinado conceito dentro de um contexto sintático diferente. Portanto, a motivação sintática (Basílio, 2002, 2004), incrementa a produtividade do sufixo *-dur* no guineense, pois é o único que transforma verbos em nomes com o traço da agentividade ou indicativo de profissão. Com isso, não há um outro sufixo, ou melhor, não há uma outra RFP que concorra nas mesmas condições semânticas, sintáticas e

morfológicas com o sufixo *-dur*. Essas especificidades já são representativas para sua condição produtiva, além disso, o acionamento da regra $(X)_v \rightarrow [(X)_v + dur]_{N/A}$, não dispara qualquer tipo de processo fonológico, o que também influencia na produtividade da regra.

Os dados N2 do sufixo *-dur* têm bases lexicais vindas do português, porém com formações não atestadas no português, ou, quando atestadas, apresentam condições semânticas diferentes da formação guineense. Como *pekadur*, por exemplo, que é usado como um hiperônimo para seres humanos na Guiné, como em:

- *Anton, nunka bu oja pekadur padi gatu?*
'Então você nunca viu uma pessoa dar luz a um gato?'
- *Anton nunka bu oja pekadur padi kacur?*
'Então você nunca viu uma pessoa dar luz a um cachorro?'
- *Mininu bin kirsu, ma i ka pudi papia suma pekadur*
'Menino cresceu, 'mas ele não pode falar como uma pessoa'

Pekadur, assim como outros dados de outros sufixos que foram reestruturados semanticamente, passou por um processo de idiomatização após sua entrada na língua. Assim, o que significava apenas uma pessoa que comete pecados, passou a ter uma semântica mais generalizada com o significado de 'seres humanos em geral', ocasionada por fatores metonímicos (são seres que cometem erros, que têm defeitos). Esse percurso da reestruturação semântica teve início na entrada de *pekadur* como N3, tendo como conteúdo significativo sua semântica portuguesa original. Como todos os outros dados da categoria N3, além de não ser considerado como fruto de produtividade, nesse estágio, *pekadur* é também monomorfêmico (para o falante guineense). Em um segundo momento, foi reanalisado morfológicamente e reconhecido no paradigma do sufixo *-dur*, com o traço de agente do verbo pecar. O conteúdo semântico reestruturado foi adquirido de forma sobreposta ao primeiro e tem com ele uma relação de contigüidade metonímica. Cabe analisar as relações culturais que se manifestam nessa reestruturação.

Os dados de N3, tomados como *inputs*, tinham como característica morfológica, para o falante guineense, a condição de ser uma entrada que não apresentava estrutura interna na interpretação. Com a análise estrutural dos dados recorrentes com o sufixo *-dor* do português (ou *-dur*), o que era uma parte do todo lexical, desmembrou-se como um morfema gramatical.

Nesse percurso da gramaticalização do *-dur*, a interpretação fonética do falante dos dados de *input* era de que a vogal núcleo da sílaba recorrente era a alta posterior. Considerando o enfraquecimento e o alçamento das átonas finais condições fonéticas típicas do português, a percepção auditiva se fez como *-dur* em lugar de *-dor*. Com isso, houve uma reestruturação fonológica do sufixo e, no estado atual da morfologia guineense, a produtividade da regra se faz dentro desse padrão reestruturado. Com isso, é possível afirmar que, como dado de N3 (sua forma de entrada), o *-dur* tinha um estatuto fonético, enquanto para os dados em N1 e N2, já passa a ter um estatuto fonológico.

Os dados classificados como de N2 podem ser observados abaixo.

| Nível 2 (X) _v → [(X) _v + dur] _{N/A} | | | | | | | |
|---|----------------------|--|------------|------------|-----------------|------------|-----------------|
| NÍVEL | DADO | SIGNIFICADO DADO | TIPOS DADO | OCORRÊNCIA | BASE | OCORRÊNCIA | COGNATOS |
| 2 | <i>pekadur</i> | ser humano | 4 | 79 | <i>peka</i> | SC | pekadu |
| 2 | <i>nteradur</i> | aquele que enterra | 1 | 1 | <i>ntera</i> | 18 | disintera |
| 2 | <i>senaladur</i> | sinalizador | 1 | 1 | <i>sinala</i> | 2 | |
| 2 | <i>tisidur</i> | tecelão | 1 | 1 | <i>tisi</i> | 213 | |
| 2 | <i>remendadur</i> | imitador | 1 | 1 | <i>remenda</i> | 1 | |
| 2 | <i>padiduris</i> | parideiras | 1 | 1 | <i>padi</i> | 182 | padidu, padida |
| 2 | <i>papiadur</i> | conversador | 1 | 1 | <i>papia</i> | 214 | |
| 2 | <i>foladur</i> | tirador de pele de animais | 1 | 1 | <i>fofa</i> | 23 | |
| 2 | <i>diseñadur</i> | animal que cava a terra | 1 | 1 | <i>deseña</i> | 1 | |
| 2 | <i>botadur</i> | dirigente de cerimônia | 1 | 1 | <i>bota</i> | 97 | botadu |
| 2 | <i>bisiaduris</i> | aquele que vigia | 1 | 1 | <i>bisia</i> | 23 | |
| 2 | <i>bibidur</i> | aquele que bebe e não respeita o alcorão | 2 | 8 | <i>bibi</i> | 162 | bibida, bibiron |
| 2 | <i>banbudur</i> | aquele que carrega criança nas costas | 1 | 1 | <i>banbu</i> | 21 | |
| 2 | <i>mandadur</i> | quem dá as ordens | 1 | 1 | <i>manda</i> | 307 | mandansa |
| 2 | <i>lebaduris</i> | transportadores | 1 | 1 | <i>leba</i> | 211 | |
| 2 | <i>jikindur</i> | rato ladrão *jokin dudu | 2 | 8 | | | |
| 2 | <i>kunpañadur</i> | acompanhante | 1 | 1 | <i>kunpañã</i> | 23 | |
| 2 | <i>kunsidur</i> | sábio | 1 | 1 | <i>kunsi</i> | 145 | |
| 2 | <i>kontinuaduris</i> | seguidor | 1 | 1 | <i>kontinua</i> | 39 | kontinuason |
| 2 | <i>judadur</i> | ajudante | 1 | 1 | <i>juda</i> | 34 | judanti |
| 2 | <i>jantidur</i> | guarda-costa | 1 | 7 | <i>janti</i> | 40 | |
| 2 | <i>bulidur</i> | bulidor | 1 | 23 | <i>buli</i> | 114 | |
| 2 | <i>fugiadur</i> | atirador | 1 | 3 | <i>fugia</i> | 16 | |
| 2 | <i>bisiadur</i> | vigia | 1 | 2 | <i>bisia</i> | 23 | |
| 2 | <i>grajadur</i> | engraxate | 1 | 2 | <i>graja</i> | SC | |
| Total de 25 formação em <i>-dur</i> N2 totalizando 149 ocorrências | | | | | | | |

Nos dados de N1, produzidos com palavras não vindas do português, a gramaticalização do *-dur* foi integralizada e este se incorpora na morfologia guineense como um sufixo altamente produtivo. Desta forma, o sufixo guineense *-dur* delimitou sua forma fonológica ao longo de sua gramaticalização e manifesta-se em seu espaço produtivo garantido pela não ocorrência de sufixos concorrentes. Eis os dados de N1 do sufixo *-dur*.

| Nível 1 (X) _v → [(X) _v + dur] _{N/A} | | | | | | | |
|---|--------------------|--------------------------------------|------------|------------|-----------------------|------------|-----------|
| NÍVEL | DADO | SIGNIFICADO DADO | TIPOS DADO | OCORRÊNCIA | BASE | OCORRÊNCIA | COGNATOS |
| 1 | <i>njuntidur</i> | aquele que despreza | 1 | 1 | njunti 'desprezar' | SC | |
| 1 | <i>garbatadur</i> | animal que cava a terra | 1 | 3 | garbata 'escavar' | 1 | |
| 1 | <i>foidur</i> | mentiroso de fuy mentira | 1 | 1 | fuy 'mentira' | SC | |
| 1 | <i>ferferidur</i> | que colher frutas no campo de feefêe | 1 | 1 | ferferi 'colher' | 3 | |
| 1 | <i>mandjiadur</i> | maldizente que usa a feitiçaria | 1 | 1 | mandji 'maldizer' | SC | |
| 1 | <i>kanbantadur</i> | | 1 | 1 | kabanta | 23 | kabantada |
| Total de 6 formaçãoem <i>-dur</i> N1 totalizando 8 ocorrências | | | | | | | |

5.3.4.5 (X)_N → [(X)_v + ada]_N e (X)_v → [(X)_v + ada]_N

O sufixo *-ada* no guineense é um sufixo que também produz substantivos a partir de verbos, porém, não têm os mesmos traços dos produtos de regra com o sufixo *-dur*, o que descarta a hipótese de concorrência entre eles.

No português, o sufixo *-ada* se encontra em um período bastante produtivo, especialmente nas construções sintáticas como os chamados verbos leves, aqueles verbos que são “semanticamente vazios, que, em geral se associam a um elemento nominal, responsável pelo significado principal da sentença” (Gomes, 2004), como em “*dar uma remada, uma namorada* etc”. Mas essa produtividade se divide, no português, em 4 RFPs, sendo apenas uma delas categorial e as outras subcategoriais. São elas:

- i) (X)_v → [(X)_v + ada]_{N/A} Ex: *misturada, esticada, namorada*
- ii) (X)_N → [(X)_N + ada]_{N/A} Ex: *abacatada, laranjada, bolada*
- iii) (X)_N → [(X)_N + ada]_{N/A [+pejorativo]} Ex: *gauchada, bicharada*
- iv) (X)_N → [(X)_N + ada]_{N/A [+taxonomia biológica]} Ex: *coronada, cilioflagelada*

Embora o parentesco semântico seja bastante aparente nas formações com *-ada*, a divisão em regras diferentes se faz mediante a noção de que cada RFP traz especificações semânticas e sintáticas particulares, tanto para as suas bases, como no produto de suas regras. Isso quer dizer que as particularidades semânticas do *input* e *output* são relevantes para o falante no momento do acionamento da regra. Assim, ele vai selecionar aquela RFP com as especificações necessárias ao momento discursivo, tanto do ponto de vista sintático quanto semântico.

Conforme pode ser notado na tabela de dados N3, com exceção da regra com o traço pejorativo (iii), todas as outras formações com *-ada* se manifestaram nos dados N3.

| NÍVEL 3 - palavras terminadas em <u>-ada</u> | | | | | | | |
|---|--------------------|----------------|-------|------------|-----------|------------|----------------------|
| NÍVEL | DADO | SIGNIFICADO | TIPOS | OCORRÊNCIA | BASE | OCORRÊNCIA | COGNATOS |
| 3 | <i>bajada</i> | bailado, baile | 1 | 1 | baja | 57 | |
| 3 | <i>bofetada</i> | bofetada | 1 | 1 | bofete | - | |
| 3 | <i>comada</i> | chamada | 2 | 2 | coma | 106 | |
| 3 | <i>determinada</i> | determinada | 2 | 2 | determina | 21 | |
| 3 | <i>entrada</i> | entrada | 1 | 1 | ientra | 63 | |
| 3 | <i>gargajada</i> | gargalhada | 1 | 1 | gargalha | SC | |
| 3 | <i>kamiñada</i> | caminhada | 4 | 4 | kaninu | 268 | |
| 3 | <i>kasada</i> | casada | 1 | 1 | kasa | 367 | kasamenti kasadur |
| 3 | <i>kesada</i> | mandíbula | 1 | 1 | keso | 24 | |
| 3 | <i>kudada</i> | cuidada | 1 | 2 | kuda | 50 | |
| 3 | <i>kunsada</i> | cansada | 2 | 11 | kunsa | 187 | |
| 3 | <i>libertada</i> | liberta | 1 | 1 | liberta | 7 | |
| 3 | <i>mostrada</i> | mostrado | 1 | 1 | mostra | 188 | |
| 3 | <i>nboskada</i> | emboscada | 1 | 1 | - | - | |
| 3 | <i>ojadas</i> | olhada | 1 | 1 | oja | 845 | ojadur |
| 3 | <i>pañadas</i> | apanhada | 1 | 1 | pañã | 315 | |
| 3 | <i>pontada</i> | apontada | 1 | 4 | ponta | 72 | |
| 3 | <i>preñada</i> | grávida | 2 | 9 | preña | 37 | preñadur |
| 3 | <i>rabada</i> | cauda | 1 | 44 | rabu | 58 | |
| 3 | <i>rapada</i> | raspada | 1 | 3 | rapa | 1 | |
| 3 | <i>riada</i> | arriada | 1 | 1 | ria | 55 | |
| 3 | <i>saltada</i> | omitida | 1 | 1 | salta | 29 | |
| 3 | <i>stada</i> | estada | 1 | 1 | sta | 729 | |
| Total de 23 formações em <i>-ada</i> N3 totalizando 95 ocorrências | | | | | | | |

Porém, o sufixo *-ada* no guineense se fez produtivo em duas regras diferentes, uma delas categorial ($(X)_V \rightarrow [(X)_V + ada]_N$) e outra subcategorial ($(X)_N \rightarrow [(X)_N + ada]_N$). Como originário do sufixo português, as noções semânticas impostas no produto da regra não são diferentes do português, como se pode ver abaixo.

| NÍVEL 2 (X) _N → [(X) _V + <i>ada</i>] _N subcategorial | | | | | | | |
|--|-----------------|-------------------------|-------|------------|------------|------------|------------|
| NÍVEL | DADO | SIGNIFICADO | TIPOS | OCORRÊNCIA | BASE | OCORRÊNCIA | COGNATOS |
| 2 | <i>kanpada</i> | campo, planície | 1 | 9 | kanpu (N) | 8 | kanpinason |
| 2 | <i>lunada</i> | lunar | 2 | 4 | Luna (N) | 5 | |
| 2 | <i>turbada</i> | tempestade | 2 | 8 | | 2 | turbaseru |
| 2 | <i>tapada</i> | batida | 1 | 5 | tapa (N) | 5 | |
| Total de 4 formaçãoem –ada N2 como subcategorial totalizando 26 ocorrências | | | | | | | |
| NÍVEL 2 (X) _V → [(X) _V + <i>ada</i>] _N categorial | | | | | | | |
| NÍVEL | DADO | SIGNIFICADO | TIPOS | OCORRÊNCIA | BASE | OCORRÊNCIA | COGNATOS |
| 2 | <i>kontrada</i> | encontro | 1 | 11 | kontra (V) | 220 | |
| 2 | <i>pasada</i> | história, acontecimento | 2 | 36 | pasa (V) | 203 | |
| 2 | <i>tapada</i> | quintal cerrado | 1 | 9 | tapa (V) | 16 | distapa |
| Total de 3 formaçãoem –ada N2 subcategorial totalizando 56 ocorrências | | | | | | | |

| NÍVEL 1 (X) _N → [(X) _N + <i>ada</i>] _N subcategorial | | | | | | | |
|--|------------------|------------------|-------|------------|-------------|------------|----------|
| NÍVEL | DADO | SIGNIFICADO | TIPOS | OCORRÊNCIA | BASE | OCORRÊNCIA | COGNATOS |
| 1 | <i>mantapada</i> | chibatada | 2 | 4 | mantapa (N) | SC | |
| 1 | <i>pajigada</i> | confusão | 1 | 1 | pajiga (N) | 5 | |
| Total de 2 formaçãoem –ada N1 subcategorial totalizando 5 ocorrências | | | | | | | |
| NÍVEL 1 (X) _V → [(X) _V + <i>ada</i>] _N categorial | | | | | | | |
| NÍVEL | DADO | SIGNIFICADO | TIPOS | OCORRÊNCIA | BASE | OCORRÊNCIA | COGNATOS |
| 1 | <i>kabantada</i> | conclusão, final | 1 | 3 | kabanta (V) | 15 | |
| Total de 1 formaçãoem –ada N1 categorial totalizando 3 ocorrências | | | | | | | |

No caso dos nomes/adjetivos produzidos a partir dos nomes, a semântica dos dados dá uma noção intensificada do conteúdo nominal especificado pela base. Por exemplo, *manpata* ‘chicote’ → *manpatada* ‘chicotada’ ou *kabanta* ‘acabar’ → *kabantada* ‘acabada’ Essa característica intensificadora é um traço que se manifesta no produto de ambas as regras, porém, as bases verbais são verbos de movimento. Essa restrição na

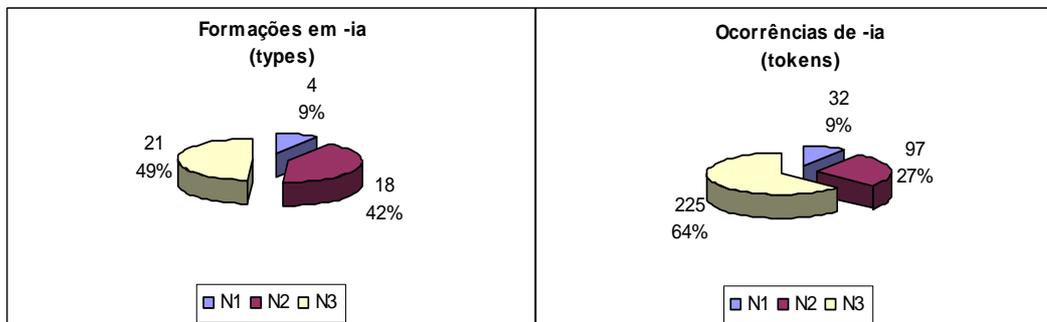
semântica dos verbos pode ser interpretada como uma restrição no acionamento da regra, o que influencia na produtividade da mesma. Tanto que as formações a partir de nomes aconteceram em maior quantidade nos dados N1 e N2 (6 formações com a partir de nomes e 4 verbais). O que chama atenção para a produtividade e estatuto de RFP do sufixo *-ada* do guineense é a existência de dados de nível 2 e nível 1, ou seja, dados não existentes na língua lexificadora. Isso quer dizer que o acionamento da regra para a formação da palavra não aconteceu na morfologia do português, mas na morfologia guineense.

5.3.4.6 $(X)_N \rightarrow [(X)_N + ia]_{V[+ação]}$

O sufixo *-ia*, ou melhor, a regra $(X)_N \rightarrow [(X)_N + ia]_{V[+ação]}$ é a formadora de verbos a partir de substantivos. No acionamento da regra, aproveita-se “a noção expressa pelo substantivo para designar a ação ou processo a ser expresso pelo verbo” (Basílio, 2004, p.33). Com isso, tem-se uma ação verbal expressa diretamente do conteúdo semântico do substantivo que é a base de regra. Por exemplo: *manduku* ‘pau’ \rightarrow *mandukia* ‘bater com o pau’ - a ação verbal representa a parte ativa e processual do substantivo “pau”. Trata-se de “processos verbais fundamentalmente relacionados aos substantivos de que derivam” (Basílio, 2004, p.33).

No banco de dados, as ocorrências com o sufixo *-ia* somaram 354, enquanto as formações com a regra em *-ia* foram de 43 palavras. A distribuição das ocorrências e das formações em com a regra $(X)_N \rightarrow [(X)_N + ia]_{V[+ação]}$ podem ser observadas nos gráficos e na tabela abaixo.

| Nível | Formações (types) | Ocorrências (tokens) |
|--------------|----------------------|-------------------------|
| N1 | 4 | 32 |
| N2 | 18 | 97 |
| N3 | 21 | 225 |
| Total | 43 | 354 |



Embora a grande maioria dos verbos guineenses tenha sido herdada do português, que é uma língua flexional, as formas do verbo não têm estrutura interna, são formações lexicalmente simples e sintaticamente complexas. Isto quer dizer que os verbos guineenses não têm uma morfologia interna para expressar noções verbais, isto é, tempo, modo e aspecto acontecem na sintaxe.

Diferentemente dos outros sufixos até agora analisados, o *-ia* foi o sufixo em que os dados de formações N2 tiveram uma diferença quantitativa relativamente pequena em relação aos dados de N3 (18 formações de N2 e 21 de N3). A diferença entre eles foi de apenas 3 palavras. Porém, somando-se N2 e N1, tem-se 22 formações, o que supera as palavras vindas de empréstimo da língua lexificadora, que são as de N3. Eis os dados classificados em N3:

| Nível 3 - palavras terminadas em <i>-ia</i> | | | | | | | |
|--|------------------|--------------------------|------------|------------|----------|------------|---|
| NÍVEL | DADO | SIGNIFICADO DADO | TIPOS DADO | OCORRÊNCIA | BASE | OCORRÊNCIA | COGNATOS |
| 3 | <i>montia</i> | caçar | | 50 | | | |
| 3 | <i>geria</i> | guerrear | | 46 | gera | 65 | |
| 3 | <i>bisia</i> | vigiar | 2 | 25 | | | |
| 3 | <i>purfia</i> | discutir | | 21 | | | |
| 3 | <i>pintia</i> | pentear | | 17 | pinti | 8 | |
| 3 | <i>diskonfia</i> | desconfiar | | 14 | | | Konfiadu.fiansa konfiadu |
| 3 | <i>sumia</i> | semear | | 10 | | | simeadur |
| 3 | <i>rodia</i> | rodear | | 6 | roda | 31 | |
| 3 | <i>konfia</i> | confiar | 2 | 7 | fia | 78 | konfiansa, fiansadu, konfiadu, diskonfia |
| 3 | <i>nogosia</i> | negociar | | 4 | negosiu | 1 | |
| 3 | <i>nfastia</i> | enfastiar | | 1 | fastiu | 1 | |
| 3 | <i>numia</i> | nomear | | 1 | nomi | 273 | |
| 3 | <i>tarpassia</i> | trapacear | | 1 | tarpassa | 2 | |
| 3 | <i>bria</i> | brilhar | | 1 | | | |
| 3 | <i>falsia</i> | falsear | | 1 | falsu | 2 | |
| 3 | <i>apresia</i> | apreciar | | 1 | | | |
| 3 | <i>kanpian</i> | procurar | | 1 | | | |
| 3 | <i>malkiria</i> | Fazer malcriadez | | 1 | | | |
| 2 | <i>passia</i> | andar a pé para distrair | 2 | 4 | | | |
| 2 | <i>lumia</i> | iluminar | | 12 | lumi | | |
| 2 | <i>sibia</i> | assobiar | | 1 | | | |
| Total de 21 palavras em <i>-ia</i> N3 totalizando 225 ocorrências | | | | | | | |

Um aspecto aparente para os dados em *-ia*, que reforça a idéia dos dados N3 como dados de *input* sem estrutura interna, é a ausência das bases em 52% dos dados. Essas bases também não têm entrada no dicionário do guineense (Scantamburlo, 2002). Isso quer dizer que a suposta base de regra não se revelou no banco de dados de Luigi Scantamburlo, tampouco no banco que se utiliza para a extração de dados neste trabalho, o que aponta para a noção indecomponível desses dados. Outro aspecto diz respeito à terminação dos verbos no português. Todos os dados que aparecem com *-ia*, nos dados N3, são verbos terminados em *-ar* no português. Mesmo considerando a preferência verbal da língua, sendo mais recorrente em relação aos terminados em *-er* e *-ir*, pode-se questionar se a vogal 'a', do sufixo *-ia*, não é uma manifestação da vogal temática do português que se neutralizou na percepção do guineense e que, posteriormente, veio a se gramaticalizar como um sufixo formador de verbos a partir de substantivos. As formas derivadas em *-ia* de N2 podem ser observadas abaixo.

| Nível 2 $(X)_N \rightarrow [(X)_N + ia]_V$ | | | | | | | |
|---|-----------------|-----------------------|------------|------------|---------|------------|---------------------|
| NÍVEL | DADO | SIGNIFICADO DADO | TIPOS DADO | OCORRÊNCIA | BASE | OCORRÊNCIA | COGNATOS |
| 2 | <i>fugia</i> | pôr fogo | 3 | 19 | fugu | 197 | fugun |
| 2 | <i>torkia</i> | trocar | 2 | 24 | troka | 8 | |
| 2 | <i>bakia</i> | cuidar de vaca | | 12 | baka | 300 | |
| 2 | <i>plisia</i> | fazer pregas | | 5 | plisa | SC | |
| 2 | <i>falia</i> | errar | | 5 | | | |
| 2 | <i>feria</i> | ferrear | | 4 | feru | 23 | fereru |
| 2 | <i>boltia</i> | girar | | 4 | bolta | 18 | |
| 2 | <i>pruntia</i> | aprontar | 4 | 6 | prontu | 13 | |
| 2 | <i>klarisia</i> | clarear | | 3 | klaru | 16 | klaridadi, klarensa |
| 2 | <i>sunbria</i> | fazer sombra | 2 | 5 | sonbra | 23 | |
| 2 | <i>fakia</i> | esfaquear | | 2 | faka | 66 | |
| 2 | <i>dubria</i> | dobrar | | 2 | dobra | | dobradu |
| 2 | <i>sangria</i> | sangrar | | 1 | ssngi | 43 | |
| 2 | <i>burdia</i> | andar pelas bordas | | 1 | urdu | 8 | |
| 2 | <i>dispapia</i> | falar à toa | | 1 | | | |
| 2 | <i>bentia</i> | ventar | | 1 | bentu | 87 | |
| 2 | <i>barankia</i> | sacudir violentamente | | 1 | | | |
| 2 | <i>balansia</i> | balansar | | 1 | balansa | 10 | |
| Total de 18 palavras em <i>-ia</i> N2 totalizando 97 ocorrências | | | | | | | |

O que se destaca nos dados com o sufixo *-ia* é a fato de esses verbos serem de ação e com tendência à iteratividade. Essas características também se impõem nos dados de N1, como pode ser observado abaixo. Essa característica foi inserida como um traço na RFP e herdada da percepção do falante dos traços do afixo no momento de análise estrutural. Considerando o caráter das relações inseridas nos produtos da regra determinado pela inserção do traço da iteratividade, que se transpôs de uma para a outra regra, é justificada a interpretação de cunho gramatical que se atribuía ao afixo que se desprendia do todo lexical. Eis os dados N1 da regra $(X)_N \rightarrow [(X)_N + ia]_V$.

| Nível 1 $(X)_N \rightarrow [(X)_N + ia]_V$ | | | | | | | |
|---|-----------------|------------------|------------|------------|-----------------|------------|--------------------------|
| NÍVEL | DADO | SIGNIFICADO DADO | TIPOS DADO | OCORRÊNCIA | BASE | OCORRÊNCIA | COGNATOS |
| 1 | <i>jusia</i> | discutir | | 20 | jus 'discussão' | 9 | |
| 1 | <i>kanbia</i> | transvasar | | 10 | kanba 'mudar' | 81 | kanbansa, kanbantadur |
| 1 | <i>mandukia</i> | bater com pau | | 1 | manduku 'pau' | 23 | |
| 1 | <i>papia</i> | falar | | 1 | | | |
| Total de 4 palavras em <i>-ia</i> N1totalizando 32 ocorrências | | | | | | | |

Enfim, a regra $(X)_N \rightarrow [(X)_N + ia]_V$ pode ser considerada como uma regra que se manifesta produtivamente no guineense. Considerando ser esta a única regra que forma verbos a partir de substantivos (ou nomes) na língua, tem sua produtividade garantida, pois não há regra que se posicione como sua concorrente. Soma-se a isso o fato de que, embora apresente particularidades nos traços de seus produtos de regra, o sufixo *-ia* não é seletivo com as bases, podendo se articular com substantivos indistintamente, o que contribui sensivelmente para a sua condição produtiva.

5.3.4.7 $(X)_V \rightarrow [(X)_V + nsa]_N$

Outro sufixo nominalizador do guineense é *-nsa*. Seguindo o mesmo curso histórico dos outros sufixos guineenses, *-nsa* também veio como herança da língua lexificadora. Porém, no português sua produtividade atual se restringe pela preferência dos verbos da 1ª conjugação, os verbos terminados em *-ar*. Embora esses verbos se manifestem como os verbos preferenciais para o português, não deixa de ser uma restrição imposta pela regra que se revela em nuances de improdutividade

Nos dados classificados como N3, pode-se notar que, à exceção de *doer* e *desavir-se*, todos as outras bases são terminadas em *-ar*. Importante ressaltar que o verbo *desavir-se*, além de pronominal, é bastante irregular. Já o verbo *doer*, embora dentro de um paradigma de regularidade, é um verbo defectivo, tendo manifestações somente nas terceiras pessoas do singular e plural. Portanto, considerando que a imprevisibilidade da regra tenha um histórico que vem desde as idiosincrasias das bases, não é estranha que esta tenha se manifestado também nos produtos da regra.

Contudo, o que interessa para a análise são as formas que entraram como dados de *input* para o guineense, independentemente do percurso histórico dessas formações no português. O que é interessante é a forma fonética apresentada para o guineense, assim como a análise e percepção dessa forma como dado de *input*. Assim, a forma reestruturada morfologicamente tinha como forma recorrente as terminações em *-nsa*, independentemente das restrições impostas no português. Essa foi a forma de entrada analisada estruturalmente para o falante. Eis os dados extraídos do banco de dados em N3.

| NIVEL 3 - palavras terminadas em <i>-nsa</i> | | | | | | | |
|---|---------------------|------------------|------------|------------|-----------|------------|-----------|
| NÍVEL | DADO | SIGNIFICADO DADO | TIPOS DADO | OCORRÊNCIA | BASE | OCORRÊNCIA | COGNATOS |
| 3 | <i>fiansa</i> | Fiar, confiar | 2 | 61 | fia | 78 | |
| 3 | <i>speransa</i> | esperança | 2 | 30 | | | |
| 3 | <i>kriansa</i> | criança | | 10 | kria | 33 | kriason |
| 3 | <i>difirensa</i> | diferença | | 9 | | | |
| 3 | <i>duensa</i> | doença | | 5 | dur | 51 | |
| 3 | <i>vingansa</i> | vingança | | 3 | vinga | | |
| 3 | <i>visiñansa</i> | vizinhança | | 2 | | | |
| 3 | <i>kunfiansa</i> | confiança | | 7 | kunfia | 6 | |
| 3 | <i>matansa</i> | matança | | 2 | mata | 319 | |
| 3 | <i>disavensa</i> | desavença | | 2 | | | |
| 3 | <i>ngunoransa</i> | ignorância | | 1 | | | |
| 3 | <i>rekonpensa</i> | reconpensa | | 1 | | | |
| 3 | <i>diskunfiansa</i> | desconfiança | | 1 | diskonfia | 14 | |
| 3 | <i>lenbransa</i> | lembrança | | 1 | lenbra | 70 | lenbranta |
| Total de 14 palavras em <i>-menti</i> N3 totalizando 135 ocorrências | | | | | | | |

As palavras que se formaram com o partícula gramaticalizada na forma *-nsa*, trouxeram a característica semântica de quantidade que se manifesta no significado verbal da base, porém, sem caracterizar-se como processo e “fora da situação de predicação” (Basílio, 2002, p.40). Este é um dos aspectos funcionais das nominalizações.

Uma regularidade que pode ser notada nos dados diz respeito a uma imposição fonológica das formações que são trissilábicas e com o acento acontecendo na sílaba imediatamente anterior ao sufixo, ou seja, o

acionamento da regra leva ao deslocamento do acento para a sílaba anterior ao sufixo. Por exemplo:

- *'mora* → *mo'ransa*
'morar' 'conjunto de casas'
- *'reina* → *rei'nansa*
'reinar' 'ato de reinar'

Essa imposição fonológica desencadeada pelo processo de afixação representa um problema a ser resolvido pela teoria. De acordo com Kyparski (1982) e Aronoff (1976), as restrições e o desencadeamento de processos fonológicos no acionamento da regra geram obstáculos à produtividade da regra. Porém, tendo em vista que os dados em N2 se revelaram de forma significativa, não é possível afirmar a improdutividade da regra $(X)_V \rightarrow [(X)_V + -nsa]_N$. Contudo, um argumento a favor da produtividade está no fato de que sua única suposta concorrente, a regra $(X)_V \rightarrow [(X)_V + ada]_N$ não tem o traço [+abstrato] que se impõe na regra do *-nsa*. Com isso, não se trata de uma relação de escolha para o falante, mas de uma relação de ser a única regra disponível para formar substantivos abstratos a partir de verbos no guineense. Eis os dados classificados como de N2:

| NÍVEL 2 $(X)_V \rightarrow [(X)_V + -nsa]_{N[+abstrato]}$ | | | | | | | |
|---|-----------------|-------------------|------------|------------|------------------|------------|----------|
| NÍVEL | DADO | SIGNIFICADO DADO | TIPOS DADO | OCORRÊNCIA | BASE | OCORRÊNCIA | COGNATOS |
| 2 | <i>moransa</i> | conjunto de casas | | 5 | <i>mora</i> | 60 | moradia |
| 2 | <i>kerensa</i> | amor | | 15 | <i>kere</i> | 2 | |
| 2 | <i>paransa</i> | ato de parar | | 10 | <i>para</i> | 114 | |
| 2 | <i>nbaransa</i> | prender, amarrar | | 5 | | | |
| 2 | <i>reinansa</i> | ato de reinar | | 9 | <i>reino</i> | 9 | |
| 2 | <i>kemansa</i> | keimada | | 1 | <i>kema</i> | 71 | |
| 2 | <i>klarensa</i> | claridade | | 1 | <i>klaru (A)</i> | 16 | |
| 2 | <i>mandansa</i> | ato de mandar | | 1 | <i>manda</i> | 307 | |
| 2 | <i>kanbansa</i> | travessia | | 43 | <i>kanba</i> | 81 | kanbanta |
| Total de 9 palavras em <i>-nsa</i> N2 totalizando 90 ocorrências | | | | | | | |

Moransa não se configura como um dado não contável, tampouco nomeia alguma ação ou processo como nos outros dados. Contudo, segundo um informante, o uso se faz também no sentido de lar, mas o mais usual é

como “conjunto habitacional”. Assim, pode-se conjecturar que no acionamento da regra que gerou “*moransa*”, o traço [+abstrato] estava presente, porém, houve uma extensão de sentido, em um movimento polissêmico. No percurso de polissemia aconteceu a inserção de um traço que não era previsto pela regra, mas que hoje se configura como o principal uso da palavra. Da mesma forma que *kanbansa*, ‘travessia’, cujo significado é de uma ação de atravessar o rio, em uma semântica [+abstrata], adquiriu essa semântica ocasionada pelo uso pragmático. Por exemplo: *Bu ba fasi dus kanbansa aos* ‘Você fará duas travessias hoje’. Assim, o uso contável invalida o traço [+abstrato] para esses dados, o que aponta para uma imprevisibilidade da regra.

5.3.4.8 (X)_N → [(X)_N + *siñu*]_N

Diferentemente do sufixo *-inho/zinho* português, o *-siñu* como sufixo guineense tem uma trajetória bastante particularizada. No português, o uso de um ou outro sufixo obedece a imposições dialetais, como *painho* e *paizinho*, ou mesmo idioletais, como *devagarzinho* e *divagarinho*. Entretanto, restrições impostas pela fonologia são favoráveis à utilização de *-zinho*: quando a palavra base é oxítônica, terminada em consoante ou ditongo, como em:

- *café* → *cafezinho* e **cafeinho*
- *par* → *parzinho* e **parinho*
- *cão* → *cãozinho* e **cãoinho*

Como se pode notar, há alternância mórfica do *-inho* e *-zinho* no português. Morfofonologicamente, esses morfemas parecem estar em relação de distribuição complementar, porém, em termos sociolingüísticos, eles estão em relação de concorrência e co-ocorrência. No ambiente de contato lingüístico, na formação do guineense, esses contrastes foram neutralizados e somente o *-siñu* se manteve. Mesmo em formações portuguesas, nas quais o conteúdo semântico foi conservado do português ao crioulo, o *-inho* foi substituído pelo *-siñu*.

Outra particularidade do *-inho/zinho* no português diz respeito às nuances no uso desse sufixo. Às vezes ele marca o grau menor em relação ao tamanho considerado padrão, como em: *árvore* e *arvorezinha*. Outras vezes, ele marca uma outra palavra que pode até pertencer à mesma grade

semântica em uma relação hiperonímica, mas a forma derivada apresenta traços que o definem com outro conteúdo semântico. Por exemplo, *salgado* e *salgadinho*, *pássaro* e *passarinho*. Há ainda as realizações no campo da pragmática, como em: *cerveja* → *cervejinha* (*que tal uma cervejinha?*), *café* → *cafezinho* (*é hora do cafezinho*).

Essa discussão é relevante na medida em que essas nuances se mostraram nos dados de N3. Como se pode notar na tabela abaixo, *mesiñu*, que significa medicamento, remédio, se insere no mesmo campo de uso que *cafezinho*. *Ermonsiñu*, além de ter uma relação com o tamanho (irmão menor), tem também uma carga de afetividade. Já *sosiñu* e *mansiñu*, ambos derivados de adjetivos, têm um traço de intensidade mais relevante que o de diminuição de tamanho: *mansiñu* é mais manso que somente manso e *sosiñu* é estar ainda mais solitário que só.

| NIVEL 3 - palavras terminadas em -siñu | | | | | | | |
|--|------------------|------------------|------------|------------|-------|------------|----------|
| NÍVEL | DADO | SIGNIFICADO DADO | TIPOS DADO | OCORRÊNCIA | BASE | OCORRÊNCIA | COGNATOS |
| 3 | <i>mesiñu</i> | qualquer remédio | 2 | 32 | | | |
| 3 | <i>ermonsiñu</i> | irmãozinho | | 9 | ermon | 266 | |
| 3 | <i>sosiñu</i> | sozinho | | 1 | so | 316 | |
| 3 | <i>mansiñu</i> | mansinho | | 1 | mansu | 5 | |
| Total de 4 palavras em --siñu N2 totalizando 43 ocorrências | | | | | | | |

Nos dados de N2, embora muitos deles vindos do português, não se trata da mesma formação. Por exemplo, o dado *kusasiñu*, não fosse a interpretação dos elementos morfológicos que compunham a palavra por parte do falante, ele teria sido realizado com **kusiñu* (terminada em *-iñu*, não *-siñu*). Nos outros dados em que a realização se faz como no português, há uma reestruturação na semântica que difere do equivalente português, como em *rapasiñu* ‘criança do sexo masculino’, *mamesiñu* ‘madrasta’, *papesiñu* ‘padrasto’ e *bajudasiñu* ‘criança do sexo feminino’ - o único dado N1. Esses dados são importantes também como contra-exemplos para a tese da transparência semântica dos crioulos, segundo a qual, essa transparência semântica é uma relidade constante nos processos morfológicos dos crioulos. Nesses dados a soma das partes não condiz com significado do

todo da palavra, resultando em uma construção semanticamente opaca e idissincrática. Os dados N1 e N2 podem ser observados abaixo.

| NIVEL 2 (X)_N → [(X)_N + <i>siñu</i>]_N | | | | | | | |
|--|-------------------|---------------------------|------------|------------|--------|------------|-----------|
| NÍVEL | DADO | SIGNIFICADO DADO | TIPOS DADO | OCORRÊNCIA | BASE | OCORRÊNCIA | COGNATOS |
| 2 | <i>rapasiñu</i> | criança do sexo masculino | | 20 | rapas | 211 | |
| 2 | <i>kusasiñu</i> | coisa pequena | | 6 | kusa | 580 | |
| 2 | <i>mamesiñu</i> | madrasta | | 5 | mame | | mamendadi |
| 2 | <i>bodisiñu</i> | cabrito | | 2 | bodi | 25 | |
| 2 | <i>bokasiñu</i> | boka pequena | | 2 | boka | 189 | |
| 2 | <i>cifrisiñu</i> | chifre pequeno | | 2 | cifri | 19 | |
| 2 | <i>storiasiñu</i> | estória pequena | | 1 | storia | 253 | |
| 2 | <i>panelasiñu</i> | panela pequena | | 1 | panela | 16 | |
| 2 | <i>kusasiñus</i> | coisinhas | | 1 | kusa | 651 | |
| 2 | <i>minusasiñu</i> | criança pequena, bebê | | 1 | mininu | 472 | |
| 2 | <i>kordasiñu</i> | pequeno cordão | | 1 | korda | 118 | |
| 2 | <i>kasasiñu</i> | casinha | | 1 | kasa | 813 | kasamenti |
| Total de 12 palavras em -siñu N2 totalizando 43 ocorrências | | | | | | | |

| NIVEL 3 (X)_N → [(X)_N + <i>siñu</i>]_N | | | | | | | |
|--|-------------------|--------------------------------|------------|------------|--------|------------|----------|
| NÍVEL | DADO | SIGNIFICADO DADO | TIPOS DADO | OCORRÊNCIA | BASE | OCORRÊNCIA | COGNATOS |
| 1 | <i>bajudasiñu</i> | criança do sexo feminino, bebê | | 1 | bajuda | 253 | bajudesa |
| Total de 1 palavras em -siñu N1 totalizando 1 ocorrência | | | | | | | |

Esses dados em *-siñu*, marcados pela opacidade, têm entrada como verbete no dicionário de Scantamburlo (2002), o que sugere que a interpretação do autor, em relação à opacidade e ao estatuto derivacional dessas formas, não difere da interpretação dada neste trabalho.

O que se mostra bastante relevante nesses dados carregados de opacidade, é o fato de as bases serem sempre [+humano], o que indica que a regra $(X)_N \rightarrow [(X)_N + siñu]_N$ está adquirindo sua configuração produtiva e especificando suas preferências para as bases com as quais se articulará, no caso, com o traço [+humano]. Trata-se portanto, de uma regra semi-

produtiva no guineense, mas que pode, algum dia, ter seu período de produtividade na língua.

5.3.4.9 (X)_v → [(X)_v + ntV/ndV]_v[+causatividade]

Considerado como o mais guineenses dos sufixos por Couto (1994), o sufixo *-ntV/ndV* transforma a ação de verbos em ações causativas. Trata-se, portanto, de um afixo que marca a distinção entre o uso do verbo como causativo, denotando uma ação em que uma causa produz um determinado resultado, como se pode notar nos exemplos abaixo.

| | | |
|----------------|----------------|-----------------|
| - <i>ciga</i> | → | <i>ciganta</i> |
| ‘chegar’ | ‘fazer chegar’ | |
| - <i>firbi</i> | → | <i>firbinti</i> |
| ‘ferver’ | ‘fazer ferver’ | |

Para Rougé (1988, p.17), esse sufixo resulta da junção entre o sufixo português *-antar* e o sufixo mandinga *-ndi*. Realmente a terminação *-antar* aparece em verbos da 1ª conjugação no português com a característica de serem sempre verbos regulares. Porém, não se considera ‘*antar*’ um sufixo, uma vez que a terminação desses verbos é *-ar*, com o “a” como vogal temática da 1ª conjugação e o “r” como marca de infinitivo. O “*ant*” de ***antar*** é parte integrante da base. Além do quê, não há regularidade no processo, ou seja, embora esses verbos terminados em *antar* sejam todos regulares, a recíproca não é verdadeira. Nem todos os verbos regulares em *-ar* terminam em *-antar*, por exemplo, os verbos *velejar*, *mamar* e *falar*, são regulares e da 1ª conjugação e não terminados em *-antar*.

Conforme se observa nos exemplos *ciga* → *ciganta* e *firbi* → *firbinti*, o acionamento da regra dispara processos fonológicos, que são:

- i) Harmonia vocálica - a vogal do sufixo se articula no mesmo ponto que a última vogal da base, ou seja, vogal média baixa na base, a vogal do sufixo se realiza como –a (*ciga* → *ciganta*); vogal alta e anterior na base, dispara o acionamento de –i na vogal do sufixo (*firbi* → *firbinti*);
- ii) Dissimilação – se a consoante do afixo da última sílaba da base é uma palatal vozeada, a consoante imediata à nasal do sufixo será desvozeada (*firbi* → *firbintti*);.

Contrariamente à idéia da simplicidade e da preferência pelas formas lexicais na estrutura sintática, o processo de formação desses verbos utiliza um morfema gramatical em uma formação em que o correspondente português utiliza uma locução com 2 formas lexicais, como *fazer chegar* (*ciganta* no guineense), *pôr na cama* (*ditanda* no guineense) etc. Há ainda poucas formas que apresentam correspondente português com formações derivadas, como: *mamanta* ‘amamentar’ ou ainda *firbinti* ‘aferventar’. Porém, essa correspondência não é semanticamente exata. Isso quer dizer que, embora tenham uma equivalência bastante aproximada, a distribuição de uso pelo falante não é a mesma. Amamentar não é somente a ação de fazer o bebê mamar, em uma ação perfectiva, como no crioulo. Mas o processo pelo qual uma criança se alimenta, dentro de um determinado período, no seio da mãe, portanto, mais habitual. Para uma correspondência mais fiel em uma tradução do crioulo para o português, para esses verbos causativos com -*ntV/ndV*, seria necessário a utilização de locuções verbais, como, *fazer +Verbo*. Isto porque a morfologia do português não dispõe de marcas de processos para a marcação de verbos causativos. Eis os dados com a regra $(X)_V \rightarrow [(X)_V + ntV/ndV]_{V[+causatividade]}$ extraídos do banco de dados:

| NÍVEL 2 - $(X)_V \rightarrow [(X)_V + ntV/ndV]_{V[+causatividade]}$ | | | | | | | |
|--|------------------|---------------------------|------------|------------|--------|------------|--------------------------|
| NÍVEL | DADO | SIGNIFICADO DADO | TIPOS DADO | OCORRÊNCIA | BASE | OCORRÊNCIA | COGNATOS |
| 2 | <i>bibinti</i> | dar de beber | | 4 | bibi | 162 | bibidur, bibiron |
| 2 | <i>bidanta</i> | fazer tornar, transformar | | 1 | bida | 252 | bidadur -SC |
| 2 | <i>ciganta</i> | fazer chegar | | 2 | ciga | 1185 | |
| 2 | <i>ditanta</i> | deitar algo ou alguém | | 20 | dita | 169 | |
| 2 | <i>fianta</i> | fazer crer | | 1 | fia | 78 | fiansa |
| 2 | <i>fikanda</i> | pôr algo em algum lugar | 2 | 9 | fika | 618 | |
| 2 | <i>firbinti</i> | fazer fever | | 12 | firbi | 8 | |
| 2 | <i>firmanta</i> | fixar | | 10 | firma | 130 | |
| 2 | <i>frianta</i> | esfriar | | 11 | fria | 5 | |
| 2 | <i>furanta</i> | fazer furo | | 5 | fura | 43 | furadur |
| 2 | <i>justanda</i> | igualar | | 2 | justa | 36 | justamenti |
| 2 | <i>kabanta</i> | fazer acabar | | 23 | kaba | 508 | |
| 2 | <i>kanbanta</i> | atravessar | | 12 | kanba | 81 | kanbansa. kanbantadur |
| 2 | <i>kontranda</i> | reunir | | 1 | kontra | 289 | |
| 2 | <i>lantanda</i> | fazer levantar | | 13 | lanta | 278 | |
| 2 | <i>lenbranta</i> | fazer lembrar | | 2 | lenbra | 70 | lenbransa |
| 2 | <i>longanta</i> | alongar algo | | 2 | longa | 10 | |
| 2 | <i>mamanta</i> | amamentar | | 21 | mama | 128 | |
| 2 | <i>mudanta</i> | deslocar | 2 | 3 | muda | 16 | mudansa |
| 2 | <i>paranta</i> | fazer parar | | 10 | para | 144 | paransa |
| 2 | <i>pasanta</i> | fazer passar | | 2 | pasa | 331 | pasada |
| 2 | <i>peganda</i> | acender fogo | | 12 | pega | 337 | |
| 2 | <i>pirdinti</i> | causar a perda | | 5 | pirdi | 108 | |
| 2 | <i>rianta</i> | arriar | | 16 | ria | 95 | riada |
| 2 | <i>sibinti</i> | fazer subir | | 2 | sirbi | 26 | |
| 2 | <i>sintanda</i> | fazer sentar | | 12 | sinta | 427 | |
| Total de 26 palavras em $-ntV/ndV$, todas N2 totalizando 213 ocorrências | | | | | | | |

Todos os dados podem ser classificados como dados de N2, isto é, produzidos no guineense, mas com bases portuguesas. São, portanto, resultados de um estado produtivo da RFP $(X)_V \rightarrow [(X)_V + ntV/ndV]_{V[+causatividade]}$.

Embora haja complexidade no acionamento da regra com ativação de 2 tipos de processos fonológicos, estando esta estratificada em níveis mais altos no léxico, não se pode afirmar sua total improdutividade. Os dados extraídos do bando de dados do guineense somaram 213 ocorrências em 26 palavras diferentes, o que aponta para números significativos no total de realizações derivadas extraídas do banco de dados. Soma-se a isso o fato

de não haver, na língua lexificadora, um processo de causatividade que se realize morfologicamente.

Todos os dados derivados *com -ntV/ndV* extraídos têm bases que são palavras recorrentes no guineense. A menos recorrente delas se realizou 5 vezes no bando de dados, que é o caso de *fria* ‘esfriar’ e *ciga* ‘chegar’. A mais recorrente das bases no banco somou 1185 ocorrências. Isso aponta para o reconhecimento e a análise da estrutura da palavra com o sufixo *-ntV/ndV* pelo falante guineense.

5.3.4.10 (X)_N → [(X)_V + *menti*]_N

O sufixo *-menti* guineense equivale ao sufixo português *-mento*⁴⁵. No português, *-mento* é um nominalizador bastante produtivo, ao lado de seu principal concorrente, o sufixo *-ção*, cujo correspondente no guineense é o *-son*. Tanto *-son* quanto *-menti* não se fizeram nominalizadores produtivos no guineense, pelo menos por enquanto. Os dados com *-son*, que somaram 164 ocorrências em 47 palavras diferentes, são todos dados de empréstimo classificados em N3, o que não justifica sua inclusão como afixo do guineense.

Do total de 12 formações com *-menti*, apenas 2 delas são formadas no guineense como dados N1 e N2, o que depõe contra um argumento de sufixo produtivo no guineense, conforme pode ser observado nas tabelas abaixo:

⁴⁵ Há também a existência de palavras terminadas *-menti* equivalente ao *-mente* do português, ou seja, são advérbios que se originaram de adjetivos. Porém, todos os dados com essa terminação e com uso adjetival no banco de dados são dados N3 – empréstimos do português. Portanto, esses dados não são relevantes à discussão acerca da produtividade no guineense, uma vez que não se pode inferir acerca do reconhecimento gramatical do *-menti* como formador de advérbios para o guineense.

| NIVEL 3 - palavras terminadas em <i>-menti</i> | | | | | | | |
|--|----------------------|------------------|------------|------------|----------|------------|-----------------|
| NÍVEL | DADO | SIGNIFICADO DADO | TIPOS DADO | OCORRÊNCIA | BASE | OCORRÊNCIA | COGNATOS |
| 3 | <i>kasamenti</i> | casamento | 2 | 69 | kasa | 813 | |
| 3 | <i>kontentamenti</i> | contentamento | | 8 | kontenti | 61 | |
| 3 | <i>dokumenti</i> | documento | | 4 | | | |
| 3 | <i>ripindimenti</i> | arrependimento | | 1 | ripindi | 3 | |
| 3 | <i>sintimenti</i> | sentimento | | 1 | sinti | 85 | |
| 3 | <i>sufrimenti</i> | sofrimento | | 1 | sufri | | sufriður |
| 3 | <i>finjimenti</i> | fingimento | | 1 | finji | 30 | |
| 3 | <i>gardisimenti</i> | agradecimento | 2 | 2 | gardisi | 5 | |
| 3 | <i>pensamenti</i> | pensamento | | 1 | pensa | 134 | |
| 3 | <i>intendimenti</i> | entendimento | | 2 | | | disintendimentu |
| Total de 10 palavras em <i>-menti</i> N3 totalizando 90 ocorrências | | | | | | | |

| NIVEL 2 (X) _N → [(X) _V + <i>menti</i>] _N | | | | | | | |
|--|----------------|---|------------|------------|------|------------|----------|
| NÍVEL | DADO | SIGNIFICADO DADO | TIPOS DADO | OCORRÊNCIA | BASE | OCORRÊNCIA | COGNATOS |
| 2 | <i>fomenti</i> | sujeito com a barriga funda causada pela fome | 2 | 7 | fomi | 85 | |
| Apenas 1 palavras em <i>-menti</i> N2 totalizando 7 ocorrências | | | | | | | |

| NIVEL 1 (X) _N → [(X) _V + <i>menti</i>] _N | | | | | | | |
|--|-------------------|------------------|------------|------------|----------------------------|------------|----------|
| NÍVEL | DADO | SIGNIFICADO DADO | TIPOS DADO | OCORRÊNCIA | BASE | OCORRÊNCIA | COGNATOS |
| 1 | <i>lebsimenti</i> | desprezo | 2 | 7 | Lebsi 'falar com desprezo' | 4 | lebsidu |
| Apenas 1 palavras em <i>-menti</i> N1 totalizando 7 ocorrências | | | | | | | |

Os dados que N1 e N2 representam muito pouco para aferir a produtividade da regra (X)_N → [(X)_V + *menti*]_N.

5.3.4.11 (X)_N → [(X)_N + *dia*]_N [+abstrato]

Outro sufixo não produtivo no guineense é o sufixo *-dia*, cuja formalização da RFP é (X)_N → [(X)_N + *dia*]_N[+abstrato]. Formador de substantivos abstratos a partir de outro adjetivo/substantivo, o sufixo *-dia* tem como concorrentes os sufixos produtivos *-esa* e *-ndadi*. Embora pouco recorrente,

com apenas 5 formações diferentes nos dados, o *-dia* tem estatuto de sufixo próprio do guineense, pois 3 dos 5 dados não ocorrem no português, e estão classificados como dados N2. Porém, não se pode atestar a produtividade da regra $(X)_N \rightarrow [(X)_N + dia]_{N[+abstrato]}$ por dois motivos. Primeiramente, os dados sugerem que a regra impõe restrições semânticas e fonológicas às suas bases, o que vai interferir na produção de novos itens a partir da regra. Além disso, a pouca ocorrência de formações com o sufixo *-dia* confirma a escassa produtividade causada pelas restrições. Embora poucos os dados produtivos, todos os três dados foram produzidos dentro de um padrão próprio da RFP guineense. Esses dados N2 tem como base de regra palavras iniciadas com oclusiva palatal surda sempre com a presença de uma vogal nasal (*kunbosa*) ou nasalizada (*kamarada* e *kuñada*) no núcleo da sílaba inicial. Há também o fator semântico a ser observado como restrição. Todas as bases designam seres com o traço [+humano]. São dados observáveis que, embora poucos para o total do banco de dados do guineense, representam a totalidade para as formações produzidas pela regra $(X)_N \rightarrow [(X)_N + dia]_{N[+abstrato]}$, conforme pode ser observado na tabela abaixo.

| NÍVEIS 2 e 3 $[(X)_N \rightarrow [(X)_N + dia]_{N[+abstrato]}$ | | | | | | | |
|---|-------------------|-----------------------------------|-------|------------|-----------------|------------|--------------------------|
| NÍVEL | DADO | SIGNIFICADO | TIPOS | OCORRÊNCIA | BASE | OCORRÊNCIA | COGNATOS |
| 2 | <i>kamaradia</i> | kamaradagem | 2 | 6 | <i>kamarada</i> | 89 | |
| 2 | <i>kuñadadia</i> | ato de parentesco | 2 | 2 | <i>kuñadu</i> | 21 | kuñadaria kuñadundadi |
| 2 | <i>kunbosadia</i> | relação de ciúme entre co-esposas | 2 | 5 | <i>kumbosa</i> | 9 | kunboseria |
| 3 | <i>moradia</i> | casa | 3 | 3 | <i>morada</i> | SC | moransa |
| 3 | <i>kobardia</i> | covardia | SC | SC | <i>kobardi</i> | | |
| Total de 5 formações em <i>-dia</i> totalizando 16 ocorrências | | | | | | | |

Um dado que chama a atenção para o estatuto sufixal de *-dia* é *kuñadadia*. Por que a formação não usou os mesmos critérios na adjunção como em *kamarada* \rightarrow *kamarada+dia* \rightarrow *kamaradia*, quando houve a supressão da sílaba final em favor da permanência do sufixo como marca morfológica? Uma forma de análise é considerar como originário de *camaradagem*, palavra portuguesa, como afirma Scantamburlo (2002, p.85). Porém, quais os fatores que levariam o falante guineense a apagar um sufixo de uma palavra portuguesa e substituí-lo por outro que tem a mesma função

gramatical? Outra hipótese seria de que na junção *kamarada+dia* a posição átona da vogal final da base tenha ocasionado um apagamento da mesma, e na articulação dupla da oclusiva palatal da base e do afixo uma tenha apagado a outra. Para Rougé (1988, p. 79), a formação não acontece com sufixo *-dia*, mas com o sufixo *-ia*, como *kamarad+iya*. O sufixo *-ia* (cf. 5.3.4.6) é um outro sufixo que, além de selecionar bases diferentes, produz também categorias diferentes, ou seja, enquanto a regra $(X)_N \rightarrow [(X)_N + dia]_N$ tem como produto substantivos, a regra $[(X)_N + ia]_V$ produz verbos a partir de nomes, os quais não têm as mesmas especificações fonológicas e semânticas da regra em *-ia*. Isso invalida a hipótese de que *kamaradia* tem o *-ia* como sufixo.

5.3.4.12 $(X)_A \rightarrow [(X)_A + uda]_{N[+abstrato]}$

A regra de formação com *-uda* também se aciona a partir de bases adjetivais para a formação de substantivos. Sua pouca produtividade na língua não permite que ele seja considerado como um sufixo concorrente para o *-ndadi*, *-esa*, *-asku* e *-nsa*. Sua ocorrência nos dados se restringiu a *fortuda* ‘acidez’, que tem como palavra base *forti* ‘azedo’ ‘ácido’. No *Dicionário do Guineense* de Scantamburlo (2002, p. 635) há a ocorrência de *bekuda* ‘barracuda’, *fartuda* ‘estado de fartura’ e *larguda* ‘largura’, como exemplo no verbete do sufixo *-uda*, embora essas mesmas palavras não constem como entrada no mesmo dicionário. Contudo, essas formações são recorrentes na fala de informantes e *larguda* conta como verbete no *Vokabulari Kriol-Purtugês* de Biasutti (1987), o que aponta para a lexicalização da formação. A distribuição dos dados pode ser observada no quadro abaixo.

| NÍVEIS 2 e 3 $(X)_A \rightarrow [(X)_A + uda]_{N[+abstrato]}$ | | | | | | | |
|---|----------------|-------------------|-------|------------|--------------|------------|----------|
| NÍVEL | DADO | SIGNIFICADO | TIPOS | OCORRÊNCIA | BASE | OCORRÊNCIA | COGNATOS |
| 2 | <i>fortuda</i> | acidez | 1 | 4 | <i>forti</i> | 27 | fortisi |
| 3 | <i>bekuda</i> | barracuda | SC | SC | | 15 | |
| 2 | <i>fartuda</i> | estado de fartura | SC | SC | <i>fartu</i> | 3 | |
| 2 | <i>larguda</i> | largu | BIA* | INFO* | <i>largu</i> | 9 | |
| Total de 4 formações em <i>-uda</i> totalizando 4 ocorrências no corpus | | | | | | | |

*BIA - BIASUTI, P.A. *Vokabulari kriol-Purtugês*. 2 ed. Missão Católica de Bubaque, Guiné-Bissau, 1987

Semântica e morfológicamente, o sufixo guineense *-uda* apresenta ainda traços similares com *-udo* português. A noção semântica de exagero é um traço semântico relevante para os 4 dados, pois *-udo* é sufixo com a idéia de abundância, excesso, característica aumentada. No momento produtivo atual, a RFP do *-udo* em português carrega um traço de pejoratividade, como em *narigudo*, *cabeçudo*, *cadeirudo* etc. Esse traço não é percebido na regra $(X)_A \rightarrow [(X)_A + uda]_N$ guineense, porém, o que chama atenção é o fato de no português a noção de abundância ser uma traço do adjetivo formado pela regra, com elementos semânticos vindos do substantivo que foi a base da RFP. No guineense acontece de forma oposta, pois o substantivo que é produto da RFP vem carregado com traços qualitativos dados de forma abundante pelo qualitativo (ou adjetivo) que serviu de base.

português

- *nariz* → *nariguda*

(a noção de abundância está no adjetivo *nariguda*, com elementos do substantivo *nariz*)

guineense

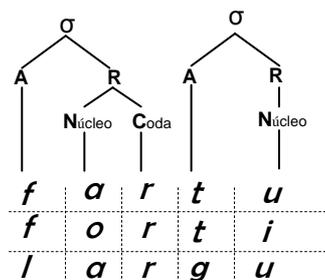
- *forti* - *fortuda*

'forte' 'acidez' (literal)

(a noção de abundância se mantém da base ao produto da regra)

Outra característica é que a percepção do afixo, por parte do falante, parece ter ocorrido com a forma do feminino marcado no adjetivo, ou seja, com a terminação em *-uda*, pois essa é a forma fonética encontrada nos dados guineenses. Talvez *barrakuda*, o único dado de N3 (de *input*) encontrado em Scantamburlo seja a forma de entrada desse sufixo, o que explica a forma fonética em *-uda*, não em *-udo*. Pode-se conjecturar que, se a percepção fonética de *barrakuda* é *bekuda*, no processo de análise estrutural e posterior desmembramento morfêmico, o guineense interpretou como *biku+uda*, sendo a parte gramatical da palavra o *-uda*.

Do ponto de vista da restrição morfofonológica, os três dados de N2, *fortuda*, *fartuda* e *larguda*, parecem selecionar palavras bases dissílabas, cuja estrutura da sílaba acentuada, no caso a primeira delas, se faz mediante o peso silábico, como se pode observar na estrutura arbórea abaixo.



Por sua vez, o núcleo da sílaba a qual será atado o sufixo é sempre uma vogal alta tendo como ataque também uma oclusiva.

Essa restrição da estrutura fonológica das bases aponta fatores de não-produtividade da regra, uma vez que esta restringe suas possibilidades de acionamento a algumas poucas palavras da língua com essa construção fonológica específica.

Importante ressaltar que no banco de dados há 9 ocorrências para *fartura* e nenhuma de *fartuda*, o que aponta a preferência da formação mais dentro dos padrões do crioulo aportuguesado, em uma situação de descrioulização. Por outro lado, pode-se também questionar que, dada a existência das duas formas na língua, o que está impedindo o acionamento do bloqueio? Uma forma de análise é de que a forma lexicalizada *fartuda* esteja restrita a níveis de fala tradicional, e que esta formação está sendo substituída pela forma portuguesa *fartura*. Outra forma de se analisar diz respeito nuances de traços na interpretação do falante. Talvez o contexto de uso tenha uma distribuição semântica diferente para as duas formações e que não é percebido pelos informantes falantes do crioulo aportuguesado, ou, de variedades mais acroletais. Mas o que é relevante para um estudo da produtividade é que o sufixo *-ura* português parece estar substituindo *-uda*.

5.3.4.13 $(X)_N \rightarrow [(X)_N + on]_N$

Outro sufixo não produtivo no guineese é o sufixo *-on*, originário do aumentativo *-ão* português. Diferentemente da semântica quantitativa que se impõe na regra de *-ão* no português, as formas que se apresentaram são formas em que há irregularidade da regra no português. Essa irregularidade diz respeito ao significado da palavra derivada, pois esta não se limita à

noção intensificadora do sufixo, e comporta uma semântica que vai além do aumentativo, como se pode notar nos dados N3 abaixo.

| NÍVEL 3 - palavras terminadas em -on | | | | | | | |
|---|----------------|------------------|------------|------------|--------|------------|-----------|
| NÍVEL | DADO | SIGNIFICADO DADO | TIPOS DADO | OCORRÊNCIA | BASE | OCORRÊNCIA | COGNATOS |
| 3 | <i>fugon</i> | fogão | | 27 | Fugu | 197 | |
| 3 | <i>garafon</i> | garrafão | | 10 | garafa | 31 | |
| 3 | <i>karton</i> | kartão | | 8 | Karta | 24 | |
| 3 | <i>salon</i> | salão | 2 | 8 | Sala | 12 | |
| 3 | <i>bidon</i> | vidão | | 3 | bida | 252 | |
| 3 | <i>kordon</i> | cordão | | 2 | korda | 118 | |
| 3 | <i>porton</i> | portão | | 2 | porta | 161 | |
| 3 | <i>skribon</i> | esvrição | | 1 | skribi | 6 | skribidur |
| 3 | <i>caixon</i> | caixão | | 1 | kaixa | 12 | |
| Total de 9 palavras em -on N3 totalizando 62 ocorrências | | | | | | | |

Embora com uma produtividade diminuta em relação aos sufixos produtivos, os 3 dados N2 e N1, gerados a partir da regra $(X)_N \rightarrow [(X)_N + -on]_N$, não herdaram a semântica aumentativa da regra portuguesa, como se pode observar nas tabelas abaixo.

| NÍVEL 2 $(X)_N \rightarrow [(X)_N + -on]_N$ | | | | | | | |
|---|---------------|------------------|------------|------------|-------|------------|----------|
| NÍVEL | DADO | SIGNIFICADO DADO | TIPOS DADO | OCORRÊNCIA | BASE | OCORRÊNCIA | COGNATOS |
| 2 | <i>pinton</i> | pinto de galinha | | 5 | pintu | 6 | |
| Apenas 1 palavra em -on N2 com apenas 5 ocorrências | | | | | | | |

No único dado de N2, a semântica do aumentativo é totalmente neutralizada, uma vez que de *pintu* \rightarrow *pinton* 'pintinho', o que se esperaria é que a regra acionada fosse a $(X)_N \rightarrow [(X)_N + -si\u00f1u]_N$. Mas não foi o que aconteceu. Essa imprevisibilidade nas formas produzidas no crioulo não se limita a *pintu* \rightarrow *pinton* 'pintinho' de N2, pois *kalma* 'cabaça' \rightarrow *kalmon* 'colherzinha feita de cabaça', que é um dado N1, é também um exemplo, como se pode observar abaixo.

| NÍVEL 1 (X) _N → [(X) _N + -on] _N | | | | | | | |
|--|----------------|-----------------------------|------------|------------|-------------------|------------|-------------|
| NÍVEL | DADO | SIGNIFICADO DADO | TIPOS DADO | OCORRÊNCIA | BASE | OCORRÊNCIA | COGNATOS |
| 1 | <i>amonton</i> | preguiçoso | | 12 | | | amontandadi |
| 1 | <i>kalmon</i> | colherzinha feita de cabaça | | 3 | kalma 'cabaça' | | |
| Total de 2 palavras em -on N1 totalizando 15 ocorrências | | | | | | | |

Esses dados, *pinton* 'pintinho de galinha' e *kalmon* 'colherzinha feita de cabaça', cuja forma do referente levaria a utilização do diminutivo no português, foram formados a partir de um sufixo de origem do aumentativo português. Essas formações atestam a percepção do falante da semântica dos dados de *input*, de N3, cuja noção aumentativa foi neutralizada.

5.3.4.14 (X)_A → [(X)_A + asku]_{N[+abstrato]}

Outro formador de substantivos com o traço [+abstrato] no guineense é o sufixo *-asku*. Assim como *-esa*, trata-se de um sufixo concorrente do *-ndadi*, uma vez que é acionado a partir de adjetivos e formador de substantivos abstratos. Sua condição concorrente tem representatividade na produtividade da língua, pois sua ocorrência nos dados foi de 25 dados. Porém, todos os dados estratificados no nível 2 – N2. Isso quer dizer que todos os dados com *-asku* são formados no crioulo, com bases vindas do português, porém, com formações não atestadas na língua lexificadora. A RFP (X)_A → [(X)_A + asku]_{N[+abstrato]}, embora não tenha apresentado nenhum dado de N1, se posiciona dentro dos critérios estabelecidos para o estatuto de RFP próprias do guineense, pois todas as ocorrências são de N2 - nível que atesta a produtividade do afixo (ou da regra). Como pode ser observado na tabela abaixo, houve 28 ocorrência em 10 formações diferentes.

| NÍVEL 2 (X) _A → [(X) _A + <i>asku</i>] _{N[+abstrato]} | | | | | | | |
|--|--------------------|---------------------------|-------|------------|---------|------------|----------------------|
| NÍVEL | DADO | SIGNIFICADO | TIPOS | OCORRÊNCIA | BASE | OCORRÊNCIA | COGNATOS |
| 2 | <i>balentasku</i> | Valentia, vigor | 1 | 1 | balenti | 3 | |
| 2 | <i>bandidasku</i> | bandidistismo | 1 | 3 | bandidu | 13 | bandidagen |
| 2 | <i>brutasku</i> | Estupidez, selvageria | 1 | 1 | brutu | 54 | |
| 2 | <i>bunitasku</i> | beleza | 2 | 14 | bunitu | 103 | |
| 2 | <i>burmejasku</i> | avermelhado | 1 | 2 | burmeju | 47 | |
| 2 | <i>diritasku</i> | retidão | 1 | 1 | dititu | 141 | |
| 2 | <i>korentasku</i> | Fluxo de água muito forte | 1 | 1 | korenti | 2 | |
| 2 | <i>katiberasku</i> | cativoiro | 1 | 2 | katibu | 20 | |
| 2 | <i>pusturasku</i> | elegância | 1 | 1 | | | |
| 2 | <i>rapasku</i> | juventude | 1 | 2 | rapas | 211 | rapasiñu rapasisi |
| Total de 10 formações em –asku de N2 totalizando 28 ocorrências | | | | | | | |

Com exceção de *pusturasku* ‘elegância’, todas as 9 formações tiveram ocorrência nos dados das palavras-base como forma livre, o que atesta o estatuto de forma derivada das formações em –asku. Outro argumento a favor do estatuto gramatical de –asku é a ocorrência de cognatos nos dados para *bandidasku* ‘banditismo’ e *rapasku* ‘juventude’, como *bandidagem* e *rapasiñu*.

No português, o sufixo –asco tem como alomorfes -isco, -esco, como em *chuvisco* e *parentesco*. Essa alomorfia, segundo Houaiss (2001), é motivada por fatores fonéticos, em um movimento de harmonia vocálica. O fato é que a interpretação dada pelo falante para sufixos não produtivos na língua é sempre contestável. Ou seja, seria mesmo uma forma complexa para o falante? Esse é o caso do sufixo –asco no português. Um dado importante é que, mesmo sendo um sufixo não produtivo atualmente, a datação sugere uma produtividade nos séculos XV e XIV⁴⁶, época de grande importância a formação do crioulo guineense, o que pode ter impulsionado o reconhecimento do falante crioulo da estrutura interna das formas em –asco nas palavras do português. A ocorrência nos dados guineenses sempre em N2 atesta que o estatuto gramatical do –asku no guineense é parte do conhecimento do falante. A percepção fonética do sufixo teve como

⁴⁶ Basco, séc. XIV; casco, séc. XIV; penhasco, séc. XV; carrasco, séc. XVI

referência o alçamento da vogal átona final, de *asco* → *asku*, que assumiu uma identidade fonética própria no guineense com a regra $(X)_A \rightarrow [(X)_A + asku]_N$.

As bases utilizadas nos dados guineense são sempre mais adjetivais e qualificadoras. Chama a atenção o dado *pusturasku* ‘elegância’. Além de não ter a base como forma livre nos dados, também não consta no *Dicionário do Guineense* (Scantamburlo, 2002). Nem como a base, *pustura*, ou mesmo como a forma derivada, *pusturasku*. Isto sugere que essas formações também não aparecem nos banco de dados do dicionarista. Uma forma de análise deste dado refere-se à formação esporádica (*nonce-formation*), quando “uma palavra complexa nova é criada pelo falante/escritor, sob o impulso do momento, para satisfazer alguma necessidade imediata” (Rocha, 1999, p. 81). Nesse caso, a palavra que é base de regra - *postura* - é uma palavra que se encontra no léxico do falante como um empréstimo do português. Assumindo que esta é parte integrante do léxico do falante, nada impede que uma regra que está em produtividade na língua, que é o caso do *-asku*, produza formações novas e gramaticais. Ou seja, tendo ela condições de produtividade e de produção (Basílio, 1989) na morfologia do guineense, a regra será acionada.

5.3.5 Prefixação com $(X)_{V/N} \rightarrow [dis- + V/N]_{V/N}$

Embora Scantamburlo reconheça 5 prefixos no guineense (*anti-*, *ba-*, *dis-*, *gan-* e *ka*), somente *dis-* é considerado aqui como um morfema gramatical que se afixa a bases lexicais. No processo de prefixação, não ocorre mudança categorial, mas um acréscimo de informações na semântica da base. Talvez essa definição mais tradicional tenha inspirado o reconhecimento de Scantamburlo das formas citadas acima como prefixos. Entretanto, Couto (1994) e Rougé (1988) reconhecem apenas *dis-* como prefixo no guineense. Couto (2002c), que pesquisou sobre a prefixação no guineense, afirma que o prefixo nas línguas românicas “tende a acrescentar ao radical a idéia de movimento”, que pode ser o afastamento, a aproximação, a negação, a intensificação etc. Essa noção de movimento se deve ao fato de não se distinguirem das preposições, que, por sua vez, assumem essa função na língua.

O *anti-*, embora descrito como prefixo por Scantamburlo, *não* ocorreu como tal no banco de dados do guineense. Todas as 28 ocorrências de *anti* foram de preposição, como nos exemplos abaixo.

- *I bai, ibai, i bai anti di sol mansi*
'Ele vai, vai, vai antes do dia amanhecer'
- *Un minjer padi aos anti di sol mansi*
'Uma mulher deu à luz hoje antes do dia amanhecer'

Quanto às partículas *ba* e *gan*, para Kihm (1994) são reconhecidamente prefixos. *Ba*, que quando se posiciona ao lado de um substantivo próprio, designa os familiares desse substantivo, teria origem na marca de plural *ba* de línguas de substrato (Kihm, 1994, p. 129). A partícula *gan*, que designa a terra referente ao substantivo próprio que está ao lado dessa partícula "equivale aproximadamente ao *con* 'terra'. Por exemplo:

- *Denbasiñu i ka disa Ba Fode kabanta kunbersa...*
'Denbasiñu não deixa os familiares de Fode dar um fim à conversa'
- *I ten ba un montiadur na Gan Fodeba, montiadur suma i ka ten...*
'Havia um caçador na terra do Fodeba, um caçador como não havia outro igual'

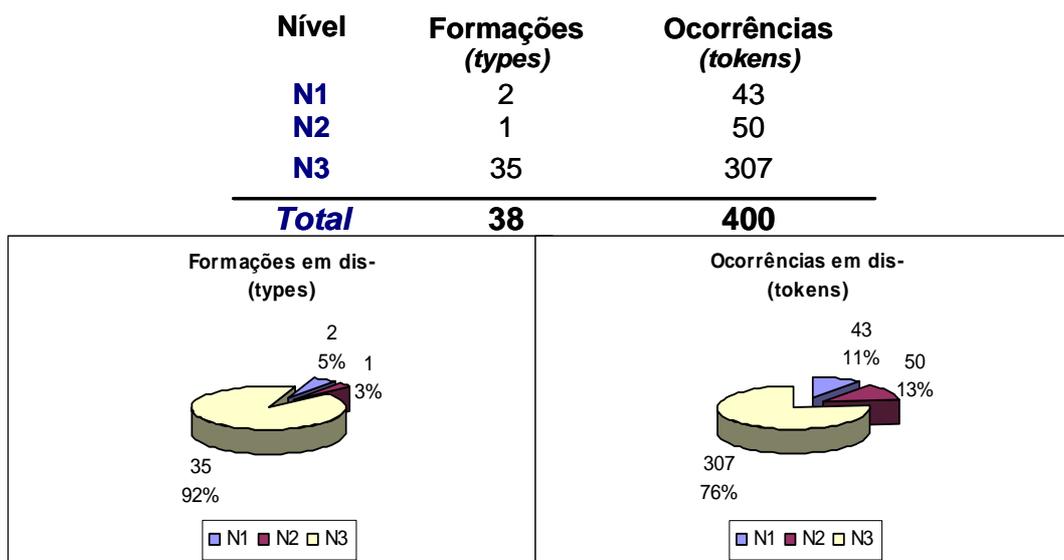
Kihm (1994, p. 129) também afirma que *gan* está lexicalizado e sua ocorrência aparece nessas formas lexicalizadas, não sendo, portanto produtivo na língua. Diante da lexicalização, a condição de morfema gramatical não é mais válida para a argumentação acerca de seu estatuto de afixo. Quanto ao *ba* e ao *gan*, o conteúdo semântico os insere mais no campo dos morfemas lexicais, porém seu comportamento morfológico é de forma livre. Contudo, esse comportamento parece apontar mais para uma forma dependente que para uma forma presa, visto que não se prendem fonologicamente às suas bases. Outro argumento é de que não desempenham apenas uma função gramatical, mas há aí uma conjunção de significados lexicais, o que aponta para um processo mais no campo da composição que da derivação propriamente dita. Talvez essa condição lexical de *ba* e *gan* estaria se neutralizando, em favor de uma gramaticalização como prefixo e essa discussão se deve ao fato desses processos se encontrarem em um estado de transição no *continuum* entre a composição e a derivação.

A outra partícula reconhecida como prefixo por Scantamburlo, mas não por Kihm (1994) e Couto (1994, 2002) é a negativa *ka*. Segundo Kihm (1994,

p. 47) o *ka* originou-se da forma reduzida de *nunca* do português. Essa forma teria apagado a primeira sílaba, que era a sílaba tônica, (*nun*) e mantido a segunda sílaba átona na formação (*ka*). Essa partícula tem estatuto de forma livre no guineense. Sua ocorrência como um prefixo aparente se dá em *kabali* ‘sem valor’ e seus respectivos derivados, como: *kabalindadi* e *kabalidu*. Trata-se de uma forma lexicalizada, na qual se pode questionar a análise dessa forma como complexa, isto é, até que ponto o falante reconhece o processo de composição na estrutura dessa palavra?

Seguindo a interpretação de Rougé (1988) e Couto (1994 e 2002c), considera-se apenas a regra $(X)_{VN} \rightarrow [dis- + V/N]_{VN}$ como a única regra de prefixação no guineense. No trabalho de Couto (2002c) há uma referência às questões ligadas à codificação de ações desempenhadas no mundo, as quais se realizam morfologicamente, em uma visão ecolingüística. Essas ações estão incorporadas ao ato de construir \rightarrow **destruir** \rightarrow **reconstruir** as coisas do mundo no qual se usa a língua. Dessa forma, o autor afirma que prefixo *dis-* é o mais usado no ambiente guineense, idéia esta que é corroborada pela ocorrência de dados que se extraíram para a presente análise (103 palavras foram extraídas na 1ª rodada de dados). Contudo, diferentemente do trabalho de Couto, esta análise não considera as questões ecolingüísticas, tendo apenas um olhar sobre a morfologia, para uma observação acerca da produtividade do prefixo *dis-*.

Antes do trabalho de expurgo das formas não relevantes à discussão, os dados somavam 103 palavras começadas com *dis-* no guineense. Contudo, muito desses dados são formas com um grau de opacidade bastante alto até para o falante português, como *dispidi* ‘despedir’ (que não é desfazer o pedido), por exemplo. Enfim, foram selecionados os dados em que a noção de “desfazimento” contida no prefixo *dis-* fosse mais clara, o que resultou em dados com um grau de transparência mais elevado. Depois de selecionados, os dados somaram 38 palavras para a análise, e depois de classificadas em N1, N2 e N3, distribuíram-se da seguinte forma:



As formações em N3, isto é, de empréstimos do português somaram 92% do total dos dados. Doze delas não têm a ocorrência das bases como forma livre no guineense, o que dificulta a afirmação de que são formas analisáveis em partes pelos falantes. Contudo, a noção semântica de “desfazimento”, ou des-ação, para usar a definição de Couto (2002c), é bastante perceptível para o guineense, conforme pode ser observado na tabela abaixo.

| NIVEL 3 - palavras começadas em <i>dis-</i> | | | | | | | |
|---|------------------------|------------------|------------|------------|--------------|------------|-------------------|
| NÍVEL | DADO | SIGNIFICADO DADO | TIPOS DADO | OCORRÊNCIA | BASE | OCORRÊNCIA | COGNATOS |
| 3 | <i>disabidu</i> | desavisado | | 4 | | | |
| 3 | <i>disalmadu</i> | desalmado | | 1 | alma? | 79 | |
| 3 | <i>disanima</i> | desanimar | | 2 | anima | 1 | disanimadur |
| 3 | <i>disaparsi</i> | desaparecer | | 5 | parsi | 72 | |
| 3 | <i>disasosegu</i> | desassossego | | 1 | | | |
| 3 | <i>disavensa</i> | desavença | 2 | 3 | | | |
| 3 | <i>diskontrola</i> | descontrolar | | 2 | kontrola | 3 | |
| 3 | <i>disenpeña</i> | desempenar | | 1 | | | |
| 3 | <i>disenvolvi</i> | desenvolve | | 4 | involvi | SC | |
| 3 | <i>disgustu</i> | desgosto | 2 | 18 | | | |
| 3 | <i>disarma</i> | desarmar | | 1 | arms | 22 | |
| 3 | <i>disinganal</i> | desenganar | | 1 | ngana | 32 | |
| 3 | <i>disingata</i> | desengatar | | 1 | ngata | 11 | |
| 3 | <i>disinkamiñadu</i> | desencaminhado | | 2 | | | |
| 3 | <i>disinpeña</i> | desempena | | 1 | | | |
| 3 | <i>disintendimentu</i> | desentendimento | | 2 | intendimentu | 4 | |
| 3 | <i>disintera</i> | desenterrar | | 2 | ntera | 27 | |
| 3 | <i>disintindi</i> | desentender | | 1 | ntindi | 63 | |
| 3 | <i>diskansa</i> | descansar | 4 | 55 | kansa | 157 | |
| 3 | <i>diskarga</i> | descarregar | 3 | 10 | karga | 107 | karganta |
| 3 | <i>diskarna</i> | descarnar | | 1 | | | |
| 3 | <i>diskasa</i> | descasar | | 1 | Kasa | 813 | Kasmaenti, kasada |
| 3 | <i>diskaska</i> | descascar | | 1 | kaska | 27 | |
| 3 | <i>diskorado</i> | descorar | | 1 | | | |
| 3 | <i>diskuda</i> | descuidar | | 33 | kuda | 101 | |
| 3 | <i>diskulpa</i> | desculpar | | 19 | kulpa | 8 | |
| 3 | <i>diskunfia</i> | desconfiar | 3 | 18 | kunfia | 1 | diskunfiansa |
| 3 | <i>diskunusidu</i> | desconhecido | | 2 | | | Kuñusidur SC |
| 3 | <i>disligadu</i> | desligado | | 1 | ligadu | 1 | |
| 3 | <i>dismanca</i> | desmancha | 7 | 53 | | | |
| 3 | <i>dismara</i> | desamarrar | 3 | 19 | mara | 118 | |
| 3 | <i>dismeresi</i> | desmerecer | | 1 | meresi | 2 | meresimentu |
| 3 | <i>disparsi</i> | desaparecer | 2 | 4 | parsi | 72 | |
| 3 | <i>dispindra</i> | despendurar | 4 | 7 | prinda | 11 | |
| 3 | <i>distapa</i> | destampar | 2 | 4 | tapa | 19 | |
| Total de 35 palavras em <i>dis-</i> N3 totalizando 307 ocorrências | | | | | | | |

Considerando que esses dados são os dados de *input*, morfologicamente compactos, ou seja, são palavras que têm entrada como indecomponíveis no léxico. Porém, a recorrência da noção gramatical contida em *dis-* é observável pelo falante e reforçado pelos dados em que as bases têm ocorrência na língua. Há alguns dados que são mais problemáticos.

Desalmadu é um desses dados. Assim como no português, somente a raiz é forma livre e a formação não tem existência separada do prefixo, pois se trata de uma formação parassintética. Contudo, a raiz é recorrente nos dados (79 realizações), o que proporciona o acionamento da RAE (regra de análise estrutural) por parte do falante.

Não obstante a existência de *inputs*, a regra em *dis-* não pode ser considerada de grande produtividade no guineense, pois as formações em N1 e N2 representam apenas 8% do total de dados. Talvez fosse mais prudente falarmos em semi-produtividade, uma vez que os dados produzidos na língua, embora poucos, existem e apontam para um grau de gramaticalização para o *dis* no guineense. Os dados N1 e N2 podem ser observados nas tabelas abaixo.

| NÍVEL 2- (X) _{V/N} → [<i>dis-</i> + X] _{V/N} | | | | | | | |
|---|----------------|------------------|------------|------------|------|------------|----------|
| NÍVEL | DADO | SIGNIFICADO DADO | TIPOS DADO | OCORRÊNCIA | BASE | OCORRÊNCIA | COGNATOS |
| 2 | <i>diskisi</i> | esquecer | | 50 | | | |
| Apenas 1 palavra em <i>dis-</i> N1 com 50 ocorrências | | | | | | | |

No único dado classificado como N2 pode-se observar uma noção clara da semântica do *dis-*. Embora tenha uma base de regra que não acontece com palavra no guineense, tampouco no português, mas foneticamente é a mesma base presa que o correspondente português *esquecer*. Como explicar que esse dado não é um dado N3 que veio emprestado do português? Kihm (1994, p. 271) considera como originário de *esquecer* do português que teve a primeira sílaba “remotivada”. Pode-se entender essa remotivação como uma reestrutururação fonética, contudo, não se pode negar que ela “remotivou-se” no sentido de marcar a semântica de “desfazimento” com a prefixação do *dis-*. Essa análise é relevante na medida em que aponta para o reconhecimento da noção gramatical e da formulação da regra para o falante. Tanto que pode gerar também os dados de N1, expostos abaixo.

| NÍVEL 1 - (X) _{V/N} → [dis- + X] _{V/N} | | | | | | | |
|---|-----------------|--------------------------|------------|------------|-------|------------|----------|
| NÍVEL | DADO | SIGNIFICADO DADO | TIPOS DADO | OCORRÊNCIA | BASE | OCORRÊNCIA | COGNATOS |
| 1 | <i>disdangu</i> | desdenhar, não responder | | 5 | | | |
| 1 | <i>dispapia</i> | falar à toa, mentir | | 1 | papia | 214 | papiadur |
| Total de 2 palavras em dis- N2 totalizando 6 ocorrências | | | | | | | |

Assim, mesmo não classificado como dos mais produtivos no guineense, o *dis* - tem o reconhecimento do falante como morfema gramatical dentro de seu conteúdo semântico e morfológico. A transparência das formações e a neutralidade fonológica no acionamento da regra, quando não aciona os mecanismos da fonologia no acionamento, contribuem para um possível futuro produtivo da regra (X)_{V/N} → [dis- + X]_{V/N}. Talvez a existência de uma quantidade bastante significativa de dados N3, já em uso na língua, possa interferir no acionamento de novas formações que sejam produzidas no guineense, já que estas bloqueiam (Aronoff, 1976) a emergência de novas formas para um espaço semântico que se vê ocupado na língua.

5.3.6 Produtividade dos afixos guineenses

Dos 16 afixos analisados, 11 são considerados produtivos no guineense. São eles: *-ndadi*, *-esa*, *-eru*, *-dur*, *-ada (categorial)*, *-ada (subcategorial)*, *-ia*, *-nsa*, *-siñu*, *-ntV/ndV* e *-asku*. Alguns são mais produtivos que outros. Essa distribuição de produtividade acontece em parte por fatores gramaticais e em parte pragmáticos. Sabe-se que a fonologia e a semântica têm grande influência na determinação da produtividade de cada um. A tabela abaixo mostra esses afixos e suas regras.

| AFIXOS GUINEENSES | | | |
|-------------------|--|-----------------|---|
| AFIXO | REGRA | PRODUTIVIDADE | OBSERVAÇÃO |
| <i>-ndadi</i> | $(X)_N \rightarrow [(X)_N + ndadi]_{N[+abstrato]}$ | muito produtivo | |
| <i>-esa</i> | $(X)_N \rightarrow [(X)_N + esa]_{N[+abstrato]}$ | produtivo | |
| <i>-ia</i> | $(X)_N \rightarrow [(X)_N + ia]_{V[+ação]}$ | muito produtivo | único formador de verbos |
| <i>-eru</i> | $(X)_N \rightarrow [(X)_N + eru]_{N/A}$ | produtivo | <i>-era</i> em condições semânticas especiais |
| <i>-dur</i> | $(X)_V \rightarrow [(X)_V + dur]_{N/A}$ | muito produtivo | nominalizador |
| <i>-ada</i> | $(X)_N \rightarrow [(X)_V + ada]_N$ | produtivo | subcategorial |
| <i>-ada</i> | $(X)_V \rightarrow [(X)_V + ada]_N$ | produtivo | nominalizador |
| <i>-nsa</i> | $(X)_V \rightarrow [(X)_V + -nsa]_N$ | produtivo | nominalizador |
| <i>-siñu</i> | $(X)_N \rightarrow [(X)_N + -siñu]_N$ | produtivo | mais derivacional que flexional |
| <i>-ntV/ndV</i> | $(X)_V \rightarrow [(X)_V + -ntV/ndV]_{V[+causatividade]}$ | produtivo | único que não veio do português |
| <i>-menti</i> | $(X)_N \rightarrow [(X)_V + menti]_N$ | não produtivo | |
| <i>-dia</i> | $(X)_N \rightarrow [(X)_N + dia]_{N[+abstrato]}$ | não produtivo | |
| <i>-uda</i> | $(X)_A \rightarrow [(X)_A + uda]_{N[+abstrato]}$ | não produtivo | |
| <i>-on</i> | $(X)_N \rightarrow [(X)_N + -on]_N$ | não produtivo | sem semântica de aumentativo |
| <i>-asku</i> | $(X)_A \rightarrow [(X)_A + asku]_{N[+abstrato]}$ | produtivo | todos os dados N2 |
| <i>dis-</i> | $(X)_{V/N} \rightarrow [dis- + (x)_{V/N}]_{V/N}$ | não produtivo | único prefixo |

Ao assumirem uma condição gramatical de produtividade no guineense, esses sufixos passaram a interagir por meio das regras da gramática da língua. O percurso das formas produtivas teve início na transposição de uma forma lexicalmente compacta, forma de entrada no léxico demonstrada pelos dados de N3. Em seguida, passaram por um período de desmembramento morfológico com o reconhecimento do falante. Por fim, aconteceu a gramaticalização do elemento desmembrado do todo lexical: o que era parte lexical em N3, passa a ser gramatical em N2 e N1. Esse elemento gramaticalizado é o formador de novas palavras a partir de outras bases lexicais.

Esse percurso atesta os mecanismos da linguagem humana. O falante

guineense manifesta sua capacidade morfológica e criativa por meio das três prerrogativas básicas da morfologia, reconhecidas por Halle (1973).

- i) Reconhecimento das palavras simples;
- ii) Reconhecimento de que há partes que compõem as palavras complexas;
- iii) Conhecimento dos falantes de uma ordem hierárquica nos componentes das palavras.

Ao adaptarem-se como formas gramaticais no guineense, os sufixos foram reinterpretados morfofonologicamente. Nessa etapa, embora com o estatuto de forma presa (morfologicamente), do ponto de vista produtivo os sufixos se adaptaram às tendências fonológicas do crioulo, assumiram papéis semântico-funcional e adquiriram a capacidade produtiva de suas respectivas RFPs.

Uma vez acionadas e inseridas como mecanismo possível no léxico do falante do crioulo, as RFPs puderam assumir sua produtividade e articular processos morfológicos da mesma forma que ocorre com os sufixos correspondentes no português. Nesse sentido, é possível afirmar que, embora apresentem restrições diferentes em cada uma das suas respectivas RFPs, os sufixos produtivos adquiriram produtividade e suas articulações morfológicas apresentam comportamento recursivo e criativo independente da condição crioula do guineense.

CONCLUSÃO

A noção de sistema, como um conjunto de possibilidades e de regras subjacentes à capacidade humana da linguagem, pode ser observada por meio de análise de dados lingüísticos. As línguas (o sistema lingüístico) são compostas de subsistemas articulados em diferentes configurações e relações entre eles. Essas relações obedecem ao sistema de regras. Nesse sentido, é possível falar em subsistema dos itens lexicais, e do sistema de regras que regem as articulações dos processos morfológicos do guineense. Sempre que o falante guineense faz uso de uma regra e de um item lexical, ele o faz mediante escolhas de uso. Ele sabe que configurações diferentes e itens diferentes produzem formas diversas, com nuances gramaticais próprias de cada configuração. É nesse ponto que a morfologia se apresenta como um dos sistemas principais do sistema maior da língua.

Nesse sentido, não basta tomar conhecimento da existência de morfologia no guineense, mas assumir que essa morfologia tem um conjunto de itens e um sistema de regras estruturadas em uso na língua. O inventário dos sufixos, ainda que reduzido, se comparado ao português, tem sua função nas articulações recursivas do guineense. Com exceção de *-ntV/-ndV*, todos os outros 10 sufixos produtivos foram herdados do português, mas foram assumindo novas formas fonológicas, semânticas e funcionais de acordo com as necessidades do crioulo.

Em um primeiro estágio, os dados disponíveis eram os dados N3, que foram sendo dissecados em partes menores e estruturados hierarquicamente pelo falante até assumirem um estatuto gramatical, em N2 e N1 - em um processo de gramaticalização que seguia um curso que ia do lexical ao gramatical. Nesse processo de construção da gramática, as regras foram delimitando seu espaço de atuação na estrutura do guineense e passaram a produzir as novas palavras da língua. Esse processo acompanhou o movimento de adaptação às fases pelas quais passava o crioulo, uma vez que este se firmava como a língua daquela sociedade crioula.

O guineense apresenta traços próprios que revelam suas origens crioulas. Os processos composicionais e reduplicativos, por exemplo, se revelam dentro de um padrão próprio do guineense. Os mecanismos

morfológicos desses processos não são menos recursivos em decorrência da crioulização. Apenas apresentam marcas aspectuais características de sua condição crioulizada. São aspectos como a transitoriedade nos processos de composição e de derivação em relação ao estatuto morfológico das reduplicações. Essa permeabilidade também ocorre em línguas não crioulas, contudo, no guineense as marcas são mais aparentes. Importante ressaltar que tanto na composição, quando na reduplicação, os recursos da capacidade gerativa presentes na linguagem humana são plenos e ativos, de forma a revelar recursividade e criatividade lingüísticas.

Os questionamentos deste trabalho de pesquisa foram se revelando à medida que os dados iam sendo analisados. Considerando os modelos morfológicos que serviram de base para a análise, as respostas às questões foram se mostrando nada surpreendentes. Era o que se esperava desde as primeiras análises mais superficiais dos dados. Contudo, outros questionamentos foram surgindo e sendo abandonados à espera de futuras pesquisas. Por exemplo, a origem do sufixo *-ntV/-ndV* que aponta para uma complexidade sintática no processo de causatividade, implicando fatores de ordem aspectual e de grade temática. Outra área a ser investigada está na formação dos compostos, que apontam para uma relação de ordem sócio-cultural que se manifesta nas composições, como crenças e valores de uma sociedade crioula. Há também a questão da gênese e evolução dos processos morfológicos que podem ser analisados na perspectiva da crioulistica, com base nos dados guineenses.

As propostas acima têm a intenção de apontar para uma área de investigação esquecida nos estudos crioulos, que é a morfologia. Talvez se trate de uma proposta egoísta de trabalho, daquelas para as quais o sujeito aponta, com intuito de se antecipar aos outros participantes. Contudo, os dados estão disponíveis e à espera de outros pesquisadores com percepções e objetivos diversificados. Esses pesquisadores farão leituras e julgamentos diferentes. Com isso, tenta-se uma relação de contato com diferentes áreas de investigação com o arcabouço da Crioulistica. Áreas que são, à primeira vista, ininteligíveis entre elas, mas que podem desenvolver uma afinidade nesse contato e render futuras pesquisas. No âmbito da Crioulistica, o contato é fundamental, dado que os resultados são sempre interessantes aos pesquisadores.

A capacidade criativa se manifesta na estrutura gramatical das línguas humanas. É sabido que as regras têm as propriedades formais porque a mente humana possibilita a existência dessas regras. A produtividade, com princípios complexos e heterogêneos regidos por regras, permitiu que o falante guineense agisse de forma criativa. Isto quer dizer que o fato de ter tido um estágio anterior de pidginização não privou o falante guineense das propriedades universais da criatividade humana. Elas existem indiscriminadamente em todo sujeito falante. No guineense, essas propriedades são observáveis e estão disponíveis, na forma de dados, a novos trabalhos de pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADAM, Lucien. **Les idiomes négro-aryen et maléo-aryen: Essai d'hybridologie linguistique**. Paris: Maisonneuve, 1883.
- ALMADA, André Álvares. **Tratado Breve dos rios de Guiné do Cabo Verde**, Lisboa: Editorial L.I.A.M., 1964.
- ANDRÉ.Hildebrando. **Gramática ilustrada**. 4 ed. São Paulo: Moderna. 1990.
- ARANHA, Maria Lucia de Arruda, MARTINS, Maria Helena Pires. **Filosofando: introdução à filosofia**. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2003.
- ARNAULD, Antoine. LANCELOT Claude. **Gramática de Port-Royal: gramática geral e razoada**. 1 ed. (brasileira). São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- ARONOFF, Mark. **Word formation in generative grammar**. Cambridge: The MIT Press, 1976.
- AUGEL, Moema Parente. **No ka padi tapa sol ku mon: o crioulo guineense como língua literária**. in: PAPIA, 10. Brasília: Editora UnB / Thesaurus, 2000. pp. 5-22.
- AZEREDO, José Carlos de. **Fundamentos de gramática do português**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- AZURARA, Gomes Eannes de. **Chronica do descobrimento e conquista de Guiné**. Paris: Officina Typographica de Fain e Thunot, 1841.
- BAGNO, Marcos. **Norma lingüística**. São Paulo: Loyola, 2001.
- _____. **Lingüística da norma**. São Paulo: Loyola, 2002
- BAKKER, Peter, PARKVALL, Mikael, **Reduplications in pidgins and creoles**. In: <http://www-gewi.uni-graz.at/ling/veranst/redup2002>, Em 06/09/2006.
- BARBAUD Philippe. **A língua do Estado - o estado da língua**. In: BAGNO, Marcos. **Norma lingüística**. São Paulo: Loyola, 2001.
- BASÍLIO, Margarida. **Teoria lexical** .São Paulo: Ática, 1989.
- _____. **Estruturas lexicais do português: uma abordagem gerativa**. Petrópolis: Vozes, 1980.
- _____. **Formação e Classes de Palavras no Português do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2002.
- BEAZLEY. C. Raymon Dom. **O Infante DOM Henrique e o início dos descobrimentos**. Porto: Livraria civilização: 1945.
- BECHARA, Evanildo. **Moderna gramática portuguesa**. 37 ed. Rio de janeiro: Lucerna, 1999.
- BIASUTTI, Artur. **Vokabulari kriol-purtugês**. 2 e Dom Bissau – Guiné Bissau: 1987.
- BICKERTON, Derek. **Pidginization and creolization: language acquisition and language universals**. In VALDMAN, Albert. **Pidgin and creole linguistics**. Indiana: Indiana University Press, 1977. pp. 49-70.
- _____. **Language and species**. Chicago: University of Chicago Press, 1990.

_____. **Catastrophic evolution: the case of a single step from protolanguage to full human language.** In: **Approaches of evolution to the languages: Social and cognitive bases.** Cambridge: Cambridge University, 1998. pp. 341-358.

_____. **Language and evolution.** In: http://www.derekbickerton.com/blog/_archives/2006/9/4/2295613.html. In: 12/11/2006.

BLOOMFIELD, L. **Language.** New York: Holt, 1933.

BRAUN, Marie, PLAG, Ingo. **How transparent is creole morphology: a study of early Sranan word-formation.** 2002. <http://www2.uni-siegen.de/~engspra/Papers/Creole/braun-plag.pdf> Em,31/08/2006

CA. Tome. **Determinantes das diferenças de mortalidade infantil entre as etnias da Guiné-Bissau, 1990-1995.** Rio de Janeiro: ENSP FIOCRUZ - Ministério da Saúde. 1999 - Dissertação de mestrado.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolingüística: uma introdução crítica.** São Paulo: Parábola, 2002.

CÂMARA Jr. Joaquim matozo. **Dicionário de lingüística e gramática.** 19 ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. **Estruturas da língua portuguesa.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 1970.

CARREIRA, António. **Cabo Verde: formação e extinção de uma sociedade escravocrata (1460-1878).** Lisboa: Centro de Estudos da Guiné-Portuguesa, 1972.

_____. **Mandingas da Guiné Portuguesa.** Publicação comemorativa do V centenário da descoberta da Guiné. Lisboa: Sociedade industrial de tipografia limitada, 1947.

CHOMSKY, Noam. **Aspects of the theory of Syntax.** Massachusetts: The MIT Press Cambridge, 1965.

_____. **Linguagem e a mente.** In: **Novas perspectivas lingüísticas.** 3ed, Petrópolis : Rio de Janeiro, 1973.

COELHO, Francisco Adolfo. **Os dialectos romanicos ou neo-latinos na África, Ásia e América.** Lisboa: Casa da Sociedade de Geographia,1880. http://purl.pt/24/1/l-50141-v/index-HTML/M_index.html Em 09/11/2005

CORTESÃO. Jaime. **Os descobrimentos portugueses.** Lisboa: Editora Arcádia, vol.1

COUTO, Hildo Honório do. **O crioulo português da Guiné-Bissau.** Hamburg: Buske, 1994.

_____. **Introdução ao estudo das línguas crioulas e pidgins.** Brasília: Editora UnB, 1996.

_____. **A reduplicação em português.** In: **Lusorama**, 29-49. Frankfurt am Main/ Berlin: Ed. Teo Ferrer de Mesquita – TFM, 1999.

_____. **A questão da gramaticalização nos estudos crioulos.** Boletim, Londrina, v. 36, p. 53-84, 1999. (b)

_____. **A reduplicação nos crioulos portugueses.** In: **Crioulos de Base Portuguesa.** Braga: Associação Portuguesa de Lingüística, 2000.

_____. **Anticrioulo: manifestação lingüística de resistência cultural.** Brasília: Thesaurus, 2002 (a).

_____. **Hipótese da relexificação na gênese dos crioulos e pidgins.** In: **Revista da Abralín**, vol. 1, número, p. 221-250, 2002 (b).

_____. **A prefixação no crioulo guineense: desfazendo e refazendo ações.** In: **Revista internacional de lingüística hispánica**, Madri, v. 1, n. 1, p. 141-154, 2002 (c).

_____. **A partícula multifuncional 'na' no crioulo guineense e a hipótese da relexificação.** In: **PAPIA**, vol. 13, p.60-66, 2003.

_____. **Contato Interlingüístico: Da Interação à Gramática.** Parte 09 – Comunidade (7.1 a 7.7) <http://www.unb.br/il/let/crioul/contato.htm> Em 05/2005.

_____. **Ecolingüística: estudo das relações entre língua e meio ambiente.** Brasília: Thesaurus, 2007.

CROWLEY, Terry. **An introduction to historical linguistics.** 3 ed. **Oxford:** Oxford University Press, 1997.

CRYSTAL, David. **Dicionário de lingüística e fonética.** 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editor Ltda. 2000.

CUNHA, Celso. **Língua, nação, alienação.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

D'ANDRADE, Ernesto, PEREIRA, Dulce, MOTA, Maria Antónia. **Crioulos de base portuguesa.** Braga: Associação Portuguesa de Lingüística, 2000.

DeGRAFF, Michael. **Morphology in creole genesis: linguistics and ideology.** In HALE, Ken. **A life in language.** Michael Kenstowicz, ed., Cambridge MA: MIT Press, 2001, pp.53-121

_____. **On the origin if creoles: a cartesian critique of neo-darwinian linguistics.** <http://web.mit.edu/linguistics/www/degraff/darwin/anti-simplest.html> Em 28/05/2005

_____. **Against Creole exceptionalism.** In, **Language**, 2004. <http://web.mit.edu/linguistics/www/degraff/> Em 28/11/2006

DeCAMP, David. **The development of pidgin and creole studies.** In: VALDMAN, Albert. **Pidgin and creole linguistics.** Indiana: Indiana University Press, 1977. pp. 3-21.

DI SCIULLO, A. M. & E. Williams. **On the Definition of Word.** MIT Press, 1987.

DONEUX, Jean Léonce, ROUGÉ, Jean-Louis. **En apprenant le creole a Bissau ou Ziguinchor.** Paris: Éditions L'Harmattan, 1988.

FERGUSON, Charles A. **Diglossia.** In: FONSECA Maria Stella V., NEVES, Moema F. **Sociolingüística.** Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.

FERRONHA, Luís António (org). **Atlas da língua portuguesa na história e no mundo.** Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1992.

GÄRTNER, Eberhard. **Tentativa de explicação diacrônica de alguns fenômenos morfossintáticos do português brasileiro.** In: ALKMIM, Tânia Maria. (Org.). **Para a história do português brasileiro. Novos estudos.** v. III. São Paulo: Humanitas, 2002, pp. 293-328.

GOMES, Nataniel dos Santos. **Verbos leves: observação sobre o português do Brasil.**(2004) <http://www.filologia.org.br/soletras/8sup/7.htm>. Em 28/11/2006

GRACIOTTI, Mário. **Portugal: crônicas de viagem para adultos e crianças.** São Paulo: Editora Clube do Livro, 1957.

GUY, Gregory R. **On the nature and origins of Popular Portuguese.** In: **Estudios sobre Español de América y Lingüística Afroamericana.** Bogotá, 1989. pp. 226-240.

_____. **Linguistic variation in brasilian portuguese: aspects of phonology, syntax and language history.** University of Pennsylvania. PhD dissertation. Ann Arbor: University Microfilms International, 1981.

HALL Jr., Robert A. **The life-cycle of pidgin languages.** Festschrift De Groot (Lingua II).151-156. 1962.

HALLE, Morris. **Prolegomena to a theory of word formation.** In: **Linguistic Inquiry** 4: 3-16. 1973.

HALLE, Morris, MARANTZ, Alec. Distributed Morphology. (2003). <http://www.ling.upenn.edu/~rnoyer/dm/>. In: 30/06/2005.

HAUGEN, Einar. **The ecology of language.** Califórnia: Stanfod University Press, 1972.

HERRMAN, Paul. **A conquista da África.** São Paulo: Boa leitura, sd.

HOLM. John. **Pidgins and creoles.** Vol.1. Cambridge University Press, 1988..

_____. **Pidgins and creoles.** Vol.2 Cambridge University Press, 1989..

_____. **Creolization and the fate of inflections.** Article for the Proceedings of the Conference on Romanicisation World-Wide, University of Bremen, 2005.

HOUAISS. **Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa.** Versão 1.0. Rio de Janeiro, Instituto Antônio Houaiss: Editora Objetiva, 2001.

HUYSSSTEEN, Gerhard B.van. **Motivating the composition of Afrikaans reduplications: a cognitive grammar analysis.** http://www.puk.ac.za/opencms/export/PUK/html/fakulteite/lettere/ctext/Van_Huyssteen_2004b.pdf Em 31/08/2006.

JACKENDOFF, Ray. **Morphological and Semantic Regularities in the Lexicon.** In: *Language*, 51: pp. 639-71, 1975.

KATAMBA. Francis. **Morphology: Modern linguistics series.** New York: Palgrave, 1993.

KIHM, Alain. **Kriol syntax: the Portuguese-based creole language of Guinea-Bissau.** Philadelphia: John Benjamins Publishing Co, 1994.

KIPARSKY, Paul. **Lexical morphology and phonology.** In: I S Yang ed. **Linguistics in the Morning Calm.** Seoul. Hanshin, 1982.

KORTLANDT, Frederik. **On russenorsk.** <http://www.kortlandt.nl/publications/art197e.pdf> Em 17/11/2005

LEFEBVRE, Claire. **Relexification in Creole Genesis and its Effects on the Development of the Creole.** In: **Creolization and Contact.** Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2001. pp. 9-43.

_____. **The emergency of productive morphology in creole languages: the case of Haitian Creole.** 2003. In: **Yearbook of morphology 2002** (pp. 35–81).

LEE, Seung Hwa. **Sobre os compostos do PB.** –in DELTA, vol. 13 - n1. São Paulo: 1977.

LIEBER, Rochelle. **Deconstructing morphology.** Chicago e Londres: University of Chicago Press, 1992.

LOPES, Carlos. **Etnia, estado e relações de poder na Guiné-Bissau.** São Paulo: Martins Fontes, 1982.

_____. **Kaabunke: espaço, território e poder na Guiné-Bissau, Gâmbia e Casamance pré-coloniais.** Lisboa: Comissão nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999.

_____. **A transição histórica na Guiné-Bissau.** Bissau: Instituto nacional de Estudos e Pesquisa. 1987.

LYONS, John. **Lingua(gem) e lingüística: uma introdução.** Rio de Janeiro: LTC, 1987.

MCCARTHY, John J, PRINCE, Alan. **Prosodic morphology 1986.** ling.rutgers.edu/gamma/pm86all.pdf . Em 31/08/2006

MCWHORTER, John H. **Identifying the creole prototype: Vindicating a typological class.** In: *Language*, 74(4), 788–818, (1998).

MEIJER, Guus and MUYSKEN, Pieter. **On the beginnings of pidgin and creole studies.** In: VALDMAN, Albert. In: **Pidgin and creole linguistics.** Indiana: Indiana University Press, 1977. pp. 21-49.

MELLO, Jeferson Wohlerz. **Contexto.** Versão reprogramada em 2003. Brasília, 2003.

MELO, Gladstone Chaves de. **Iniciação à filologia e à lingüística portuguesa.** 3 ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1971.

MONTEIRO, José Lemos Monteiro. **Morfologia Portuguesa.** Campinas: Pontes, 2002.

MUFWENE, Salikoko S. **The ecology of language evolution.** Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

MÜHLHÄUSLER, Peter. **Linguistic ecology.** London: Routledge, 1996.

_____. **Language Planning and Language Ecology.** In *Language Planning*, 1:3, pp. 306-367. 2000.

NARO, Antony. **A study on the origins of pidginizations.** In: *Language* 54.2. pp. 314-347. 1978.

NOLASCO DA SILVA, Maria da Graça Garcia. **Subsídios para o estudo dos “lançados” na Guiné.** In: **Boletim Cultural da Guiné Portuguesa**, vol. 25, pp.513-560. Lisboa, 1970.

NOYER, Rolf. **Distributed Morphology: frequently asked question list.** In: <http://www.ling.upenn.edu/~rnoyer/dm/#bibliography> . Em 16/07/2005.

OLIVEIRA, Déborah Cristina de Mendonça. **Remarks on nominalization.** resenha. 2004. (mimeo)

- PAIGC. **História da Guiné e Ilhas de Cabo Verde**. Porto: Oficina Gráficos reunidos Ltda, 1974. Coleção Afrontamentos.
- PECK Jr, Stephen Madry, Jr. **Tense, Aspect and Mood in Guinea-Casamance Portuguese Creole**. PhD dissertation, University of California, Los Angeles, 1989.
- PINTO BULL Benjamin. **O crioulo da Guiné-Bissau: filosofia e sabedoria**. Lisboa/Bissau: ICALP/INEP, 1989.
- PLAG, Ingo. **On the role of gramaticalization in creolization**. 1998 In: www.pca.uni-siegen.de/doc/2/pdf Em 04/10/2005.
- _____. **The nature of derivation morphology in creoles and non-creoles**. 2000. In: www.pca.uni-siegen.de/doc/2/pdf Em 04/10/2005.
- _____. **Morphology in pidgins and creoles**. 2004 In: www.pca.uni-siegen.de/doc/2/pdf Em 04/10/2005.
- PERES, Damião. **O século dos descobrimentos: Edição comemorativa do V centenário da morte do Príncipe Dom Henrique, fundador da Escola de Navegação de Sagres**. São Paulo: Anhembi. 1961.
- PERINI, Mário A. **Gramática descritiva do português**. São Paulo: Ed. Ática, 2003.
- PINTO BULL, Benjamim. **O crioulo da Guiné-Bissau: filosofia e sabedoria**. Lisboa: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, 1989.
- POTTIER, Bernard. **Lingüística moderna y filología hispánica**. Madrid: Gredos, 1970.
- RESENDE, Teresinha Cristina Campos de. **Dinâmica do contato dialetal. Estudo sociolingüístico em Conceição de Ibitipoca – MG**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.
- ROCHA, Luis Carlos de Assis. **Estruturas morfológicas do português**. 2 ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- RODRIGUES SANCHES, Ana Paula, CITTADINO, António, ARTUSO, Mário. **Conversão da terra em solos urbanos (Guiné-Bissau); análise pela salvaguarda de agricultura urbana e periurbana e pela segurança alimentar**. Totino – Itália: Centro Cittá Del Terzo Mondo. 2003 – *in Working Paper n.1*. http://www2.polito.it/ricerca/cctm/wp/WP01_part1.pdf Em 25/04/2005
- ROMAINE, Suzanne. **Language in society**. Oxford: Oxford University Press, 1994.
- _____. **Pidgins & creole languages**. New York: Longman linguistics library, 1988.
- ROSA, Maria Carlota. **Introdução à morfologia**. 2 ed. São Paulo: Contexto
- ROTH, Wolfgang. **Composição e adjectivos de relação: um desafio ao dicionário alemão-português.s.d.** <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo5891.pdf> Em 23/08/2006
- ROUGÉ, Jean-Louis. **Petit Dictionnaire etymologique du kriol de Guinée-Bissau et Casamance**. Bissau: INEP – Instituto nacional de Estudos e Pesquisa, 1988.

_____. **Sobre a Formação dos Crioulos do Cabo Verde e de Guiné. s.d.**

RUSSELL, Kevin. **Optimality theory and morphology**. In: ARCHANGELI, Diana e LANGENDOEN, D. Terence. **Optimality theory: an overview**. Oxford : Blackwell, 1997.

SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima Mello, Maria Aarecida Curupaná da Rocha de. **Adjetivos em –vel: formação e produtividade**. In: **Investigações: lingüística e teoria literária**. Vol. 18, n 2. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2006. pp. 207-226.

SANDMANN, Antônio José. **Competência Lexical**. 1 ed. Curitiba: Ed. da UFPR, 1991.

_____. **Morfologia Geral**. São Paulo: Contexto, 1993.

_____. **Morfologia Lexical**. São Paulo: Contexto, 1992.

SAPIR, Edward **A linguagem: uma introdução aos estudos da fala**. 2 ed. Rio de Janeiro: Acadêmica, 1972.

SARDINHA, Tony Berber. **A Lingüística de corpus**. São Paulo: Manole, 2004.

SCALISE, Sergio, GUEVARA, Emiliano. **The Lexicalist Approach to Word Formation and the notion of lexicon**. 2005. in: http://www2.faclit.unibo.it/scalise/papers/Lieber-Stekauer_maggio-26.htm Em 13/09/2005

SCANTAMBURLO, Luigi. **Dicionário do guineense, volume I: introdução e notas gramaticais**. Lisboa: Colibri – FASFEBI, 1999.

_____. **Dicionário do guineense, volume II: Dicionário guineense-português: dionariu guinensi-purtugis**. Lisboa: FASFEBI, 2002.

SEBBA, Mark. **Contact Languages: pidgins and creoles**. New York: St. Martin's Press, 1997.

SIGEL, Jeff. **Morphological simplicity in pidgins and creoles**. In: **Jornal of Pidgin and Creole**. Vol. 19: 1 p. 139 – 162. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamin's Publishing Company, 2004.

SIGNORINI, Inês. **Por uma teoria da desregulamentação lingüística**. In: BAGNO, Marcos. **Lingüística da norma**. São Paulo: Loyola, 2002.

SPENCER, Andrew. **Morphological Theory: an introduction to Word structure in generative grammar**. Cambridge: Blackwell Publishers, 1991.

THOMASON, Sara Grey. **Language contact: An introduction**. Washington, DC: Georgetown University Press, 2001.

TRAJANO FILHO, Wilson. **Uma experiência singular de crioulização**. Brasília, 2004. www.unb.br/ics/dan/Serie143empdf.pdf Em 02/01/2005

_____. **Rumores, uma narrativa da nação**. Brasília: 1993. www.unb.br/ics/dan/Serie143empdf.pdf Em 02/01/2005

TRASK, Robert Lawrence. **Dicionário de linguagem e lingüística**. São Paulo: Contexto, 2004.

VALDMAN, Albert. **Pidgins and creole linguistics**. Indiana: Indiana University Press, 1977.

VIDROVITH, Catherine Coquery. **A Descoberta da África**. Lisboa: Edições 70, 1965.

WEEDWOOD, Barbara. **História concisa da lingüística. 1 ed. São Paulo: Parábola, 2002**